

Bandeira Negra

Rediscutindo o Anarquismo

Felipe Corrêa

EDITORA
PRISMAS

Curitiba
2015

A meus pais, Abrahão José Pedro Neto e Márcia Nicolosi Corrêa, pelo esforço e incentivo para que eu me aprofundasse nos campos do conhecimento.

À minha avó Nice Nicolosi Corrêa, por ter me aproximado dos temas políticos.

Aos meus irmãos, Rodrigo Corrêa Pedro e Yasmin Torres Pedro, e também à Maria Sol Torres Fernandes, pela proximidade e pelo carinho.

À minha companheira Camila Leme de Mattos, pelo incentivo e o estímulo diário.

Agradecimentos

Este livro não teria sido possível sem o apoio de várias pessoas, às quais ofereço meus mais sinceros agradecimentos.

À CAPES, pela bolsa de estudos de mestrado que me proporcionou os recursos para a realização desta pesquisa no Programa Mudança Social e Participação Política (PROMUSP) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) e aos professores e alunos esta universidade, dentre os quais destaco: Marco A. B. de Almeida, meu orientador; Pablo Ortellado, do Programa de Estudos Culturais; os companheiros do Programa de Mudança Social e Participação Política (PROMUSPP), em especial, do Grupo de Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo (GPSIPOLIM): Alessandro Soares da Silva, Andréa Viude, Salvador Sandoval, Débora Cidro, Edílson Mineiro, Leandro Rosa, Mônica Cardona, Ana Rita Ferreira, Elvira Riba, Eliete Edwiges, Cida Malagrino, Guilherme Borges, Fábio Bosso e Semíramis Chicareli.

Aos professores Lúcio Kowarick, Ricardo Musse, ambos da USP, e Gustavo Luiz Gutierrez, da UNICAMP.

Aos companheiros de pesquisa dos seguintes grupos: GPSIPOLIM, Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Sociologia do Esporte (PISE), da EACH-USP, dentre os quais destaco Renata Ferreira; Núcleo de Investigação Social (NIS), da UFF, no Rio de Janeiro; Centro de Investigación Libertaria y Educación Popular (CILEP), da Colômbia; Núcleo de Pesquisa Marques da Costa, do Rio de Janeiro; Biblioteca Social Fábio Luz, do Rio de Janeiro e Biblioteca Terra Livre, de São Paulo.

Aos pesquisadores, tradutores e militantes do anarquismo e dos movimentos populares, dentre os quais destaco: Alexandre Samis, Plínio A. Coêlho, Rafael Viana da Silva, Gabriel Amorin, Victor Khaled, Renato Ramos, Milton Lopes, Amir el Hakim, Guilherme Verde Amaral, Michel Navarro, Bruno D. Azevedo, Vanessa Nicolav, Victor Ummus, Augusto Portugal, Archimedes B. Silva (in memoriam), Bruno Lima Rocha, Michael Schmidt, Lucien van der Walt, Jonathan Payn, José Antonio Gutierrez Danton, René Berthier, Nestor McNab, Frank Mintz, Daniel Cabelo Alves, Diego Paredes, Fábio L. López, Juan Carlos Mechoso, Leo Vinícius, Henrique Bezerra, Jose Mari Olaizola, Junior Bellé, Rafael Deminicis, Raphael Amaral, Rodrigo Rosa, Michele Mix, Caio H. S., Leonardo Leitão, Anderson R. Corrêa e Mário Remédios.

A todos os familiares e amigos, dentre os quais destaco: Camila L. de Mattos, Rodrigo C. Pedro, Adriana D. Pereira, Yasmin T. Pedro, Abrahão Pedro, Marisol T. F., Márcia N. Corrêa, Nice N. Corrêa, Antonio Carlos Corrêa (in memoriam), Maria Isabel da S. Leme, Renata Leme, Alan Losic, Maya e Theo Leme Losic, Maria Alice V. da Silva Leme, tios e tias, primos e primas, Danilo Carpigiani, Elisa Ximenes, Carolina Carvalho, Bruno Coêlho, Luiza Barros e Luis Henrique Santos.

Aos militantes do anarquismo envolvidos na Coordenação Anarquista Brasileira (CAB) e no projeto internacional do Anarkismo.net, além dos militantes com os quais estive em distintos movimentos sociais nos últimos anos.

Sumário

PREFÁCIO	15
-----------------------	-----------

INTRODUÇÃO	41
-------------------------	-----------

ENTRE A CIÊNCIA E A POLÍTICA	41
------------------------------------	----

MOTIVAÇÃO E CONTEXTO	44
----------------------------	----

ESTRUTURA E ARGUMENTOS	51
------------------------------	----

Capítulo 1

PROBLEMÁTICAS TEÓRICAS E HISTÓRICAS DOS ESTUDOS DE REFERÊNCIA DO ANARQUISMO	55
--	-----------

ESTUDOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS DE REFERÊNCIA	57
---	----

A problemática metodológica apresentada por Eltzbacher	59
--	----

As definições de anarquismo e a estruturação dos estudos de referência	60
--	----

A problemática metodológica e conceitual dos estudos de referência	67
--	----

Fenômeno ahistórico.....	69
--------------------------	----

Análises etimológicas	70
-----------------------------	----

Sinônimo de antiestatismo.....	71
--------------------------------	----

Fenômeno do século XVIII.....	72
-------------------------------	----

Utilização dos termos	73
-----------------------------	----

Fenômeno do século XIX	75
------------------------------	----

Sentido positivo dos termos e auto-identificação	78
--	----

Antítese do marxismo	80
----------------------------	----

Incoerência e fim em 1939.....	82
--------------------------------	----

Pequeno impacto popular e outros aspectos.....	84
--	----

Método historiográfico e escopo geográfico.....	86
---	----

BALANÇO DOS ESTUDOS DE REFERÊNCIA.....	88
--	----

Capítulo 2

ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	101
--	------------

A NECESSIDADE DE UMA DEFINIÇÃO ADEQUADA.....	103
--	-----

MÉTODO E AMPLITUDE DOS DADOS ANALISADOS.....	104
--	-----

NOÇÕES DE TOTALIDADE E INTERDEPENDÊNCIA	107
---	-----

Teoria, prática e história; pensamento e ação.....	108
--	-----

Forma e conteúdo	108
------------------------	-----

Anarquismo, anarquistas e lutas sociais.....	109
Críticas e proposições.....	111
A Teoria da Interdependência das Esferas.....	111
FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	113

Capítulo 3

REDEFININDO O ANARQUISMO 115

DEFINIÇÃO DE ANARQUISMO	117
CATEGORIAS CENTRAIS E CONCEITOS ACESSÓRIOS	118
Ideologia	119
Ideologia e teoria	121
Teoria e anarquismo: o caso da relação entre as esferas sociais.....	125
Estratégia	131
Força social.....	133
Poder	135
Participação: dominação e autogestão	135
Poder	136
Modelos de poder	138
Classes sociais	139
Interesse, consciência, luta de classes, mudança e transformação social.....	140
ANARQUISMO: CRÍTICA DA DOMINAÇÃO, DEFESA DA AUTOGESTÃO E ESTRATÉGIA FUNDAMENTAL	143
A crítica anarquista da dominação	144
Dominação econômica: exploração capitalista e pré-capitalista.....	145
Dominação política/jurídica/militar: o Estado	147
Dominação ideológica/cultural: religião, educação e mídia.....	151
Dominação de classe.....	153
Outros tipos de dominação: imperialismo, gênero e raça	154
Crítica à dominação.....	156
A defesa anarquista da autogestão	157
Autogestão econômica: socialização da propriedade	157
Autogestão política: autogoverno democrático	159
Autogestão e federalismo: economia e política	162
Cultura autogestionária	165
Poder autogestionário e autogestão generalizada	167
A estratégia do anarquismo	169
Sujeitos revolucionários: as classes dominadas	169
Estratégia de luta.....	172
Revolução social e autogestão	175

As lutas integradas nas três esferas.....	177
Lutas de gênero, de raça e antiimperialistas	184
PRINCÍPIOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS DO ANARQUISMO	186
Ética e valores.....	186
Crítica da dominação.....	186
Transformação social do sistema e do modelo de poder	187
Classes e luta de classes	187
Classismo e força social.....	187
Internacionalismo.....	188
Estratégia.....	188
Elementos estratégicos	188
Revolução social e violência	189
Defesa da autogestão	189
ANARQUISMO E ANARQUISTAS.....	190

Capítulo 4

DEBATES RELEVANTES E CORRENTES DO ANARQUISMO..... 203

DEBATES RELEVANTES DO ANARQUISMO	205
DEBATES RELEVANTES EM TORNO DA DEFESA DA AUTOGESTÃO	206
Mercado autogestionário ou planificação democrática	206
Distribuição: coletivismo ou comunismo	208
Política no local de moradia ou de trabalho.....	210
Os limites e possibilidades da cultura	211
Maiorias e minorias.....	214
DEBATES RELEVANTES EM TORNO DA ESTRATÉGIA ANARQUISTA.....	215
Antiorganizacionistas e organizacionistas	215
As lutas de curto prazo: as reformas	220
Momento e contexto de utilização da violência.....	224
A organização específica anarquista.....	226
Maiorias e minorias.....	233
AS CORRENTES ANARQUISTAS.....	234
Tentativas anteriores de estabelecer as correntes	234
As correntes anarquistas	238
Retomando os debates fundamentais	241
Anarquismo insurrecionalista e anarquismo de massas	243
Correntes do anarquismo	247
Variações das correntes.....	249
Correntes do anarquismo brasileiro (Primeira República)	251

Capítulo 5

SURGIMENTO, EXTENSÃO E IMPACTO DO ANARQUISMO 253

CONTEXTO HISTÓRICO E SURGIMENTO	257
A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)	262
A Aliança da Democracia Socialista (ADS)	265
Presença da ADS	268
Conformação do anarquismo entre 1868 e 1886.....	269
Conformação do anarquismo entre 1868 e 1886	270
Trajetória posterior e prioridade nas organizações de massas	272
EXTENSÃO E IMPACTO.....	275
Presença geográfica global.....	276
Presença geográfica do anarquismo nas cinco ondas	276
Global <i>versus</i> Atlântico Norte: América Latina, África e Ásia	277
Presença histórica permanente: cinco ondas de 1868 ao presente.....	282
Presença histórica do anarquismo nas cinco ondas	283
Grandes episódios antes e depois de 1939.....	284
Principais episódios do anarquismo.....	284
Classes sociais mobilizadas na cidade e no campo	291
Fortalezas anarquistas nas cidades e nos campos.....	292
OUTRAS INICIATIVAS.....	294
Redes internacionais, educação popular e atentados.....	294
Grupos e organizações anarquistas	296
De 1950 em diante	297

CONCLUSÃO 305

TRÊS TESES	305
Primeira tese: Os problemas dos estudos de referência	305
Segunda tese: Abordagem teórico-metodológica.....	306
Terceira tese: Anarquismo.....	308
CRÍTICAS NECESSÁRIAS.....	311
ANARQUISMO HOJE	314

BIBLIOGRAFIA 317

INTRODUÇÃO

Devemos aprender com a ciência social e comportamental o que for possível; naturalmente, esses campos do conhecimento devem ser cultivados com toda a seriedade possível.

Noam Chomsky

ENTRE A CIÊNCIA E A POLÍTICA

A epígrafe acima, retirada do ensaio “A Responsabilidade dos Intelectuais”, invoca os intelectuais a tratarem com seriedade as Ciências Humanas. Noam Chomsky (2006, pp. 373, 394) também sustenta que “os intelectuais têm a responsabilidade de dizer a verdade”, o que os envolve em um compromisso científico de bases éticas, na busca pela compreensão da realidade. Entretanto, este autor sustenta que tal necessidade de compromisso teórico-científico não pode afastar os intelectuais de uma perspectiva crítica em relação às injustiças perpetradas cotidianamente pelos sistemas em que estão inseridos. Eles não podem perder “o interesse na conversão de idéias em alavancas sociais para a radical transformação da sociedade”.

Chomsky defende que o intelectual não é neutro e deve conciliar seus compromissos científicos e políticos. Mesmo que eu faça a distinção entre as noções de ciência e política, neste livro, por meio dos conceitos de teoria e ideologia, assumo esta dupla postura. Por um lado, um compromisso ético com a produção teórica de base científica; por outro, uma dimensão político-ideológica da pesquisa – relacionada a seu objetivo-fim, sua razão de ser –, que visa contribuir com o fortalecimento de processos de transformação social fundamentados nos pressupostos do próprio objeto em questão, o anarquismo.

A aproximação entre pesquisador e objeto – já que sou militante anarquista há aproximadamente 15 anos e escrevo, aqui, um livro sobre o anarquismo – poderia colocar em xeque a perspectiva teórica, e, portanto, científica, desta investigação. No entanto, vejo que tal proximidade apresenta não somente riscos, mas também potencialidades.

No que diz respeito aos riscos, o mais evidente é o afastamento de certa objetivação, necessária para um trabalho teórico deste tipo. Considero, de acordo com Pedro Demo (2011, p. 29), que não há objetividade possível nas Ciências Sociais; não se pode separar completamente sujeito e objeto e nem exigir uma neutralidade total do pesquisador sem incorrer em posturas que, ainda que se afirmem científicas, terminam por (re)produzir ideologia; “o pretense distanciamento marcado pela manobra de apenas estudar a realidade, sem comprometer-se com qualquer intervenção nela, trai a presença da ideologia sob várias maneiras”. Não se pode, dessa maneira, conceber um distanciamento absoluto e uma neutralidade completa do pesquisador. A pretensa objetividade conserva, minimamente no que concerne as Ciências Sociais, riscos enormes de substituir a teoria pela ideologia, mesmo que isso ocorra por pura ingenuidade. Contudo, essa negação da objetividade não pode justificar a substituição da produção teórica, científica, daquilo que *de fato foi ou é*, pela produção ideológica, política, de juízos de valor, daquilo que *deveria ser*, algo não muito incomum no campo da esquerda.

A maneira que encontrei para minimizar os riscos da proximidade entre a ideologia que defendo e o objeto pesquisado foi por meio da utilização do que Demo (2011, pp. 80, 28) chamou de “objetivação”: uma busca permanente da objetividade, mesmo reconhecendo que ela nunca será plenamente atingida. “A objetividade não existe [...], mas é fundamental mantermos o princípio da objetivação, que é o esforço de conhecer a realidade naquilo que ela é.” Substituir a objetividade pela objetivação é fundamental para “controlar a ideologia, mas sem camuflar o fato de que [ela] faz parte da cena intrinsecamente”; isso parece ser “fundamental para não fazermos da atividade científica a produção *inventada* da realidade.” Utilizo esta noção, visando controlar as preferências ideológicas e a grande afinidade que tenho pelo objeto em questão, de maneira a produzir teoria, ciência, e não ideologia, política.

Ralf Dahrendorf (1981, p. 28) sugere três medidas que podem contribuir nesse processo: 1.) Treinamento permanente do autor para o controle ideológico; 2.) Relação honesta com os valores defendidos, que formam o ponto de partida ou o pano de fundo da pesquisa; 3.) Autocrítica e crítica mútua. Busquei colocar tais medidas em prática ao longo deste estudo, num esforço permanente de alcançar esta objetivação. Demo (2011, p. 72) parece correto ao afirmar que “controlar o engajamento ostensivo ou com ele conviver criticamente é mais fácil do que haver-se com neutralidades solertes”.

Por meio de uma explicitação clara de minhas posições ideológicas, busco exercitar honestamente o controle e a autocrítica.

No que se relaciona às potencialidades desta aproximação entre pesquisador e objeto, há sempre oportunidades de conhecimentos diferenciados do tema, em vieses em geral não apreciados por pesquisadores distantes, assim como contatos, acesso a fontes e outras vantagens que somente um autor acercado tem. Creio que, nesta pesquisa, minha proximidade com o anarquismo trouxe uma série de benefícios que parecem superar os riscos anteriormente apontados. Utilizei muitos anos de leitura sobre o tema, que certamente enriqueceram o trabalho; dentro dos prazos que tive¹², seria impossível ler metade da bibliografia nela utilizada. Também incorporei informações apreendidas na prática política e nas discussões teóricas realizadas entre militantes; para um pesquisador distante do objeto, a compreensão de muitas dessas questões tomaria um tempo muito maior, se é que elas poderiam ser adequadamente compreendidas. Usei fontes e contatos que só puderam ser conseguidos e estabelecidos por meio desta proximidade; um pesquisador distante certamente não teria acesso ao conjunto deste material e destas pessoas, que foram imprescindíveis para a realização deste estudo.

Além disso, meu compromisso com o objeto impõe-me a necessidade de produzir um trabalho de alta qualidade, que possa servir aos próprios anarquistas, na lógica do que Douglas Bevington e Chris Dixon (2005, pp. 189, 199) chamaram de “teoria relevante aos movimentos”; uma pesquisa que possa beneficiar aqueles que estão sendo estudados e não só o investigador. Essa exigência ética colocada pelos autores parte do princípio que “o maior problema com a teoria contemporânea dos movimentos sociais é que ela não é particularmente relevante para os movimentos que são estudados”, e que uma pesquisa útil é aquela que é “lida pelos militantes e incorporada nos desenvolvimentos estratégicos do movimento”. Conceituando essa teoria relevante aos movimentos sociais, eles apontam:

É uma teoria que busca prover “conhecimento útil para aqueles que buscam a mudança social”. Ela preocupa-se com a produção mais do que bons estudos de caso e histórias dos movimentos sociais.

12 Este livro constitui uma adaptação de minha dissertação de mestrado, intitulada *Rediscutindo o Anarquismo: uma abordagem teórica*, defendida em 2012 na Universidade de São Paulo, no programa de Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades. (Corrêa, 2012) Ainda que seu prazo limite de produção fosse de dois anos, concluí em aproximadamente um ano e meio.

Em vez disso, ela busca formular informação útil para uma variedade de contextos e traduzi-la de maneira que possa ser prontamente aplicada pelos movimentos em novas situações – ou seja, teoria. Os participantes dos movimentos podem e de fato produzem essa teoria. Acadêmicos também podem produzir teoria relevante aos movimentos sociais (ainda que no presente muitos não estejam produzindo) e podem mesmo estar em uma posição distinta e favorável para fazer isso. (Bevington e Dixon, 2005, pp. 189-190)

Busquei, neste livro, realizar uma produção teórico-científica capaz de proporcionar a alguns setores dos movimentos populares em geral, e aos anarquistas em particular, conhecimentos que podem ser incorporados em suas lutas pela transformação social.

É dessa maneira que, em suma, compreendo ser possível solucionar as complexas relações que me colocam entre a ciência e a política.

MOTIVAÇÃO E CONTEXTO

Este livro trata do anarquismo, uma ideologia surgida em meio aos movimentos populares das classes dominadas na segunda metade do século XIX e que se propõe, desde então, a partir de determinadas críticas, proposições e estratégias, a impulsionar um processo determinado de transformação social.

Esta obra colossal [do anarquismo], pintada em uma tela global com sangue, suor e lágrimas nos últimos 150 anos, foi um trabalho de amor, realizado por gerações de pessoas “comuns” para as quais a justiça social era palavra de ordem. O mundo mudou dramaticamente durante essas décadas e foi transformado, em partes, com a contribuição de anarco-sindicalistas e sindicalistas revolucionários, uma contribuição que, comumente, é relegada às sombras, ridicularizada ou negada, ainda que esteja inscrita nas profundezas do tecido social contemporâneo. (Schmidt, 2012a, p. 23)

Mesmo que seja um fenômeno que existe, permanente e globalmente, há praticamente 15 décadas, e que esteja relacionado à parte sig-

nificativa das mudanças sociais do mundo contemporâneo, o anarquismo é pouco conhecido e estudado, dentro e fora das universidades.

A motivação do primeiro estudo acadêmico sobre o anarquismo, efetuado pelo jurista Paul Eltzbacher (2004, p. 3), em 1900, foi a vontade de compreensão científica deste objeto, partindo da constatação sobre a “completa falta de idéias claras sobre o anarquismo”, “não somente entre as massas, mas entre acadêmicos e homens de Estado”. Realizando um levantamento bibliográfico, de maneira a analisar as definições de anarquismo, o pesquisador constatou, nas distintas fontes encontradas, que:

Ora a lei suprema do anarquismo é descrita como uma lei histórica da evolução, ora é a felicidade do indivíduo, ora é a justiça. Ora dizem que o anarquismo culmina na negação de todo programa, que ele possui somente um objetivo negativo; ora, por outro lado, que seu aspecto negativo e destruidor é equilibrado por um aspecto afirmativo e criativo; ora, em conclusão, que o que é original no anarquismo relaciona-se exclusivamente às suas afirmações sobre a sociedade ideal, que sua essência verdadeira e real está em seus esforços positivos. Ora se diz que o anarquismo rejeita o direito, ora que ele rejeita a sociedade, ora que ele rejeita somente o Estado. Ora se declara que, na sociedade futura do anarquismo, não há vínculos contratuais ligando as pessoas; ora, por outro lado, que o anarquismo busca ter todas as questões públicas solucionadas por contratos entre comunas e sociedades federalmente constituídas. Ora se diz que, em geral, o anarquismo rejeita a propriedade, ou pelo menos a propriedade privada; ora se realiza uma distinção entre o anarquismo comunista e individualista, ou mesmo entre o anarquismo comunista, coletivista e individualista. Ora se declara que o anarquismo concebe a sua realização por meio do crime, especialmente por meio de uma revolução violenta e com o auxílio da propaganda pelo fato; ora, por outro lado, que o anarquismo rejeita as táticas violentas e a propaganda pelo fato, ou que esses não são, necessariamente, elementos constitutivos do anarquismo. (Eltzbacher, 2004, pp. 3-4)

Por meio de suas constatações, nota-se que havia, naquele momento, um problema, caracterizado pela dificuldade de compreensão do anarquismo, o qual envolvia sua definição, suas negações, proposições, estratégias e correntes.

A motivação deste livro assemelha-se bastante à de Eltzbacher, mesmo que tenham se passado mais de cem anos de sua publicação e que

sejam levados em conta os inúmeros esforços efetuados, desde sua publicação, para solucionar os problemas por ele colocados. Pode-se dizer que, mesmo com os avanços nas pesquisas sobre o anarquismo, continuam havendo, ainda hoje, debates e discordâncias nas soluções e respostas dadas a estes problemas fundamentais.

Um balanço crítico dos estudos de referência do anarquismo, que constituem hoje as bases de outras produções sobre o tema, demonstra que há uma quantidade demasiadamente limitada de estudos gerais que apresentam e discutem o anarquismo de maneira satisfatória; levando em consideração as obras em português, a situação é ainda pior. Este balanço demonstra que, mesmo com os avanços conseguidos em novas investigações, não foi possível reunir em uma obra uma discussão criteriosa sobre o anarquismo, envolvendo sua definição, suas negações, proposições, estratégias e correntes.

O objetivo deste livro é *apresentar um texto que introduza a discussão das questões fundamentais do anarquismo e que possa funcionar como um guia contemporâneo de leitura e oferecer chaves de compreensão sobre o tema*. Entretanto, não se trata de uma síntese das produções anteriores; não é um livro que apresenta mais do mesmo. Ele busca, concomitantemente, *produzir um balanço crítico de produções anteriores, identificando problemas e, em seguida, propor uma abordagem teórico-metodológica que possa solucioná-los, para, finalmente, realizar uma discussão teórica do anarquismo, de maneira a contribuir com o avanço nas investigações sobre o tema*.

Creio que as definições do anarquismo, de seus debates e suas correntes, assim como diversas conclusões apresentadas nos estudos de referência do anarquismo possuem problemas consideráveis, sendo ocasionados, em grande medida, pelos fundamentos teórico-metodológicos utilizados por seus autores. Considero que, por meio de uma abordagem distinta, esses problemas podem ser solucionados, proporcionando as condições para a realização de investigações mais adequadas e para o tratamento das questões anteriormente colocadas.

Devo ressaltar, especialmente pela abrangência deste estudo – a qual toma em conta 150 anos de história do anarquismo no mundo todo, por meio da análise de uma vasta bibliografia – e por seu caráter metodologicamente inovador, que ele está longe de ser definitivo. Busquei sistematizar um extenso conjunto de escritos e propor uma nova maneira de enfocar o tema, chegando a resultados que me parecem mais satisfatórios que outros.

Estou certo de que muito do que aqui apresento pode ser testado, aprimorado e mesmo complementado ou corrigido, e sinceramente gostaria que outros pudessem contribuir neste debate crítico e sério sobre o anarquismo.

Em função desta amplitude dos dados que utilizei e da necessidade que tive de realizar reduções, algumas vezes esquemáticas, reivindico o argumento de Pablo Ortellado que, numa outra pesquisa, que envolvia também um trabalho de generalização de uma obra ampla, afirmou:

Identificar esses eixos [principais e idéias-força] é um trabalho de simplificação e vulgarização, que necessariamente submete a riqueza e a diversidade de um pensamento vivo e complexo a alguns esquemas gerais. Espero apenas que essa redução tenha sido bem feita, deixando claros os seus limites, problemas e resultando não em um pensamento empobrecido, mas em um bom índice que dá acesso à obra plena. (Ortellado, 2003, p. 10)

Apesar de elaborar, em diversos momentos, esquemas gerais e generalizações, espero ter conseguido executar estas tarefas de maneira satisfatória e suficiente para o objetivo previamente exposto. Como em qualquer campo científico que cultiva a seriedade, espero sinceramente que as conclusões deste trabalho possam ser testadas por outros, aprimorando as pesquisas sobre o tema.

Desde a publicação do estudo de Eltzbacher houve, essencialmente, dois tipos de estudos que lidaram com o problema por ele colocado. Por um lado, uma produção militante, dos próprios anarquistas, cujo foco, mais político do que científico, refletiu sobre os temas em questão; alguns autores, como no caso de Piotr Kropotkin, buscaram conciliar as posições políticas e científicas, não sem grandes dificuldades. Por outro lado, uma produção acadêmica, que, bastante escassa, debruçou-se sobre algumas destas questões. A escassez dos estudos produzidos nas universidades pode ser compreendida como resultado de um complicado contexto, do qual alguns aspectos podem ser destacados.

Primeiramente, uma correlação de forças desfavorável entre o *status-quo* e as idéias contestadoras em geral. Pode-se dizer que, pelo fato de a produção de conhecimento – e, por isso, a educação e, particularmente, a

universidade – constituir um pilar dos sistemas de dominação, é natural que investigações que, de algum modo, coloquem em xeque pressupostos básicos destes sistemas, apresentem ou fortaleçam alternativas a ele, tendam a ser desfavorecidas. Em segundo lugar, uma correlação de forças desfavorável dentro do próprio campo contestador, que inclui a esquerda e o socialismo. Em termos históricos – principalmente após a ascensão do marxismo-leninismo, o estabelecimento da URSS e a bipolarização do mundo –, o fato de o anarquismo ter se tornado, deste momento em diante, uma corrente minoritária, fez com que, com frequência, se identificasse completamente esquerda e socialismo com o marxismo, num processo em que as experiências soviética, chinesa e cubana contribuíram consideravelmente.

Neste contexto, o anarquismo foi, muitas vezes, apagado da história; em outros casos, ao ser tratado por seus adversários e/ou inimigos, foi completamente deturpado e/ou ridicularizado. Soma-se a isso o fato de, em diversos países, os marxistas terem, deliberadamente, decidido disputar espaço na academia, o que lhes proporcionou, em múltiplas circunstâncias, condições para o estudo e a difusão de suas idéias, processo bastante beneficiado pelo apoio, inclusive financeiro, do antigo mundo “socialista”.

Os anarquistas, em geral, não vêm priorizando a universidade como um espaço de disputa e têm preferido dedicar-se às produções próprias, com foco político-ideológico e militante, realizadas e distribuídas, geralmente, em meio a imensas dificuldades. Ainda assim, há uma minoria que, ingressando na academia, tem encontrado simpatizantes e conseguido recolocar o anarquismo em cena.

Para além dessas questões, mais políticas do que técnicas, há outra dificuldade, que é o acesso às fontes.¹³ No Brasil, o acesso às fontes primárias traduzidas ao português é restrito, apesar dos incansáveis esforços de alguns tradutores, como no caso das obras dos clássicos e outros autores anarquistas; fontes secundárias de qualidade, dedicadas aos estudos sobre o tema, também são escassas. É praticamente impossível realizar, hoje, uma pesquisa abrangente sobre o anarquismo, sem o estudo de obras em outros idiomas, as quais também não são abundantes e nem sempre simples de serem encontradas.

13 O próprio Eltzbacher (2004, p. 5) reconheceu essa dificuldade no acesso às fontes: “os escritos anarquistas são escassos em nossas bibliotecas. Eles são tão raros que é extremamente difícil para um indivíduo adquirir até mesmo as obras mais proeminentes.” A Biblioteca Florestan Fernandes, da Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, não tem muito mais do algumas poucas dezenas de dissertações, teses e livros sobre anarquismo.

Esse panorama explica, em grande medida, o motivo de o anarquismo ser pouco estudado – e, portanto, pouco compreendido – dentro e fora das universidades. Conforme afirma Lucien van der Walt (s/d, p. 6), “mais do que qualquer outra ideologia moderna, o anarquismo tem sido mal-compreendido, inclusive pelos acadêmicos”. Segundo sustenta, “o anarquismo ‘não tem sido bem tratado na academia’; marginalizado no currículo universitário, suas visões continuam a não ser ‘completamente respeitáveis’”. Constata-se, sem dificuldades, que essas colocações do autor são verídicas.

Entretanto, há exceções; algumas produções – realizadas por anarquistas, pesquisadores simpáticos ao anarquismo e, em menor grau, acadêmicos sérios –, lidando com todas essas dificuldades, conseguiram atingir excelente qualidade e proporcionar avanços significativos no campo em questão. Produziram-se boas, em alguns casos ótimas, investigações sobre o anarquismo na História, nas Ciências Sociais, na Pedagogia, na Geografia, na Filosofia entre outras áreas do conhecimento.

Muitas dessas pesquisas, buscando solucionar a problemática das fontes, têm se apoiado nas produções próprias dos anarquistas (jornais, panfletos, brochuras, livros, estudos etc.), as quais não são muito fáceis de encontrar, visto que estão dispersas e, diversas vezes, restritas ao universo dos próprios militantes. Entretanto, iniciativas como o Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP; a Biblioteca Social Fábio Luz, da Federação Anarquista do Rio de Janeiro; e, mais recentemente, a Biblioteca Terra Livre, de São Paulo, oferecem possibilidades. Outras investigações têm se apoiado nas fontes de adversários dos anarquistas, como no material produzido por correntes distintas da esquerda e/ou do socialismo, e lidam com a problemática política anteriormente mencionada. Há, também, aquelas que têm se apoiado em material produzido por seus inimigos, como no caso de arquivos do Estado, incluindo os da polícia política.

Entre os anos 1960 e 1980 houve, globalmente, uma retomada do interesse nos estudos sobre o anarquismo, motivada, em parte considerável dos casos, pelo robustecimento da Nova Esquerda, potencializada pelo Maio de 1968, e também pelo fim das ditaduras em muitos países. Neste período foram elaboradas algumas das produções que constituem, até o presente, estudos de referência do anarquismo. Num balanço histórico panorâmico, que leva em conta estudos realizados desde o século XIX até o presente, é possível dizer que, em meio a avanços significativos, proporcionados pelas várias pesquisas em questão, há, também, problemas consideráveis. Perma-

necem, principalmente pela influência dos estudos de referência, elementos metodológicos, teóricos e historiográficos que complicam e limitam a continuidade das investigações.

O processo de globalização, fortalecido nos fins dos anos 1990 com a internet, e a reorganização dos anarquistas no último período vêm contribuindo com uma mudança de contexto que oferece possibilidades imensas para as investigações em geral, e do anarquismo em particular. Duas delas merecem ser comentadas.

Primeiro, as possibilidades abertas pela internet, que envolvem a melhoria no acesso e no compartilhamento das fontes e na comunicação entre os pesquisadores. Hoje, sem grandes dificuldades, podem-se acessar materiais on-line, comprar livros atuais e antigos, mesmo os raros, contatar pessoas de dentro e de fora do país e trocar informações com outros pesquisadores. Isso, ao mesmo tempo, e em alguma medida, tem contribuído para a melhoria na qualidade dos estudos. Em segundo lugar, em termos globais, o crescimento das traduções e das publicações de obras anarquistas e de estudos sobre o tema, produzidas, dentro e fora da internet, por novos projetos e editoras. Especialmente no Brasil, houve, a partir dos anos 1980, um aumento significativo das traduções de obras clássicas e historiográficas do anarquismo, em especial as realizadas pela editora Novos Tempos / Imaginário.

Este livro insere-se neste complexo contexto representado, por um lado, por todas as dificuldades relacionadas à pesquisa do anarquismo – tanto no que diz respeito às questões políticas, quanto aos problemas que envolvem método, teoria e história; por outro, por este momento particularmente favorável às investigações.

O principal desafio colocado parece-me o seguinte: *solucionar os problemas precedentes e usufruir deste contexto, de maneira a avançar nas pesquisas, colocando-as em outro patamar.* Parece também evidente que o contexto, apesar de ser favorável e oferecer possibilidades sem precedentes, não soluciona, por si só, todas essas questões. *É necessário encontrar os entraves que têm impedido os avanços nas investigações e, debruçando-se sobre eles, avançar para compreensões e explicações mais adequadas do anarquismo.*

Trabalhos que vêm buscando cumprir este desafio têm sido elaborados por alguns pesquisadores, dentro e fora do Brasil, dentre os quais se destacam o dos africanos Michael Schmidt e Lucien van der Walt. Entre outras produções, eles vêm trabalhando, há mais de uma década, na série

Counter-Power, que inclui dois livros: *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism* (Schmidt e van der Walt, 2009), de base teórica, e *Global Fire: 150 fighting years of international anarchism and syndicalism* (Schmidt e van der Walt, no prelo), de base histórica.¹⁴

Posso dizer que me filio a esta tradição internacional de pesquisadores, que começa a ser estabelecida e que possui atores valiosos em distintos países, e que é, em certa medida, protagonizada pelos autores sul-africanos.¹⁵ Por este motivo, o presente estudo utiliza ambas as obras, *Black Flame* e *Global Fire*, como eixos norteadores. Contudo, não tratei, simplesmente, de reproduzir seu conteúdo ou de elaborar um resumo destes livros. Partindo de alguns de seus eixos, busquei avançar nas reflexões, reforçar e aprofundar argumentos e contribuir com este processo, que entendo ser de construção intelectual coletiva.

ESTRUTURA E ARGUMENTOS

Dois questões nortearam a rediscussão do anarquismo que propus fazer neste livro. 1.) *O que é o anarquismo?* 2.) *Quais são suas correntes e seus debates mais relevantes?* As respostas a elas estruturaram o presente estudo. Além desta breve introdução, ele divide-se em cinco capítulos e uma conclusão.

No primeiro capítulo, “Problemáticas Teóricas e Históricas dos Estudos de Referência do Anarquismo”, identifico e discuto os estudos de referência do anarquismo, principalmente no que diz respeito à suas definições de anarquismo, suas abordagens teórico-metodológicas, suas conclusões e as principais problemáticas neles envolvidas. Realizo também um balanço crítico dos problemas destes estudos.

14 Ambos os livros, produzidos concomitantemente e apoiando-se na noção de interdependência entre teoria e história, foram elaborados a partir de um vasto conjunto de autores e episódios – em termos históricos, vai de 1868 ao presente; em termos geográficos, abarca os cinco continentes. *Black Flame*, de aproximadamente 700 laudas, já foi publicado em inglês, e *Global Fire*, de aproximadamente mil laudas, está em processo de finalização; seu manuscrito original me foi disponibilizado pelos autores.

15 Mais recentemente, temos buscado articular esses pesquisadores no Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA) [<http://ithanarquista.wordpress.com>].

No segundo capítulo, “Elementos Teórico-Metodológicos”, estabeleço os fundamentos teórico-metodológicos desta pesquisa, apresentando o método histórico utilizado, particularmente em sua aplicação teórica, e a amplitude global dos dados analisados, além das noções de totalidade e interdependência que com ele interagem. Tal formulação toma como ponto de partida o balanço crítico antes produzido e aspira solucionar os problemas dos estudos de referência. Essa metodologia pareceu-me capaz de estabelecer as *continuidades e permanências* do anarquismo, no tempo e no espaço, levando em conta a noção de longo prazo que eu pretendia utilizar.

No terceiro capítulo, “Redefinindo o Anarquismo”, conceituo o anarquismo como uma ideologia coerente, socialista e revolucionária, que se fundamenta em princípios determinados e cujas bases se definem racionalmente, a partir de uma crítica da dominação, de uma defesa da autogestão e de uma estratégia comum. O anarquismo sustenta a necessidade de uma transformação social fundamentada em estratégias, que buscam substituir sistemas de dominação por sistemas de autogestão. Sete categorias são implicadas na definição apresentada: ideologia, estratégia, força social, poder, dominação, autogestão e classes sociais, as quais são posteriormente discutidas, juntamente com os conceitos acessórios a elas relacionados.

Em seguida, desdubro a definição de anarquismo em uma discussão teórica mais detalhada, discorrendo sobre sua crítica à dominação, sua defesa da autogestão e sua estratégia fundamental, a partir de seus impactos nas três esferas sociais. Chego, enfim, a um conjunto de dez princípios político-ideológicos que sumarizam a definição de anarquismo elaborada: ética e valores, crítica da dominação, transformação social do sistema e do modelo de poder, classes e luta de classes, classismo e força social, internacionalismo, estratégia, elementos estratégicos, revolução social e violência, defesa da autogestão.

No quarto capítulo, “Debates Relevantes e Correntes do Anarquismo”, apresento e discuto os debates entre anarquistas e, partindo deles, contesto o estabelecimento anterior das correntes anarquistas para propor uma nova maneira de formulá-las. Em relação à defesa da autogestão econômica e à socialização da propriedade, discuto as diferentes posições que sustentam o mercado autogestionário e aquelas que defendem a planificação democrática; as posições que defendem o coletivismo e aquelas que defendem o comunismo na distribuição dos frutos do trabalho na sociedade futura. Em relação à defesa da autogestão política e o autogoverno

democrático, analiso as distintas posições em relação às prioridades para a articulação política no local de moradia ou de trabalho. Em relação à defesa da cultura autogestionária, discuto as diferentes posições em relação aos limites e possibilidades da cultura. Em relação às estratégias anarquistas, analiso as distintas posições em relação: à organização anarquista, específica e de massas; à utilidade das lutas por ganhos de curto prazo (reformas) e sua contribuição com o projeto revolucionário anarquista; ao momento e ao contexto de utilização da violência, com a relação que ela possui com a criação e o fortalecimento de movimentos populares; à maneira mais adequada de articular a organização específica anarquista.

Considero que os debates estratégicos são mais significativos que os outros, e que, assim, as questões de organização, reformas e violência, são aquelas que mais freqüentemente vêm dividindo os anarquistas. Associadas, como em geral apareceram na história, elas possibilitam que se agrupem os anarquistas em duas correntes: o *anarquismo insurrecionalista* (minoritário) e o *anarquismo de massas* (majoritário historicamente).

No quinto capítulo, “Surgimento, Extensão e Impacto do Anarquismo”, sustento que o anarquismo emergiu em um momento específico do século XIX, que contou com a articulação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e da Aliança da Democracia Socialista (ADS), e que rapidamente, em menos de 20 anos, espalhou-se para diferentes continentes, principalmente por meio do envolvimento com o sindicalismo de intenção revolucionária. Discuto, em seguida, a extensão e o impacto do anarquismo, enfatizando sua presença geograficamente global e historicamente permanente, apresento brevemente grandes episódios nos quais os anarquistas estiveram envolvidos e reflito sobre as classes sociais por eles mobilizadas. Enfim, menciono outras iniciativas que contaram com participação anarquista.

Numa breve conclusão, apresento e discuto as teses deste estudo, realizo críticas a algumas concepções e determinados episódios anarquistas, e reflito rapidamente sobre perspectivas contemporâneas para o anarquismo.

Capítulo 1

Problemáticas Teóricas e Históricas dos Estudos de Referência do Anarquismo

Essa aparente incoerência é resultado das análises problemáticas do anarquismo e não da pobreza do próprio anarquismo.

Michael Schmidt e Lucien van der Walt

Este capítulo realiza uma análise crítica dos estudos de referência sobre o anarquismo, evidenciando suas principais problemáticas teóricas e históricas. Defino quais são esses estudos e, partindo do problema metodológico que envolve a relação entre teoria e história, analiso suas definições de anarquismo, os caminhos percorridos por seus autores para elaborá-las e suas principais conclusões. Por meio de um balanço, aponto as principais problemáticas que permeiam esses estudos.

ESTUDOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS DE REFERÊNCIA

Considero sete os “estudos teóricos e históricos de referência”, que têm sido utilizados significativamente nas investigações do anarquismo, acadêmicas ou não. Eles são, neste momento, apresentados, juntamente com seus autores, e, em seguida, analisados, visando expor brevemente o estado da arte da discussão teórica e historiográfica do anarquismo.

A importância desses estudos é atribuída a dois fatores: primeiro, por eles aparecerem, com frequência, na bibliografia das obras utilizadas para a elaboração deste livro; segundo, por eles apresentarem certo destaque em uma análise bibliométrica simples, feita no Google Acadêmico.¹⁶

A obra mais antiga, *Der Anarchismus*, escrita pelo jurista Paul Eltzbacher, foi escrita e publicada em 1900, traduzida para o inglês e publicada em 1908 [Anarchism]; constitui o primeiro estudo acadêmico sobre o anarquismo. Recebendo atenção e admiração, esta obra vem sendo significativamente difundida, e é comercializada até o presente em língua inglesa; entre as produções em inglês, possui, ainda hoje, alguma relevância.

Outra obra, escrita originalmente em nove volumes e publicada em partes por Max Nettlau desde os anos 1920, foi resumida e publicada em

¹⁶ Para saber mais sobre esse procedimento, cf. Corrêa, 2012, pp. 26-27.

1935 com o título de *La Anarquía Através de los Tiempos*, em espanhol, sendo depois traduzida para o inglês [A Short History of Anarchism], o francês [L'Histoire de L'Anarchie] e outros idiomas, tornando-se referência. Além da obra de Nettlau ter sido fundamental para produções teóricas e históricas posteriores, ela continua a ser referência nos países em que está traduzida há mais tempo. Por razão de o autor ser simpático ao anarquismo, pelo fato de ele ter conhecido pessoalmente alguns dos anarquistas clássicos, e dedicado sua vida à reunião e à divulgação de escritos anarquistas, sua produção tem caráter militante, de preservação da memória anarquista.

Durante os anos 1960, surgiu um conjunto de obras que vem tendo influência, dentro e fora das universidades, nos estudos do anarquismo. Publicado em 1962, *História das Idéias e Movimentos Anarquistas*, de George Woodcock, logo foi traduzido em diversos idiomas, aparecendo no Brasil em 1983. Tornou-se uma referência comercial e consta na bibliografia da maioria dos estudos do anarquismo, especialmente nos países de fala inglesa, portuguesa e espanhola; dentre os estudos aqui apresentados, é o que possui maior impacto. Woodcock foi um simpatizante das idéias anarquistas e escreveu alguns livros sobre o tema. Em 1964, outra obra importante foi publicada: *Anarquistas e Anarquismo*, de James Joll, historiador acadêmico britânico, que também vem tendo impacto significativo nos idiomas para os quais foi traduzida. Em 1965, Daniel Guérin, militante francês, publicou *Anarquismo: da doutrina à ação*, originalmente em francês [L'Anarchisme: de la doctrine à la action], que logo foi traduzido para o inglês [Anarchism: from theory to practice] – recebendo um prefácio de Noam Chomsky, que contribuiu para potencializar sua difusão –, e também para o alemão [Anarchismus: begriff und praxis] e outros idiomas. Foi traduzida e publicada no Brasil em 1968, por uma pequena editora, o que limitou bastante seu impacto na produção de língua portuguesa; nos países de língua francesa e espanhola, o livro possui alguma relevância e destaca-se muito nas produções de língua inglesa.

Demanding the Impossible: a history of anarchism, de Peter Marshall, um acadêmico simpático às idéias anarquistas, foi publicado em 1992. Ainda que seja recente e não tenha sido traduzida para outros idiomas, a obra tem um impacto considerável nos países de língua inglesa. *An Anarchist FAQ*, de Iain McKay, foi uma obra que surgiu do resultado de um esforço militante iniciado na internet, em 1995, e que, em 2007, foi publicada parcialmente em livro, em inglês. Mesmo que o livro não tenha ingressado, até o

presente momento, de maneira significativa, no meio acadêmico, o trabalho na internet foi traduzido em muitos idiomas e difundido por grande parte do globo: está disponível em inglês, português, espanhol, francês, japonês, curdo, hebraico e outros. Possui, também, por isso, um impacto significativo.

A problemática metodológica apresentada por Eltzbacher

Eltzbacher (2004) dedicou a introdução e o primeiro capítulo de sua obra à discussão das principais dificuldades metodológicas encontradas para a realização de um estudo científico do anarquismo.

Conforme mencionei, constatando a falta de conhecimento do anarquismo entre as massas, os acadêmicos e os estadistas, Eltzbacher cita diversas definições de anarquismo, algumas contraditórias entre si, sustentadas por um conjunto relativamente amplo de autores. Seu estudo, à época, buscava justamente solucionar esse problema conceitual.

Além das dificuldades de acesso à bibliografia e da necessidade de realizar uma abordagem interdisciplinar – que levasse em conta noções do Direito, da Economia e da Filosofia –, o autor identifica as principais dificuldades metodológicas encontradas. Dentre elas, destaca-se o problema de como iniciar um estudo desse tipo.

Alguns reivindicam que aquilo que escrevem e fazem é anarquista, outros não. Seria a auto-identificação um critério para determinar o que é o anarquismo e quem são os anarquistas? Alguns consideram que determinadas idéias e práticas são anarquistas, outros não. Eltzbacher (2004, p. 6) questiona: “Como alguém pode considerar algum desses [preceitos] anarquistas um ponto de partida sem aplicar o conceito exato de anarquismo que tem ainda de ser determinado?”.

Esta questão expõe um problema metodológico com o qual todos os estudos do anarquismo, teóricos e históricos, de alguma maneira, têm de lidar. A realização de uma análise historiográfica para se definir o que é o anarquismo implica, necessariamente, na própria seleção bibliográfica – de quais serão os autores e/ou episódios analisados –, uma definição prévia de anarquismo, que certamente determinará os resultados da pesquisa. A realização de um estudo teórico que defina o anarquismo envolve, obrigatoriamente, elementos conceituais que determinam, de antemão, os autores e episódios históricos que darão respaldo a essa teoria.

A solução dada por Eltzbacher a esse problema, do qual estava completamente ciente, foi a seguinte. Ele escolheu os autores considerados os teóricos anarquistas mais relevantes, a partir da indicação de pesquisadores que, segundo ele, estavam comprometidos cientificamente com as investigações do anarquismo. Chegou, a partir dessa indicação, a “sete sábios” do anarquismo: William Godwin, Pierre-Joseph Proudhon, Max Stirner, Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin, Benjamin Tucker e Liev Tolstoi. Partindo da definição de três categorias fundamentais – Direito, Estado e propriedade –, ele avaliou a produção teórica desses sete autores e, por meio de um estudo comparativo, buscou as semelhanças entre eles. O ponto em comum entre os sete “anarquistas” permitiria, segundo supunha, elaborar uma definição adequada de anarquismo.

A seguir, identificarei a estruturação e as definições de anarquismo dos estudos de referência e retomarei, em seguida, essa problemática metodológica colocada por Eltzbacher.

As definições de anarquismo e a estruturação dos estudos de referência

Eltzbacher (2004) estrutura sua obra teórica da seguinte maneira: além das discussões metodológicas iniciais, dedica um capítulo à definição das categorias mencionadas e um capítulo à análise da produção teórica de cada um dos autores selecionados, a partir das categorias escolhidas. Nos dois últimos capítulos, Eltzbacher (2004, p. 292) realiza um estudo comparativo entre os autores e conclui que “os ensinamentos anarquistas têm em comum apenas uma coisa: eles negam o Estado no futuro”. O anarquismo é, portanto, assim, definido como a *oposição do Estado no futuro*.

Nettlau (2008, no prelo) não apresenta uma definição clara de anarquismo em sua obra, a não ser por uma dedução lógica que se pode realizar, tomando como base a seleção de autores e episódios por ele realizada, a qual permite identificar, mesmo que não muito claramente, sua abordagem conceitual. Sua obra, de caráter histórico, tem o foco central na Europa, aborda com alguma profundidade os Estados Unidos e passa rapidamente por algumas outras regiões, abarcando um período extremamente dilatado.

O primeiro capítulo inicia-se com as contribuições de Zenão (333-264 a.C.) e termina na Revolução Francesa; o último vai até a prática anar-

quista na Internacional Sindicalista, de 1922, estendendo-se até 1934. Nos capítulos que compõem a obra, Nettlau passa pelas manifestações libertárias anteriores a 1789, pelas obras de Godwin, Robert Owen, William Thompson, Fourier e os fourieristas e por um estudo das experiências individualistas autóctones dos Estados Unidos, além das obras de Josiah Warren e Tucker. Aborda Proudhon, os proudhonianos e sua atuação na França, na Espanha e na Alemanha, país que se dedica a explorar, por meio de estudos da obra de Stirner, Eugen Dühring e Gustav Landauer. Aborda o grupo de *L'Humanitaire* e as obras de Élisée Reclus, Joseph Déjacque e Ernest Coeurderoy, e depois avança pelas práticas libertárias até os anos 1870, dedicando-se às origens do anarquismo na Espanha, na Itália, na Rússia e alguns outros países, passando pelas produções de Pi y Margall e Bakunin. Dedicar-se ao estudo da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) – chamada posteriormente de Primeira Internacional (1864-1877) – e das organizações políticas impulsionadas por Bakunin em 1864 e 1868, abordando as disputas com o setor “centralista” liderado por Karl Marx, a concepção sindical surgida naquele contexto e a Comuna de Paris. Passa pela Internacional Antiautoritária, que durou até 1877, e aborda as origens do anarco-comunismo entre 1876 e 1880. Os últimos capítulos dedicam-se aos estudos dos teóricos e de práticas anarquistas na França – incluindo a produção de Kropotkin –, na Itália – incluindo Errico Malatesta e Saverio Merlino –, e na Espanha. Um capítulo dedica-se, brevemente, ao estudo do anarquismo na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Alemanha, na Suíça e na Bélgica, a partir de 1880. Outros dois passam brevemente por Holanda, países escandinavos, Rússia, Leste Europeu, África, Austrália e América Latina. Posteriormente, há um estudo do sindicalismo revolucionário francês e das contribuições de Fernand Pelloutier e Émile Pouget até o início da Primeira Guerra Mundial.

Para Nettlau (2008, p. 27), “uma história da idéia anarquista é inseparável da história de todas as evoluções progressivas e das aspirações à liberdade”. Seria necessário, portanto, “procurar estudar o momento histórico favorável em que surge essa consciência de uma existência livre pregada pelos anarquistas”. Esse é o motivo de seu corte histórico ser tão amplo. Pelos autores e episódios selecionados para a realização de sua obra, é possível notar que o conceito que norteia essa seleção é de uma compreensão do anarquismo como “aspiração à liberdade” ou “consciência de uma existência livre”. Concepção esta, que se mostra em acordo com outra, apresentada em um estudo distinto, quando Nettlau (2011, p. 1) enfatiza ser o maior objeti-

vo do anarquismo “a máxima realização possível de liberdade e bem-estar para todos”. Dessa maneira compreendido, o anarquismo é definido como *a consciência e a aspiração de uma existência de liberdade e bem estar para todos*.

Woodcock (2002) divide sua obra em duas partes: a primeira, relativa às idéias anarquistas, e a segunda, relativa ao “movimento anarquista”. A primeira inicia-se com um capítulo de definições teóricas que incluem, além dos teóricos utilizados por Eltzbacher, Sébastien Faure, Buenaventura Durruti, Henry David Thoreau, Thomas More, Willian Morris, Mahatma Gandhi, Aldous Huxley e Percy Bysshe Shelley. Referindo-se à explicação etimológica do termo “anarquia” e seus derivados, o autor aborda seu surgimento na Revolução Francesa e como Proudhon lhe deu, em 1840, um sentido positivo.

Alguns elementos fundamentam a definição de anarquismo de Woodcock (2002, vol. I, pp. 7, 16): “Todos os anarquistas contestam a autoridade e muitos lutam contra ela”, ainda que a autoridade não seja por ele definida; o autor afirma, apenas, que ela é “o princípio dominante nos modelos sociais contemporâneos.” E ainda:

Do ponto de vista histórico, o anarquismo é a doutrina que propõe uma crítica à sociedade vigente; uma visão de sociedade ideal do futuro e os meios para passar de uma para outra. [...] O anarquismo preocupa-se, basicamente, com o homem e sua relação com a sociedade. Seu objetivo final é sempre a transformação da sociedade; sua atitude no presente é sempre de condenação a essa sociedade, mesmo que essa condenação tenha origem numa visão individualista sobre a natureza do homem; seu método é sempre de revolta social, seja ela violenta ou não. (Woodcock, 2002, vol. I, p. 7)

Haveria, ainda, segundo sustenta, um “elemento comum a todas as formas de anarquismo”: “a substituição do Estado autoritário por alguma forma de cooperação não-governamental entre indivíduos livres”. (Woodcock, 2002, vol. I, p. 12)

O anarquismo caracteriza-se, assim, por *uma crítica da sociedade presente – fundamentada na autoridade, e, mais especificamente, no Estado –, uma proposta de sociedade futura e uma estratégia de transformação social que poderia ou não ser violenta*.

O segundo capítulo de seu livro apresenta uma árvore genealógica do anarquismo, elaborada a partir dos estudos históricos de Kropotkin,

Nettlau e Rudolf Rocker. Ele remete o anarquismo aos tempos mais remotos e identifica elementos deste nas obras de filósofos como “Lao Tsé e Zenão, Étienne de la Boetie, Fénelon e Diderot”, e também na Abadia de Thélème e em Rabelais, “com seu lema libertário: ‘Faça o que quiser!’”, assim como nos movimentos religiosos como “anabatistas, hussitas, os doukhobors e os esenes”; o próprio Jesus Cristo, para ele, é um anarquista. (Woodcock, 2002, vol. I, p. 40)

A obra continua com uma seqüência de seis capítulos, em que analisa a produção teórica de Godwin, Stirner, Proudhon, Kropotkin e Tolstoi – assimilando-se à estrutura da obra de Eltzbacher. A segunda parte inicia-se com um capítulo introdutório, que trata da internacionalização do anarquismo, e um conjunto de quatro capítulos que analisam a presença do anarquismo na França, na Espanha, na Itália e na Rússia, e um último, que analisa o anarquismo na América Latina, no norte da Europa, na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Joll (1970) também divide sua obra em teoria e prática, pensamento e ação; a primeira delas é subdividida em duas partes: uma, na qual realiza um histórico das lutas pela liberdade e o surgimento do socialismo, na qual inclui os anabatistas, Jean-Jaques Rousseau, Godwin, a Revolução Francesa e a prática dos *sans-culottes* e os *enragés*, Babeuf e a Conspiração dos Iguais, Fourier e Saint-Simon e Wilhem Weitling; outra, na qual se dedica a um estudo mais pormenorizado de Bakunin e Proudhon. Uma terceira parte aborda a prática anarquista, por meio de uma análise da “propaganda pelo fato”, levada a cabo pelos atentados terroristas da Europa dos anos 1880 e 1890, as produções de Kropotkin e outros anarquistas de referência, a Revolução Russa, a Revolução Espanhola e a discussão dos anarquistas sobre a questão sindical.

Em sua definição de anarquismo, Joll afirma:

Os anarquistas combinam uma crença na possibilidade de uma ação violenta e súbita da sociedade com uma confiança na racionalidade dos homens e na possibilidade de aperfeiçoamento destes. Num certo sentido, são os herdeiros de todos os movimentos religiosos utópicos e milenares que acreditaram que o fim do mundo estava para breve e confiantemente esperavam o momento em que “a trombeta soar e ficaremos totalmente modificados, num momento, num piscar de olhos”. Por outro, são também filhos da Idade da Razão. [...] Eles, mais do que ninguém, levaram sua crença na Razão

e no Progresso e na persuasão pacífica para lá dos seus limites lógicos. O anarquismo é, simultaneamente, uma fé religiosa e uma filosofia racional; e muitas das suas anomalias resultam do conflito entre estas duas tendências e das tensões entre as diferentes espécies de temperamento que os representam. (Joll, 1970, pp. 13-14)

Esses dois elementos, fé religiosa e filosofia racional, constituem, assim, o cerne do anarquismo: de um lado, o caráter praticamente religioso, de uma crença que uma revolução seria inevitável e solucionaria todos os problemas sociais; de outro, o caráter racional, que acreditava ser possível persuadir as pessoas da validade de seu ideal. O anarquismo, imerso nessa contradição entre razão e emoção, é definido a partir da *busca da transformação social e da crença na racionalidade humana e na possibilidade do aperfeiçoamento humano*.

Guérin (1968) apresenta sua obra de maneira similar, dividindo-a em três partes. A primeira, na qual discute as idéias-força do anarquismo, definindo os princípios anarquistas; a segunda, em que discute a proposta anarquista de sociedade futura, e a terceira, na qual analisa a prática revolucionária anarquista, a partir da discussão sobre o contexto europeu de 1880 a 1914 e de três episódios revolucionários que contaram com a participação anarquista: a Revolução Russa, os conselhos de fábrica italianos e a Revolução Espanhola. O anarquismo é assim definido por Guérin:

Anarquismo é, com efeito, antes de tudo, sinônimo de socialismo. O anarquista é, em primeiro lugar, um socialista que visa abolir a exploração do homem pelo homem. O anarquismo é um dos ramos do pensamento socialista, onde [sic] predominam, fundamentalmente, o culto da liberdade e a vontade de abolir o Estado. (Guérin, 1968, p. 20)

O anarquismo, para ele, é uma *corrente do socialismo que defende, similarmemente aos outros socialistas, a luta contra a exploração, e, diferentemente deles, a posição de que o Estado não é um meio para se atingir à liberdade, à qual só se pode chegar por meio de práticas libertárias*. Guérin define o anarquismo a partir dos seguintes princípios: *a luta contra o capitalismo, o Estado e a democracia burguesa; a crítica ao socialismo “autoritário”; as energias individuais e das massas; seus aspectos construtivos, que incluem a organização, a autogestão e o federalismo na economia e na política, a mobilização pelo local*

de trabalho e moradia; o internacionalismo e o antiimperialismo. Seu referencial bibliográfico teórico é, em grande medida, Proudhon e Bakunin, mas também utiliza, com bastante frequência, Stirner, fundamentalmente ao tratar da crítica ao Estado e da defesa da liberdade individual.

Marshall (2010) divide sua obra em sete partes. A primeira, em que contesta o senso comum em torno dos termos “anarquia” e seus derivados e elabora, brevemente, os traços gerais do anarquismo. A segunda aborda os precursores do anarquismo e discute o taoísmo, o budismo, os gregos, o cristianismo, a Idade Média, a Revolução Inglesa, o Renascimento e o Iluminismo na França e o Iluminismo na Inglaterra. A terceira estuda os grandes libertários da França, da Alemanha, da Inglaterra e dos Estados Unidos. A quarta discute as obras de doze clássicos anarquistas: Godwin, Stirner, Proudhon, Bakunin, Kropotkin, Reclus, Malatesta, Tolstói, os individualistas e os comunistas americanos, Emma Goldman, os comunistas alemães e Gandhi. A quinta analisa alguns episódios do anarquismo em ação: na França, na Itália, na Espanha, na Rússia e na Ucrânia, no norte da Europa, nos Estados Unidos, na América Latina e na Ásia. A sexta estuda o anarquismo moderno, a partir da Nova Esquerda e dos movimentos de contracultura, a nova direita e os anarco-capitalistas, os libertários modernos, os anarquistas modernos, dentre os quais dá um destaque a Murray Bookchin e seu debate sobre ecologia. A sétima, conclusiva, analisa a concepção anarquista da relação entre meios e fins e argumenta em relação à relevância do anarquismo.

“Seria enganoso dar uma definição clara de anarquismo”, sustenta Marshall (2010, p. 3), já que o anarquismo é, “por sua própria natureza, antidogmático”. Ele afirma que “o anarquismo não possui um corpo fixo doutrinário, fundamentado em uma visão de mundo particular”, mas se define por ser “uma filosofia complexa e sutil, que abarca muitas correntes de pensamento e estratégias distintas”. Ainda assim, elabora uma definição ampla, sendo o anarquismo, para ele,

uma atitude, um modo de vida, assim como uma filosofia social. Apresenta uma análise das instituições e práticas existentes e, ao mesmo tempo, oferece a perspectiva de uma sociedade transformada radicalmente. Acima de tudo, sustenta o fascinante ideal da liberdade pessoal e social. (Marshall, 2010, p. xv)

Apesar das várias diferenças entre os anarquistas, pode-se, segundo afirma, identificar alguns elementos em comum.

Uma visão particular da natureza humana, uma crítica da ordem existente, um projeto de uma sociedade livre e um meio para atingi-la. Todos os anarquistas rejeitam a legitimidade do governo exterior e do Estado e condenam a autoridade política, a hierarquia e a dominação impostas. Buscam estabelecer as condições de anarquia, ou seja, uma sociedade descentralizada e auto-regulada fundamentada em uma federação de associações voluntárias de indivíduos livres e iguais. O objetivo último do anarquismo é criar uma sociedade livre que permita todos os seres humanos realizar completamente seu potencial. (Marshall, 2010, p. 3)

O anarquismo é, assim definido, como *uma filosofia antidogmática, que se fundamenta na crítica da dominação – envolvendo a autoridade, a hierarquia, o Estado, o governo – e na defesa na defesa de uma sociedade libertária e igualitária, que implica descentralização, auto-regulação e a federação de associações voluntárias.*

McKay (2008) divide sua obra em sete seções e apresenta seu conteúdo por meio de perguntas e respostas elaboradas por ele próprio. A primeira conceitua o anarquismo, a segunda apresenta a crítica anarquista da sociedade presente, complementada pelas três partes seguintes, que apresentam a crítica anarquista do capitalismo, do Estado e analisam seus impactos econômicos, políticos e ecológicos. A sexta parte discute se o anarco-capitalismo é um tipo de anarquismo, negando sua relação com a tradição anarquista. Um apêndice sobre a simbologia utilizada pelos anarquistas complementa a obra. Há, entretanto, outros volumes que devem ser publicados no futuro, com conteúdo que consta apenas na internet. Analisarei, aqui, somente esse primeiro volume.

Seu referencial utilizado é consideravelmente amplo, e vai desde os clássicos como Proudhon, Bakunin, Kropotkin e Malatesta, até autores contemporâneos. Às fontes primárias dos clássicos, o autor adiciona outros anarquistas conhecidos como Goldman, Alexandre Berkman, Nicola Sacco e Bartolomeu Vanzetti, além de historiadores do anarquismo.

Por meio da demonstração de que o anarquismo não implica somente crítica à sociedade presente, mas também propostas construtivas, McKay assim o define:

O anarquismo é uma teoria política e sócio-econômica, mas não uma ideologia. Essa diferença é *muito* importante. Basicamente, a teoria significa que você possui idéias; a ideologia significa que as

idéias possuem você. O anarquismo é um corpo de idéias flexíveis, em constante estado de evolução e alteração, e aberto às mudanças que surgem a partir de novos dados. Assim como a sociedade, o anarquismo modifica-se e desenvolve-se. Uma ideologia, diferentemente, é um corpo de idéias “fixas”, no qual as pessoas acreditam de maneira dogmática, com freqüência ignorando a realidade ou “modificando-a”, de maneira a encaixá-la na ideologia que é (por definição) correta. (McKay, 2008, p. 18)

Ao colocar o anarquismo no campo da teoria, McKay (2008, p. 18) tem por objetivo diferenciá-lo de ideologias como “o leninismo, o objetivismo, ‘o libertarianismo’ [liberalismo radical]”, e outras, que implicam a “destruição dos indivíduos reais em uma doutrina”, que “serve normalmente aos interesses de alguma elite dominante”. A teoria anarquista, segundo ele, implica uma *oposição radical à hierarquia e, portanto, ao capitalismo e ao Estado, e busca criar uma sociedade socialista, sem governo, fundamentada nos interesses coletivos, na liberdade e na solidariedade.*

A problemática metodológica e conceitual dos estudos de referência

A problemática identificada por Eltzbacher, como não poderia deixar de ser, transpassa todos os estudos de referência do anarquismo. Pode-se dizer que o vínculo indissociável entre teoria e história, entre a elaboração conceitual e os dados levados em consideração numa pesquisa, ambos em permanente relação de interdependência, continua a complicar os estudos sobre anarquismo.

O próprio Eltzbacher terminou sendo vítima da problemática metodológica por ele mesmo enunciada. Sua questão poderia ser colocada a si mesmo. Não teriam os pesquisadores “comprometidos cientificamente com as investigações do anarquismo” um conceito de anarquismo pré-definido que determinaria, de antemão, os resultados de sua pesquisa? Ao levar em conta os sete autores considerados anarquistas por esses pesquisadores, ele chegou, por meio de uma análise, que se poderia dizer rigorosa, à conclusão que, muito provavelmente, norteou, consciente ou inconscientemente, os pesquisadores que lhes indicaram os referidos autores: anarquismo é a negação do Estado no futuro – tal era, enfim, a única característica que unia

os sete sábios. Os pesquisadores que os indicaram possivelmente tinham em mente, de antemão, ainda que não tivessem clareza disso, esse conceito de anarquismo, indicando autores que, depois de analisados, confirmariam esse conceito dado *a priori*.

O resultado da investigação de Eltzbacher deveria ter sido levado em conta mais seriamente pelos pesquisadores que deram continuidade às pesquisas sobre o anarquismo. Se a análise dos aspectos comuns de um determinado conjunto de autores, que deveria chegar a um conceito de anarquismo, concluiu que a única similaridade encontrada é uma oposição futura ao Estado; e se se considera que a oposição futura ao Estado não é suficiente para definir o anarquismo – já que outras correntes, distintas do anarquismo, também se opõem ao Estado no futuro –, então parece óbvio que a amostragem de dados – nesse caso, o conjunto de autores levados em consideração – tem problemas.¹⁷ No entanto, conforme se observa nos estudos de referência, os autores utilizados por Eltzbacher continuam, em sua maioria, a ser considerados anarquistas e a pautar os estudos de maneira bem determinante.

A referida interdependência entre teoria e história – e, portanto, entre a elaboração conceitual e os autores e episódios históricos levados em consideração – pode ser analisada de maneira mais pormenorizada nos estudos de referência do anarquismo. Identifico, agora, tomando por base essa relação interdependente, as principais problemáticas colocadas pelos estudos em questão.

17 Exemplificando de modo um tanto grosseiro, é possível dizer o seguinte. Suponhamos que eu queira conceituar o que é um carro. Na seleção da amostragem de dados, seleciono um carro e um caminhão. Parece natural que a definição de carro, no fim da análise realizada, não corresponderá àquilo que eu queria conceituar. Nesse caso, há duas alternativas; modifico a amostragem – retirando o caminhão e deixando somente o carro, chegando a um conceito correspondente, ou adicionando outros veículos e realizando novas análises – ou assumo o conceito de carro elaborado pela análise do carro e do caminhão. No caso de Eltzbacher, ele buscava conceituar o anarquismo selecionando uma amostra de dados (os sete sábios) e analisando-a. Por meio desta análise, chegou a um conceito que, comparativamente, parece não corresponder ao anarquismo, já que outras correntes socialistas, por exemplo, o marxismo, também negam o Estado no futuro. Se não se considera adequado incluir o marxismo como parte do anarquismo, só resta, em termos metodológicos, modificar a amostragem de dados. Isso, apesar de tudo, não tem sido feito; na maioria dos casos, o procedimento que tem sido adotado pelos pesquisadores é simplesmente adaptar a resposta. Em vez de mudar a maneira de selecionar os anarquistas considerados clássicos, simplesmente se celebra a “pluralidade do anarquismo”. No exemplo anterior, isso equivaleria a se constatar, positivamente, que os carros muitas vezes assemelham-se aos caminhões... Parece não ser um procedimento adequado.

Fenômeno ahistórico

Nettlau, Woodcock e Marshall optam por uma seleção histórica tão extensa, que pode ser considerada ahistórica, e apresentam o anarquismo como um fenômeno que sempre existiu, independente da época ou do contexto. Marshall, ao refletir sobre a origem do anarquismo, afirma:

O anarquismo surgiu de um protesto moral contra a opressão e a injustiça. As primeiras sociedades humanas presenciaram uma luta constante entre aqueles que queriam mandar e aqueles que se negavam a obedecer ou mesmo a mandar. O primeiro anarquista foi a primeira pessoa que sentiu a opressão de outra e rebelou-se contra ela. [...] Por ser uma tendência reconhecível na história humana, a linha do tempo do anarquismo, em termos de pensamento e fatos, deve buscar um passo de milhares de anos atrás. (Marshall, 2010, pp. 3-4)

Segundo esse ponto de vista, todas as lutas contra a opressão, independente do momento histórico em que tenham ocorrido, seriam demonstrações práticas do anarquismo.

Na realidade, como o próprio Marshall (2010, p. xix) aponta, ele utilizou como base de seu estudo o verbete sobre anarquismo elaborado por Kropotkin, em 1910, para a *Encyclopaedia Britannica*. Nesse texto, Kropotkin (1987, pp. 22-27) enfatiza que estariam incluídos, no “desenvolvimento histórico do anarquismo”, Lao Tsé, Aristipo (430 a.C.), Zenão (342-267 ou 270 a.C.) – considerado por Kropotkin “o melhor expoente da filosofia anarquista na Grécia antiga” –, Marco Girolamo Vida, os cristãos primitivos – a partir do século IX na Armênia, as pregações dos hussitas, Chojecki e os primeiros anabatistas –, Rabelais e Fénelon no século XVIII, partes do pensamento de Rousseau e Diderot, teóricos da Revolução Francesa, Godwin, Stirner e Thompson. A partir desse histórico prévio, Kropotkin aborda as contribuições de Proudhon, Bakunin e outros anarquistas da Primeira Internacional.

Posições semelhantes foram defendidas por outros anarquistas, como Rocker (1978a, p. 16), que afirma: “as idéias anarquistas aparecem em todos os períodos conhecidos da história, por mais que, nesse sentido, haja ainda muito para ser explorado”. Para ele, uma história do anarquismo deveria se debruçar sobre toda a história universal.

Tais abordagens ahistóricas apontam para definições de anarquismo consideravelmente amplas, conceituando-o, muitas vezes, como uma

luta contra a dominação de maneira geral – ou, como se chamou historicamente, a “luta contra a autoridade” – ou como uma luta contra o Estado.

Não é coincidência que as definições de anarquismo elaboradas por Nettlau, Woodcock e Marshall caminhem nesse sentido. As aspirações de uma existência de liberdade e bem estar para todos – definição de anarquismo de Nettlau –, a crítica da dominação de maneira geral, com ênfase no Estado, e a defesa da liberdade e da igualdade como perspectiva futura – definições de Woodcock e Marshall – certamente envolvem elementos existentes em toda a história.

A enormidade dos dados levados em consideração, toda a história humana, só pode apontar para uma definição ampla que, na realidade, define pouco. Além disso, essas abordagens tendem a considerar o contexto, e, portanto, a própria história, uma peça acessória, tanto no surgimento quanto na trajetória do anarquismo; nos mais distintos contextos históricos – com ou sem capitalismo, Estado Moderno e proletariado –, o anarquismo sempre teria existido.

Análises etimológicas

Guérin (1968, pp. 19-20), Woodcock (2002, vol. I, p. 8), Marshall (2010, p. 3) e McKay (2008, pp. 19-21) utilizam análises etimológicas dos termos “anarquia” e seus derivados como um critério para definir o anarquismo – um recurso que poderia, aparentemente, ser usado para iniciar um estudo sobre o tema.

Woodcock explica:

A origem da palavra anarquismo envolve uma dupla raiz grega: *archon*, que significa governante, e o prefixo *an*, que indica sem. Portanto, anarquia significa estar ou viver sem governo. Por consequência, anarquismo é a doutrina que prega que o Estado é a fonte da maior parte de nossos problemas sociais, e que existem formas alternativas viáveis de organização voluntária. E por definição, anarquista é o indivíduo que se propõe a criar uma sociedade sem Estado. (Woodcock, 1998, p. 11)

Esse recurso metodológico, de partir das análises etimológicas, foi também empregado pelos próprios anarquistas, como no caso de Kropotkin

(1987, p. 19), que identificou na raiz grega do termo, “*an – e arke*”, o significado de “contrário à autoridade”. As definições apresentadas por Woodcock e Kropotkin vão no sentido abordado anteriormente, de conceitos bem amplos, que trabalham, em geral, com a definição do anarquismo como oposição à dominação. Guérin, ainda que utilize essa análise etimológica, realiza uma abordagem histórica e uma definição mais restrita de anarquismo. Woodcock e Marshall utilizam abordagens ahistóricas e definições amplas de anarquismo.

Tais análises etimológicas permitem compreender o anarquismo apenas como uma negação. No entanto, Woodcock e Kropotkin nunca conceberam o anarquismo desta maneira; para eles, ele sempre contou com destacados aspectos construtivos. Tomadas isoladamente, as análises etimológicas podem levar a crer que o anarquismo constitui apenas uma negação da autoridade, no caso da citação de Kropotkin, ou uma negação do Estado, no caso da de Woodcock.

O primeiro caso envolve uma discussão conceitual complexa, que está presente tanto nos estudos do anarquismo, quanto nos estudos do poder. “Autoridade” é um termo polissêmico, que pode ser compreendido de diversas maneiras; é utilizado pelos anarquistas clássicos, ainda que cada um lhe dê um sentido distinto, e também aparece nos estudos de referência que, normalmente, o utilizam como sinônimo de dominação.

O segundo caso envolve uma discussão conceitual importante do anarquismo, que possui implicações consideráveis. Conceituar o anarquismo como uma luta contra o Estado, e os anarquistas como aqueles que levam a cabo esta luta, implica definir o anarquismo como sinônimo de antiestatismo.

Sinônimo de antiestatismo

Ainda que seja possível compreender as definições de Nettlau (2008, no prelo) e de Woodcock (2002) nesse sentido, Eltzbacher (2004) constitui, dentre os estudos de referência, o caso exemplar. Comparando os sete autores, chegou à seguinte conclusão:

Os ensinamentos anarquistas têm em comum apenas uma coisa: eles negam o Estado no futuro. Nos casos de Godwin e Proudhon, Stirner e Tucker, a negação significa que eles rejeitam o Estado incondicionalmente, tanto no futuro quanto em qualquer outro mo-

mento; no caso de Tolstoi, significa que ele rejeita o Estado, ainda que não incondicionalmente, mas no futuro; nos casos de Bakunin e Kropotkin, significa que eles prevêm que, no futuro, o progresso da evolução irá abolir o Estado. (Eltzbacher, 2004, pp. 292-293)

Independente da interpretação sobre a negação do Estado nos distintos autores, que possui imprecisões, e levando em conta a problemática metodológica discutida, a questão mais relevante, aqui, é levar em conta a definição de anarquismo de Eltzbacher: anarquismo é a negação do Estado no futuro, anarquismo é sinônimo de antiestatismo.

Essa definição continuou a ser utilizada posteriormente. Roderick Kedward (1971, pp. 5-6) declara que “o laço que une todos os anarquistas” é “o antagonismo a qualquer situação regulada pela imposição, pela obrigação ou pela opressão”, um aspecto que constitui, para ele, o fundamento do antiestatismo anarquista. Corinne Jacker (1968, p. 2) sustenta que “outro termo para anarquismo é *antiestatismo*”.

Essa definição permitiu que fossem considerados anarquistas diversos autores e episódios, cuja única semelhança é a oposição ao Estado em geral, ou ao governo em particular.

Fenômeno do século XVIII

Além da posição ahistórica, há algumas abordagens que consideram ser o anarquismo um fenômeno do século XVIII. Ainda que essa posição não seja defendida abertamente por nenhum dos estudos de referência, as análises lógicas indicam que há possibilidade de o anarquismo ser assim compreendido.

Eltzbacher (2004) considera um conjunto de autores que teve sua produção realizada entre os fins do século XVIII e os inícios do século XX. Godwin é o escritor mais antigo levado em consideração, e seu estudo de referência, *Enquiry Concerning Political Justice*, foi publicado em 1793. Seria possível crer, por isso, que o anarquismo constitui um fenômeno do século XVIII.

No cerne da discussão teórica de Woodcock (2002), que aborda com algum detalhe os “principais teóricos do anarquismo”, ele também afirma o início do anarquismo em Godwin, apesar de sua seleção histórica dizer outra coisa, o que também poderia levar a crer nessa interpretação do anarquismo como um fenômeno do século XVIII.

Outros autores, como Irving Horowitz (1982, p. 32), trabalham com esse referencial do século XVIII, partindo da Revolução Francesa: “a primeira forma consciente do anarquismo representava um composto de nostalgia e utopia, conseqüência bastante natural de doutrina desenvolvida por um setor ilustrado da aristocracia e empregada mais tarde pelos *sans-culottes*”. Esse “anarquismo” do século XVIII, chamado por Horowitz de “anarquismo utilitário”, teria sido “uma expressão dos ricos deslocados em favor de uma sociedade subprivilegiada”, já que “os pobres não tinham aprendido [...] a falar por si mesmos”. Autores como Claude-Adrien Helvetius, Diderot, Godwin, Saint-Simon seriam, para ele, anarquistas daquela época.

Outras abordagens que podem levar a crer nesta hipótese são aquelas que se apóiam na utilização dos termos “anarquia” e seus derivados. Fundamentando-se parcialmente nesta abordagem, Woodcock (2002, vol. I, pp. 7-10) e Joll (1970, p. 48) investigam como a utilização desses termos – em particular o termo “anarquista”, que teria surgido no século XVIII – contribuiu com a definição do anarquismo, assunto que será discutido a seguir.

Utilização dos termos

Investigar a utilização dos termos “anarquia” e seus derivados implica um retorno ao século XVII, mas, principalmente, ao século XVIII e ao contexto da Revolução Francesa, pois foi a partir dela que esses termos passaram a ser constantemente utilizados em sentido político.

Os pensadores clássicos da teoria política já vinham usando alguns desses termos e contribuíram com o processo de significação terminológica. Thomas Hobbes (2008, p. 159), em *Leviatã*, de 1651, coloca que anarquia “significa ausência de governo”; John Locke (2005, p. 560), em *Segundo Tratado sobre o Governo*, provavelmente de 1689, sustenta que a anarquia “muito se assemelha à ausência total de governo”; Jean-Jaques Rousseau (2010, pp. 56, 71), em *Do Contrato Social*, de 1762, coloca que “o Estado, dissolvido, cai assim no despotismo ou na anarquia” e que “quando o Estado se dissolve, o abuso do governo, qualquer que seja, toma o nome de *anarquia*”.

Essa utilização terminológica, em particular a referência de “anarquista” àquele que defendia a anarquia, se fortalece no contexto da Revolução Francesa, conforme notam Alexandre Samis (2002, p. 47) e James Joll (1970, p. 48), o qual afirma que “anarquista” era “o termo adotado por Ro-

bespierre para atacar os da esquerda, de que se servira para os seus próprios fins, mas de quem resolvera se libertar”. *Sans-cullotes* franceses afirmavam serem seus amigos “aqueles a quem os aristocratas chamam anarquistas, facciosos, maratistas”.

Mesmo que se possa considerar que, durante o curso da Revolução Francesa, os *enragés*, dentre os quais se encontravam Jaques-Roux e Jean Varlet, tivessem posições libertárias, até aquele momento, conforme as posições dos clássicos da política, de Samis e Joll, os termos que posteriormente se referirão ao anarquismo tinham um sentido essencialmente negativo. Eram utilizados no sentido de sociedade sem Estado, sem governo, e, portanto, de caos, ou mesmo por setores políticos que queriam depreciar alguém ou desqualificar seus adversários ou inimigos. Certamente o senso comum teve influência neste processo. Se o Estado era a sociedade, se o governo era a ordem, a falta de Estado e governo só poderia ser o caos. Se anarquia era destruição, desorganização etc., qualificar um adversário ou inimigo político de anarquista era imputar a ele esses sentidos, forjados pelo senso comum e carregados com os próprios termos.

Esse senso comum, que existe pelo menos desde o século XVII e que se fortalece no século XVIII, independente do surgimento do anarquismo como uma corrente político-ideológica, continuou a ser difundido nos séculos posteriores e, em alguma medida, existe até os dias de hoje. Os séculos XIX e XX contaram com a difusão massiva deste senso comum e com a equiparação dos termos “anarquia” e seus derivados à destruição, ao caos, à desorganização, às posturas anti-sociais, desagregadoras e críticas. Também se relacionou, com frequência, esses termos ao crime e à loucura.

Cesare Lombroso (1977, pp. 15, 25), médico e criminologista italiano, escreveu, em 1894, que o anarquismo significava “um enorme retrocesso”; com raras exceções, para ele, “os autores mais ativos da idéia anárquica” eram “loucos ou criminosos, e muitas vezes ambos”. Gustave Le Bon (1921, pp. 268-270, 370), psicólogo social e sociólogo francês, afirmou, em 1910: “o anarquismo não constitui uma doutrina política, porém um estado mental, especial a variedades bem definidas de degenerados, que os patologistas há muito tempo catalogaram”; seria, enfim, uma “moléstia essencialmente contagiosa”. Para ele, os anarquistas eram “alucinados pelos seus impulsos mórbidos” e possuíam “o intuito de destruir a sociedade”; eram inimigos “de qualquer forma de organização social”.

Por mais que no século XXI as abordagens como as de Lombroso e Le Bon pareçam exageradas, elas refletem como, por muito tempo, veio

sendo forjando um sentido aos termos “anarquia” e seus derivados e ao próprio anarquismo.

Fenômeno do século XIX

Joll (1970, pp. 12-13) – ainda que seu estudo remeta-se aos anabatistas, às revoltas camponesas do século XVI, à Godwin e aos socialistas utópicos; e mesmo que traga elementos que permitam uma identificação do surgimento do anarquismo no século XVIII – afirma que “o movimento anarquista é um produto do século XIX. É, em parte pelo menos, o resultado do impacto da maquinaria e da indústria na sociedade camponesa e artesã.” Haveria, segundo considera, um contexto histórico que teria permitido esse surgimento.¹⁸

McKay sustenta que o anarquismo surgiu no século XIX e, ao abordar o tema, enfatiza:

O anarquismo é uma expressão da luta contra a opressão e a exploração, uma generalização das experiências e análises do povo trabalhador daquilo que estava errado no sistema vigente e uma expressão de esperanças e sonhos de um futuro melhor. Essa luta existia antes de se chamar anarquismo, mas o movimento anarquista histórico [...] é essencialmente um produto das lutas da classe trabalhadora contra o capitalismo e o Estado, contra a opressão e a exploração, e *por* uma sociedade de indivíduos livres e iguais. (McKay, 2008, p. 26)

Segundo essas afirmações, pode-se compreender que, ainda que haja um passado de lutas contra a dominação, as quais teriam existido durante toda a história, o século XIX teria proporcionado algumas condições particulares para o surgimento do anarquismo, dentre as quais se encontram o desenvolvimento do capitalismo, do Estado Moderno, e as mudanças sociais envolvendo o campo e a cidade.

Quando Guérin (1968, pp. 20-21) afirma que o anarquismo é um tipo de socialismo – sendo este definido como uma corrente ideológico-doutrinária formulada no seio dos movimentos da classe trabalhadora que lutavam contra o capitalismo –, ele também o concebe como um produto do século XIX.

¹⁸ Incoerências e inconsistências desse tipo são constantes nos estudos de referência. Como neste caso, em que o autor afirma que o anarquismo é um fenômeno do século XIX, mas aborda autores e episódios de períodos anteriores em seu estudo, considerando-os anarquistas.

Paradoxalmente, Kropotkin, que defendeu a posição ahistórica em seu verbete de 1910, afirmara, antes, em 1887:

O anarquismo, o sistema não-governamental do socialismo, tem uma dupla origem. Constitui um amadurecimento dos dois grandes movimentos de pensamento nos campos político e econômico que caracterizam o século XIX, especialmente sua segunda metade. Em comum com todos os socialistas, os anarquistas sustentam que a propriedade privada da terra, do capital e das máquinas maquinaria já teve seu tempo, e que está condenada a desaparecer; sustentam também que tudo o que for necessário para a produção deve tornar-se propriedade comum da sociedade, e assim o serão; a propriedade comum deve ser gerida em comum por aqueles que produzem a riqueza. Em comum com os mais avançados representantes do radicalismo político, eles sustentam que a organização política ideal da sociedade exige que se reduzam as funções governamentais ao mínimo e que o indivíduo retome sua liberdade completa de iniciativa e de ação para satisfazer – por meio dos grupos e federações livres – todas as necessidades infinitamente variadas dos seres humanos. (Kropotkin, 2005d, p. 46)

Para ele, nesse texto, o anarquismo é definido como uma corrente socialista, constituída a partir da conjunção do desenvolvimento do próprio socialismo e daquilo que chama de “radicalismo político” – um federalismo de base democrática e libertária. A união dessas duas correntes, durante a segunda metade do século XIX, teria permitido o surgimento do anarquismo.

Definir o anarquismo como uma corrente do socialismo surgida no século XIX é hoje a posição hegemônica entre os estudiosos do tema. Além dos já mencionados Joll, McKay e Guérin, diversos outros estudos trabalham com esse referencial. Paul Avrich (2005, p. 3) sustenta que “o anarquismo, como um movimento organizado de protesto social, é um fenômeno recente”, que surgiu “na Europa, durante o século XIX e o início do século XX”, como uma “resposta aos passos rápidos da centralização política e econômica impulsivada pela Revolução Industrial”. Angel Cappelletti (2006a, p. 9) afirma que o anarquismo “como filosofia social e como ideologia, nasce na primeira metade do século XIX”; mesmo assim, “sua formação explícita e sistemática não pode ser considerada anterior a Proudhon”. Para ele, o anarquismo surge a partir de uma conjunção de fatores possibilitada pela Revolução Francesa, pela formação da classe trabalhadora e pelo surgimento do capitalismo industrial.

René Berthier (2008, p. 2) sustenta que o anarquismo, como “dou-

trina política moderna”, desenvolve-se a partir de três elementos fundamentais: “a crítica do comunismo doutrinário e utópico francês, realizada por Proudhon”, “a crítica da filosofia alemã efetuada por Bakunin”, mas, “sobretudo, por meio da experiência prática da luta social e da solidariedade de classe no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores”; grande parte da corrente coletivista ou socialista revolucionária, chamada mais tarde de anarquista, torna-se, naquele contexto, um “movimento de massas organizado”. Alexandre Skirda (2002), em sua análise organizativa do anarquismo, toma como um marco de referência o pensamento proudhoniano, assim como Pierre Ansart (1970), que em sua obra *El Nacimiento del Anarquismo*, trata exclusivamente da produção teórica de Proudhon e de seu vínculo com o movimento dos trabalhadores da seda de Lyon.

Schmidt e van der Walt (2009, p. 45) afirmam que o anarquismo surge durante a AIT, mais especificamente em 1868: “é razoável considerar os anos 1860 e a Primeira Internacional como o contexto de surgimento do movimento anarquista”. Para eles, o anarquismo surgiu das teorias e práticas, pensamentos e ações desenvolvidos pelo movimento de trabalhadores do século XIX: “foi dentro do ambiente socialista que as idéias identificadas com Bakunin, Kropotkin e o movimento anarquista surgiram”. A visão de que o anarquismo passou a existir quando Bakunin se associou a outros socialistas, constituindo a Aliança da Democracia Socialista (ADS), a qual ingressa na Internacional e passa a difundir as estratégias anarquistas pela Europa, é também compartilhada por Nicolas Walter (2000).

Para Eduardo Colombo (2011, p. 127), o anarquismo constitui-se plenamente durante o Congresso de Saint-Imier, em 1872; naquele contexto, “o anarquismo tornar-se-á um corpo teórico que organiza, sistematiza, representa e justifica a luta, e os métodos de luta, para chegar a uma transformação profunda da sociedade”. Ele também considera que o anarquismo não surge “da cabeça de um rebelde genial”, mas é o “produto das condições reais da exploração e da dominação de classe, da forma estatista do poder político e das lutas sociais conexas”, posição compartilhada por Marianne Enckell (1991).

Dentre estes autores que consideram ter o anarquismo surgido no século XIX, encontram-se duas similaridades: o vínculo entre o surgimento do anarquismo e um contexto particular, em termos econômicos, políticos e sociais, e também o fato de o anarquismo ser compreendido como um movimento emergente da classe trabalhadora e do próprio socialismo.

Entretanto, há três posições, que se apoiam em marcos distintos

para estabelecer o momento, durante o século XIX, em que surge o anarquismo. O primeiro marco é a produção de Proudhon, que se inicia em 1840 e se desenvolve até sua morte em 1865; o segundo é a constituição da ADS e a entrada dela e de Bakunin na AIT, que ocorrem em 1868; o terceiro é a cisão da AIT e a constituição da Internacional Antiautoritária, que se dão em 1872. A partir de 1872 é praticamente um consenso entre todos os autores de que o anarquismo já está constituído.

Essa ligação do anarquismo com o século XIX é estabelecida, em grande parte dos casos, por um determinado contexto histórico que teria proporcionado as condições para seu surgimento. No entanto, essa ligação também pode ser realizada por dois outros fatos: a utilização positiva do termo “anarquia” e seus derivados e a auto-identificação dos anarquistas, ambos fenômenos daquele século – recursos que também são utilizados por estudiosos.

Sentido positivo dos termos e auto-identificação

Apesar do sentido negativo dos termos “anarquia” e seus derivados, discutidos anteriormente, há um marco histórico que ficou conhecido como a primeira tentativa de modificar esse sentido. Woodcock (2002, vol. I, pp. 40, 17) – apesar de afirmar que “dois historiadores do anarquismo, Alain Sargent e Claude Harmel, descobriram que o primeiro anarquista foi Jean Meslier, o cura de Étrepigny, que viveu no século XVIII” – sustenta que o anarquismo “existe na Europa desde 1840 ininterruptamente”. Esse marco de 1840 certamente está ligado à utilização que Proudhon fez, pela primeira vez, do termo “anarquia” em sentido positivo e de sua reivindicação de ser um anarquista, conforme indica Samis:

A anarquia, palavra recorrente nos discursos que tinham como objetivo desclassificar os oponentes, geralmente partidários da liberdade, era então vista de forma bem diversa da conceituação que lhe deu Pierre-Joseph Proudhon, no seu tratado apresentado à Academia de Ciências de Besançon, *O que é a Propriedade?*, em 1840. (Samis, 2002, p. 52)

Proudhon (1988, pp. 233-237), em meio à sua crítica contundente da propriedade privada, afirmou ser um anarquista, entendendo por isso uma oposição aberta ao governo dos homens pelos homens e a “ausência de

senhor, de soberano”. Mesmo continuando a utilizar o termo “anarquia” no sentido de desordem, Proudhon foi, em seu livro de 1840, o primeiro autor conhecido a atribuir-lhe sentido positivo.¹⁹

Parece evidente que um autor como Proudhon – mesmo se levada em conta a influência massiva de seus escritos – não reverteria facilmente o sentido que impregnava o termo há mais de um século. Essa problemática foi notada por militantes anarquistas que, na AIT, preocupavam-se com a utilização dos termos “anarquia” e seus derivados, justamente pelo significado que eles vinham carregando ao longo do tempo.

James Guillaume (2009a, p. 204) notava, com preocupação, que a própria militância utilizava esses termos de maneira negativa: “acontecia-nos, ainda, [...], de empregar as palavras ‘anarquia’ e ‘anárquico’ no sentido vulgar”. Por esse motivo, naquele momento, preferia utilizar outros termos: “não se falava de ‘anarquismo’ à época. Bakunin dizia-se socialista revolucionário ou coletivista”. (Berthier, 2010, p. 127) Na AIT, conforme coloca Enckell, esses termos eram ainda pouco utilizados:

Bakunin, quatro anos antes [de 1872], saiu do Congresso da Paz dizendo aos amedrontados burgueses: *Sou anarquista*, retomando a afirmação provocativa de Proudhon. Em seu relato do Congresso da Basiléia da AIT, em 1869, James Guillaume fala de *coletivismo anarquista*, mas ele nunca utilizará a palavra anarquista isoladamente, por razão de sua aparência negativa. Nos programas da Aliança [da Democracia Socialista], das seções ou mesmo dos círculos mais revolucionários, esse termo jamais aparece durante os primeiros anos da AIT. (Enckell, 1991, p. 199)

A utilização progressiva dos termos em questão contribuiu para modificar, ainda que relativamente, o sentido negativo atribuído a eles. A partir de Proudhon, esses termos passaram a ser reivindicados de maneira positiva, sendo utilizados esporadicamente pelos coletivistas da Internacional – Bakunin nos escritos do fim da vida e Guillaume muito raramente – e adotados, majoritariamente, somente a partir de 1872, com a fundação da Internacional Antiautoritária.

19 Deve-se destacar, apesar disso, que o venezuelano Antonio Muñoz Tébar afirmou, em 1811, em relação à forma que deveria assumir a república da Venezuela: “A anarquia! Essa é a liberdade. [...] Senhores, que a anarquia, com a tocha das fúrias em mãos, nos guie ao congresso, para que sua fumaça embriague os facciosos da ordem e os siga pelas ruas e praças gritando: Liberdade!” (*apud* Gonzáles, 2009).

Mesmo com a tentativa de Proudhon de dar um sentido positivo aos termos “anarquia” e seus derivados, nota-se que essa utilização terminológica teve resistências mesmo entre aqueles que, no século XIX, foram representantes de primeira ordem do anarquismo. A reivindicação positiva, mais generalizada, desses termos a partir de 1872, aos poucos, pelo menos para um determinado setor socialista, proporcionou as condições para a substituição de termos como “socialismo revolucionário” e “coletivismo”, constituindo uma alternativa a eles.

Apesar disso, não houve uma homogeneização; outros termos vêm funcionando historicamente como sinônimos de anarquismo: “socialismo libertário”, “comunismo libertário”, “socialismo antiautoritário”, “comunismo antiautoritário” entre outros. Contudo, não se pode assumir que todos eles sejam sinônimos; se eles foram freqüentemente reivindicados por anarquistas, em determinados casos extrapolaram fronteiras e estenderam-se a outros setores da esquerda socialista e revolucionária.

Isso implica a discussão de outra problemática que envolve a auto-identificação dos anarquistas. Mesmo não se apoiando nesse critério de maneira absoluta, alguns estudos de referência, de certa maneira, trabalham com a auto-identificação dos anarquistas como um critério para demarcar e definir o próprio anarquismo. McKay (2008) leva em conta, em distintos momentos, individualistas como Susan Brown, Tucker, o periódico *Anarchy: a journal of desire armed*, primitivistas como John Zerzan e o periódico *Green Anarchy* que, para além do fato de se considerarem anarquistas, não possuem muito em comum com os princípios históricos do anarquismo.

Deve-se questionar, por isso, se a auto-identificação constitui um critério adequado para determinar quem é ou não anarquista e, por meio de sua produção teórica e prática, determinar o que é ou não o anarquismo.

Antítese do marxismo

Essa problemática está ligada diretamente a outras anteriormente discutidas. Algumas abordagens, como as que consideram o anarquismo um fenômeno ahistórico, definido pela luta contra a dominação, mas, fundamentalmente, as abordagens que definem o anarquismo como sinônimo de antiestatismo, constituem as bases das análises que enfatizam ser o anarquismo a antítese do marxismo.

Essas abordagens têm por base, em alguma medida, no referido verbete sobre anarquismo, elaborado por Kropotkin (1987) para a *Encyclopaedia Britannica*. O argumento que sustenta suas posições, parcialmente retomado em alguns dos estudos de referência, é que o desenvolvimento da humanidade conta com duas tendências imemoriais em seu seio; uma delas, antiautoritária, que se caracterizaria pelas lutas e resistências contra a dominação, e outra, autoritária, que se distinguiria pelas tentativas de dominação e pelo estabelecimento de hierarquias na sociedade. Esse argumento subsidia posições de que o anarquismo seria uma expressão da primeira tendência e o marxismo da segunda.

Horowitz considera que o anarquismo se conformou, em grande medida, como uma alternativa ao marxismo. Comparando o socialismo e o anarquismo, ele coloca:

A diferença entre o socialismo e o anarquismo é fundamentalmente uma diferença entre aqueles que pretendem abolir as formas de relações sociais tais como existem atualmente e aqueles que tentam abolir o conteúdo de toda a sociedade de classes existentes até o presente. O socialista vê a sociedade futura a partir da perspectiva de redistribuição do poder, da propriedade, etc. O anarquismo vê em um compromisso desse tipo uma realização abortada e predestinada a perpetuar, sob uma forma nova, as mesmas divisões que vêm cindindo historicamente a sociedade. Para o anarquista, a raiz do problema é a sociedade; para o socialista, a raiz do problema se encontra nas classes sociais. (Horowitz, 1982, p. 23)

Pode-se, assim, compreender o anarquismo como uma luta contra a sociedade de dominação, sem base classista, posicionando-se contrariamente à redistribuição do poder e da propriedade privada. O classismo, a crítica da propriedade privada e da centralização do poder não seriam elementos constitutivos do anarquismo. Algumas abordagens discutidas – do anarquismo ahistórico, definido pela luta contra a dominação, e do anarquismo como sinônimo de antiestatismo – vêm subsidiando compreensões do anarquismo nesse sentido. Mesmo nas abordagens amplas dos estudos de referência, em geral, não se considera o marxismo parte do anarquismo. Isso inclui a obra de Eltzbacher que, ainda que defina o anarquismo como oposição ao Estado no futuro, não faz menções à possível fusão das duas ideologias.

As posições de que o anarquismo surgiu no século XIX, a partir da cisão da Internacional em 1872, também possui argumentos que podem le-

var a conclusões semelhantes. As diferenças entre marxistas e anarquistas têm sido significativamente destacadas nos estudos da Internacional – em especial, os conflitos entre Marx e Bakunin – adquirindo, em diversos casos, proporções maiores do que a própria AIT. Esses conflitos, que se evidenciaram a partir de 1869 e chegaram ao ápice em 1872, marcaram a cisão do socialismo em duas correntes, chamadas *a posteriori* de anarquista e marxista. No entanto, mesmo com a cisão, ambas as correntes estiveram juntas em distintas oportunidades, como no caso do primeiro período da Segunda Internacional (1889-1914).

As posições de ambas as correntes, exacerbadas e significativamente difundidas a partir de então, vêm contribuindo, principalmente a partir da segunda metade do século XX, com essa compreensão do anarquismo como antítese do marxismo, ao afirmar mais suas diferenças do que suas similaridades.

Incoerência e fim em 1939

Para Kedward (1971, p. 6), “nunca surgiu um programa coerente do anarquismo”, sendo que “disputa e discórdia fizeram parte de sua mais genuína natureza”. Distintos estudos de referência enfatizam, em termos negativos ou positivos, essa incoerência do anarquismo.

Eltzbacher (2004, p. 270) concluiu, ao fim de seu estudo, que os sete sábios do anarquismo, em geral, “nada têm em comum”. A partir de uma tipologia interessante, constatou que alguns dos sábios eram idealistas e outros eudemonistas, uns eram altruístas e outros egoístas, uns espontaneístas e outros federalistas, uns individualistas, outros coletivistas ou comunistas. Woodcock (2002, vol. I, p. 14) enfatiza que “os anarquistas podem estar totalmente de acordo quanto a seus objetivos básicos, mas demonstram ter profundas divergências quanto às táticas necessárias para atingir esses objetivos, especialmente no que se refere à violência”. Para Joll (1970, p. 29), “foi o conflito entre estes dois tipos de temperamento, o religioso e o racionalista, o apocalíptico e o humanista, que tornou a doutrina anarquista tão contraditória”.

Essa incoerência, para alguns autores, não se trata de um problema, mas de uma virtude. Marshall (2010, p. 3) e McKay (2008, p. 18) consideram que o antidogmatismo do anarquismo – considerado uma filosofia pelo primeiro e uma teoria para o segundo – permite abarcar todas essas

concepções e consegue, de algum modo, conciliá-las. Marshall afirma que “o anarquismo é como um rio com muitas correntes e contracorrentes”, as quais se modificam constantemente, “sendo renovado pelo vai-e-vem das ondas, mas sempre rumando ao oceano de liberdade”. Posições que não se distanciam significativamente da de Guérin:

Malgrado a variedade e a riqueza do pensamento anarquista, malgrado as suas contradições, malgrado suas disputas doutrinárias, centrada, não raramente, à volta de falsos problemas, estamos perante um conjunto de concepções muito homogêneas. (Guérin, 1968, p. 12)

Essas posições consideram que, de alguma maneira, é possível conciliar num mesmo conjunto as evidentes contradições entre Stirner e Bakunin, ou entre Tucker e Kropotkin. As diferenças, como as notadas por Eltzbacher, seriam positivas e demonstrariam que o anarquismo não é dogmático.

Tais argumentos, sobre as bases diversas e incoerentes do anarquismo, tomados de maneira menos ou mais críticas, subsidiam posições de autores como Caio T. Costa (1990, pp. 7, 12) e Ricardo Rugai (2003, p. 2), que falam na existência de “anarquismos”.

Além da incoerência, alguns estudos de referência apontam claramente para a conclusão de que o anarquismo teria terminado em 1939, ano em que se conforma a derrota da Revolução Espanhola. As obras produzidas nos anos 1960 vão nessa direção. Woodcock chegou a afirmar que o fracasso da Espanha revolucionária havia marcado o fim do anarquismo:

Situei o término desta história do anarquismo no ano de 1939. Esta data, escolhida propositadamente, assinala a verdadeira morte [...] do movimento anarquista fundado por Bakunin duas gerações atrás. [...] Não existem sequer quaisquer possibilidades admissíveis de um renascimento do anarquismo. [...] [A perda da Revolução Espanhola] foi a última e a maior derrota do movimento anarquista histórico. Nesse dia, virtualmente deixou de existir como uma causa viva. Restaram tão-somente anarquistas e a idéia anarquista. (Woodcock, 2002, vol. II, pp. 288, 295)

Mesmo tendo voltado atrás alguns anos depois, reconhecendo a relevância do anarquismo durante os anos 1960, Woodcock (2002, vol. II, p. 299) afirmou, em 1973, que “entre 1939 e 1961 o anarquismo não de-

sempenhou qualquer papel notável nos assuntos de qualquer país”. Guérin (1968, p. 155) enfatizou, de maneira semelhante, que “a derrota da Revolução Espanhola privou o anarquismo do seu único bastião no mundo. Desta experiência, o movimento anarquista saiu esmagado, disperso e, em certo sentido, desacreditado”.

Unindo os argumentos da incoerência e do fim do anarquismo em 1939, Joll (1970, p. 325) coloca: “quando olhamos para os repetidos fracassos do anarquismo em ação, fracassos que culminaram na tragédia da guerra civil espanhola”, enfatiza, poder-se-ia afirmar que “as contradições e as inconsistências da teoria anarquista, a dificuldade, se não a impossibilidade de pô-la em prática, parecem ilustradas pelas experiências dos passados cento e cinquenta anos”.

De uma maneira ou de outra, os estudos de referência raramente fogem dessas duas afirmações: o anarquismo é incoerente e perdeu sua expressão em 1939, com a derrota da Revolução Espanhola.

Pequeno impacto popular e outros aspectos

Os estudos sobre o anarquismo apresentam ainda argumentos que contribuem com outras conclusões sobre o tema, presentes em distintos trabalhos analisados.

Joll (1970, p. 265) considera difícil explicar por que “se tornou o anarquismo, a um ponto nunca até então atingido, um movimento de massas na Espanha”. Segundo seus argumentos, que se alinham com os de outros autores, o caso da Revolução Espanhola teria constituído uma exceção na história anarquista, especialmente pelo fato de o anarquismo, naquela ocasião, ter se convertido em um movimento de massas de notável envergadura.

Ao passo que Horowitz (1982, p. 9) decreta, nos anos 1960, o “desaparecimento virtual do anarquismo como um movimento social ‘organizado’”, Kedward vai mais longe:

Os historiadores devem concordar que o ideal da anarquia nunca foi popular, que ele encontrou a oposição de todas as classes e de todas as idades. Ele nem mesmo se tornou o credo de uma juventude adolescente, o grupo que, por razão da idade, está mais naturalmente envolvido com o problema da autoridade. (Kedward, 1971, p. 120)

Este argumento sustenta que o anarquismo não somente teria desaparecido nos anos 1930 ou 1960 como um movimento social organizado, mas que ele nunca teria ultrapassado um ideal utópico, sem impacto popular significativo.

A possível afinidade entre o anarquismo e a juventude, enfatizada por Kedward, é retomada por Joll (1970, p. 330), que coloca que “o ardente e irremediável otimismo das doutrinas anarquistas terá sempre uma aceitação entre a juventude em revolta contra as concepções morais e sociais dos mais velhos”.

Inadequado para a sociedade de seu tempo, o anarquismo possui, de acordo com Woodcock (2002, vol. I, p. 15), bases idealistas que “em muitos países teve muito pouco a ver com a realidade”.

Conforme sustenta Joll (1970, pp. 327-328), o anarquismo apoia-se em uma “visão romântica, saudosista, de uma sociedade do passado” composta por “artesãos e camponeses”, a qual lhe caracterizaria como algo antigo, do passado, e pouco adaptado para a sociedade industrial, oferecendo a elas poucas alternativas. Segundo enfatiza Woodcock (2002, vol. II, pp. 293, 290): “as pessoas comuns das classes média e operária [...] rejeitaram a visão anarquista por que esta [...] carecia de concretismo e precisão tranquilizadores que elas desejavam”. Essa inadequação ao presente também se demonstraria pela vontade dos anarquistas de voltar ao passado e pelo desenvolvimento do anarquismo, de maneira mais evidente, nas sociedades atrasadas: “os países e as regiões onde o anarquismo fez-se mais forte foram aqueles em que a indústria era menos desenvolvida e em que o pobre era mais pobre”. O flerte com certo “primitivismo” seria, dessa maneira, uma característica inata do anarquismo e um dos fatores que o teria impedido de se desenvolver de maneira mais extensa, principalmente entre o operariado urbano e industrial; a rejeição do anarquismo às lutas por reformas, conforme afirmam Woodcock (2002, vol. II, p. 293) e Joll (1970, pp. 30, 327), e sua política do tudo ou nada teria reforçado esse distanciamento entre trabalhadores e anarquistas.

Outro aspecto significativo do anarquismo seria, conforme colocou Woodcock (2002, vol. I, pp. 23, 28), uma “visão naturalista da sociedade”, venerando “tudo que fosse natural, espontâneo e individual”, o que permitiria, conforme colocado por Joll (1970, pp. 32-33) e Horowitz (1982, p. 16), relacioná-lo às idéias de Rousseau e sua concepção de natureza humana. Esse individualismo, de acordo com os estudos de referência, seria também uma característica básica do anarquismo. Sobre isso, Woodcock enfatiza que

a preocupação extremada com a soberania da escolha individual domina não apenas as idéias anarquistas sobre táticas revolucionárias e a futura estrutura da sociedade; ela também explica por que razão o anarquista rejeita tanto a democracia quanto a autocracia. [...] A democracia prega a soberania do povo. O anarquismo, a soberania da pessoa. (Woodcock, 2002, vol. I, p. 36)

“Rebeldes diletantes altamente individualistas” (Woodcock, 2002, vol. II, p. 292), os anarquistas, segundo Costa (1990, p. 11), “se é que se pode encontrar algo de comum entre eles, têm sempre em mira apenas o indivíduo, sem delegações, produtor, naturalmente em sociedade”. Tal preocupação com o indivíduo não colocaria os anarquistas numa posição de se contrapor completamente à organização, mas, conforme aponta Woodcock (2002, p. 18), de defenderem “grupos desagregados e transitórios” e confederações que deveriam servir de exemplo ao povo, sendo sua espontaneidade um de seus aspectos mais notáveis.

Em suma, há argumentos de relevância sustentados pelos estudos de referência: o anarquismo, que nunca teve significativo impacto popular, tem por base o individualismo, o espontaneísmo, o idealismo, o naturalismo, sendo mais afeito às idéias dos jovens e mais adaptado ao passado do que ao presente – elementos que teriam justificado, em certa medida, seu pequeno impacto popular.

Método historiográfico e escopo geográfico

Uma análise dos estudos de referência, tanto em relação ao método historiográfico, quanto ao escopo geográfico, permitem que sejam elaboradas algumas afirmações. Em relação ao primeiro, constata-se que as obras históricas utilizam, majoritariamente, um modelo de história hegemônico no século XX, quando foram escritas, priorizando os “grandes homens”, a partir de uma “história vista de cima”. Em relação ao segundo, evidencia-se um foco basicamente na Europa Ocidental, ainda que se possa notar algum destaque à Rússia, constituindo uma abordagem, em boa medida, eurocêntrica; mesmo assim, o Leste Europeu praticamente não aparece, ao passo que há algum destaque para a América do Norte, fato que permitiria considerar, em geral, um direcionamento voltado ao eixo Atlântico Norte.

Eltzbacher (2004) trata do anarquismo a partir de uma abordagem teórica que se fundamenta na obra dos sete sábios que são, na maioria, europeus; não aborda episódios e movimentos em que o anarquismo esteve envolvido. Nettlau (2008, no prelo), em termos do método historiográfico, foge um pouco à regra, pois, além dos grandes pensadores, expõe um conjunto significativamente amplo de episódios e movimentos em suas reflexões históricas. Em relação ao escopo geográfico, aborda principalmente a Europa ocidental e Rússia, além de discutir brevemente os Estados Unidos, dedicando ao leste Europeu, América Latina, Ásia e Oceania menos de 10% de seus dois volumes.

Woodcock (2002) dedica praticamente todo seu volume de teoria à análise da produção de seis grandes teóricos do anarquismo, todos europeus. O volume que analisa a prática possui em torno de 60% de seu conteúdo destinado às análises de França, Espanha, Itália e Rússia; concede somente algumas páginas à América Latina e aos Estados Unidos. Joll (1970), na parte teórica de sua obra, dedica-se ao estudo de idéias, lutas por liberdade e surgimento do socialismo, com o foco na Europa; debruça-se, também, ao estudo aprofundado da obra de Proudhon e Bakunin. A parte prática – tanto os debates estratégicos que envolvem a propaganda pelo fato, quanto o sindicalismo, além das experiências revolucionárias – tem foco principalmente na Europa. Guérin (1968) fundamenta sua elaboração teórica, basicamente, em três autores: Proudhon, Bakunin e Stirner; a partir da prática de fenômenos revolucionários na Europa Ocidental e na Rússia, trabalha com uma bibliografia basicamente europeia, sem também dedicar espaço a outros continentes.

Marshall (2010) elabora quase que toda sua reflexão teórica de mais de 200 páginas com a análise de dez autores – Godwin, Stirner, Proudhon, Bakunin, Kropotkin, Reclus, Malatesta, Tolstoi, Goldman e Gandhi –, na grande maioria, europeus. Em seu volume de mais de 800 páginas dedica menos de 10% aos estudos da Ásia e da América Latina; África e Oceania não são abordadas. McKay (2008) trabalha com um conjunto bem mais amplo de autores do que a maioria dos estudos de referência. Ainda assim, destacam-se significativamente os clássicos europeus e os autores norte-americanos.

Constata-se que nos estudos de referência, se em alguns casos há cortes históricos muito amplos, a leitura do “anarquismo” é sempre feita de cima para baixo, a partir de seus grandes homens. Por outro lado, nota-se uma restrição significativa de escopo geográfico, que tem como foco a Europa e aborda com alguma profundidade os Estados Unidos. Em geral, não se

trata devidamente do anarquismo nas Américas do Sul e Central, e os casos da Ásia, da África e da Oceania são praticamente ignorados.

BALANÇO DOS ESTUDOS DE REFERÊNCIA

Sem dúvida, todos os estudos de referência tiveram, e ainda têm, um papel marcante nas investigações sobre o anarquismo. São, evidentemente, produções fruto do tempo e do lugar em que foram realizadas. Por isso, seus méritos, que sem dúvida não são poucos, devem ser reconhecidos.

Eltzbacher (2004) introduziu o anarquismo na academia, com uma seriedade e um espírito científico que não eram comuns à época, quando se tratava de anarquismo – as produções possuíam caráter político-ideológico marcante, tanto nas abordagens daqueles que o defendiam, quanto daqueles que o criticavam. Mesmo com os problemas que serão apontados, seu estudo fundamenta-se em elementos teórico-metodológicos bastante avançados para seu tempo. Nettlau (2008, no prelo) destaca-se por ser um dos primeiros estudos a tentar reunir as idéias e práticas libertárias em uma obra, dando aos futuros pesquisadores dados e nomes que seriam fundamentais para aprofundamentos ulteriores. O papel de Nettlau, na reunião de originais dos clássicos anarquistas – muitos dos quais constituíram a base do acervo do Instituto de História Social de Amsterdã –, também não pode ser minimizado.

Woodcock (2002) e Joll (1970) avançaram na discussão de temas teóricos e práticos do anarquismo e sua difusão massiva contribuiu sobremaneira com as produções subseqüentes. O fato de os autores serem simpáticos ao anarquismo deu às suas abordagens um traço distinto de produções acadêmicas e/ou políticas que se baseavam mais no senso comum e na propaganda ideológica do que nos fatos. Guérin (1968), dentre as obras produzidas nesse período, é a que mais se destaca. Mesmo com suas limitações, é o melhor dos estudos de referência, constituindo, ainda hoje, uma boa introdução ao anarquismo.

Marshall (2010) apresenta uma obra de referência do pensamento e da prática dos libertários em sentido amplo – ou seja, das lutas históricas contra a dominação. Sua extensa obra vem contribuindo com o avanço na

investigação acerca da relação entre os anarquistas e os libertários em geral. McKay (2008) apresenta, bastante didaticamente, vários temas do anarquismo, com posições bem fundamentadas e com boa relação com os fatos históricos. Sua difusão, indubitavelmente, vem afastando diversos mitos que rondam historicamente o anarquismo e proporcionando elementos para que ele seja mais adequadamente compreendido.

Apesar desses méritos, considero ser imprescindível realizar uma crítica das limitações desses estudos, ainda que seja uma crítica generosa, que reconhece sua importância, em seu tempo e lugar; são eles, em grande medida, que têm fornecido as bases para aprofundamentos e refinamentos das investigações. Não se trata, por isso, de arrogância intelectual, mas de identificar problemas precedentes de maneira a avançar nas pesquisas. Também não se pode deixar de considerar questões contextuais marcantes, mencionadas anteriormente, como os problemas político-ideológicos (na relação entre o anarquismo e o *status-quo*, o anarquismo e outros setores da esquerda e do socialismo), a correlação de forças nas universidades e os problemas técnicos (especialmente a dificuldade no acesso às fontes).

Comparando as definições de anarquismo dos estudos de referência, podem-se realizar alguns apontamentos.

Uma simples somatória das definições apresentadas pelas obras analisadas não permite chegar a uma definição única de anarquismo. Se, por um lado, algumas definições forjadas no senso comum foram descartadas – nenhum dos autores em questão conceitua o anarquismo como defesa da destruição, do caos, da desorganização –, por outro, não há uma definição comum que permita identificar o que, de fato, é o anarquismo.

Todas as definições, de certa maneira, possuem um mínimo denominador comum, em torno da oposição à dominação e da aspiração à liberdade. Essa oposição à dominação, chamada por alguns anarquistas de “luta contra a autoridade”, constituiu a base de outras definições do anarquismo, como no caso de Sébastien Faure (1998, p. 58), que colocou: “quem nega a autoridade e luta contra ela é um anarquista”. Além da amplitude destas definições, que abarcam um universo muito amplo de autores e episódios, o termo “autoridade”, central nas discussões sobre o poder²⁰, não é claro, nesta

20 Num estudo sobre o poder, coloco: “Por meio do mesmo termo, podem estar sendo discutidas distintas questões e por outros termos – como, nesse caso específico, *autoridade* e *dominação* – podem estar sendo discutidas as mesmas questões. Trata-se, assim, de compreender amplamente o objeto em questão e suas distintas abordagens, tomando em conta as referidas precauções metodológicas.”

e em outras definições. Historicamente, no anarquismo, têm sido dados distintos sentidos ao termo “autoridade”, dentre eles o de poder e o de dominação, também significativamente diferentes. Os anarquistas seriam contra o Estado, contra a dominação ou contra o próprio poder? Essa questão de fundo complica ainda mais a elaboração de uma definição adequada do anarquismo.

O maior problema dessas definições amplas, adotadas em alguma medida por Nettlau e Marshall, é que o anarquismo torna-se, assim conceituado, um fenômeno ahistórico e desprovido de contexto. Essa abordagem, que teve início em Kropotkin, mais do que definir o anarquismo e estudar sua história, buscou justificá-lo num contexto de resistência à aceitação de suas ideias. Argumentava-se que aquilo que sustentavam os anarquistas era contra a própria natureza humana e que nunca, em toda história, havia sido defendido ou colocado em prática.

Autores como Kropotkin buscavam, em certa medida, demonstrar que as lutas contra a dominação motivadas pela defesa da liberdade sempre existiram; não seriam, portanto, contrárias à natureza humana. Tais argumentos, ainda que politicamente importantes para contrapor as outras posições em questão, não podem ser tomados como base de um estudo teórico-histórico de rigor. Mais do que uma produção teórica, essa leitura, segundo Schmidt e van der Walt, constitui uma meta-história, um mito legitimador.

Como outros movimentos, os anarquistas começaram a criar o que só pode ser considerado um mito legitimador para o movimento: retratar o anarquismo como um fenômeno comum a todos os lugares, povos e localidades; essa meta-história ajudou a enfraquecer as acusações de que o anarquismo seria estranho, bizarro ou contrário à natureza humana. O elenco, nesse palco universal, incluiu filósofos antigos como Lao Tsé, heréticos religiosos como os anabatistas e pensadores como Godwin e Stirner, seguidos por movimentos a partir da Primeira Internacional, incluindo o sindicalismo de intenção revolucionária.²¹ (Schmidt e van der Walt, 2009, p. 34)

Embora os autores neguem que o anarquismo possa ser definido tão-somente como oposição à dominação e aspiração à liberdade, como no

(Corrêa, 2011b)

21 Traduzo “syndicalism” como “sindicalismo de intenção revolucionária” para diferenciá-lo de “unionism”, o “trade-unionism” ou sindicalismo reformista. O “syndicalism” abarca variantes como o anarco-sindicalismo e o sindicalismo revolucionário.

caso das abordagens ahistóricas, eles reconhecem que lutas sociais libertárias e antiautoritárias foram levadas a cabo durante toda a história e constituem heranças essenciais da humanidade, confirmando que não contrariam a natureza humana. Entretanto, essas lutas não podem, em sua totalidade, ser consideradas expressões do anarquismo.

Berthier (2008, p. 1) considera, neste mesmo sentido, que o anarquismo possui, em suas origens, relações com “a tendência imemorial da humanidade de luta contra a opressão política e a exploração econômica”, mas essas relações não são suficientes para se reduzir uma coisa à outra. Ao tratar desta relação, Albert Meltzer enfatizou:

O movimento anarquista moderno não pode, mais do que outras teorias modernas da classe trabalhadora, considerar seus estes precursores da revolta. Para investigar o movimento anarquista moderno devemos observar fatos mais próximos de nosso tempo. Ainda que tenha havido grupos libertários, não-estatistas e federalistas – os quais, posterior e retrospectivamente, foram chamados de anarquistas, antes de meados do século XIX –, foi somente naquele contexto que eles tornaram-se o que agora chamamos de anarquistas. (Meltzer, 1996, p. 5)

Esses autores sustentam a necessidade de se distinguir o que se poderiam chamar fenômenos libertários e anarquistas. Os primeiros estão ligados às lutas antiautoritárias que têm por base a oposição à dominação e a aspiração à liberdade, e que vêm ocorrendo durante toda a história, pautadas em princípios mais amplos. Os segundos estão vinculados ao anarquismo, fenômeno essencialmente histórico, que se insere em um contexto determinado, pode ser localizado no tempo e no espaço, e define-se por princípios mais restritos. Os fenômenos anarquistas são, assim compreendidos, parte dos fenômenos libertários; aquilo que é anarquista está contido no que é libertário, sendo, portanto, o segundo conjunto maior que o primeiro.

As definições amplas – como as de Kropotkin (na *Encyclopaedia Britannica*), Nettlau e Marshall – estão, portanto, descartadas, visto que definem, no máximo, o que é libertário, mas não o que é anarquista. Elas têm de ser incorporadas em uma definição mais pormenorizada de anarquismo, que permita conceituar suas particularidades em relação a outros fenômenos libertários e explicar por que o anarquismo surge em alguns contextos e não em outros.

Outras definições amplas, como as de Eltzbacher, Joll e Woodcock, também tangenciam elementos do anarquismo, mas não são capazes de conceituá-lo de maneira adequada.

Esse é o caso da definição do anarquismo como sinônimo de antiestatismo, ou como oposição do Estado no futuro. Tal definição é reducionista e permite que se incluam no anarquismo autores e tradições que não são anarquistas.

Conceber o anarquismo desta maneira implica considerar que Marx e os marxistas são anarquistas. Afinal, Marx (1850) sustentou um comunismo que, por razão do fim da contradição entre as classes, seria caracterizado como uma sociedade sem Estado: “A abolição do Estado só tem sentido entre os comunistas, como uma consequência necessária da abolição das classes, com a qual desaparece automaticamente a necessidade de um poder organizado de uma classe para manter as outras sob seu jugo”. Outros teóricos marxistas, que acreditam na superação da “ditadura do proletariado” do socialismo para uma fase superior do comunismo, prevêem também o fim do Estado.

Por que então não incluir Marx e os marxistas no anarquismo? Alguns marxistas, com uma posição certamente heterodoxa, insistiram nesta posição, justamente por trabalharem com uma definição de anarquismo como sinônimo de antiestatismo; Maximilien Rubel e Louis Janover, em um livro intitulado *Marx Anarquista* (2010, p. 17), tentam demonstrar – por meio das afirmações que Marx previa, em um momento pós-revolucionário, a abolição do Estado – que Marx era um teórico anarquista. Falando de *A Ideologia Alemã*, os autores afirmam: “De ponta a ponta, nesse volumoso escrito, sua crítica da política e do Estado toma uma coloração claramente anarquista: ainda que evitassem a utilização desse termo, seu ‘comunismo’ não deixava de conduzir ao imperativo de ‘derrubar o Estado’”. Certamente Rubel e Janover exageram; mas sua conclusão equivoca-se justamente pelo reducionismo da definição de anarquismo com a qual trabalham.

No entanto, os estudos de referência do anarquismo que utilizam as definições amplas, incluindo a compreensão do anarquismo como sinônimo de antiestatismo, não consideram anarquistas, na maioria absoluta dos casos, Marx e os marxistas. Conforme apontam Schmidt e van der Walt:

Aceitar a definição de anarquismo de Eltzbacher e aplicá-la consistentemente significa que Mao e Stálin [além de Marx e Engels]

têm todo o direito de figurar entre os sábios; a lógica é inevitável, já que ambos “negam o Estado no futuro”. No entanto, nenhum dos trabalhos mais comuns sobre o anarquismo inclui a dupla; ao contrário, o marxismo clássico é sempre apresentado como a antítese absoluta do anarquismo. Esse é um ponto bastante revelador. A razão óbvia para a exclusão do marxismo clássico – e para que ele seja apresentado como a antítese do anarquismo – é sua estratégia da ditadura do proletariado. [...] A estratégia não é considerada um aspecto de definição do anarquismo nos trabalhos mais comuns e é apresentada como o campo em que os anarquistas mais divergem. (Schmidt e van der Walt, 2009, p. 42)

Demonstra-se, dessa maneira, a debilidade conceitual de obras que não conseguem explicar por que incluem, entre os anarquistas, teóricos como Godwin e Stirner, mas não Marx e Engels, Mao e Stálin. No caso em questão, se o anarquismo fosse definido unicamente por uma oposição ao Estado no futuro, os quatro deveriam ser incluídos. Se, contudo, além de uma perspectiva de futuro, a oposição ao Estado implica estratégias, meios de atuação com vista a fins, então elementos estratégicos têm de estar contemplados em uma definição de anarquismo. Distinguir anarquismo e marxismo implica, necessariamente, realizar uma discussão sobre estratégias.

A definição de anarquismo como antiestatismo tem permitido extrapolações que beiram o absurdo, como no caso daqueles que consideram ser possível a existência de uma corrente “anarco-capitalista”, que defende um liberalismo extremado, de completa redução do Estado em benefício do capitalismo de mercado. Essa posição, ainda que seja aceita por Marshall (2010, pp. 559-565) – o qual inclui entre os anarquistas Margareth Thatcher, Buda, Marques de Sade, Che Guevara e outros –, é veementemente negada por McKay (2008, pp. 477-547), com base no argumento de que o anticapitalismo é um princípio anarquista.

Rafael Viana da Silva (2011a, p. 23) está correto ao afirmar que “reduzir o anarquismo ao simples e vago epíteto de ‘rejeição ao Estado’ não é suficiente para caracterizar a ideologia anarquista”. A oposição ao Estado é característica comum entre os anarquistas, mas também entre autores e tradições que possuem pouco ou quase nada em comum com o anarquismo; o antiestatismo é, certamente, um elemento libertário que está presente na definição de anarquismo, mas, novamente, não é possível resumir uma coisa à outra.

A definição de Eltzbacher será descartada. Primeiramente, pelo problema metodológico discutido – o fato de trabalhar com um conjunto de autores que, ao serem indicados por outros pesquisadores, já possuíam entre si a única semelhança de se oporem ao Estado no futuro –, fato que complicou sua pesquisa. Em segundo lugar, por ela permitir, logicamente, a inclusão no anarquismo de autores e tradições, como Marx, os marxistas, Godwin, Stirner e “anarco-capitalistas” que, conforme buscarei demonstrar, não são anarquistas.

Podem-se, ainda, apontar os limites das definições de Joll – que vincula o anarquismo à luta pela transformação social, à crença na racionalidade humana e à possibilidade de aperfeiçoamento humano – e de Woodcock – que vincula o anarquismo aos elementos conceituais da estratégia: crítica da sociedade presente, proposta de sociedade futura e a estratégia de transformação social.

Os mesmos argumentos levantados em relação à problemática de se definir o anarquismo como sinônimo de antiestatismo podem ser colocados em relação à definição de Joll. Não poderiam Marx, Engels e Lênin ser incluídos nessa sua ampla definição? O problema da definição de Woodcock é que, ainda que mencione esses elementos conceituais da estratégia, não os especifica. De que crítica se trata? De que sociedade futura se trata? De que estratégia de transformação se trata? Sem levar os argumentos ao limite, podem-se manter os exemplos do marxismo. Marx, Engels e Lênin não tinham uma crítica da sociedade presente, uma proposta de sociedade futura e uma estratégia de transformação social? Isso os faz anarquistas? Joll e Woodcock, mesmo trabalhando com definições amplas, não consideram os marxistas parte da tradição anarquista. Certamente o anarquismo possui relação com as posições relativas ao conhecimento que surgem com a Modernidade, mas as outras ideologias modernas também o possuem – vinculá-lo à racionalidade, por exemplo, não é suficiente. Certamente o anarquismo também possui grandes linhas estratégicas, assim como outras ideologias; torna-se imprescindível, por isso, apresentar quais são os elementos estratégicos que constituem princípios do anarquismo. Descartam-se, também, por esses motivos, as definições de Joll e Woodcock.

As definições de Guérin e McKay são mais específicas e permitem que se avance em um estudo mais criterioso. Ambos conceituam o anarquismo como um tipo de socialismo, que se opõe ao capitalismo e ao Estado Moderno. Guérin enfatiza, ainda, como princípios, a necessidade de estratégias libertárias de transformação, que excluem a tomada do Estado, por meio de

revoluções ou reformas, e também aspectos construtivos essenciais, como o federalismo e a autogestão, além do antiimperialismo. Essas definições, mais restritas, permitem desenvolver uma teoria e uma história mais adequadas do anarquismo.

As definições de Guérin e McKay só permitem considerar o anarquismo um fenômeno do século XIX, quando um determinado contexto, de desenvolvimento do capitalismo e consolidação do Estado Moderno, se estabelece, e os movimentos populares desenvolvem em seu seio críticas e proposições que caracterizarão posteriormente a ideologia anarquista. Ambas as definições constituem um ponto de partida para estabelecer uma definição adequada de anarquismo.

Outra problemática a ser discutida é a relação que, freqüentemente, os estudos de referência realizam entre forma e conteúdo, demonstrada nas reflexões sobre as análises etimológicas, as análises dos termos “anarquia” e seus derivados e a auto-identificação dos anarquistas. Essa problemática envolve a equiparação de alguns termos que foram utilizados historicamente para se referir ao anarquismo e a própria tradição ideológica.

As análises etimológicas podem ser contestadas por meio de alguns argumentos. A constituição histórica do anarquismo não teve uma escolha meticulosa da terminologia utilizada em todos os países do mundo em que se manifestou. Conforme apontado, outros termos foram utilizados para se referir a esse mesmo fenômeno. Conforme afirmou Rugai (2003, p. 4), “é necessário precisar os termos e não ficarmos somente presos à palavra anarquismo, que por ser muito aberta não define muita coisa”. Não se trata, portanto, de uma análise de um dos termos, mesmo que seja o mais utilizado, mas de uma prática histórica real, que envolve aspectos objetivos e subjetivos, racionais e irracionais, idéias e fatos, e que vem se dando para além das palavras utilizadas para identificá-la.

Esse argumento também foi defendido por Malatesta (2001, p. 11), quando, ao discutir o assunto, afirmou: “não entremos em digressões filológicas, pois a questão não é em nada filológica, mas histórica”. A análise dos termos deve ser incluída em uma análise histórica mais ampla do fenômeno social e não deduzir o fenômeno a partir das análises etimológicas. É necessário contrapor o significado etimológico com a totalidade histórica, visando comprovar se esse significado reflete, de fato, o anarquismo.

Além disso, essas análises partem de um termo essencialmente de negação – negação do governo, do Estado, da autoridade – e o anarquismo

nunca foi somente uma crítica social. Seus aspectos positivos e construtivos foram sempre tão fortes quando os negativos e destrutivos. Se o anarquismo teve sempre uma crítica social, nunca deixou de ter um objetivo a ser atingido e estratégias para tanto. As análises exclusivamente etimológicas só conseguem extrair do termo “anarquia” e de seus derivados uma posição de negação, mas nunca seus aspectos positivos e construtivos, que só podem ser identificados por meio de uma análise da ideologia anarquista e de sua história.

Finalmente, as análises etimológicas tendem a apontar para as definições amplas de anarquismo (oposição à dominação ou antiestatismo) que, conforme discutido, possuem limitações consideráveis.

As análises dos termos “anarquia” e seus derivados também são insuficientes para definir o anarquismo. No caso de sua utilização durante o século XVIII –fundamentada no senso comum e visando somente depreciar alguém ou desqualificar adversários ou inimigos políticos –, essas análises podem, no máximo, proporcionar uma compreensão acerca do significado atribuído a esses termos pelas pessoas e a formação do senso comum da época. Não permitem estabelecer um marco para identificar o surgimento do anarquismo como uma ideologia, uma corrente político-doutrinária. Isso exige que se rechace a hipótese do surgimento do anarquismo no século XVIII, a qual se apóia tão somente neste vínculo entre a utilização do termo e início da tradição ideológica; mesmo a menção de Hobbes, em 1651, colocaria em xeque esta oposição. Enfim, um estudo criterioso do anarquismo não pode ter por base o senso comum.

Isso também vale para a mudança do sentido dos termos iniciada por Proudhon. O fato de ele ter reivindicado os termos “anarquia” e seus derivados em sentido positivo não é suficiente para determinar o nascimento de uma ideologia. É necessário verificar o que Proudhon queria dizer quando reivindicou esses termos e relacionar sua obra com a tradição anarquista histórica e o movimento popular que lhe deu corpo.

Essa questão conduz à problemática de se considerar a auto-identificação um critério fundamental para a definição do anarquismo. Discordo, neste aspecto, de Rugai (2003, p. 3), que afirma, ao abordar as diferenças entre aqueles que são considerados anarquistas: “cada qual foi anarquista dentro do que concebia e propôs”. O critério de conceituar o anarquismo a partir das definições de todos os que se consideram anarquistas não me parece correto. Em termos históricos, há uma tradição anarquista, a qual, por meio de uma investigação cuidadosa, e tomando em conta continuidades e permanências,

pode ser conceituada e discutida. É possível verificar como ela surge e se espalha pelo mundo. Sobre a auto-identificação dos anarquistas, sabe-se, ainda, que, historicamente, houve anarquistas que preferiram utilizar outros termos para se referir a si mesmos; outros, ainda que se reivindicassem anarquistas, por meio de uma análise consistente, não poderiam ser assim considerados.

O fato de alguém se considerar anarquista não constitui um critério suficiente para se definir quem são os anarquistas e o que é o anarquismo. Conforme afirmado, a reivindicação dos termos “anarquia” e seus derivados possui relação com a ideologia anarquista, mas não se pode, também neste caso, reduzir uma coisa à outra. Se uma organização afirma ser anarquista, mas os aspectos fundamentais de seu pensamento e sua ação encontram-se no campo do marxismo, ela deve ser considerada anarquista? Parece evidente que não. Portanto, ainda que a auto-identificação possa ser um critério observado, ela não pode ser um critério determinante e muito menos único. Trata-se de tomar o conjunto histórico interdependente – que inclui elementos discursivos, mas não se resume a eles – para avaliar corretamente quem são os anarquistas e o que é o anarquismo.

Em suma, não é possível equiparar completamente forma e conteúdo; é necessário considerar as análises etimológicas, as análises dos termos “anarquia” e seus derivados e a auto-identificação dos anarquistas como indicativos a serem analisados dentro de uma perspectiva histórica mais abrangente. Estes não são fatores determinantes que, sozinhos, podem definir quem são os anarquistas e o que é o anarquismo. Por isso, podem ser considerados anarquistas tanto aqueles que se identificaram como tais, em parte ou durante toda sua vida – e este também é um critério importante, pois uma pessoa pode ser anarquista em parte de sua vida e em outra não –, mas também outros, que nunca se reivindicaram como tais.

Os estudos de referência apresentam, ainda, limites significativos em relação ao método historiográfico utilizado; mesmo as obras que trabalham com uma perspectiva histórica, como Guérin e McKay, apóiam-se, em grande medida, nos grandes homens. Apresentam limites também em relação ao escopo geográfico, pois têm seu foco em autores e episódios restritos, em sua grande maioria, europeus.

Parece natural que as teorias elaboradas a partir de uma amostragem restrita de dados – em termos quantitativos, de autores e episódios, mas também em relação à sua extensão no mundo – não dêem conta do fenômeno em sua totalidade. Uma abordagem adequada do anarquismo tem

a necessidade de colocar em xeque tanto esse método quanto esse escopo. Mesmo que reconhecendo os méritos dos estudos de referência, e, principalmente, dos anarquistas clássicos, não se pode, como realiza Marshall (2010), utilizar os métodos e o escopo utilizados por Kropotkin, quase um século antes, sem observá-los de maneira crítica. É imprescindível que trabalhos contemporâneos sobre o anarquismo se debrucem criticamente sobre as produções precedentes.

Deve-se ressaltar, igualmente, que os estudos de referência foram, em grande medida, realizados por autores que possuíam alguma simpatia pelo anarquismo. Todos os problemas apontados, assim, não constituem o foco de disputas político-ideológicas. Quando a discussão do anarquismo adentra o campo dessas disputas, ela se torna mais complexa.

Apesar de Lênin (2003) ter afirmado que “a inconsistência do anarquismo deve [...] ser demonstrada” e que “é necessário examinar a ‘doutrina’ dos anarquistas de alto a baixo e colocá-la à prova sistematicamente em todos os aspectos”, muito do que se fez, no campo da esquerda em geral, e do marxismo em particular, desde Marx e Engels, foi efetuar uma leitura completamente ideológica e sem qualquer base histórica, teórica, científica. Não foi possível, nesse sentido, “examinar a doutrina de alto a baixo” e nem afirmar sua “inconsistência”.

Kolpinsky, no epílogo que realiza à compilação de textos de Marx, Engels e Lênin sobre o anarquismo (Marx, Engels, Lênin, 1976) – uma obra financiada por Moscou no contexto soviético para promover as idéias do marxismo-leninismo – é um exemplo claro. O autor enfatiza em seu texto que o anarquismo é uma doutrina pequeno-burguesa, alheia ao proletariado, sem fundamentos, voluntarista, idealista e individualista:

Esta doutrina, alheia ao proletariado por seu conteúdo de classe, substitui o pensamento revolucionário pela fraseologia dogmática; a autêntica organização proletária pelo sectarismo; a tática bem pensada, baseada em uma análise serena dos fatores objetivos, pelo aventureirismo, nascido de concepções voluntaristas; a análise científica das leis do desenvolvimento social por sonhos utópicos sobre a liberdade absoluta do indivíduo. (Kolpinsky, 1976, p. 333)

Tais afirmações, repetidas ao longo da história intermináveis vezes, além das leituras do anarquismo feitas por meio das posições de seus adversários, ou mesmo de seus inimigos, terminaram por ser incorporadas

tanto ao universo acadêmico, quanto político.²² Rugai (2003, p. 6) reforça este argumento ao afirmar o papel de “fontes oficiais, o Estado, inimigos e adversários políticos” do anarquismo no processo de estabelecimento dos significados de anarquismo, “inclusive os do campo socialista”. Distintas interpretações contemporâneas do anarquismo estão permeadas destes sentidos a ele atribuídos por adversários e inimigos.

Em suma, grande parte dos estudos de referência, as produções político-ideológicas dos adversários – potencializadas pela inserção de parte deles na academia –, dos inimigos e algum resquício das noções forjadas pelo senso comum vêm prejudicando uma compreensão adequada do anarquismo. Estudos teóricos e históricos contemporâneos do anarquismo têm de lidar, obrigatoriamente, com essa problemática.

Foi justamente por não terem lidado com ela que distintos estudos afirmaram a incoerência do anarquismo, ou mesmo sua fragilidade teórica, argumentos que foram fortalecidos no século XX, tanto no campo político quanto acadêmico. Para muitos, o anarquismo estaria marcado por contradições históricas entre seu pensamento e sua ação, não possuiria métodos, teorias e estratégias coerentes.

Esse discurso tem sido incorporado, inclusive, por teóricos anarquistas ou simpáticos ao anarquismo. Chomsky (2011, pp. 38, 17), um dos maiores nomes da esquerda contemporânea, que se considera um “companheiro de viagem” do anarquismo, considera que “o anarquismo tem costas largas e, como o papel, aceita qualquer coisa” e acredita que “seria desanimador tentar abranger todas essas conflituosas tendências [do anarquismo] em alguma teoria ou ideologia geral”. Tomás Ibáñez (2007b, pp. 148, 155, 152) enfatiza: “sou anarquista, anarquista crítico e heterodoxo, certamente, mas anarquista ao fim e ao cabo” e, ao mesmo tempo, considera que o anarquismo possui uma “falta de sistematização e de sofisticação teórica” que, entre outras conseqüências, fez com que estivesse “petrificado”, “morto”, fazendo “parte dos monumentos históricos, por mais íntimos e muito veneráveis que eles possam ser”.

Por mais admiráveis que possam ser Chomsky, no campo da Política, e Ibáñez, no campo da Psicologia Social, ambos apresentam uma característica comum, relativamente comum nos críticos do anarquismo, mesmo quando são simpáticos a ele: o universo absolutamente restrito de dados so-

²² As posições do renomado historiador marxista Eric Hobsbawm vão neste mesmo sentido e, como bem demonstrou Silva (2013), não possuem qualquer fundamento.

bre o qual realizam suas pesquisas. Uma análise pormenorizada da obra de Chomsky acerca do anarquismo²³ demonstra que suas bases são baseadas em uma leitura com alguma profundidade de Bakunin e Rocker, menções a anarquistas como Diego Abad de Santillán e Pelloutier, além de algumas obras teóricas e históricas de Guérin, Joll, e estudos sobre a Confederación Nacional del Trabajo (CNT) e a Revolução Espanhola; somada a isso, uma tentativa aproximar o anarquismo de clássicos liberais e marxistas heterodoxos. Em relação à Ibáñez (2007b, p. 148), ele mesmo coloca: “nunca li de maneira detida, ou seja, seriamente, os principais autores anarquistas, nem tampouco tenho um bom conhecimento da historiografia do movimento libertário”.

O argumento da incoerência e da fragilidade teórica do anarquismo está profundamente ligado às problemáticas dos estudos de referência e ao contexto das investigações sobre o anarquismo – ambos aspectos que possuem impacto, inclusive, em acadêmicos simpáticos ao anarquismo, como Chomsky e Ibáñez. Esse é o motivo de diversos estudiosos do anarquismo, como nos casos de Joll, Woodcock, Marshall, Kedward e outros, se apoiarem neste argumento.

Afirmações sobre a incoerência e a fragilidade teórica do anarquismo têm como base principal a falta de estudos sistemáticos, incluindo seus autores e episódios históricos mais notáveis.

23 Cf. Chomsky (2004, 2011).

Capítulo 2

Elementos Teórico-Metodológicos

*Não se pode aceitar qualquer teoria de olhos fechados,
sem crítica, como se fosse um dogma.*

Federação Anarquista Uruguiaia

As abordagens do anarquismo presentes nos estudos de referência apóiam-se em diferentes fundamentos teórico-metodológicos. Este capítulo apresenta alguns elementos teórico-metodológicos que são utilizados no presente estudo; com eles, busco solucionar os problemas discutidos previamente e contribuir com o estabelecimento de novas linhas para as pesquisas no campo. As escolhas aqui realizadas possuem alguma relação com as abordagens dos estudos de referência, mas, na maioria dos casos, distanciam-se completamente delas.

A NECESSIDADE DE UMA DEFINIÇÃO ADEQUADA

Uma definição adequada de objeto deve fundamentar-se em alguns pressupostos. De acordo com Schmidt e van der Walt, minimamente dois aspectos devem ser tomados em conta: a identificação de seus aspectos comuns, por meio da construção de uma categoria, e a capacidade de diferenciar essa categoria de outras.

Uma boa definição é aquela que destaca os aspectos característicos de uma categoria dada, faz isso de maneira coerente, e possui capacidade de diferenciar essa categoria de outras, organizando, por meio disso, o conhecimento, e também possibilitando análises e pesquisas efetivas. [...] As definições, entretanto, têm um importante propósito para além de simplesmente classificar dados. Elas fornecem as bases para as análises e pesquisas. (Schmidt e van der Walt 2009, p. 41)

Uma definição adequada do anarquismo, levando em conta as problemáticas discutidas e as exigências colocadas pelos autores, deve ser elaborada a partir de um conjunto de categorias e conceitos que permitam que este objeto seja compreendido; no caso em questão, este objeto é, ele

mesmo, uma categoria de análise. Conforme enfatizado por Skirda (2002, pp. 183-184), um estudo do anarquismo exige uma precisão, em termos de categorias e conceitos, de maneira a evitar “confusões e equívocos”, os quais podem “levar a tragédias reais” nas pesquisas. “Em suma, necessitamos saber sobre o que estamos falando, e um dicionário atualizado pode ser útil”.²⁴

Essa definição do anarquismo deve, ao mesmo tempo, ter como alicerce categorias e conceitos precisos, permitir a identificação dos aspectos característicos da ideologia anarquista e sua diferenciação de outras ideologias.

MÉTODO E AMPLITUDE DOS DADOS ANALISADOS

As abordagens históricas são imprescindíveis nos estudos do anarquismo. Schmidt e van der Walt (2009, p. 18) afirmam que “somente uma análise histórica e social pode realmente explicar o surgimento e o desaparecimento do anarquismo” e, por isso, acreditam ser imprescindível buscar “uma compreensão historicizada e cuidadosa em termos históricos do anarquismo”. Há, por isso, a necessidade de se utilizar um *método histórico* para os estudos do anarquismo em geral, que leve em conta o contexto, situando seu objeto no tempo e no espaço, de maneira a permitir que ele seja compreendido adequadamente. As abordagens ahistóricas estão, portanto, descartadas.

No presente estudo – que não constitui uma obra de história, mas de *teoria do anarquismo* – opta-se por uma utilização particular desse método, o qual parece ter condições de subsidiar estudos em diferentes campos disciplinares e interdisciplinares e em variadas perspectivas. Neste caso, a história será utilizada não somente como pano de fundo da pesquisa, mas como marco de seleção das fontes a serem analisadas, em especial dos textos anarquistas. Buscarei estabelecer *continuidades e permanências* do anarquismo, no espaço e no tempo, levando em conta uma noção de longo prazo. Mesmo com a preocupação contextual, não enfocarei as particularidades de cada época ou localidade, e nem se pretenderei encontrar as exceções, mas as grandes linhas que caracterizam a trajetória do anarquismo.²⁵

24 No momento em que, a seguir, discuto as categorias centrais e conceitos acessórios envolvidos na definição de anarquismo, elaboro um pequeno “dicionário”, aceitando a sugestão do autor.

25 O método histórico utilizado por Schmidt e van der Walt (2009), aqui reivindicado, insere-se numa

Situar o anarquismo historicamente implica escolhas em relação aos estudos de referência.

Por um lado, descartam-se as posições que identificam o surgimento do anarquismo no século XVIII e na primeira metade do século XIX. Considero, em conformidade com o argumento de van der Walt e Hirsch (2010b), que foi somente a segunda metade do século XIX que proporcionou um contexto favorável ao surgimento e ao desenvolvimento do anarquismo. Em relação aos estudos de referência ahistóricos e aqueles que apontam o surgimento do anarquismo no século XVIII ou na primeira metade do século XIX, essa abordagem constitui uma redução de escopo.

Por outro lado, com a presente abordagem amplo consideravelmente o período recente avaliado. No que diz respeito ao século XX, os estudos de referência vão, na maioria, até o fim da Revolução Espanhola, em 1939; alguns passam brevemente pelo Maio de 68 na França. A abordagem aqui utilizada compreende desde a segunda metade do século XIX – marcada fortemente pela Primeira Internacional (1864-1877) – até o presente século XXI.

Definir o anarquismo de maneira mais reduzida e tratá-lo em perspectiva histórica possibilita identificar os momentos cruciais do desenvolvimento da ampla tradição anarquista nos últimos 150 anos, como as idéias anarquistas e sindicalistas foram aplicadas no mundo real e a relevância dessa tradição para o presente. (Schmidt e van der Walt, 2009, p. 34)

Além disso, buscarei realizar uma abordagem muito mais ampla e global que os estudos de referência, em relação ao escopo geográfico das análises.

Sem diminuir a importância dos movimentos relativamente bem conhecidos da Itália, da França, da Espanha e dos Estados Unidos, acreditamos também ser necessário enfatizar a centralidade de movimentos na Ásia, na África, no Leste Europeu, na América La-

tradição relativamente recente da “nova história do trabalho”, e mesmo da “história global do trabalho”, que se apoia nas contribuições de E.-P. Thompson (1981, 1997, 2009), em especial por meio das produções de Marcel van der Linden (2003, 2009, 2013) que, em alguma medida, dão continuidade à tradição thompsoniana. Esse método, que parece ter potencial para subsidiar estudos em diferentes perspectivas, é utilizado aqui de maneira particular, em função do tipo de estudo realizado. Entretanto, cumpre apontar a necessidade de se formalizá-lo de maneira mais sistemática, para que ele possa subsidiar outros estudos de diferentes campos disciplinares e interdisciplinares, sejam eles teóricos ou históricos, gerais ou particulares, mais verticais (estudando mais profundamente objetos restritos) ou mais horizontais (investigando mais geral ou comparativamente objetos amplos).

tina e no Caribe, afirmando que uma história verdadeiramente global do anarquismo e do sindicalismo proporciona um corretivo crucial às abordagens eurocêntricas e demonstra que a noção de que o anarquismo nunca “foi mais do que uma atração das minorias” tem pouco fundamento nos fatos. (Schmidt e van der Walt, 2009, pp. 20-21)

Considero fundamental, a partir desses elementos, compreender a trajetória global do anarquismo, abarcando suas teorias e práticas, pensamentos e ações, levados a cabo em todo o mundo, indo além da Europa, ou mesmo o eixo do Atlântico Norte, na escolha das fontes a serem analisadas, e abarcando o fenômeno globalmente, nos cinco continentes do mundo.

Estudos contemporâneos do anarquismo não podem continuar a ignorar fatos como a continuidade do anarquismo, dos anos 1940 em diante, assim como sua presença global. Neste estudo, esses critérios nortearam toda a seleção de fontes.

Ainda assim, o método histórico que utilizo reivindica não somente a importância da História, mas também o “como” de sua elaboração. Distintamente dos estudos de referência, que priorizam os grandes homens e se baseiam em histórias vistas de cima – sugerindo, em variados casos, que os acontecimentos que envolveram o anarquismo foram, em certa medida, determinados por esses destacados personagens –, utilizo uma perspectiva da “história vista de baixo”²⁶, da “nova história do trabalho”²⁷, reivindicada por Schmidt e van der Walt.

A “nova história do trabalho” [...] enfatiza a história social das classes populares e a necessidade de se examinar os movimentos populares de baixo para cima [e] oferece um corretivo necessário a essas perspectivas [da “velha história do trabalho”, que enfatiza as organizações formais e as lideranças], dirigindo sua atenção às formas culturais e organizações informais. (Schmidt e van der Walt, 2009, p. 275)

No que concerne ao anarquismo, é possível dizer que os pensadores clássicos são, sem dúvida alguma, referências fundamentais e não podem ter sua importância diminuída. No entanto, o anarquismo teve, além desses grandes anarquistas, a contribuição de muitos outros que foram, em outros tempos e localidades, também bastante expressivos.

26 Cf. Thompson, 1981, 1997, 2009.

27 Cf. van der Linden, 2003, 2009, 2013.

Além disso, e principalmente, os anarquistas estiveram profundamente vinculados a contextos históricos que foram marcados por movimentos populares e lutas das classes dominadas, os quais exerceram sobre eles significativa influência. Kropotkin mesmo reconheceu (*apud* Meltzer e Christie, 1970, p. 23), nesse sentido: “se alguns de nós contribuimos em certa medida com a tarefa de libertação da humanidade explorada, isso se deve ao fato de que nossas idéias foram, mais ou menos, a expressão daquelas idéias que germinavam em profundidade nas massas populares”. Ele reconhece, deste modo, apesar de ser um destacado anarquista, que suas idéias, e a dos próprios anarquistas, tinham origem, em alguma medida, nas próprias classes dominadas.

Há, inegavelmente, uma interinfluência entre os anarquistas de maior destaque, outros teóricos, propagandistas e organizadores expressivos, e os movimentos e lutas populares dos quais estiveram próximos ou com os quais estiveram diretamente envolvidos. Se por um lado os anarquistas expressaram questões latentes de movimentos e lutas, que representaram de maneira mais articulada o conjunto das classes dominadas, por outro, sua produção também influenciou essas experiências.

Parece necessário, por isso, priorizar os autores que tiveram uma relação mais íntima com esses movimentos e lutas, e cujas influências se disseminaram mais geralmente entre as massas que terminaram por constituir, historicamente, o corpo do anarquismo.

NOÇÕES DE TOTALIDADE E INTERDEPENDÊNCIA

Considero necessário, além disso, discutir duas noções primordiais: totalidade e interdependência. Grande parte da crítica realizada aos estudos de referência apontou limites que se relacionam ao enfoque parcial e desconectado dos fenômenos, presentes em diversos estudos do anarquismo.

Essas duas noções permitem aprofundar a discussão metodológica e apontam para a necessidade de uma abordagem do anarquismo que dê conta de suas distintas perspectivas.

Teoria, prática e história; pensamento e ação

Um estudo do anarquismo como este deve fundamentar-se nas relações de totalidade e interdependência, que unem teoria, prática e história; pensamento e ação.

A discussão sobre a problemática metodológica apresentada por Eltzbacher (2004) demonstra que um estudo teórico não pode abrir mão da história e vice-versa. Estudos como Woodcock (2002), Joll (1970) e Guérin (1968) confirmam a necessidade de se investigar o anarquismo a partir do vínculo entre pensamento e ação.

A totalidade e a interdependência entre teoria, prática e história constitui um círculo, que permite elaborar e testar hipóteses, reforçar e aprimorar os argumentos de um determinado estudo. Tal é a virtude das obras de Schmidt e van der Walt (2009, no prelo), que se reforçam mutuamente; a primeira, de teoria, e a segunda, de história do anarquismo. Ambas levam em conta pensamento e ação anarquistas e conformam parte de um mesmo projeto intitulado *Counter-Power*.

O que temos como objetivo nos dois volumes é, em resumo, elaborar em conjunto uma história e uma análise que examinem as políticas da ampla tradição anarquista, que discutam a vida e as lutas dos anarquistas e sindicalistas, assim como seus movimentos, e que demonstrem a importância histórica da ampla tradição anarquista. (Schmidt e van der Walt, 2009, p. 9)

As relações indissociáveis entre teoria, prática e história, conforme colocado pelos autores, constituem um marco teórico-metodológico que será considerado no estabelecimento de uma definição de anarquismo, de seus debates e correntes.

Forma e conteúdo

As noções de totalidade e interdependência são também levadas em conta nas análises de forma e conteúdo. Quero, com isso, solucionar problemas apontados, de estudos que se apegam somente à forma e definem e discutem o anarquismo a partir dos termos “anarquia” e seus derivados, da auto-identificação dos anarquistas ou das análises etimológicas.

Ainda que os elementos de forma sejam tomados em conta, eles serão considerados em perspectiva e na relação com o conteúdo. Forma e conteúdo deverão, portanto, ser tratados conjuntamente.

Anarquismo, anarquistas e lutas sociais

As mesmas noções serão aplicadas às relações entre o anarquismo, os anarquistas e as lutas sociais. Conforme conceituada por Samis (2004), a noção de vetor social do anarquismo torna-se, aqui, primordial.

O anarquismo não foi levado a cabo somente por militantes que se reconheciam como anarquistas, ou mesmo por grupos e organizações especificamente anarquistas. Conforme apontado por Corrêa (2011a), partindo da elaboração de Samis, o anarquismo desenvolveu-se, principalmente, a partir de seus vetores sociais, dentre os quais se encontra o sindicalismo de intenção revolucionária, que abarca o sindicalismo revolucionário e o anarco-sindicalismo.

Se não há grandes polêmicas sobre a filiação anarquista do anarco-sindicalismo, o mesmo não se pode dizer acerca do sindicalismo revolucionário; entretanto, considero que, assim como o anarco-sindicalismo, o sindicalismo revolucionário constitui uma estratégia anarquista e não pode ser, por meio de um estudo histórico rigoroso, desvinculado do anarquismo. Silva (2011a, p. 31) também reivindica este argumento, ao colocar que parece “muito pouco verossímil separar o anarquismo do sindicalismo revolucionário e vice-versa, ou, mais ainda, conectar o sindicalismo revolucionário a alguma orientação exógena ao anarquismo”.

Por isso, abordo o anarquismo vinculado ao sindicalismo de intenção revolucionária, incluindo não só o anarco-sindicalismo, mas, também, o sindicalismo revolucionário; tais vetores serão conceituados e discutidos adiante. Por ora, basta enfatizar que eles não podem ser abandonados em um estudo criterioso do anarquismo.

A ampla tradição anarquista [...] esteve centrada em uma política internacionalista que buscou tratar de uma ampla gama de questões sociais, a partir de uma perspectiva classista, e foi, em termos históricos, principalmente, um movimento da classe trabalhadora, sendo que os camponeses também tiveram um papel fundamental. Se damos muita atenção ao sindicalismo de intenção revolucionária em nosso trabalho, é justamente porque ele é central para a história da ampla tradição anarquista. (Schmidt e van der Walt, 2009, p. 9)

Desvincular o anarquismo e os anarquistas das lutas populares, em especial deste sindicalismo, implica retirar dos primeiros suas maiores expressões históricas. No entanto, identificar e discutir essas relações não constitui uma tarefa simples, visto que os movimentos populares que tiveram participação e/ou hegemonia anarquista incluíram milhares de militantes que nunca se identificaram com o anarquismo.²⁸

Abordagens parciais e desconectadas, que não levam em conta os elementos em questão, vêm sendo significativamente comprometidas, chegando a conclusões equivocadas. Toledo (2004) e outros historiadores, por exemplo, vêm defendendo que o sindicalismo revolucionário deve ser considerado como uma ideologia distinta e concorrente do anarquismo. Além da questão anteriormente abordada, que envolve a relação entre teoria e história, pensamento e ação – a qual, se aplicada a estes estudos, demonstra que suas teses fundamentais são insustentáveis –, autores como Corrêa (2011), Samis (2004, 2009), Schmidt e van der Walt (2009, no prelo), Silva (2014) entre outros vêm demonstrando que o sindicalismo revolucionário constituiu-se historicamente como uma estratégia do anarquismo, sendo impulsionada pelos anarquistas desde o fim dos anos 1860 e início dos 1870 e sendo por eles hegemônica na maioria dos casos em que foi levado a cabo.

Em termos históricos, a estratégia preponderante do anarquismo foi o sindicalismo revolucionário; o primeiro não pode ser adequadamente compreendido, senão por uma investigação rigorosa do segundo; o inverso também é verdadeiro. O mesmo ocorre entre o anarquismo, o anarco-sindicalismo e outras expressões, como as lutas camponesas, muitas das quais de massas, por meio das quais o anarquismo protagonizou levantes, insurreições e revoluções.

Tais exemplos implicam que se investiguem as relações entre o anarquismo, os anarquistas e as lutas sociais a partir das noções de totalidade e interdependência. O anarquismo só pode ser devidamente compreendido por meio das complexas relações com seus vetores sociais; ele é tão indissociável dos anarquistas quanto das lutas sociais.

28 Nos casos em que isso for discutido, é importante compreender o papel e a influência do anarquismo nesses movimentos, identificando a força dos anarquistas dentro deles e, em que medida suas estratégias pautaram os rumos dos movimentos; se o anarquismo constituiu uma força majoritária e hegemônica dentro deles ou não. Em especial, deve-se atentar para o fato de que o sindicalismo revolucionário, maior expressão de massas do anarquismo, nunca teve a intenção de transformar os sindicatos em sindicatos anarquistas.

Críticas e proposições

O anarquismo abarca um conjunto de críticas e proposições, aspectos negativos (destrutivos) e positivos (construtivos), que, similarmente, não podem ser dissociados. As noções de totalidade e interdependência subsidiaram a abordagem das críticas anarquistas e suas proposições.

Os anarquistas realizam uma crítica do sistema de dominação, a defesa de um sistema de autogestão e de estratégias capazes de promover a transformação social de um sistema para outro. As noções em questão subsidiaram a exposição daquilo que os anarquistas querem destruir, daquilo que buscam construir e como têm feito isso.

A Teoria da Interdependência das Esferas

O último elemento a ser discutido é a totalidade e a interdependência aplicadas à teoria social. Isso será feito por meio da Teoria da Interdependência das Esferas, elaborada pela Federação Anarquista Uruguaia (FAU) a partir dos anos 1970 e, mais recentemente, formalizada por Bruno L. Rocha (2009a). Essa teoria adéqua-se às análises de caráter sistêmico, que envolvem as três esferas estruturadas da sociedade: econômica, política/jurídica/militar e cultural/ideológica, definidas por Rocha (2009a, pp. 285-286) nos termos seguintes.

Esfera econômica. A economia está relacionada “ao mundo do trabalho, da produção e da circulação de bens, produtos, riquezas e serviços; trata das condições materiais e ainda de bens não tangíveis de desenvolvimento e existência mesma da sociedade e como se dá a partilha ou concentração do produto social”. Trata-se de uma esfera que abarca produção, distribuição e consumo dos bens de uma sociedade determinada; os meios materiais de existência dos homens e mulheres; os sistemas de trocas e suas estruturas.

Esfera política/jurídica/militar. A política está associada “aos níveis gerais de decisão numa sociedade; é o nível que analisa os partidos, governos, organismos macro do Estado e das forças sociais organizadas (grupos, organizações, dentro do institucional, partidos políticos – esquerda ou direita, com distintas variações, legais ou não); o espaço das negociações e enfrentamentos entre dominantes, entre as classes oprimidas e dos arranjos”. O jurídico está relacionada “ao campo jurídico e diretamente ao Poder Judiciário”.

rio; também dos foros, das normas, das instâncias reguladoras que sancionam (aos litígios por ex.) e podem definir a punição dentro de uma sociedade. Não se deve confundir necessariamente o direito com a lei, a defesa com o advogado e o acordo normativo (ex. uma base estatutária) com a definição de leis”. O militar está “relacionado ao emprego da força, de maneira sistemática ou não, tendo que ver, como todos os níveis repressivos, de violência na sociedade e do possível enfrentamento à opressão física, das estruturas de dominação e de libertação/emancipação através do uso da força”.

Esfera cultural/ideológica. A cultura está associadas às atitudes, normas, crenças, mais ou menos compartilhadas pelos membros de uma sociedade. Envolve conhecimentos, arte, moral, costumes e hábito, e possui relação com “as instituições sociais, a forma de vida em sociedade, as existências familiares, os laços, os vínculos e as perspectivas”. A ideologia diz respeito a “tudo o que circula no campo das idéias, das subjetividades, das conotações que não são materiais, ao nível do simbólico e das representações. Faz parte daquilo que seria o inconsciente coletivo e também do que transcende o material. Os sentimentos de religiosidade e o mundo das utopias e das aspirações do ser humano se encontram neste nível. Os conteúdos das mensagens, a estética e valores contidos na comunicação e na cultura também estão neste nível”.²⁹

A totalidade sistêmica define-se pela interdependência dessas esferas.

Não se estabeleceria a priori a determinação de uma estrutura sobre as outras. Essa dominância seria produto das análises respectivas e não estão dados *a priori*. [...] Seria uma estrutura global sem domínio pré-estabelecido de uma esfera sobre outra. Ou seja, sem determinância a não ser a interdependência. O “determinante”, se queremos usar o termo, seria a matriz que esse conjunto global [...] possui no atual período. Tomamos assim a sadia distância do reducionismo assim como do relativismo. (Rocha, 2009a, pp. 110-111)

Considerar essas três esferas interdependentes implica assumir que elas constituem uma totalidade em que o todo não pode ser resumido à

29 A ideologia é aqui conceituada de maneira a explicar seu papel na esfera cultural/ideológica da Teoria da Interdependência das Esferas; relaciona-se, assim, ao campo das idéias, das subjetividades, do imaterial e do simbólico. Distingue-se, por isso, da categoria apresentada e discutida adiante, que subsidia a definição de anarquismo, e tem significado semelhante ao de doutrina política, e envolve não somente idéias, subjetividades, imaterial e simbólico, mas também ações práticas, fatos objetivos e materiais.

soma das partes e as mudanças em uma dessas esferas implicam modificações no todo; implica também que não há determinação, obrigatória e necessária, de uma esfera em relação à outra, que se possa estabelecer de antemão. Essa determinação só pode ser identificada a partir de análises de contextos específicos. As esferas possuem, por isso, autonomia relativa umas em relação às outras.

As relações sociais que se dão nas esferas implicam um dinamismo, uma mudança permanente e um processo histórico correspondente; o sistema não constitui um organismo, no sentido funcionalista, e, por isso, oferece espaço para a mudança e a transformação. Considero que a ação humana, mesmo que sofrendo influência das estruturas sistêmicas, tem condições de modificá-las; sustento, assim, uma noção de sujeito capaz de intervir nas relações sociais e na própria estrutura sistêmica.

Adotar esses fundamentos teóricos implica, portanto, romper com alguns pressupostos: de uma determinação obrigatória e necessária de uma esfera sobre outra, adotada de antemão (determinismo econômico, determinismo cultural etc.); de uma primazia dos fatos sobre as idéias ou vice-versa (e, portanto, em alguma medida, com a noção de materialismo e “idealismo”); de um determinismo necessário e obrigatório da estrutura social sobre a ação humana ou vice-versa (e, portanto com a noção de um estruturalismo duro e de um completo voluntarismo).³⁰

Creio que a Teoria da Interdependência das Esferas oferece elementos teórico-metodológicos capazes de subsidiar uma compreensão adequada do anarquismo, a partir de suas críticas e proposições, estruturadas nas três esferas sociais.

FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Os elementos teórico-metodológicos discutidos neste capítulo constituem as bases sobre as quais realizarei a presente investigação. O anarquismo será discutido a partir de uma definição e da discussão de categorias centrais e conceitos acessórios nela implicados. Utilizarei uma abordagem

³⁰ Dentre os clássicos anarquistas, são as contribuições de Malatesta que mais se aproximam deste referencial. Cf. Corrêa, 2014a.

que, em termos históricos, vai de 1868 ao presente, fundamentada na “história vista de baixo” e na “nova história do trabalho”; em termos geográficos, abarcarei os cinco continentes, globalmente.

As noções de totalidade e interdependência subsidiarão a relação entre teoria, prática e história; pensamento e ação; forma e conteúdo; anarquismo e seus vetores sociais; críticas e proposições anarquistas. A exposição dessas críticas e proposições será estruturada a partir das três esferas sociais e terá como base a Teoria da Interdependência das Esferas.

Buscarei, finalmente, tomar as devidas precauções com os sentidos de anarquismo forjados pelo senso comum e pelas disputas político-ideológicas, que substituem a produção de teoria pela de ideologia.

Uma abordagem realizada dentro desses marcos parece aumentar substancialmente as chances de se resolverem problemas teóricos e historiográficos centrais do anarquismo, muitos dos quais foram apontados na análise dos estudos de referência.

Capítulo 3

Redefinindo o Anarquismo

O anarquismo é produto do movimento de massas e não pode jamais dissociar-se da prática.

Ba Jin

Este capítulo realiza uma reflexão conceitual e teórica do anarquismo. Início com uma definição, a partir da qual extraio e discuto as categorias de análise e conceitos acessórios que a fundamentam. Aprofundo esta conceituação teórica em três eixos: crítica à dominação, defesa da autogestão e estratégia fundamental. Finalmente, elaboro um conjunto de princípios político-ideológicos que sintetizam a discussão.

DEFINIÇÃO DE ANARQUISMO

*O anarquismo é uma **ideologia** socialista e revolucionária que se fundamenta em princípios determinados, cujas bases se definem a partir de uma crítica da **dominação** e de uma defesa da **autogestão**; em termos estruturais, o anarquismo defende uma transformação social fundamentada em **estratégias**, que devem permitir a substituição de um sistema de dominação por um sistema de autogestão.*

O anarquismo emerge de uma relação entre determinadas práticas das classes dominadas e formulações de distintos teóricos e tem como objetivo transformar a capacidade de realização das classes dominadas em **força social** e, por meio do conflito social caracterizado pela luta de classes, substituir o poder dominador que surge como vetor resultante das relações sociais por um poder autogestionário, consolidado nas três esferas estruturadas da sociedade.

Para impulsionar este projeto de **poder**, o anarquismo considera atores principais os agentes sociais que são membros das **classes sociais** concretas, presentes em cada tempo e lugar, as quais constituem as classes dominadas de maneira mais ampla. O anarquismo busca, em meio a elas e como parte delas, aumentar permanentemente sua força social, por meio de processos de luta que impliquem: participação crescente, visando à autogestão, estímulo da consciência de classe, construção das lutas de baixo para cima, com independência em relação aos agentes e estruturas dos inimigos

de classe; sustenta, assim, meios condizentes com os fins que pretende atingir. A consolidação desse projeto de poder se dá por meio de uma construção permanente, que encontra em um processo revolucionário, em que a violência é inevitável, um marco de passagem de um sistema de dominação para um sistema de autogestão.

Nesta definição, há categorias de análise centrais e conceitos acessórios que devem ser discutidos, de maneira a aprofundar a compreensão.

CATEGORIAS CENTRAIS E CONCEITOS ACESSÓRIOS

As categorias centrais que constituem as bases da definição de anarquismo colocada são as seguintes:

- **Ideologia:** Conjunto de pensamento e ação fundamentado em preceitos éticos que orienta comportamentos políticos coletivos, pautados em estratégias determinadas. Similar à doutrina política, possui relações com a teoria, mas não se resume a ela.
- **Estratégia:** Meios mais eficazes para se atingir objetivos e, por consequência, um caminho, constituído a partir de táticas, por meio do qual se desenvolve a intervenção política em conflitos determinados.
- **Força social:** Conglomerado grupal, com interesse coletivo (geralmente, uma situação comum de classe), que implica certo grau de capacidade e de vontade para atuar na busca desse interesse, e que atua efetivamente – aplica-se na realidade social – em função desse interesse.
- **Poder:** Relação social concreta e dinâmica entre diferentes forças assimétricas, na qual há preponderância de uma(s) força(s) em relação à outra(s). Encontra-se em todos os níveis e todas as esferas da sociedade e fornece as bases para o estabelecimento de regulações, controles, conteúdos, normas, sistemas, que possuem relação direta com as tomadas de decisão.

- **Dominação:** Relação social hierárquica que pode ocorrer nas três esferas da sociedade e institucionalizar-se com uns decidindo aquilo que diz respeito a outros e/ou a todos. Explica as desigualdades estruturais, envolve relação de mando/obediência entre dominador/dominado, alienação do dominado, entre outros aspectos. É o fundamento básico das relações de classes, ainda que não possa ser reduzida à dominação de classe. Sua aplicação generalizada implica um sistema de dominação.
- **Autogestão:** Relação social, antítese da dominação, que implica a participação nos processos decisórios, proporcionalmente ao quanto se é afetado por eles, pessoal, grupal ou coletivamente, nas três esferas. Sua aplicação generalizada implica um sistema de autogestão, caracterizando como uma sociedade igualitária/libertária, sem classes sociais e sem outros tipos de dominação.
- **Classes sociais:** Agrupamentos humanos históricos de relativa homogeneidade entre si, naquilo que diz respeito a aspectos, atributos ou elementos distribuídos desigualmente numa determinada sociedade, agregados pelas similaridades na assimetria de distribuição de bens materiais, imateriais, em termos quantitativos ou qualitativos. Sempre ligadas à existência de outras classes sociais, dizem respeito às desigualdades estruturais, consistentes e estáveis, e não às desigualdades não-consistentes ou circunstanciais. São definidas a partir da dominação.

Discuto, a seguir, com alguma profundidade, essas categorias e os conceitos acessórios a elas relacionados.

Ideologia

Conceber o anarquismo como uma ideologia implica especificar precisamente a definição de ideologia com a qual trabalho. Utilizo, aqui, o conceito estabelecido pela Federação Anarquista Uruguaia (FAU, 2009a/b), que a define como um conjunto de idéias, aspirações, valores, sentimentos e motivações que interage com as intervenções políticas práticas no jogo de forças da sociedade, o qual é responsável pelo estabelecimento das relações

de poder; ele assemelha-se ao conceito de doutrina política. Além da FAU, outros autores, contemporâneos, como Silva (2011a, p. 23), ou clássicos, como Ba Jin (2008), também definem o anarquismo como uma ideologia, concebendo-a em termos similares.

Um dos aspectos relevantes é que a ideologia, assim concebida, e, portanto, o próprio anarquismo, constitui um conjunto interdependente de pensamento e ação historicamente existente. Nesta acepção, a FAU (2009b, p. 4) sustenta que a “a ideologia é pensamento e ação” e Ba Jin (2008) que “o anarquismo é o ideal e a ideologia da classe explorada na luta de classes” e que, por ser “produto do movimento de massas [...], não pode, jamais, dissociar-se da prática”. Não há ideologia, concebida nesta perspectiva político-doutrinária, que se apóie somente no pensamento ou na ação. O anarquismo – assim outras ideologias como marxismo, nacionalismo, liberalismo, etc. –, articula pensamentos e ações de maneira mais ou menos sistemática.

Para a FAU (2009b, p. 4), “não é possível pensar nem agir sem ideologia” e “não há conduta humana aideológica”. A ideologia anarquista fornece as bases estratégicas para intervenções políticas que têm como objetivo transformar as relações de poder, de acordo com o que coloca Silva (2011a, p. 23): “sua perspectiva ideológica [do anarquismo] inclui *meios (estratégias) de se alcançar seus horizontes revolucionários*, o que se traduz, em termos históricos, na *prática política*”. Essa prática política parte de três elementos fundamentais:

1. A formulação de um objetivo finalista (que deve ser explicado da maneira mais clara possível).
2. A apreensão ou compreensão definida da realidade em que se vive, por meio de sua análise profunda e exaustiva.
3. A previsão mais aproximada possível do futuro desta realidade, de sua transformação, tanto naquilo que seja espontâneo, quanto deliberado. Ou seja, em nosso caso, a ideologia não admite o caráter de espectador interessado e analítico das condições ou transformações espontâneas da realidade, mas nos obriga a pensar voluntariamente, voluntariosamente, no sentido de seu futuro... (FAU, 2009b, pp. 4-5)

A ideologia anarquista, no intuito de intervir politicamente na realidade, com vistas a transformar as relações de poder, subsidia o estabelecimento de objetivos, leituras da realidade e estratégias e táticas adequadas para tal intervenção. Seus objetivos são socialistas e libertários e visam criar

um sistema de autogestão; suas leituras da realidade estabelecem críticas, estruturais e conjunturais, dos sistemas de dominação; suas estratégias são coerentes com seus objetivos e revolucionárias.

A categoria ideologia, assim conceituada, assemelha-se, em alguma medida, ao que Mario Stoppino (2004a, pp. 585-587) chamou de “significado fraco” de ideologia, que foi por ele definido como “um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar comportamentos políticos coletivos”, ou mesmo como “um sistema de idéias conexas com a ação”, que compreende “um programa e uma estratégia para sua atuação”. Tal definição distingue-se, evidentemente, daquilo que o autor chama de “significado forte” de ideologia, conceituado como uma “crença falsa”, um “conceito negativo que denota precisamente o caráter mistificante de falsa consciência de uma crença política”.

Neste livro, defino o anarquismo como uma ideologia, a partir do conceito elaborado pela FAU e por outros autores que, conforme constatado, se assimila ao que foi chamado de “significado fraco” de ideologia; descarto, assim, seu chamado “significado forte”, utilizado por praticamente toda a tradição marxista.

Ideologia e teoria

A definição de anarquismo anteriormente apresentada implica uma distinção substancial entre os conceitos de ideologia e teoria. A ideologia apresenta distintos elementos de ordem não-científica, como aspirações, valores, sentimentos, motivações, que impulsionam práticas políticas; eles assim o são considerados, visto que se apoiam em um dever, no desejo de um vir a ser, relacionado ao futuro e que, por isso, não possui caráter científico. A teoria, distintamente, relaciona-se com método de análise e busca elaborar instrumentos conceituais para conhecer a realidade em profundidade, tendo de fazer isso com a maior precisão possível, e buscando aproximar-se ao máximo da ciência; busca apreender, na maioria do tempo, aquilo que foi ou que é, o passado e o presente.

A FAU apresenta elementos para essa distinção entre ambos os conceitos.

A teoria torna precisa, circunstancializa as condicionantes da ação política: a ideologia motiva-a e a impulsiona, configurando-a em

suas metas “ideais” e seu estilo. Entre teoria e ideologia existe uma vinculação estreita, já que as propostas destas se confundem e se apóiam nas conclusões da análise teórica. Uma ideologia será tanto mais eficaz como motor da ação política, quanto mais firmemente se apóie nas aquisições da teoria. (FAU, 2009, p. 6)

A teoria tem por objetivo conhecer uma realidade determinada e a ideologia tem por objetivo motivar uma prática política para a intervenção nesta realidade.

Para Rocha (2009a, p. 102), a ideologia seria, em geral, “de natureza não-científica”, e a teoria equivaleria “às dimensões intrínsecas e extrínsecas do esqueleto-teoria”. Ainda que seja possível discutir as relações entre teoria e ideologia, conforme apontam as ponderações da FAU, além dos pontos de contato e influência entre uma e outra, que certamente existem, sustento que constituem conceitos distintos, e assim devem ser tratados. Tal distinção faz-se necessária, pois, como continua Rocha, “a confusão entre teoria e ideologia é presente e permanente tanto no campo da prática política como na perspectiva do trabalhador intelectual com vocação científica e acadêmica” – o que tem conseqüências consideráveis.

O anarquismo constitui uma ideologia que vem se fundamentando, historicamente, em distintos métodos de análise e teorias sociais para a interpretação da realidade. Esses métodos de análise e teorias sociais, que compõem mais abrangentemente o campo da teoria, que são elaborados para a compreensão da realidade social, possuem relação com a ideologia anarquista, mas não constituem parte essencial dela. Desde seu surgimento, os anarquistas vêm se utilizando diferentes matrizes teórico-epistemológicas, diversos métodos e teorias para conhecer a realidade, sem que isso implique um abandono de seus pressupostos político-ideológicos.

As posições dos anarquistas neste campo variam amplamente de uma corrente para outra, de uma organização para outra, de um indivíduo para outro, mas diferem, especialmente, em função da época que foram formuladas. No que tange ao campo da teoria, desde uma perspectiva histórica, os anarquistas têm se apoiado em métodos indutivo-dedutivos, dialéticos, estruturalistas; em abordagens mais ou menos “materialistas”, mais ou menos “voluntaristas”, que levam em conta a maior ou menor capacidade de determinação entre as esferas sociais, umas em relação às outras.

Essas diferentes posições teórico-metodológicas não são mais ou menos anarquistas, umas em relação às outras. Apesar de possuírem um

eixo relativamente comum que se mantém ao longo dos anos, elas evidenciam uma busca antidogmática de ferramentas teóricas e metodológicas adequadas para a compreensão da realidade, e, por isso, é normal que possuam uma relação com a época em que são produzidas, que se modifiquem e que usufruam das conquistas científicas que tentam explicar a realidade.

A ideologia anarquista baseia-se em uma crítica da dominação nas três esferas, dando ênfase à dominação de classe, com análises do passado e do presente realizadas racionalmente por meio de teorias e métodos. Certamente, nessas análises os anarquistas se utilizam de racionalidade, métodos, teorias e buscam realizar considerações empíricas – conscientes das dificuldades de se realizar ciência sobre a sociedade em geral. E indubitavelmente é possível encontrar traços comuns dessas análises historicamente realizadas. Ainda assim, entendo que o próprio fato de o anarquismo constituir uma ideologia, subsidia a noção, comprovada historicamente, que os anarquistas, mais do que compreender a realidade, de maneira minuciosa e ultra-rigorosa, vêm tendo por objetivo transformá-la, a partir de um conhecimento prévio de bases medianas. Ademais, eles também têm considerado que as lutas pela transformação permitem aprofundar o conhecimento dessa própria realidade, na qual intervêm em sentido transformador. Tais aspectos permitem reafirmar que o anarquismo deve ser considerado como uma ideologia, e não como uma teoria.

Entretanto, a ideologia anarquista também se fundamenta, historicamente, em um sistema ético que norteia tanto essa crítica quanto a defesa da autogestão generalizada nas três esferas, como proposição de sociedade futura. As aspirações, os valores, os sentimentos, as motivações e os ideais são elementos que subsidiam as críticas e as proposições anarquistas e incluem, como partes constituintes da ideologia, elementos subjetivos que extrapolam a ciência, concebida como conhecimento racional e metódico de um objeto determinado; neste caso específico, o conhecimento da realidade social.

Esse conjunto de elementos dá corpo à vontade, que certamente não diz respeito ao conhecimento da realidade, mas a uma perspectiva desejada de futuro – daquilo que deveria ser, e não daquilo que foi ou que é. Essa posição diz respeito ao desejo de um vir a ser, de um devir que nada tem de científico.

Considero, por isso, ser impossível considerar o anarquismo – e qualquer outro tipo de socialismo ou ideologia – uma ciência, ou algo que se poderia chamar de “socialismo científico”, já que, mesmo adotando “métodos racionalistas de análise para formular sua crítica, sua estratégia e suas

táticas”, possui uma base ética fundamental, pautada em aspirações, valores, sentimentos, motivações de um dever, que “não pode ser comprovada cientificamente”. (Schmidt e van der Walt, 2009, p. 71) Isso não significa, obviamente, que não se possam realizar produções teórico-científicas sobre o anarquismo, quando ele é tratado como um objeto de estudo.

A distinção entre ideologia e teoria foi também sustentada por Malatesta que, refletindo sobre ciência e anarquismo, declarou:

A missão da ciência é descobrir e formular as condições nas quais o fato necessariamente se produz e se repete: ou seja, dizer o que é e o que necessariamente deve ser, e não o que os homens desejam ou querem. A ciência se detém onde termina a fatalidade e começa a liberdade. [...] O anarquismo é, distintamente, uma aspiração humana, que não está fundamentada em nenhuma necessidade natural verdadeira ou supostamente verdadeira, e que pode realizar-se segundo a vontade humana. (Malatesta, 2007a, pp. 41, 43)

A partir dos conceitos discutidos, é possível afirmar que o anarquismo se define pela perspectiva de *certeza ideológica* e *dúvida teórica permanente*. Por um lado, trata-se de conservar constantemente os princípios ideológicos que lhe são fundamentais; por isso, não é “antidogmático” em relação a seus princípios, que norteiam seus pensamentos e suas ações e são inegociáveis. Por outro, trata-se de buscar as ferramentas mais adequadas para compreender a realidade que deseja transformar, com significativa abertura e postura antidogmática; não constitui obrigação interpretar a realidade por meio de ferramentas desenvolvidas necessariamente por anarquistas, ainda que seja necessário buscar uma coerência entre os métodos e teorias utilizados e as bases ideológicas do anarquismo.

Essa posição foi sustentada pelo anarquista japonês Ôsugi Sakae (2011), que sugeriu a seguinte consigna: “atuar como um crente, pensar como um cético”. Para ele, era necessário manter as certezas ideológicas que estão relacionadas à vontade de transformação social e a serenidade crítica e a abertura, necessárias para o conhecimento da realidade. Afinal, distinguir ideologia de teoria não significa afirmar que qualquer abordagem teórico-metodológica possui a mesma eficácia; certamente há algumas mais adequadas que outras. Também não significa afirmar a neutralidade dos métodos e das teorias e mesmo da ciência.

Não se pode afirmar, ainda assim, que as diferentes abordagens para o conhecimento da realidade levadas a cabo pelos anarquistas coloquem em xeque o cerne ideológico do anarquismo.³¹

Teoria e anarquismo: o caso da relação entre as esferas sociais

Partindo da definição de ideologia e da diferenciação entre ideologia e teoria, considero por bem discutir alguns aspectos relacionados à teoria. Para isso, utilizo o conceito de teoria também elaborado pela FAU (2009a, p. 5), que a define como *um corpo sistemático e articulado de categorias e conceitos que tem como objetivo conhecer a realidade*; “a teoria é um instrumento, uma ferramenta, serve para fazer um trabalho, serve para produzir o conhecimento que necessitamos produzir”.

Desde seu surgimento, o anarquismo vem se apoiando em distintas matrizes teórico-epistemológicas, diversos métodos e teorias para conhecer a realidade. Esses aspectos são aqui considerados como pertencentes ao campo teórico constituído e utilizado historicamente pelos anarquistas. Pela relação apontada entre teoria e ciência, não se pode dissociar a teoria utilizada pelos anarquistas do contexto em que estiveram inseridas. Do ponto de vista dos anarquistas clássicos, pode-se dizer que Bakunin, Kropotkin, Reclus, Rocker e Malatesta sustentavam perspectivas teóricas diferentes, sem terem deixado, por isso, de ser anarquistas. Levando em conta as continuidades e permanências que o anarquismo teve a partir destes clássicos, pode-se dizer, da mesma maneira, que é possível notar diferenças teóricas relevantes, sem que se coloque em xeque o anarquismo desses anarquistas.

Debates que envolvem o materialismo e o voluntarismo, mas, principalmente, a relação entre as três esferas sociais – econômica, política/jurídica/militar, cultural/ideológica –, evidenciam claramente as diversas perspectivas teóricas que vêm sendo adotadas pelos anarquistas ao longo da história.

A predominância da esfera econômica em relação às outras foi sustentada por alguns anarquistas. Bakunin (2000a, p. 14), nesse sentido, afirma que “toda a história intelectual e moral política e social da humanidade é um reflexo de sua história econômica”. No entanto, sua posição não é deter-

31 Para um aprofundamento desta distinção a partir do pensamento de Malatesta, e de sua relação com a posição de clássicos como Max Weber e Karl Marx, cf. Corrêa, 2013b, 2014a.

minista; ele enfatiza que “a escravidão política, o Estado, por sua vez, reproduz e conserva a miséria, como uma condição de sua existência; assim, para destruir a miséria, é preciso destruir o Estado”. E continua: “o temperamento e o caráter particulares de cada raça e de cada povo” são “produtos de um grande número de causas etnográficas, climatológicas e econômicas, tanto quanto históricas”; contudo, “uma vez dadas, exercem [...] uma influência considerável sobre seus destinos, e até mesmo sobre o desenvolvimento de suas forças econômicas.” (Bakunin, 2001, pp. 39-40) Para Bakunin, ainda que haja uma relevância maior da esfera econômica em relação às outras, estas também possuem capacidade de determinar a economia. Noção semelhante é defendida pela Federação dos Anarquistas Comunistas da Itália (FdCA, 2005), que sustenta que a história é a “história dos antagonismos criados pelas relações de produção”, “dos interesses econômicos em jogo”.

Outro modo de compreender a relação entre as esferas é por meio de uma correlação – poder-se-ia dizer, relacional, dialética – entre a esfera econômica e a esfera política/jurídica/militar, a qual também é defendida por anarquistas. Kropotkin (2005a, p. 173), ao elaborar sua teoria do Direito, enfatiza que a lei foi “feita para garantir os frutos da pilhagem, do açambarcamento e da exploração”, tendo seguido “as mesmas fases do capital: irmão e irmã gêmeos, caminharam de mãos dadas, nutrindo-se ambos dos sofrimentos e das misérias da sociedade”. A relação entre as esferas, no caso em questão, poderia ser compreendida como o resultado da relação entre economia e política: as esferas econômica e política/jurídica/militar constituiriam um todo, tendo as duas capacidade de influência mútua.

Essas posições poderiam ser colocadas dentro do campo do materialismo, se ele for definido conforme a conceituação de Bakunin (2000a, p. 14), de que “os fatos têm primazia sobre as idéias”. Nessas noções – e, especialmente, naquelas que priorizam a esfera econômica – a esfera cultural/ideológica tem um papel secundário. Muitos foram os anarquistas que reivindicaram o materialismo. Ba Jin (2008) declarou: “Somos materialistas (destacados anarquistas como Kropotkin e Bakunin foram todos materialistas). Entendemos que a chegada da revolução social não pode estar determinada por nossas boas intenções.” George Fontenis (2006) e a organização anarquista argentina Resistência Libertária (Diz e Trujillo, 2007) também reivindicaram o materialismo.

Contudo, é importante considerar, para os anarquistas do século XIX, o que significava esta defesa do materialismo. Aquele momento históri-

co, de surgimento do socialismo, e do próprio anarquismo, estava fortemente marcado por um contexto que, no campo do conhecimento, buscava-se superar as explicações sociais de bases metafísicas e teológicas, expressivamente vigentes até aquele momento, e compreender a realidade a partir dos fatos, de maneira a conhecê-la da melhor maneira possível. Esse contexto relaciona-se com a própria trajetória das Ciências Sociais e do positivismo. Para se transformar a realidade, considerava-se necessário conhecê-la e, pelo menos no campo social, a ciência parecia a ferramenta mais adequada para proporcionar esse conhecimento. A defesa que Bakunin realiza do materialismo deve ser compreendida, ao menos em parte, neste sentido. Ele, assim como Marx e outros socialistas, visava distanciar-se das fundamentações metafísicas e teológicas, chamadas de idealistas, em suas tentativas de compreender o real.

No entanto, a polarização entre materialismo e idealismo passou a envolver outros aspectos, e os argumentos aplicados à relação entre as esferas sociais tornaram-se mais complexos. O século XX foi marcado por vários estudos no campo da teoria científica que demonstraram que a realidade, mesmo observada a partir de uma perspectiva racional, possui elementos subjetivos, e que as idéias, ou os elementos da esfera cultural/ideológica em geral, possuem capacidade de determinação dos fatos, das esferas política/jurídica/militar e econômica – estudos que se devem, em grande medida, tanto à Psicologia e à determinados campos das Ciências Sociais, quanto à História.

Alguns anarquistas, observando este incremento no campo da teoria, passaram a enfatizar a relevância da esfera cultural/ideológica, partindo da concepção de que as idéias, os aspectos subjetivos, poderiam influenciar os fatos, os aspectos objetivos. Malatesta reflete sobre isso:

Há alguns anos, todo mundo era “materialista”. Em nome de uma “ciência” que, definitivamente, erigia em dogmas os princípios gerais extraídos de conhecimentos positivos muito incompletos, tinha-se a pretensão de explicar toda a psicologia humana e toda a história atormentada da humanidade por simples necessidades materiais elementares. (Malatesta, 1989c, p. 138)

Sua crítica, naquele momento, dava conta de que, tendo ido para o outro oposto, grande parte das pessoas estava adotando uma postura completamente idealista: “Hoje, todo mundo é ‘idealista’: todos [...] tratam o homem como se ele fosse um puro espírito, para quem comer, vestir-se,

satisfazer suas necessidades fisiológicas fossem coisas negligenciáveis”. Ele defende, ao final, um meio-termo, que se reflete em seu projeto de emancipação: dever-se-ia considerar que “a emancipação moral, a emancipação política e a emancipação econômica são indissociáveis”. (Malatesta, 1989c, pp. 139, 141)

Perspectivas que defendem essa interdependência entre as três esferas têm sido sustentadas por organizações como a Federação Anarquista Uruguaia e a Federação Anarquista Gaúcha (FAU e FAG, 2007), que afirmam constituir a sociedade uma “estrutura global sem predomínio estabelecido *a priori*, sem determinação [entre as esferas], a não ser a interdependência. O ‘determinante’, se se quer utilizar o termo, seria a matriz que esse conjunto global possui.”

Outros anarquistas também consideram a existência desta relação de influência mútua entre as esferas, como Rocker (1956, p. 11), que afirma que “o fato de influírem as condições econômicas e formas especiais de produção na história do desenvolvimento das sociedades humanas não é novidade para ninguém”. Entretanto,

nunca foram as forças econômicas que serviram de móvel a todas as outras. Acontecimentos sociais realizam-se por obra de uma série de diversas causas, que na sua maioria se entrelaçam: tão intimamente que é impossível afinal delimitá-las entre si. (Rocker, 1956, p. 23)

Rocker investigou aspectos culturais da sociedade e, naturalmente, constatou sua relevância na influência entre as esferas. Chegou mesmo a sustentar que “toda a política emana em última instância da concepção religiosa dos homens” e que “todo o econômico é de natureza cultural”. (Rocker, 1956, p. 56) Uma afirmação que evidencia a centralidade da esfera cultural/ideológica. Levando esta centralidade ao limite, anarquistas como Reclus (2002, p. 25) chegaram a colocar que “a grande evolução intelectual, que emancipa os espíritos, tem por consequência lógica a emancipação, na realidade, dos indivíduos em todas as suas relações com outros indivíduos”.

Esses aspectos permitem afirmar que há diferenças consideráveis entre os modelos teóricos, que dizem respeito à relação entre as esferas, adotados pelos anarquistas ao longo do tempo. Há alguns que conferem centralidade à economia; outros, pautando-se também mais nos fatos que nas idéias, consideram que são a economia e a política, inter-relacionadas,

que determinam o real. Há também aqueles que consideram que as três esferas são interdependentes; outros, ainda, que conferem centralidade à esfera cultural/ideológica.

Sem dúvidas, é possível considerar que algumas dessas posições são mais materialistas que outras, se levada em conta a definição de Bakunin. No entanto, todas essas abordagens, independente de seus fundamentos, abandonaram o paradigma idealista do século XIX, fundamentado nas análises filosóficas de base metafísica e teológica. Os anarquistas nunca buscaram explicar a realidade sem a utilização da racionalidade, de métodos e de teorias. Não podem, por isso, serem considerados idealistas, no sentido de utilizarem fundamentos metafísicos e teológicos para a análise social.

Conforme demonstra Berthier (2008, pp. 160-169), esse debate que envolve o materialismo e a relação entre as esferas também desenvolveu compreensões bastante distintas em outras correntes socialistas, em especial, no marxismo.³²

32 Marx (2008a, pp. 47-48) considera que as relações de produção constituem a estrutura econômica da sociedade; uma “base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência”; segundo sustenta, “a transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura”. Berthier (2008, pp. 162-163) argumenta que, apesar dessa afirmação, Marx não pode ser considerado como um defensor absoluto do determinismo econômico, tal como posteriormente foi compreendido por alguns intérpretes. Em *O Capital*, por exemplo, Marx (1985, vol. II, p. 286), ao analisar os momentos da acumulação primitiva, diz que eles “baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência” do “poder do Estado”; a “violência concentrada e organizada da sociedade” para impulsionar a transformação do feudalismo em capitalismo. Ainda que ele afirme que a violência seja uma “potência econômica”, reconhece nela um elemento político, perpetrado, nesse caso, pelo Estado, que teria proporcionado garantias fundamentais para o desenvolvimento da economia capitalista. Berthier também afirma que, em suas obras históricas, particularmente em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte* e em *As Lutas de Classe na França*, Marx não explica o desenvolvimento histórico somente como uma consequência da economia e da política, e leva em conta aspectos culturais e ideológicos que tiveram determinação fundamental nos acontecimentos históricos. Engels, em 1890, parece aproximar sua posição da de Bakunin: “De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infra-estrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma. Há uma interação entre todos estes vetores entre os quais há um sem número de acidentes (isto é, coisas e eventos de conexão tão remota, ou mesmo impossível, de provar que podemos tomá-los como não-existentes ou negligenciá-los em nossa análise), mas que o movimento econômico se assenta finalmente como necessário. Do con-

Parece evidente que esse debate e as diversas posições demonstram algo bastante claro: a dificuldade de explicar a realidade social, que vem tentando ser levada a cabo por meio de diferentes métodos de análise e teorias sociais, não somente no campo anarquista e mesmo socialista, mas nas Ciências Humanas de maneira geral. Essas posições, longe de demonstrar uma incoerência teórica do anarquismo, ou de outras correntes socialistas, evidenciam uma busca por explicações mais adequadas da realidade. Tais aspectos parecem sustentar a afirmação anterior, de que os debates sobre método de análise e teoria social, que passam pela relação entre as esferas, abarcam posições distintas entre os socialistas em geral e os anarquistas em particular; não colocam em xeque, entretanto, seu socialismo ou seu anarquismo.

As questões deste debate, de acordo com os conceitos adotados neste livro, referem-se ao campo da teoria. Os múltiplos autores compartilham os princípios político-ideológicos do anarquismo e são, portanto, anarquistas, ainda que diverjam em questões de teoria. As diferentes possibilidades de se compreender o materialismo, o voluntarismo, as relações entre fatos e idéias, as esferas e suas possíveis determinações, não fazem do anarquismo mais ou menos anarquista. O que se pode afirmar é que, desde o século XIX, as posições filosóficas de base metafísica ou teológica foram descartadas e que os anarquistas, no campo da teoria, independente das posições adotadas, têm levado a cabo análises e explicações que se apóiam na racionalidade, em métodos e em teorias determinadas.

Esta distinção entre ideologia e teoria subsidia a posição que adotei neste livro. Ao discutir o anarquismo, não levo em conta, em geral, no que diz respeito aos aspectos constitutivos da ideologia anarquista, os elementos puramente teóricos e metodológicos, que vêm sendo historicamente utilizados pelos anarquistas como ferramentas de compreensão da realidade. Considero que pelo fato de o anarquismo pertencer ao campo da ideologia, e não da teoria, ele não deve ser discutido em termos teórico-metodológicos, mas ideológico-doutrinários.

Estas posições implicam divergir de abordagens como as de Jorge Solomonoff (1973), que acreditam ser o materialismo um princípio anarquista. O critério que utiliza para excluir Rocker do campo anarquista é justamente o fato de ele, segundo o autor, ter abandonado o materialismo,

trário, a aplicação da teoria a qualquer período da história que seja selecionado seria mais fácil do que uma simples equação de primeiro grau." (Engels, 1890. In: Marx e Engels, 1965, p. 417)

priorizando as idéias em relação aos fatos. Implicam, também, discordar de perspectivas que consideram anarquistas as posições de Paul Feyerabend (2003), que se sustentam em reflexões puramente teórico-epistemológicas. O “anarquismo metodológico” de Feyerabend, ainda que ponha em xeque fundamentos notáveis da ciência, não pode ser considerado anarquista, pois diz respeito tão-somente ao campo da teoria e não compartilha o conjunto dos princípios político-ideológicos anarquistas.³³

Finalmente, cumpre esclarecer que esta afirmação de que os elementos teóricos não constituem fundamentos da ideologia anarquista não significa dizer que eles não tenham tido relevância e que não tenham sido elaborados durante toda a trajetória histórica do anarquismo. Não significa, também, fazer tabula rasa dos métodos de análise e das teorias sociais e afirmar que quaisquer ferramentas para a compreensão da realidade são igualmente eficazes. Considero que alguns métodos e determinadas teorias são mais adequados que outros para a compreensão da realidade. Na própria elaboração deste livro, em termos teórico-metodológicos, realizo algumas opções que julgo serem mais adequadas e pertinentes do que outras.

Estratégia

O conceito de estratégia é também central na definição de anarquismo elaborada. A Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), refletindo sobre a estratégia dos anarquistas, assim a definiu:

Podemos definir estratégia, a partir da formulação de respostas para três questões: 1.) Onde estamos? 2.) Onde queremos chegar? 3.) Como pensamos sair de onde estamos e chegar onde queremos? A estratégia é, então, a formulação teórica de um diagnóstico da presente situação, a concepção da situação em que se deseja chegar e de um conjunto de ações que terão por objetivo transformar a presente situação, fazendo-a chegar na situação desejada. [...] Essa linha “macro” (de diagnóstico, objetivos de médio e longo

33 Da mesma maneira, o fato de um pesquisador utilizar o o materialismo histórico para a análise da realidade não faz dele, necessariamente, um marxista. Como se viu, há anarquistas, como a FdCA, Fontenis, Resistência Libertária, que se utilizam do materialismo histórico sem, no entanto, abandonar os princípios anarquistas. Assumir essa posição também não significa considerar que as reflexões teóricas de Solomonoff e de Feyerabend não sejam interessantes, e que não possam ser incorporadas aos debates sobre a compreensão adequada da realidade social.

prazo) é chamada de estratégia e os grandes objetivos, de objetivos estratégicos. A estratégia, em seguida, é detalhada em uma linha mais “micro”, ou seja, tática, que determina os objetivos de curto prazo e as ações que são colocadas em prática por militantes ou grupos de militantes que visam atingir os objetivos táticos de curto prazo. Obviamente, o alcance dos objetivos táticos deve contribuir com a aproximação, ou mesmo com o alcance, dos objetivos estratégicos. (FARJ, 2009, pp. 197-200)

O diagnóstico realizado pelos anarquistas foi, historicamente, definido por sua crítica da dominação e os objetivos, por sua defesa da autogestão. A partir da transformação da capacidade de realização das classes dominadas em força social, por meio de estratégias e táticas que estimulem a autogestão, os anarquistas esperam transpor os sistemas de dominação, caracterizados por modelos de poder dominadores, e chegar a sistemas de autogestão, caracterizados por modelos de poder autogestionários.

Segundo Luigi Bonanate (2004, p. 431), a estratégia é “a técnica utilizada para alcançar um objetivo”, seja esse objetivo “individual ou coletivo, privado ou público, pacífico ou bélico-militar”. Para Rocha (2009a, p. 246), a estratégia é a “ciência do conflito” e envolve lutas, enfrentamentos, batalhas. Fundamentado em clássicos como Carl von Clausewitz e outros teóricos da estratégia, Rocha caracteriza a estratégia como a arte de utilizar esses conflitos para alcançar determinados objetivos.

De acordo com Bonanate e Rocha, a prática política envolve, necessariamente, objetivos, e a estratégia abarca, portanto, os meios mais eficazes para que esses objetivos sejam atingidos e, por conseqüência, um caminho por meio do qual se leva a cabo a intervenção política em conflitos determinados.

Bonanate (2004, p. 431) considera que é a “determinação da estratégia” e a “escolha dos meios mais eficazes” que fazem com que se alcancem os objetivos estabelecidos. Clausewitz (2010, p. 71) sustenta que, em qualquer estratégia, são os objetivos que condicionam as ações, ou seja, os objetivos estratégicos implicam uma estratégia coerente com ele, que se desdobre em táticas; as táticas devem apontar para a estratégia e esta para o objetivo estratégico. Em acordo com Clausewitz, Bonanate (2004, p. 432) afirma: “a estratégia deve estar subordinada à política, assim a tática está e não pode deixar de estar subordinada à estratégia”.

Ainda que os anarquistas tenham desenvolvido, historicamente, diferentes estratégias para atingir seus objetivos, há uma estratégia funda-

mental, comum a todas suas correntes, e que constitui parte dos princípios anarquistas. Essa estratégia é coerente com os pressupostos conceituais anteriormente discutidos: técnicas, caminhos para se atingir objetivos; intervenção determinada em conflitos sociais; coerência entre meios e fins (objetivos, estratégias, táticas).

Força social

Alfredo Errandonea (1989, pp. 90-91) define *sistema* como um todo dinâmico que constitui a sociedade, com relações e influências mútuas entre seus elementos, e *estrutura* como um conjunto das relações sociais estáveis e concretas presentes em um sistema. Tais conceitos permitem afirmar que *a sociedade constitui um sistema com uma determinada estrutura*.

A categoria fundamental para a compreensão de como se estruturam os sistemas é a *força social*. Para Errandonea,

uma força social é um conglomerado grupal, com interesse coletivo (geralmente, uma situação comum de classe), com certo grau de capacidade e de vontade para atuar na busca desse interesse, que atua efetivamente, de maneira consciente em função do interesse, o que lhe confere a condição de fator do processo social numa conjuntura específica. (Errandonea, 1989, p. 118)

Para Fábio López (2001, p. 60), a força social é definida como a energia “aplicada pelos agentes na consecução de seus objetivos na sociedade”.

Partindo das definições de Errandonea e López, é possível dizer que uma força social caracteriza-se por um agrupamento coletivo real que, por meio da capacidade e da vontade, a partir de interesses comuns (que podem ser classistas), dispõe-se a atuar, e de fato atua, convertendo-se em uma energia aplicada por agentes sociais, de um dado momento histórico, e de um determinado espaço geográfico, em favor de objetivos – dando corpo a uma ação em alguma das esferas estruturadas da sociedade ou em mais de uma delas.

São as forças sociais que, na conflituosa correlação entre si, determinam os elementos estruturais, e a relação entre esses elementos que constituem a estrutura de um determinado sistema, por meio do vetor resultante do enfrentamento entre forças.

A categoria força social não pode ser compreendida como um elemento essencialmente político, ligado à violência. Considero, pela interdependência das esferas, que a força social constitui-se e desenvolve-se nas três esferas estruturadas da sociedade, relaciona-se à produção, à distribuição, ao consumo, à violência, às tomadas de decisão e à legitimidade.

Além disso, faço distinção entre força social e capacidade de realização. “*Uma força social tem determinada capacidade de realização. Capacidade de realização* pode ser entendida, como a possibilidade de produzir de determinada força social, quando colocada em ação pelo agente que a detém.” (López, 2001, p. 61)

De acordo com López, a capacidade de realização está no campo da possibilidade e a força social da realidade; a primeira pode incidir na realidade, caso seja aplicada no jogo de forças estrutural, mas não necessariamente incide. Todos os agentes possuem capacidade de realização, mas só transformam essa capacidade em força social na medida em que intervêm no jogo de forças que caracteriza uma estrutura social determinada.

Por isso, há somente duas alternativas de intervenção na realidade: intervir por meio de uma força social para reforçar o *status-quo* ou para modificá-lo de alguma maneira. Não intervir, ainda que haja capacidade para tanto, significa, obrigatoriamente, reforçar a situação dada, o *status-quo*, e, assim, a força social preponderante e as relações de poder estabelecidas, por razão desses agentes sociais não transformarem sua capacidade em força social.

Partindo de Errandonea (1989) e López (2001), podem-se definir alguns conceitos acessórios ligados à categoria força social.

Sistema social: Sociedade, ordem, *status-quo*; uma totalidade dinâmica, composta de elementos inter-relacionados, que se afetam mutuamente de maneira variável, autotransformam-se constantemente, de maneira global e gradual; vetor resultante das conflituosas relações entre as forças sociais em jogo.

Estrutura social: Configuração do conjunto de relações sociais estáveis e concretas estabelecidas pelas forças sociais presentes em um sistema.

Capacidade de realização: Possibilidade dos agentes de causar efeitos em outros, direta ou indiretamente; força potencial que pode ser, mas não necessariamente é, aplicada em uma determinada relação.

Agentes sociais: Indivíduos que vivem em sociedade, possuem vontade, capacidade de escolha e ação. Podem associar-se coletivamente, por vários motivos, a partir de bases grupais e/ou classistas.

Poder

Tomás Ibáñez (2007a, pp. 43-44) considera ser possível agrupar as inúmeras definições do poder em três: 1.) Aquelas que conceituam o poder como capacidade, 2.) Aquelas que conceituam o poder como assimetria nas relações de força, e 3.) Aquelas que conceituam o poder como estruturas e mecanismos de regulação e controle. Opto, aqui, pela segunda definição, fundamentada nas noções que conceituam o poder como assimetria nas relações de força.

Essa definição não se contrapõe diretamente às outras. Ela implica que a capacidade pode constituir poder, mas não significa, necessariamente, poder; a definição do poder como capacidade assimila-se à noção de capacidade de realização anteriormente definida. Implica, também, que estruturas e sistemas, assim como seus mecanismos de regulação e controle, são sempre resultado de determinadas relações de forças e, assim, das relações de poder resultantes. Definir o poder como assimetria nas relações de forças permite conceituá-lo, mais especificamente, como uma relação que se estabelece nas lutas e disputas entre diversas forças sociais em conflito, quando uma(s) força se impõe à(s) outra(s). Poder e relação de poder funcionam, dessa maneira, como sinônimos.

Ibáñez (1982, pp. 99-100), ao elaborar o que chama de “paradigma estratégico do poder”, contribui com essa definição, ao afirmar que: o poder é uma relação social concreta, dinâmica e conflitiva entre diferentes forças assimétricas, na qual há preponderância de uma força em relação à outra – por isso, a categoria estratégia torna-se central. Esta relação é, no mínimo, bilateral e envolve aqueles que exercem o poder e aqueles que sofrem seus efeitos – não há, portanto, relação de poder sem sujeitos. O poder emana das relações sociais que se dão em todas as esferas estruturadas da sociedade – não se restringe, assim, a uma noção jurídica, a um reflexo da economia, às instituições e aos soberanos.

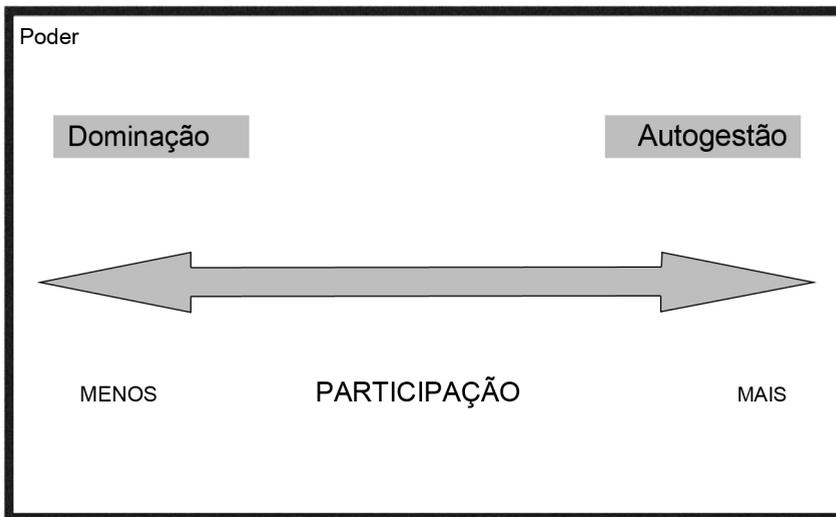
Participação: dominação e autogestão

A participação é estabelecida pelas relações de poder. Errandonea (1989, p. 122) a define como “capacidade de incidência e iniciativa própria nas decisões que afetam [os agentes sociais], pessoal, grupal ou coletiva-

mente. Todo tipo de decisões: no sentido mais amplo.” As decisões referentes às três esferas sociais são forjadas a partir de distintos níveis de participação, que implicam a constituição de regulações, controles e normas.

O campo da participação possui dois extremos, que, conforme colocado no gráfico abaixo, funcionam como *tipos ideais de poder*: a dominação e a autogestão.

Poder



(Corrêa, elaborado para este estudo)

Para Errandonea (1989, pp. 63-82), a dominação é uma relação social hierárquica que pode ocorrer nas três esferas da sociedade e institucionalizar-se com uns decidindo aquilo que diz respeito a outros e/ou a todos. Ela explica as desigualdades estruturais, envolve relação de mando/obediência entre dominador/dominado, alienação do dominado, entre outros aspectos. É o fundamento básico das relações de classes, ainda que não possa ser reduzida à dominação de classe.

De acordo com López (2001, p. 122) e Michael Albert (2004, pp. 17-26), a autogestão é uma relação social, antítese da dominação, que implica a participação nos processos decisórios, proporcionalmente ao quanto se é

afetado por eles, pessoal, grupal ou coletivamente; as relações de autogestão também se dão nas três esferas sociais. Nas relações de autogestão, as decisões são compartilhadas, assim como as responsabilidades delas derivadas, não havendo monopólio político por parte de alguns agentes, agrupamentos ou classes sociais.

Um sistema em que predomina a dominação pode ser caracterizado como um *sistema de dominação*; um sistema em que predomina a autogestão, um *sistema de autogestão*. A autogestão, assim, constitui uma alternativa à dominação, e o sistema de autogestão, uma alternativa ao sistema de dominação.

No limite da dominação, os agentes sociais não possuem qualquer capacidade de incidência e nem iniciativa em relação às decisões que lhes afetam; no limite da autogestão, eles têm a maior incidência e iniciativa possíveis, participando amplamente dos processos decisórios que lhes dizem respeito. Os extremos constituídos pela dominação e pela autogestão demarcam, teoricamente, as possibilidades lógicas de limites nos processos de participação. Entretanto, tais extremos só funcionam como limites teóricos para se pensar as situações reais e concretas, que, na imensa maioria dos casos, não se situam nos extremos, mas em posições intermediárias.

Ainda assim, esses extremos permitem avaliar as relações de poder, além dos processos de participação por elas estabelecidos. O aumento ou a diminuição da participação nas decisões evidenciam em que sentido caminham as relações de poder e se elas se aproximam mais de um ou outro extremo. Esse modelo também permite avaliar distintas estratégias políticas que têm por objetivo intervir nas relações de poder buscando modificar (aumentar ou diminuir) a participação dos processos decisórios.

Amedeu Bertolo (2005, p. 94), López (2001, p. 84) e Ibáñez (2007a, p. 45) consideram imprescindível distinguir a categoria poder do conceito de dominação. As relações de dominação são, da maneira por eles concebidas, subconjuntos das relações de poder, tipos de poder. Logicamente, tratar de dominação implica tratar de poder, mas tratar de poder não necessariamente significa tratar de dominação, já que esta constitui somente uma parte daquele. Para esses autores, é possível se falar em relações de poder que não implicam dominação.

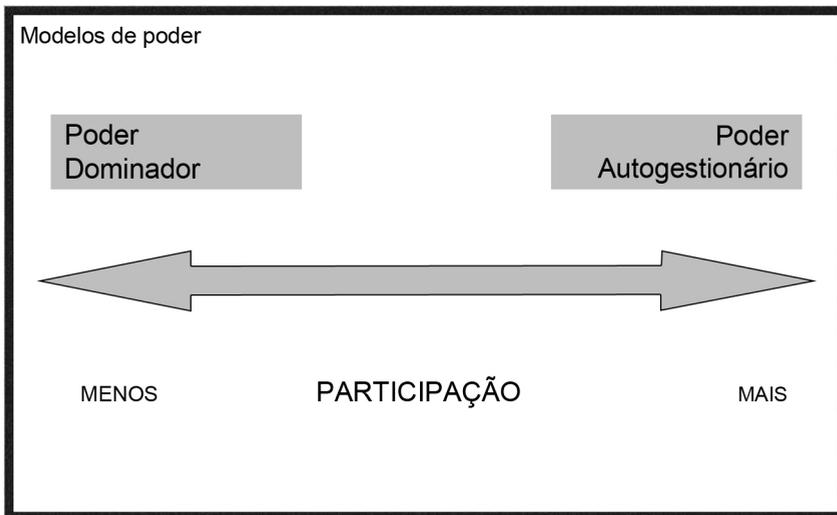
Os argumentos de Errandonea, Ibáñez, Bertolo e López subsidiam a elaboração de dois modelos de poder e suas características marcantes, também, definidos a partir de tipos ideais:

1. *Poder autogestionário*: autogestão, participação ampla nas decisões, agentes não alienados, relações não hierárquicas, sem relações de dominação, sem estrutura de classes e exploração.

2. *Poder dominador*: dominação, hierarquia, alienação, monopólio das decisões por uma minoria, estrutura de classes e exploração.

Tais modelos de poder caracterizam, cada um, a autogestão e a dominação, a partir de uma lógica que, quanto maior a participação, mais próximo de um tipo ideal de poder autogestionário, quanto menor, mais próximo de um tipo ideal de poder dominador, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Modelos de poder



(Corrêa, elaborado para este estudo)

Além dos conceitos de dominação e autogestão, anteriormente elaborados, é possível definir mais claramente o conceito acessório de participação, também ligado à categoria poder.

Participação: Estabelecida pelas relações de poder, é a capacidade de incidência e iniciativa própria nas decisões que afetam os agentes sociais, pessoal, grupal ou coletivamente. Possui dois extremos, que funcionam como tipos ideais de poder: a dominação e a autogestão.

Classes sociais

Errandonea (1989, pp. 29-31) considera que as classes sociais não podem ser definidas apenas pela exploração, concebida como resultado de uma relação social econômica, do campo do trabalho, que envolve mais-valia. O autor parte do conceito de exploração para conceber as classes sociais por meio de outro conceito, mais amplo, de dominação, que abarca o conceito de exploração. A exploração constitui um tipo de dominação e um dos elementos para a definição das classes sociais.

Para Errandonea (1989, pp. 97-98), a dominação é o “fundamento básico das relações de classe; portanto, da conformação de classes sociais e da própria estrutura de classes em que elas se dão”. O autor expõe aspectos que permitem conceituar a categoria classe social, enfatizando que elas estão completamente relacionadas com a assimetria social, a desigualdade, quando esta possui uma conformação estrutural, consistente e estável. Dessa maneira, as classes sociais são “agrupamentos humanos de relativa homogeneidade entre si”, de aspectos, atributos ou elementos distribuídos desigualmente numa determinada sociedade, agregados pelas similaridades que dizem respeito às desigualdades sociais.

As classes sociais constituem categorias históricas, variáveis conforme o tempo, podendo aparecer, desempenhar um papel, modificar-se ou mesmo desaparecer; não podem, portanto, ser definidas, indefinida e exclusivamente, em torno da propriedade dos meios de produção, já que esta pode ou não ser uma determinante estrutural fundamental, dependendo do contexto do qual se trata.

De maneira geral, um sistema de dominação baseia-se em uma estrutura de classes, que envolve classes dominantes e classes dominadas. Um sistema classista, de dominação, implica pelo menos ambos os conjuntos. Em sua obra, Errandonea (1989, pp. 104-112) conceitua e tipifica as classes sociais a partir do conceito de dominação. Ele desmembra as categorias mais globais e gerais – classes dominantes e classes dominadas –, em quatro tipos de classes sociais: “‘classes dominantes’, ‘classes médias’, ‘classes dominadas propriamente ditas’ e ‘marginais’” – apontando para um modelo que permite tipificar as classes sociais concreta de distintos contextos históricos.

Utilizo, neste estudo, somente os conceitos mais amplos, globais e gerais: classes dominantes e classes dominadas, os quais são definidos, a seguir, juntamente com o conceito de exploração – todos os quais, com base na obra de Errandonea.

Exploração. Relação social econômica, do campo do trabalho, entre capitalistas e trabalhadores, na qual o sobreproduto do trabalho realizado (mais-valia) pelos trabalhadores é apropriado pelos capitalistas. Não fundamenta completamente a noção de classes sociais e não explica toda a realidade social; é um tipo de dominação.

Classes dominantes: Classes sociais concretas cujos membros controlam o conjunto dos mecanismos de dominação presentes em uma determinada configuração de relações de dominação, resultante da combinação específica dos meios nelas vigentes para exercê-las. Usufruem de posições sociais que implicam acesso permanente e institucionalizado aos mecanismos em relação aos quais se adotam as decisões sociais.

Classes dominadas: Classes sociais concretas cujos membros não controlam o conjunto dos mecanismos de dominação presentes em uma determinada configuração de relações de dominação. Compõem-se de classes que podem participar da instrumentação da dominação, classes dominadas propriamente ditas, integradas ao sistema e imprescindíveis à sua subsistência, e classes marginais, não integradas ao sistema, mas consideráveis para seu funcionamento.

Interesse, consciência, luta de classes, mudança e transformação social

Errandonea (1989, pp. 130-132) argumenta que os sistemas têm como base o conflito social, o qual é definido como “toda relação social de oposição manifesta entre atores sociais que se traduz em ações concretas orientadas em contraposição mútua”.

Envolvendo indivíduos, grupos, classes, independente de suas posições sociais, além de oposições entre forças sociais e interesses distintos, os conflitos sociais podem ser classificados com base em diferentes critérios: identificação dos agentes em contradição, nível de violência ou intensidade, objetivo dos agentes, entre outros. O autor trabalha com quatro critérios para essa classificação: 1.) *Tipo de agentes:* de um lado aqueles conflitos que se dão entre indivíduos, pequenos grupos ou organizações não-classistas, de outro, aqueles que se dão entre forças sociais de origem, filiação ou recrutamento classista; 2.) *Objetivo para com o agente contraditor:* de um lado, os conflitos que propõem a eliminação (desaparecimento da estrutura), por

outro, aqueles que buscam acesso a certos objetivos para benefício próprio – chama-se o primeiro de luta e o segundo de concorrência; 3.) *Direção do conflito*: de um lado, os conflitos horizontais, que não se propõem a alterar a estrutura de classes do sistema de dominação, mas melhorar a posição dos agentes dentro dessa estrutura, por outro, os conflitos verticais, que possuem o objetivo de modificar a estrutura e o sistema; 4.) *Institucionalização ou não-institucionalização*: de um lado, os conflitos institucionalizados, que se dão com a aceitação, por parte dos agentes, das regras do jogo, proporcionadas pela estrutura sistêmica, para a solução, por outro, os conflitos não-institucionalizados, que se dispõem a utilizar meios que não são aceitos pelo agente contraditor, não havendo, nesse caso, uma regulação comum aos agentes em conflito.

Os conflitos sociais podem ser ou não classistas; dependendo da maneira como se conformam, podem contribuir com o reforço das relações de poder de um sistema de dominação vigente ou colocá-las em xeque:

Os conflitos não-classistas, a competição, os conflitos horizontais e os institucionalizados, não só não contradizem o consenso [legitimidade do sistema de dominação e da estrutura de classes], mas o supõem e tendem a reforçá-lo. Ao contrário, os conflitos entre forças sociais classistas, a luta, os conflitos verticais e os não-institucionalizados, em cada caso com variantes que devem ser consideradas, implicam em algum nível o questionamento da legitimidade do sistema de dominação ou da relação de dominação concreta em questão, e tendem a produzir – quando não envolvem diretamente – um questionamento do consenso do sistema. (Errandonea, 1989, p. 132)

Os conflitos sociais motivam o desenvolvimento de distintos interesses, que podem ser compreendidos e evidenciados em termos individuais, grupais ou classistas. Nos casos dos interesses individuais e grupais, eles associam-se ao progresso particular, de mobilidade de indivíduo ou de grupo, possibilitado pela estrutura de classes. Esses interesses entram em jogo pela crença na legitimidade do sistema de dominação ou pela busca de “jogar com as regras do jogo”, visando modificar a posição dos agentes na estrutura e no sistema de dominação – não envolvem, portanto, a mudança ou transformação do sistema de dominação e de sua estrutura de classes como um todo.

No caso dos interesses classistas, eles dizem respeito a uma classe ou conjunto de classes determinado, que compreende que esses interesses

só podem ser buscados com eficácia coletivamente. Os interesses de classe podem estar latentes ou manifestos; neste último caso, podem ser chamados de consciência de classe. Eles não derivam automaticamente das posições estruturais dos agentes na estrutura de classes, ainda que esse seja um fator de relevância, e envolvem experiência e ação humana, com conteúdos culturais e ideológicos.

Relacionam-se diretamente com a busca de satisfação das necessidades socialmente percebidas como mínimas e com a aspiração para melhorar seu nível, ligando-se àquilo que se distribui desigualmente na sociedade.

Em um sistema de dominação, que implica uma estrutura de classes, muitas vezes, “a tendência é a percepção de contraposição”. “Os dominadores procuram não só manter, mas aumentar seu domínio (e, portanto, reduzir a participação dos dominados)”, ao mesmo tempo, “os dominados procuram aumentar sua participação (diminuir sua condição de dominados), as quais são tendências estruturais contraditórias dos interesses respectivos”. Quando os interesses de classe são compreendidos e demonstrados em termos classistas, quando se aumenta o nível de consciência de classe, quando a capacidade e a potencialidade convertem-se em força social concreta, “o conflito social tende a convergir e converter-se em conflito ou luta de classes”, manifestada aberta e conscientemente. A luta de classes pode ser compreendida, assim, como um “conflito social que constitui luta vertical, não-institucionalizada entre forças sociais classistas procedentes de tipos de classes opostas”. Essa luta de classes coloca em xeque o sistema, tanto no que diz respeito à correlação de forças, como em relação à sua legitimidade; diferentemente, os conflitos não implicados na luta de classes (conflitos não-classistas, competição, conflitos horizontais e institucionalizados) servem, em grande medida, para legitimar o sistema e sua estrutura. (Errandonea, 1989, pp. 125, 132-133)

O conflito social motiva tanto a mudança quanto a transformação social. Quando a estrutura de classes de um determinado sistema é modificada, alterada, há mudança social *no* sistema – mudanças cotidianas que não afetam os aspectos fundamentais do sistema e sua identidade (reformas). Quando esta estrutura é transformada, há transformação social *de* sistema – alterações profundas das bases e das relações de dominação (revolução). A transformação social pode ou não ser o resultado de diversas mudanças sociais; ambos os conceitos não estão necessariamente em contradição.

Dessa formulação, podem-se extrair outros conceitos acessórios importantes.

Interesses de classe: Interesses gerados nos agentes sociais por razão da posição de classe ocupada na sociedade (sistema e estrutura em que estão inseridos), ainda que sua experiência e ação, que conta com aspectos culturais e ideológicos, também sejam relevantes. Podem ser latentes ou manifestos.

Consciência de classe: Interesses de classe compreendidos e manifestos por determinados agentes sociais.

Luta de classes: Conflito social de classes, que pode implicar luta vertical (aquela que tem o objetivo de modificar a estrutura de classes) e não-institucionalizada (aquela que se dispõe a utilizar meios que não são aceitos pelo agente contraditor) entre forças sociais de origem, filiação ou recrutamento classista, procedentes de tipos de classes opostas.

Mudança social: Modificação ou alteração cotidiana do sistema que não afeta seus aspectos fundamentais e sua identidade (o modelo de poder) e que implicam medidas de curto prazo, reformas que podem ou não apontar para um processo mais amplo de transformação.

Transformação social: Modificação ou alteração profunda do sistema, que afeta seus aspectos centrais e sua identidade (o modelo de poder). Pode ser compreendida como revolução e ocorre quando os conflitos sociais tornam-se luta de classes abertas e conscientes, extrapolam as esferas e generalizam-se ao conjunto das relações sociais.

ANARQUISMO: CRÍTICA DA DOMINAÇÃO, DEFESA DA AUTOGESTÃO E ESTRATÉGIA FUNDAMENTAL

Partindo da discussão das categorias e conceitos, aprofundo a abordagem teórico-conceitual do anarquismo por meio de três eixos: a crítica da dominação, a defesa da autogestão e a estratégia fundamental anarquistas.

Dentro dos fundamentos teórico-metodológicos definidos anteriormente, trabalho com o método histórico, em sua aplicação teórica particular, buscando as continuidades e permanências do anarquismo no longo prazo, a partir de uma amplitude significativa de dados.³⁴ A totalidade e a interdepen-

³⁴ Para a presente elaboração, trabalho com um conjunto de anarquistas e organizações anarquistas que representam, em termos gerais, o anarquismo historicamente, em suas cinco ondas (1868-1894, 1895-1923, 1924-1949, 1950-1989, 1990-presente), e geograficamente, nos cinco continentes. Utilizo

dência evidenciam-se no conjunto selecionado de dados, na maneira de exposição dos argumentos, realizada a partir de cada uma das esferas sociais, e, principalmente, pelas críticas e proposições anarquistas. Considero, conforme afirmado pelo anarquista coreano Shin Chaeho (2005, p. 376) em 1923, certamente retomando argumentos de Proudhon e Bakunin, que “a destruição e a construção são inseparáveis; não são duas coisas, mas uma só”.

As posições anarquistas sustentadas em relação a esses três eixos são relativamente homogêneas. Opto por focar aquilo que há de comum entre os anarquistas, os elementos basilares da ideologia anarquista, que fornecem os fundamentos para a elucidação de seus princípios político-ideológicos. As principais divergências em relação aos três eixos serão abordadas no capítulo a seguir.

O primeiro eixo, da crítica anarquista da dominação, é discutido por meio da posição dos anarquistas em relação à dominação nas três esferas sociais; ênfase a crítica anarquista à dominação de classe, a outros tipos de dominação (imperialismo, gênero e raça) e à dominação em geral. O segundo eixo, da defesa anarquista da autogestão, é abordado, da mesma maneira, por meio da posição dos anarquistas em relação à autogestão nas três esferas sociais e de sua defesa do poder autogestionário e da autogestão generalizada. O terceiro eixo, da estratégia anarquista, similarmente, é discutido por meio da posição dos anarquistas dos sujeitos revolucionários, de sua estratégia geral de luta e de suas concepções de revolução social e autogestão – concebida para as lutas integradas nas três esferas; abordo, ainda, as lutas de gênero, de raça e antiimperialistas.

A análise das posições anarquistas em relação a esses três eixos possibilita, ao final, elaborar um conjunto de princípios político-ideológicos que constitui as bases da definição de anarquismo anteriormente colocada.

A crítica anarquista da dominação

A crítica histórica da dominação realizada pelos anarquistas tem como foco as três esferas sociais.

mais de 50 autores (teóricos, militantes, organizações), com escritos que vão da primeira à quinta onda, e sendo realizados por anarquistas da África, da América do Sul, da América Latina, da Ásia, da Europa e da Oceania. A linha teórica que norteia a abordagem fundamenta-se em Schmidt e van der Walt (2009). A cada vez que um novo anarquista for apresentado, menciono o país em que nasceu e/ou prioritariamente atuou e o ano da produção de seu escrito citado.

Dominação econômica: exploração capitalista e pré-capitalista

Tendo surgido como um socialismo libertário, o anarquismo possui uma crítica ao capitalismo similar às outras correntes socialistas; enfatiza que o capitalismo implica a exploração dos trabalhadores pelos proprietários dos meios de produção.

Ainda que se deva reconhecer a qualidade da formalização de Marx do conceito de exploração em *O Capital* (Errandonea, 1989, p. 21), pode-se dizer que a obra que estabeleceu os marcos da crítica socialista da exploração, e que influenciou tanto Marx quanto os anarquistas, foi *O que é a Propriedade?*, de Proudhon, escrita em 1840. Assentando as bases de sua crítica da exploração econômica, Proudhon teoriza:

Uma força de mil homens, atuando por vinte dias, foi paga como a força de um único atuando por cinqüenta e cinco anos; contudo, a força de mil homens fez em vinte dias o que a força de um só não faria em um milhão de séculos: o negócio é eqüitativo? Mais uma vez, não: quando tiverdes pago todas as forças individuais, não tereis pago a força coletiva; em consequência, resta sempre um direito de propriedade coletiva não adquirido por vós e de qual gozais injustamente. [...] Nisso, sobretudo, é que consiste aquilo que tão bem se denominou de exploração do homem pelo homem. (Proudhon, 1988, pp. 104-106)

A força coletiva não remunerada pelo proprietário constitui, para o autor, o excedente apropriado injustamente do trabalho realizado pelos trabalhadores; essa apropriação indevida caracteriza a exploração.

As críticas econômicas de Proudhon, assim como as de Marx, tiveram ampla influência entre os anarquistas, dentre os quais se encontram o russo Bakunin e o italiano Carlo Cafiero.³⁵ Os argumentos de Proudhon e Marx constituem, em grande medida, as bases da crítica anarquista da exploração.

35 Bakunin comprometeu-se, inclusive, com a tradução do primeiro volume de *O Capital*, de Marx, ainda que ela não tenha sido concluída. Tratando do livro do adversário alemão, Bakunin (2007, p. 17) afirmou que ele apresentava uma “análise tão profunda, tão iluminada, tão científica, tão decisiva”, ao “expor a formação do capital burguês e a exploração sistemática e cruel que o capital continua a exercer sobre o trabalho do proletariado”, ainda que tivesse, em parte, sido escrito “em estilo excessivamente metafísico e abstrato”, o “que o torna difícil de ser explicado e quase inacessível à maioria dos trabalhadores”. Cafiero (1990), anarquista italiano, elaborou uma versão popular deste volume de *O Capital*, de maneira que ele pudesse ser difundido entre os trabalhadores, a qual foi aprovada pelo próprio Marx.

Schmidt e van der Walt (2009, pp. 49-50) afirmam que a exploração é compreendida pelos anarquistas como “transferência de recursos de uma classe produtiva para uma outra dominante, porém improdutiva. A exploração no sistema capitalista ocorre no trabalho e por meio do salariado.” O trabalho assalariado do capitalismo permite aos proprietários se apropriarem do excedente produzido pelos trabalhadores, o que caracteriza a exploração.

Kropotkin (1987, pp. 20-21), anarquista russo, coloca, em 1910, que, em sua crítica econômica, “os anarquistas, junto com todos os socialistas, dos quais constituem a ala esquerda, sustentam que o sistema de propriedade privada” vigente, a “produção capitalista em função do lucro”, contraria os princípios da “justiça e os imperativos da utilidade”; “o sistema salarial e a produção capitalista” são, para ele, obstáculos para uma sociedade justa. O anarquista norte-americano Albert Parsons (1887) reflete sobre o assunto em 1886, sustentando que “a luta de classes, o conflito entre o capital e o trabalho acontece por razão da apropriação do produto do trabalho dos trabalhadores”. E mais: “Assim que a porção do capitalista aumenta (seu lucro), a porção dos trabalhadores diminui (seu salário)” e, por isso, “os interesses da classe capitalista são diretamente antagônicos aos interesses dos assalariados”.

Há indubitavelmente similaridades entre esta crítica da economia capitalista e as críticas de outras correntes socialistas.

Entretanto, a crítica econômica anarquista não se restringe ao capitalismo; outros modos de produção, considerados pré-capitalistas, cujos traços permanecem em sociedades modernas em função dos distintos níveis de desenvolvimento econômico, também são levados em conta. Por não sustentar um imperativo da evolução dos modos de produção para que o socialismo seja atingido, os anarquistas sustentam ser possível impulsionar, com sucesso, dentro de modos de produção predominantemente pré-capitalistas, processos de luta pelo socialismo, sem que se tenha de passar, necessariamente, por uma fase capitalista:

Para os anarquistas, os capitalistas ou a burguesia eram poderosos no mundo moderno, mas, quando as economias eram menos desenvolvidas, antigas elites pré-capitalistas, proprietárias da terra (geralmente aristocracias ou nobrezas hereditárias) também possuíam um importante papel. Não se pode compreender a posição anarquista em relação ao campesinato, a não ser que se observe que o impulso socialista no anarquismo não era simplesmente anticapitalista, mas que ele também implica uma crítica da riqueza provinda da propriedade fundiária. (Schmidt e van der Walt, 2009, p. 49)

Crítica-se, assim, tanto o capitalismo moderno, estabelecido a partir da propriedade dos meios de produção e da conseqüente exploração dos trabalhadores pela burguesia e o trabalho assalariado, quanto a propriedade da terra, a partir da qual latifundiários dominam, também, em termos econômicos, o campesinato.

Os anarquistas consideraram os camponeses vítimas do sistema fundamentado na propriedade da terra: por razão de o campesinato geralmente não possuir sua própria terra, ele era obrigado a pagar com trabalho, produtos ou dinheiro, nos locais em que a propriedade era de latifundiários ou de empresas, ou mesmo pagar taxas nos locais em que o Estado ou os camponeses tinham títulos de propriedade. Em ambos os casos, os camponeses eram obrigados a entregar parte significativa de sua produção aos grupos dominantes para ter o direito de cultivar a terra em que viviam. (Schmidt e van der Walt, 2009, p. 49)

A propriedade da terra nestes moldes vem sendo criticada pelos anarquistas, principalmente, por se basear na exploração de assalariados do campo e do campesinato. Além disso, os anarquistas criticam as relações de dominação que envolvem aqueles que realizam trabalhos precários, desempregados e marginalizados – chamados, entre os marxistas, de “lumpem-proletariado”.

A exploração capitalista, caracterizada pelo trabalho assalariado, e também pré-capitalista, amparada na propriedade da terra, juntamente com as dominações que atingem trabalhadores precários e marginalizados em geral, constituem, na esfera econômica, os alicerces sobre os quais os anarquistas vêm elaborando sua crítica da dominação.

Dominação política/jurídica/militar: o Estado

Pode-se conceituar o Estado com base no italiano Malatesta (2001, p. 15), que o define, em 1891, como um “conjunto de instituições políticas, legislativas, judiciárias, militares, financeiras”. Os sul-africanos da Workers Solidarity Federation (WSF), em 1996, complementam:

O termo Estado refere-se a um conjunto de estruturas legais, coercivas, burocráticas, hierárquicas e administrativas – o legislativo

(parlamento), o governo civil, o judiciário, o exército e a polícia – coordenado por um executivo. [...] Esses mecanismos de dominação e controle têm um monopólio legal exclusivo do uso da força em uma base territorial determinada. (WSF, 1996, p. 6)

Para os anarquistas, o Estado é responsável por alguns tipos de dominação, que estão para além da exploração, tais como a *coação física* e a *dominação político-burocrática*. (Errandonea, 1989, pp. 95-96) Na teoria anarquista do Estado, constata-se que a dominação política existe tanto pelo monopólio da força coercitiva, quanto pelo monopólio das tomadas de decisão da sociedade.

Segundo os franceses Berthier e Vilain (2011, p. 114), há uma teoria anarquista do Estado que foi constituída desde Proudhon, mas que ganhou na elaboração de Bakunin traços mais marcantes. Segundo sustentam, Bakunin “funda em *Estatismo e Anarquia* [1873] sua teoria do Estado Moderno sobre a análise de desenvolvimento do capitalismo”. Estado e dominação são indissociáveis, conforme coloca o próprio Bakunin (2003a, p. 212): “Quem diz Estado, diz necessariamente dominação e, em conseqüência, escravidão; um Estado sem escravidão, declarada ou disfarçada, é inconcebível; eis por que somos inimigos do Estado”.

O Estado submete as classes dominadas que estão sob sua jurisdição à coação física; ele é, pois, “sinônimo de coerção, domínio pela força, camuflada, se possível, e, se necessário, brutal e nua” (Bakunin, 2003a, p. 47) – a “última *ratio*” da dominação, utilizada quando a legitimidade já não é suficiente. O monopólio da violência, os tribunais e as prisões são aspectos que evidenciam este tipo de dominação. Além disso, as classes dominadas também são submetidas a uma dominação político-burocrática, que termina por aliená-las politicamente e que se torna evidente na hierarquia entre a minoria de governantes e a maioria de governados. Há um grupo restrito que toma as decisões para uma ampla população.

Por monopolizar as decisões políticas, o Estado abarca interesses que “se opõem àqueles das massas populares”; ele implica interesses de classe distintos ao das classes dominadas. Por meio desse jugo, “o povo fica na impossibilidade de exercer um controle sobre ele” e “mais a administração do país se afasta da gestão pelo próprio povo”. (Bakunin, 2003a, p. 79)

Tal crítica aplica-se a todos os modelos de Estado:

Nenhum Estado, por mais democráticas que sejam as suas formas, mesmo a república política mais vermelha, popular apenas no sen-

tido desta mentira conhecida sob o nome de representação do povo, está em condições de dar a este o que ele precisa, isto é, a livre organização de seus próprios interesses, de baixo para cima, sem nenhuma ingerência, tutela ou coerção de cima, porque todo Estado, mesmo o mais republicano e mais democrático, mesmo pseudopopular como o Estado imaginado pelo Sr. Marx, não é outra coisa, em sua essência, senão o governo das massas de cima para baixo, com uma minoria intelectual, e por isto mesmo privilegiada, dizendo compreender melhor os verdadeiros interesses do povo, mais do que o próprio povo. (Bakunin, 2003a, p. 47)

Essa crítica anarquista do Estado estendeu-se para todas as suas formas, unitárias e federais, e seus distintos sistemas de governo, desde os mais autoritários até os mais liberais. Evidentemente, como reconhece Bakunin (1988, p. 112), em 1867, devem-se distinguir os governos mais ou menos democráticos, já “que a mais imperfeita república vale mil vezes mais do que a monarquia mais esclarecida”, visto que “na república há momentos em que, ainda que continuamente explorado, o povo não é oprimido, enquanto que nas monarquias ele o é sempre”.³⁶

Há, na crítica anarquista do Estado, uma dupla perspectiva: primeiro, uma oposição à hierarquia e, segundo, uma ligação entre o Estado e as classes sociais; nestes dois casos, o Estado constitui um meio para que uma minoria governe uma maioria. O anarquista australiano Monty Miller (2001) declara, em 1913, em concordância, que “o princípio básico de todo governo é a agressividade e a restrição em relação às massas, e de defesa dos interesses dos dominadores em relação aos dominados”.

Para os anarquistas, o Estado é um elemento central na estrutura social que caracteriza os sistemas de dominação. A crítica à dominação política protagonizada pelo Estado é um elemento central do anarquismo, principalmente por razão de o Estado não ser considerado um simples reflexo das relações que se dão na esfera econômica. Para os anarquistas, o Estado é, ao mesmo tempo, consequência e causa do capitalismo – possibilita as condições para sua constituição, ao mesmo tempo em que é por ele constituído.

De acordo com Berthier e Vilain (2011, p. 115), em 1983: “o Estado não é um órgão reacionário” por razão das classes que o dirigem, “ele o é por sua própria constituição”. Para os anarquistas, o Estado é a instituição política das classes dominantes e não poderia ter sido concebido na modernidade sem o capitalismo, e nem este sem aquele, como apontou Kropotkin em 1879:

36 Para um aprofundamento da teoria do Estado de Bakunin, cf. Corrêa, 2014b.

O Estado é a proteção da exploração, da especulação, da propriedade privada –, produto da espoliação. O proletário, que só possui como riqueza seus braços, nada tem a esperar do Estado; encontra nele apenas uma organização feita para impedir a qualquer preço sua emancipação. (Kropotkin, 2005b, p. 30)

A relação de interdependência entre Estado e capitalismo faz do primeiro obrigatoriamente uma instituição que promove poderes dominadores e sustenta sistemas de dominação. O Estado não constitui um simples reflexo das relações econômicas, mas é um elemento central dos sistemas de dominação; corporifica, juntamente com outros aspectos, a dominação política, central na definição das classes sociais aqui empregada. Por este motivo, para os anarquistas, a tomada do Estado e a participação política por meio de suas instâncias não apresentam possibilidades para o estabelecimento de poderes autogestionários e sistemas de autogestão. Rechaçam-se, por isso, sistematicamente, as estratégias de tomadas revolucionárias do Estado e as participações na democracia representativa, que têm por objetivo conquistar o Estado aos poucos, por meio das eleições. Para os anarquistas, essas alternativas não são estrategicamente coerentes e seriam o mesmo que alguém se tornar capitalista visando acabar com o trabalho assalariado.

A crítica da democracia representativa, cuja justificativa apoia-se parcialmente na crítica anarquista do Estado, é subsidiada nesta noção de que Estado e dominação, Estado Moderno e capitalismo, são indissociáveis, interdependentes. A ênfase progressiva que se deu, entre os anarquistas, à não participação nas eleições – fato que se consolidou depois de experiências práticas, de escritos do francês Reclus (2011d) e de vários debates, dentro dos quais se destacam aqueles entre os italianos Errico Malatesta e Saverio Merlino (Merlino e Malatesta, 2001) no período de 1897 a 1898 –, consolidou-se por meio da noção de que o vínculo entre Estado e dominação era indissociável. Miller (2001), neste sentido, adverte: “nossos camaradas que depositam votos nas urnas em favor de seus camaradas candidatos, por cumplicidade, sancionam e apóiam a instituição do governo e seu princípio de força”. A utilização do Estado como um meio de luta termina por legitimar a dominação.

Tais posições têm amparado a rejeição anarquista do socialismo de Estado. Segundo os anarquistas, ainda que as relações econômicas sejam modificadas, e que a propriedade passe às mãos do Estado como resultado

de um processo de reformas ou revolução, isso não coloca em xeque o modelo de poder vigente, que continua a ser dominador. Constitui, neste caso, no máximo, uma mudança social, mas nunca uma transformação social, visto que não substitui o modelo de poder vigente e nem o próprio sistema.

Sustentada por Bakunin mais de 40 anos antes da Revolução Russa, esta posição contém um prognóstico que parece ter sido certo, na análise do caso soviético e das experiências “socialistas” que a ele se seguiram.

Dominação ideológica/cultural: religião, educação e mídia

As instituições responsáveis pela produção cultural e ideológica são também centrais na legitimação dos sistemas de dominação e têm sido significativamente criticadas pelos anarquistas. Classicamente, instituições como a religião e a educação receberam bastante atenção.

José Oiticica (2006, p. 54), anarquista brasileiro, em 1947, assim critica a moral religiosa: a “religião é o processo de subjugar o povo fazendo-o crer em um ser onipotente, invisível, dono do universo, castigador dos maus, premiador dos bons”, sendo “os maus, naturalmente, os que desviam das normas ditadas pelos sacerdotes e atribuídas à divindade” e “os bons os que a elas se conformam sem nenhum protesto”. De acordo com os anarquistas, a moral religiosa forja uma noção de certo e errado que tem por objetivo fortalecer o *status-quo* dos sistemas de dominação. Se a ordem, caracterizada pelas estruturas sociais, é estabelecida pelas divindades, qualquer questionamento evidencia um mau comportamento, passível de punição; o mais adequado é conformar-se e obedecer. Bakunin declara em 1867 que

todas as religiões passadas e presentes, sem excluir de forma alguma o cristianismo, foram a religião do mais forte. É a consequência necessária da própria natureza da religião. [...] A religião é, sem sobre de dúvida, um roubo cometido pela imaginação religiosa em detrimento da terra e dos homens, em benefício do céu e dos deuses. [...] O respeito pelo céu torna-se desprezo pela terra, e a adoração da divindade torna-se crueldade para os homens. (Bakunin, 2009a, pp. 20-23)

O desprezo pela terra e a crueldade com os homens demonstram, historicamente, as alianças entre as religiões instituídas e as classes domi-

nantes. As religiões seriam essenciais para sustentar econômica e politicamente o capitalismo e o Estado.

Sobre a escola, Oiticica (2006, p. 53) coloca que, por meio de suas práticas pedagógicas, ela transmite uma série de valores, “gravando, à força de repetições, sem demonstrações ou com argumentos falsos, certas idéias capitais, favoráveis ao regime burguês, no cérebro das crianças, dos adolescentes, dos adultos”. Aos poucos, argumenta ele, essas idéias vão se tornando “verdadeiros dogmas indiscutíveis”. A escola também funciona, na grande maioria dos casos, como uma instituição responsável por forjar culturas e ideologias capazes de garantir a permanência do sistema vigente.

Ambas as instituições, religião e educação, têm um papel crucial, conforme explicita, em 1929, o anarquista russo Alexander Berkman, que atuou muitos anos nos Estados Unidos:

A igreja e a escola continuam ao lado dos ricos contra os pobres, ao lado dos poderosos contra suas vítimas, com a “lei e a ordem” e contra a liberdade e a justiça. Agora, como antes, eles ensinam as pessoas a respeitar e a obedecer a seus mestres. Quando o tirano era o rei, a igreja e a escola ensinavam o respeito e a obediência à “lei e à ordem” do rei. Quando a monarquia é abolida e institui-se a república, a igreja e a escola ensinam o respeito à “lei e à ordem” republicanas. *Obedeça!* Esse é o eterno brado da igreja e da escola, independente da vileza do tirano, independente de quão opressivas e injustas são suas “leis e ordens”. (Berkman, 2003, p. 40)

Além da crítica da religião e da escola, mais recentemente, por razão dos desdobramentos da sociedade, o anarquismo vem criticando também o papel da mídia que, durante o século XX, ganhou relevância central na problemática ideológica e cultural do poder.

O anarquista brasileiro Bruno L. Rocha (2009a, p. 50) enfatiza, em 2009, que a “mídia capitalista e demais instituições [...] elaboram discursos válidos que fundamentam a forma de dominação contemporânea”. O italiano Alfredo Bonanno (2011, p. 36) coloca, em 1998, que “mais do que em qualquer outra época, a mídia realiza somente o papel de apoiar o inimigo”. Nos dias de hoje, tem-se reconhecido a importância da mídia para a continuidade da dominação ideológica/cultural.

No entanto, os anarquistas vêm distinguindo, no sistema de dominação contemporâneo, as instituições culturais e ideológicas que lhe são

centrais, e que, por isso, obedecem a mesma lógica do Estado, como elementos centrais da estrutura sistêmica de dominação, de outras, marginais, periféricas, que poderiam ser utilizadas como meios de atuação, sem um comprometimento de seu projeto estratégico. Essa distinção constitui as bases das reflexões do anarquista australiano Rob Sparrow (2009), em 1997, sobre as relações entre os anarquistas e a mídia e suas possíveis intervenções nos meios de comunicação.

Dominação de classe

Desde que surgiram, os anarquistas sustentam que o capitalismo é uma sociedade de classes, de acordo com o anarquista japonês Kubo Yuzuru (2005, p. 379) que, em 1928, afirma: “o capitalismo divide a sociedade em duas classes, como os opressores e os oprimidos, os exploradores e os explorados”. Essas classes são antagônicas e envolvem processos de luta de classes, como aponta Ricardo Flores Magón (2003a, p. 66), anarquista mexicano, em 1910: “a desigualdade social torna as classes sociais inimigas naturais umas das outras”.

Sobre a luta de classes, os anarquistas russos exilados em Paris, editores da revista *Dielo Truda*, colocam, em 1926, que o sistema de dominação

gerou uma luta de classes que, por vezes, assumiu um caráter aberto e violento, e, por outras, um semblante de progresso vagaroso e inatingível, que reflete carências, necessidades e o conceito de justiça dos trabalhadores. No domínio social, toda história humana representa uma corrente ininterrupta de lutas realizadas pelas massas trabalhadoras pelos seus direitos, pela liberdade e por uma vida melhor. Na história da sociedade humana essa luta de classes tem sido sempre o fator primário que determina a forma e estrutura dessas sociedades. (Dielo Truda, 2001, p. 39)

No anarquismo, destaca-se a relevância das classes sociais e da luta de classes. Entretanto, conforme aponte, não se pode confundir essa centralidade da luta de classes, enfatizada pelos anarquistas russos, com um determinismo econômico, ou mesmo com a exclusiva centralidade da exploração na definição das classes sociais. O classismo anarquista é, em geral, definido pelo conceito de dominação, sendo a exploração econômica um tipo de dominação. Este classismo leva em conta, de acordo com van der

Walt (2011, p. 30), tanto a “propriedade injusta dos meios de produção”, como “a propriedade injusta dos meios de coerção – a capacidade de impor decisões fisicamente – e dos meios de administração – os instrumentos que governam a sociedade”. Atualmente, as forças armadas, tribunais e prisões constituiriam a materialidade dos meios de coerção e a burocracia do Estado a base dos meios de administração.

No campo das classes dominantes, estão, por isso, os proprietários dos meios de produção, incluindo os capitalistas e proprietários de terras, os gestores do capitalismo, do Estado, a tecnocracia e os militares de primeiro escalão, juízes e parlamentares em geral. Dentre as classes dominadas, estariam os trabalhadores, o campesinato e os precarizados e marginalizados de maneira geral. (Schmidt e van der Walt, 2009, pp. 56-60; van der Walt, 2011, p. 31)

Nessa estrutura de classes, as classes dominantes exercem a dominação sobre as classes dominadas; por razão de terem interesses de classes antagônicas, umas e outras estão em permanente luta de classes. As classes sociais concretas representam, em cada tempo e lugar, os agrupamentos que constituem esses conjuntos mais amplos de dominantes e dominados.

A dominação de classe constitui, para os anarquistas, uma característica central e estrutural das sociedades contemporâneas, criticadas desde o surgimento da própria ideologia no século XIX. Júlio Chávez López, anarquista mexicano, enfatiza em 1869:

Queremos destruir radicalmente o vicioso estado de exploração, que condena uns a ser pobres e outros a desfrutar das riquezas e do bem-estar; que faz de alguns miseráveis, ainda que trabalhem com todas as suas energias, e proporciona a outros a felicidade e o descanso pleno. (López, 2012)

Relações nas três esferas contribuem para que estas classes sejam estabelecidas e que, entre elas, se estabeleça permanentemente um conflito social, que é a base dinâmica da mudança e da transformação social.

Outros tipos de dominação: imperialismo, gênero e raça

Ainda que o anarquismo conte com a centralidade da luta de classes, ele sustenta uma oposição à dominação em geral. Três outros tipos de dominação foram, e ainda são, objeto da crítica anarquista: o imperialismo e as dominações de gênero e de raça; as relações entre o anarquismo e esses

tipos de dominação, em perspectivas teóricas e históricas, tem sido pouco destacadas nos estudos do anarquismo.

O imperialismo caracteriza-se, historicamente, por uma relação em que as classes dominantes de um país estabelecem relações de dominação sobre todas as classes de outro país. Nas regiões que conviveram com as conseqüências imperialismo, o antiimperialismo foi central nas lutas anarquistas contra a dominação.

O anarquista chinês Li Pei Kan, mais conhecido como Ba Jin (2008), sustenta, em 1927, que “antes de podermos abolir o capitalismo, não nos opomos, de nenhuma maneira, a qualquer movimento antiimperialista”; “também apoiamos a guerra das colônias contra os Estados metropolitanos e a guerra das nações fracas contra as potências imperialistas”. O anarquista japonês Hatta Shûzô (2005, p. 376) escreve, em 1927: “Nos opomos à invasão imperialista e defendemos a solidariedade internacional dos trabalhadores”. Como afirma van der Walt (2001, p. 9): “o movimento anarquista possui uma longa tradição de combate ao imperialismo”, que vai dos anos 1860 até a atualidade.

A participação dos anarquistas em lutas antiimperialistas e de libertação nacional pautou-se em programas classistas que possuíam objetivos revolucionários e se opunham, constantemente, ao nacionalismo, que sustentava a colaboração de classes em prol dos interesses do país na luta contra os inimigos imperiais.

A crítica à dominação de gênero é outro traço característico do anarquismo e foi realizada por mulheres e homens. Schmidt e van der Walt (2009, p. 23) colocam que “os elementos feministas do anarquismo [...] não foram campo exclusivo das mulheres militantes e as atividades das mulheres militantes na ampla tradição anarquista não podem ser reduzidas à defesa da perspectiva feminista”.

Obviamente, as mulheres tiveram papel determinante nesta crítica, mas seu papel não se reduziu a isso. Emma Goldman (1969, pp. 219, 224), anarquista russa, com atuação nos Estados Unidos, sustenta, em 1906, que o combate à dominação de gênero deve ser encampado por homens e mulheres, já que “a liberdade da mulher está intimamente ligada à liberdade do homem”. He Zhen (2005, 338), anarquista chinesa, enfatiza, em 1907: “A libertação das mulheres deve proporcionar o prazer das verdadeiras igualdade e liberdade.” Lucy Parsons (2004, p. 79), anarquista norte-americana, relacionando gênero e classe, afirma, em 1905, que as mulheres são “escra-

vas dos escravos”, sendo exploradas pelo capitalismo, e, ao mesmo tempo, vítimas da dominação de gênero.

Parsons, além de mulher anarquista, era negra, e sustentou uma crítica da dominação manifestada pelo trinômio classe-gênero-raça. Com um argumento semelhante ao que utiliza em sua análise de gênero, Parsons (2004, p. 54) critica a dominação de raça e sua ligação com a dominação de classe; para ela, os negros, além da exploração capitalista, sofrem com a dominação de raça. Os anarquistas tiveram papel fundamental nas lutas contra a dominação de raça – por meio de lutas pela igualdade de direitos e contra a segregação racial, em vários países.

Crítica à dominação

O anarquismo formulou uma crítica à dominação, baseada na oposição à dominação/exploração econômica, dos sistemas capitalista e pré-capitalista; da dominação político-burocrática e da coação física, levadas a cabo pelo Estado; da dominação cultural/ideológica, perpetrada pela religião, pela escola e, mais recentemente, pela mídia. Essa crítica possui como base uma noção ética, que considera, por meio de análises racionais da sociedade, que a dominação é construída socialmente e que é injusta, e que, por isso, deve ser modificada.

Por meio de uma leitura classista da realidade, o anarquismo critica a dominação de classe, junto com as dominações do imperialismo, das relações de gênero e de raça – sempre dentro de uma perspectiva classista.

A abordagem da ampla tradição anarquista em relação à opressão de raça, de nacionalidade, do imperialismo e de gênero foi estruturada por uma perspectiva de classe, que buscou fundir várias lutas em um movimento internacional e internacionalista das classes populares na busca de um mundo de igualdade e solidariedade. Em vez de adiar a resolução dessas opressões para um futuro pós-capitalista, o movimento esforçou-se por construir um movimento da classe trabalhadora e dos camponeses, forjado na luta por relações igualitárias entre nacionalidades, raças e gêneros, dentro da ordem presente, para prefigurar o novo mundo. (Schmidt e van der Walt, 2009, pp. 334-335)

Destaca-se o esforço dos anarquistas de reunir a crítica à domina-

ção, de maneira geral, em torno de movimentos que, articulados em bases classistas, buscaram incorporar lutas por outros tipos de dominação. A dominação de classe, ainda que central, e acompanhando a luta contra outros tipos de dominação, não foi, historicamente, hierarquizada em relação a esses outros tipos de dominação, que também não foram relegados a um momento pós-revolucionário – julgando-se que eles se resolveriam automaticamente com a solução da dominação de classe ou mesmo que seriam menos relevantes que ela.

Para os anarquistas, a luta contra a dominação deve se dar a partir de bases classistas, mas envolvendo todos os outros tipos de dominação, em movimentos concomitantes e que abarquem esta luta de maneira geral.

A defesa anarquista da autogestão

A defesa histórica da autogestão realizada pelo anarquismo também tem como foco as três esferas sociais.

Autogestão econômica: socialização da propriedade

O aspecto central da autogestão econômica é a socialização da propriedade privada dos meios de produção, que implica a coletivização de máquinas, equipamentos, ferramentas, tecnologias, instalações (edifícios, armazéns, escritórios), fontes de energia, meios de transporte, matérias primas (minerais, vegetais, animais) e terra.

Neno Vasco (1984), anarquista luso-brasileiro, enfatiza, em 1923, que tal socialização significa “confiar a produção ao trabalho coletivo organizado”, sendo que “os meios de produção [...] devem ser postos à disposição de todos” em “uma sociedade em que o trabalho, tendendo à satisfação das necessidades dos indivíduos, seja escolhido por cada um e organizado pelos próprios trabalhadores”. Wilfrid H. Harrison (*apud* Van der Walt, 2010, p. 188), anarquista que atuou na África do Sul, escreve que “campos, fábricas e oficinas deveriam ser dos próprios trabalhadores e ser controlados por aqueles que neles trabalham”. Os búlgaros da Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária (FAKB, 2009, p. 57) sustentam, em 1945, neste mesmo sentido, que o socialismo “substituirá a propriedade privada pela completa

socialização das terras, das fábricas, das minas e de todos os bens e instrumentos de produção”.

Na esfera econômica, a organização do trabalho sob a autogestão implica seu controle pelos próprios trabalhadores, por meio da socialização da propriedade.

A nova organização da produção da sociedade será formada por uma rede compacta de incontáveis iniciativas agrícolas locais de artesãos, de minas, de indústria, de transporte, etc., unidas em nível regional, nacional e internacional, nas uniões e federações de produção dentro de uma confederação geral de produção. A nova organização da troca, do consumo e do abastecimento da sociedade será igualmente representada por uma densa e complexa rede de organizações, uniões e federações regionais, provinciais e nacionais, agrupadas em uma confederação geral de troca e consumo para satisfazer as necessidades de todos os habitantes. (FAKB, 2009, p. 58)

Com a autogestão econômica, a lógica condutora do trabalho não é mais a busca do lucro, que envolve a exploração e é levada a cabo pela apropriação indevida do trabalho dos trabalhadores pelos proprietários. O trabalho assalariado, da maneira como funciona nos sistemas capitalistas, deixa, portanto, de existir. “A produção capitalista é para o lucro” e o socialismo reorganiza a produção “com base nas necessidades do povo”. (Berkman, 2003, p. 225) São as necessidades populares que norteiam a economia autogestionária.

Sob a autogestão econômica, os trabalhadores, em seu conjunto, usufruem de todos os frutos de seu trabalho, e seu envolvimento nos processos decisórios econômicos – decidindo o que produzir, como produzir, os investimentos, o destino dos excedentes – é realizado de maneira proporcional ao quanto eles são afetados.

Entretanto, socializar sob os pressupostos da autogestão não significa nacionalizar ou municipalizar. Conforme coloca Vasco (1984, pp. 181-182), “nacionalizar ou municipalizar não é garantir a todos o livre acesso aos meios de produção e de transporte, ao trabalho compensador e às utilidades produzidas pelo trabalho comum”, mas “tirar a propriedade e a direção da produção das mãos dos capitalistas [...] para as entregar ao Estado”. Isso “não se trata, pois, de socialismo nem de socialização: trata-se de capitalismo de Estado”.

Segundo os anarquistas, a socialização autogestionária deve ser levada a cabo tanto no campo como na cidade, em localidades com modos

de produção mais ou menos desenvolvidos; no campo, pode-se optar pela coletivização ou pela propriedade individual/familiar, num sistema de posse, em que não há exploração do trabalho, conforme defendido pelo anarquista suíço James Guillaume em 1876:

A terra tornou-se propriedade daqueles que nela trabalham e os camponeses não trabalham mais para o lucro de um explorador que vive de seu sofrimento. Com esta grande vitória obtida, o resto é de importância secundária. Os camponeses podem, se desejarem, dividir a terra em parcelas individuais e dar uma porção para cada família. Ou ainda, eles podem, ao invés disso, instituir a propriedade comum e o cultivo cooperativo da terra. (Guillaume, 1998, vol. I, p. 210)

São envolvidos na socialização urbana e rural produtores e consumidores, articulados por meio de conselhos; “construídos pelas massas e sempre sob seu controle e influência, todos estes órgãos constantemente renovados e realizadores da idéia de autogestão, autogestão verdadeira, pelas massas populares”. (Dielo Truda, 2001, pp. 51-52) Tais conselhos, sob o controle dos trabalhadores, têm por objetivo romper com a divisão social do trabalho e garantir a equidade na remuneração, por meio de processos de trabalho que estejam em harmonia com a natureza e aproveitem as tecnologias para benefício dos trabalhadores e não do lucro dos proprietários.³⁷

Autogestão política: autogoverno democrático

Se a crítica anarquista à dominação política tem por objeto central o Estado, a autogestão política propõe uma alternativa a ele: o autogoverno democrático – compreendendo-se democracia no sentido manifestado pelo anarquista basco Isaac Puente (2001, p. 16), que a define, em 1932, como o “governo do povo pelo povo”.

A autogestão política implica a abolição do Estado, a qual deve ser levada a cabo ainda durante o processo revolucionário, acabando com a divisão entre governantes e governados. As propostas de socialismo de Estado como período de transição são, assim, descartadas, da mesma maneira que

³⁷ O socialista libertário Michael Albert (2003) tratou amplamente da autogestão econômica no projeto que chamou ParEcon.

os procedimentos da democracia representativa, que implicam uma delegação de poder sem controle da base. No autogoverno democrático, a política não se define pelo monopólio dos processos decisórios por um setor minoritário, o que implica uma dominação política, mas por sua completa socialização, conforme continua Vasco (1984, pp. 58-59): “eis também porque reclamamos a supressão da instituição governamental, pela socialização do poder político”.

As instituições que substituem o Estado e constituem as bases da autogestão política são os conselhos, *associações voluntárias* que abarcam

todos os campos da atividade humana [...] até o ponto de substituir o Estado em todas as suas funções. Representariam uma rede entrelaçada, composta de uma infinita variedade de grupos e federações de todos os tamanhos e graus, locais, regionais, nacionais e internacionais, temporárias, ou mais ou menos permanentes, para todos os objetivos possíveis. (Kropotkin, 1987, p. 19)

Estas associações têm por alicerce um modelo de poder autogestionário que permite a todos participar efetivamente das decisões, na medida em que se é afetado por elas. O conjunto de conselhos, cuja base se constitui por grupos e associações livres, toma as decisões de maneira local e democrática, de baixo para cima, com participação generalizada e ampla, controla a execução dessas decisões e soluciona conflitos. Reúne, desta maneira, as funções dos tradicionais três poderes – legislativas, executivas e judiciárias – sob uma perspectiva autogestionária.

Por meio desses organismos, deliberam-se e executam-se todas as medidas relativas aos serviços públicos, que têm por objetivo oferecer à população educação, saúde, saneamento básico, transporte, moradia, comunicação, segurança, limpeza, água, luz, gás etc., além de garantir a subsistência de todos que não estejam em condições de trabalhar, pela idade (crianças, velhos) ou pela condição de vida (acidentados, inválidos).

Todo o processo político autogestionário, para funcionar em larga escala, implica uma articulação que tem por base o mecanismo federalista, de acordo com o que sustenta o anarquista brasileiro Domingos Passos, em 1927. Para ele, o federalismo

congrega homens diversos em organismos ou sociedades na federação, sem perda da autonomia societária. Congrega ainda as fede-

rações nas confederações e, estas, nas internacionais, mantendo ímpoluta a autonomia em toda sua plenitude. Nada de escravidão: internacional, confederal, social ou individual. (Passos, 1927)

O federalismo é o mecanismo autogestionário que permite articular as estruturas políticas por meio de delegações que levam às instâncias superiores decisões das bases e garantem sua execução. Os delegados possuem autonomia relativa, são controlados pela base, suas funções são rotativas e seus mandatos revogáveis a qualquer momento. Este mecanismo permite a articulação, desde as bases, em nível local, regional, nacional e até mesmo internacional, como afirma Passos, sem a presença da dominação e garantindo a autonomia local. Assim concebida, a delegação distingue-se daquela da democracia representativa, por não designar políticos e entregar a eles, sem controle, a função política. No federalismo, a delegação serve somente como meio de articulação das decisões de base.

No autogoverno democrático há amplas liberdades civis, de acordo com o que explicita Magón, em 1910 (2003b, p. 69): “o direito de pensar, emitir seu pensamento, reunir-se, exercer o ofício, a profissão ou a indústria que o acomode, transitar pelo território nacional entre muitos outros direitos e prerrogativas”. Ainda que estejam conciliadas com a liberdade coletiva, as liberdades individuais são garantidas: de expressão, de reunião, de associação, de trabalho, de crença, de ir e vir etc.

Mecanismos jurídicos, que concernem à solução de conflitos e à regulação das relações sociais, e militares, que dizem respeito à violência e à repressão, também funcionam de maneira autogestionária. Amigos de Durruti (2005), um agrupamento miliciano que participou da Revolução Espanhola, coloca, em 1937: “A justiça deve ser exercida pelo povo. [...] A justiça proletária pertence somente aos trabalhadores”. O que significa acabar com o caráter de classe da Justiça e trazê-la às instâncias de base, controladas pelo próprio povo. Os russos de *Dielo Truda* (2001, p. 56) sustentam que a violência é relevante no período de “defesa da revolução” e também na vida política corrente. Com o fim do monopólio da violência do Estado, as funções militares da sociedade precisam ser realizadas a partir de quatro princípios básicos: defesa dos interesses das classes dominadas, participação voluntária, autodisciplina e submissão aos organismos políticos das massas. Mecanismos militares não são utilizados para o ataque de outras comunidades políticas, respeitando-se o princípio da autodeterminação dos povos. Eles

servem para garantir o poder autogestionário e livrá-lo das ameaças da dominação (internas e externas); funcionam para a autodefesa e para garantir o controle da ordem social e as liberdades individuais.³⁸

Autogestão e federalismo: economia e política

Relacionar o anarquismo com a autogestão implica aprofundar as discussões históricas e extrapolar o surgimento do termo “autogestão”, que data dos anos 1960. (Mintz, 1977, pp. 26-27) O surgimento deste termo, vinculado à organização com grande participação popular, liga-se, historicamente, ao movimento operário do século XIX, e ao termo federalismo, que foi utilizado antes do surgimento do termo “autogestão” como seu sinônimo.

O próprio surgimento do anarquismo está diretamente ligado à corrente federalista da Primeira Internacional e possui influência considerável do federalismo libertário, cujo conceito foi desenvolvido por Proudhon a partir das experiências das lutas operárias que lhe influenciaram, em especial a dos *canuts*, operários da seda de Lyon, que protagonizaram insurreições populares durante os anos 1830. Proudhon, em *Do Princípio Federativo*, assim define seu conceito de federação:

O contrato político é o que eu chamo uma *federação*. Federação, do latim *foedus*, genitivo *foederis*, quer dizer pacto, contrato, tratado, convenção, aliança etc., é uma convenção pela qual um ou mais chefes de família, uma ou mais comunas, um ou mais grupos de comunas ou estados, obrigam-se recíproca e igualmente uns em relação aos outros para um ou mais objetivos particulares, cuja carga incumbe especial e exclusivamente aos delegados da federação. [...] Neste sistema, os contratantes, chefes de família, comunas, cantões, províncias ou estados, não somente se obrigam sinalagmática e comutativamente uns em relação aos outros, como se reservam individualmente, formando o pacto, mais direitos, liberdade, autoridade, propriedade, do que o abandonam. [...] Em resumo, o sistema federativo é o oposto da hierarquia ou centralização administrativa ou governamental a qual distingue, *ex aequo*, as democracias imperiais, as monarquias constitucionais e as repúblicas unitárias. (Proudhon, 2001, pp. 90-91)

38 Stephen Shalom (2005) tratou amplamente da autogestão política no projeto que chamou ParPolity. Conforme argumenta, conselhos de 25 a 50 pessoas, articulados em seis níveis pelo mecanismo federalista, poderiam abarcar toda a população mundial.

Para Proudhon, o federalismo implica um tipo de contrato político capaz de articular a organização, com base nos locais de moradia e trabalho, evitando os males tanto da centralização política como da atomização. Por um lado, ele busca preservar a autonomia dos grupos sociais, compreendida como “capacidade de dar-se a si mesmo suas próprias leis, e o reconhecimento mútuo da autonomia dos outros grupos” (Berthier, 2011a, p. 34); por outro, garantir a unidade, a partir da coesão sem dominação, que norteia o processo de tomada de decisões a partir da base, naquilo que se pode chamar de “subsidiaridade ascendente” (Berthier, 2011a, p. 31).

O federalismo, assim, constituiria uma alternativa política ao mutualismo, proposta autogestionária de Proudhon (1943, p. 214) para a organização da economia: “transportado para a esfera política, o que denominamos até o presente momento mutualismo ou garantismo, assume o nome de federalismo”. Deste modo concebido, posso dizer que o federalismo é a autogestão aplicada à política, oferecendo-se como alternativa ao Estado, conforme a definição do federalismo proudhoniano elaborada por Berthier:

O federalismo é um modo de organização no qual cada instância constitutiva do organograma é autônoma, no que diz respeito às questões que a concernem diretamente, e que delega, por intermédio de um ou vários representantes designados, uma parcela de sua soberania nas instâncias superiores do organograma para as questões que ultrapassam seu próprio campo de intervenção. Não há, portanto, nem captação de todo o poder pelo cume (centralismo), nem atomização do poder (autonomismo). (Berthier, 2011a, pp. 31-32)

Esta noção de federalismo teve origem na própria classe operária francesa e influenciou-a por meio das formulações de Proudhon. Dos dois grandes setores envolvidos na fundação da AIT (operariado francês e inglês), os franceses eram, em sua maioria, influenciados pelo federalismo proudhoniano, conforme o demonstra Samis (2011, p. 123). A história da AIT, desde sua fundação em 1864 até o rompimento de 1872, pode ser avaliada, de acordo com Samis, por um conflito que teve, de um lado, federalistas, e, do outro, centralistas; o campo federalista, primeiramente hegemonizado pelos mutualistas proudhonianos, foi, a partir de 1869, hegemonizado pelos coletivistas, dentre os quais se encontrava Bakunin.

Samis (2011, p. 150) explica que “tanto o mutualismo quanto o coletivismo constituíam-se em formas históricas específicas de uma mesma

tradição antiautoritária e federalista”. Nesta disputa entre federalistas e centralistas, os primeiros conseguiram deter a hegemonia da AIT, num primeiro momento com os mutualistas, e num segundo com os coletivistas. De 1872 até 1877, foram absolutamente hegemônicos na Internacional Antiautoritária, que deu continuidade à AIT.

O federalismo cultivado na AIT e realizado na Comuna de Paris, ocorrida ainda durante a vigência da Internacional, forjou um dos pilares centrais da ideologia anarquista; muitos de seus elementos foram tratados, mais a frente, por meio do conceito de autogestão. Bakunin, o principal federalista na Internacional depois de 1868, sintetizou e teorizou sobre o federalismo, bastante influenciado pelo belga Cesar de Paepe, que defendia uma ligação estreita entre economia e política: “federalismo político supõe federalismo econômico”, colocava, e “sem isso, é apenas um engodo”. Para de Paepe (*apud* Guillaume, 2009a, p. 133), “federalismo econômico significa: mutualismo, reciprocidade dos serviços e dos produtos, suspensão de todos os saques do capital sobre o trabalho, extinção do burguesismo [da própria burguesia como classe] a e do proletariado”.

Essas posições demonstram a relação íntima entre economia e política na concepção federalista: não se pode resolver o problema da dominação política sem se resolver o problema da dominação econômica; é imprescindível terminar com a dominação de classes do sistema capitalista para poder constituir uma unidade econômica-política que seja, de fato, autogerida. Para Bakunin, o federalismo é assim definido:

Este ideal aparece ao povo, de início, como o fim da privação, da miséria e a plena e completa satisfação de todas as suas necessidades materiais pelo trabalho coletivo, obrigatório e igual para todos; em seguida, com o fim do patronato, de toda a dominação, e a livre organização de sua vida social, segundo suas aspirações, não de cima para baixo, como no Estado, mas de baixo para cima, pelo próprio povo, fora dos governos e parlamentos de qualquer espécie; como a aliança das associações de trabalhadores agrícolas e industriais, das comunas, das regiões e das nações; e, enfim, num futuro mais distante, como a fraternidade universal cujo triunfo se afirmará sobre os escombros de todos os Estados. (Bakunin, 2003a, p. 57)

É possível notar, novamente, a correlação íntima, e a certa interdependência das esferas no projeto federalista. A socialização da propriedade e

o autogoverno democrático, ligados pelas noções de autogestão econômica e política aqui elaboradas, constituem a base do projeto anarquista para a economia e a política, propondo substituir a propriedade privada e o Estado por organismos autogeridos que se articulem por meio do mecanismo federalista. O sentimento de fraternidade universal deveria legitimar este modelo de poder, cujos fundamentos encontram-se na autogestão.

Com algumas variações terminológicas, de forma, mas não de conteúdo, foi a partir dessa proposta de Bakunin, incorporada de Proudhon e dos internacionalistas, assim como das práticas do próprio movimento operário, que se desenvolveram as noções de autogestão econômica e política.

Cultura autogestionária

Juntamente com as propostas para a economia e a política, historicamente o anarquismo preocupou-se com a esfera ideológica/cultural.³⁹ Sakae (*apud* Pelletier, 2004, p. 234) aponta, em 1919: “por mais operários que sejamos, a situação não se resume a comer bem. Temos reivindicações que vão mais longe.” Esta colocação envolve uma condição, comum entre os anarquistas, de compreender o conjunto de necessidades humanas para além dos aspectos materiais. Se a religião, a educação e, mais recentemente, a mídia, vêm sendo responsáveis por legitimar a dominação, o anarquismo propõe uma cultura distinta, que legitime sua proposta de autogestão.

Para os anarquistas, a autogestão econômica e política deve ser acompanhada de uma cultura autogestionária, forjada em bases ideológicas e em uma ética pautada em valores, capaz de sustentar seu projeto econômico e político – algo que Bakunin (1972, p. 249) chamou de uma “nova fé”, e o coreano Chaeho (2005, p. 375) de “cultura das massas”, a qual deveria, segundo ele, “destruir pensamentos culturais servis”.

Rudolf de Jong (2008, p. 63), anarquista holandês, também trata do tema, em 1975, ao enfatizar que “no anarquismo, os valores humanos

39 Silva (2005, p. 3), refletindo sobre o papel da cultura no anarquismo, colocou: “Para se compreender o movimento anarquista [...] é preciso ter em mente que, apesar dos homens e mulheres que os configurava serem, em sua maioria, trabalhadores, não se pode resumir sua atuação ao âmbito sindical. A intensa e inovadora produção artística e literária sempre foram marcas dos anarquistas. [...] Nas relações interpessoais, na conduta moral, no trabalho, na educação, nos contatos afetivos, em todos os campos o anarquismo se manifesta. Ele se pratica nas ruas, no sindicato, no teatro, na fábrica e em casa. Assim, para além de um movimento, há uma *cultura anarquista*.”

desempenham uma parte importante”. Esta ética anarquista é o elemento universal promovido transversalmente em todos os contextos, pautada, no caso de uma sociedade futura, com a autogestão funcionando plenamente, nos seguintes valores: *liberdade individual e coletiva*, no sentido de desenvolvimento pleno das faculdades, capacidades e pensamento crítico de cada um e de todos, fora da dominação; *igualdade, em termos econômicos, políticos e sociais*, promovida por meio da autogestão e incluindo questões de gênero e raça; *solidariedade e apoio mútuo*, sustentando relações fraternas e colaborativas entre as pessoas e não de individualismo e competição; *estímulo permanente à felicidade, à motivação e à vontade*.

Harrison (1947), neste sentido, escreve: “devemos expandir as associações voluntárias de acordo com nossos interesses comuns para a inovação científica e a produção do belo e para ampliar nossas liberdades sociais”. A trajetória dos anarquistas em acordo com esses valores éticos deveria fortalecer as associações, de maneira a promover a cultura autogestionária defendida pelos anarquistas.

Um dos aspectos que recebeu destacada atenção entre os anarquistas foi a educação, particularmente nas discussões sobre a pedagogia libertária. Reclus (2002, p. 108) explica, em 1897: “o ideal dos anarquistas não é suprimir a escola, ao contrário, fazê-la crescer, fazer da própria sociedade um imenso organismo de ensinamento mútuo, onde todos seriam simultaneamente alunos e professores”. Essa ampliação da educação, estendendo-a à toda sociedade, estimularia os valores condizentes com a prática da autogestão.

Tal educação é, ao mesmo tempo, integral, pois busca fortalecer o completo desenvolvimento individual: intelectualmente, por meio do conhecimento científico das distintas áreas da vida e do estímulo permanente à cultura; tecnicamente, preparando para o trabalho e capacitando para a realização de tarefas manuais e intelectuais; fisicamente, tendo por objetivo promover a saúde e bem-estar.

O anarquista espanhol Francisco Ferrer y Guardia defende, em 1908, que o objetivo anarquista na educação é criar

homens capazes de evoluir incessantemente; capazes de destruir, de renovar constantemente os meios, renovar-se a si mesmos; homens cuja independência intelectual seja a força suprema, que nunca se sujeitem ao que quer que seja; dispostos a aceitar sempre o melhor, felizes pelo triunfo das novas idéias e que aspirem a viver vidas múltiplas em uma única vida. (Ferrer y Guardia, 2006, pp. 67-68)

O conceito-chave da pedagogia libertária é a promoção da educação por meio da liberdade e para a liberdade, estimulando, permanentemente, o aperfeiçoamento de uma humanidade completa, com corpo e mente plenamente satisfeitos.

Também faz parte dessa cultura autogestionária o investimento em lazer. Se, por um lado, o trabalho e as decisões estão no centro da sociedade autogestionária, o lazer possui, simultaneamente, lugar de destaque. No tempo livre, os anarquistas consideram importante a participação em atividades que envolvem esportes, artes, música, televisão, cinema, teatro, etc., tanto para o descanso, como para a própria instrução cultural. Os valores anteriormente colocados constituem os fundamentos desta produção popular e autogestionária do lazer. Evidentemente, os meios de comunicação defendidos pelos anarquistas são autogeridos, possuem ampla participação e, pautados nos valores anarquistas, promovem a diversidade e o pensamento crítico, informando, discutindo, divertindo.

A ética promovida constantemente por meio dos valores, da educação e do lazer constituem as bases da cultura autogestionária, essa “nova fé”, capaz de dar a sustentação subjetiva para a construção do projeto anarquista.

Poder autogestionário e autogestão generalizada

A defesa da autogestão envolve, igualmente, a mesma noção ética que norteia sua crítica da dominação. Se uma análise social racional identifica as relações de dominação, e se elas são consideradas injustas, realizam-se proposições que visam solucionar este problema; tais são as bases da defesa anarquista da autogestão.

A negação que o anarquismo realiza da dominação e a afirmação da autogestão não significam, como sustento neste livro, que o anarquismo opõe-se ao poder de maneira geral. A proposta anarquista de autogestão generalizada nas três esferas possui como fundamento um modelo de poder autogestionário, no qual não há dominação.

Neste modelo de poder, a partir de uma visão típico-ideal, não há dominação em todas as esferas; não há hierarquia, exploração, coação física, monopólio das decisões, relações de mando e obediência, alienação de agentes dominados. O estabelecimento pleno do poder autogestionário e da autogestão generalizada implica, assim, o fim das classes sociais, o respeito à

autodeterminação dos povos, aos direitos de gênero e raça. Esta sociedade caracteriza-se por uma estrutura sistêmica de autogestão.

No processo de estabelecimento da autogestão, os anarquistas não assumem posições de dominadores, e nem setores das classes dominadas tornam-se novas classes dominantes; sua defesa da autogestão implica o fim da dominação.

O anarquista luta contra a ordem imposta pelas instituições que dominam e, conseqüentemente, alienam. Ou seja, para o anarquista, a sociedade pós-revolucionária não deve admitir que nenhuma organização tenha poder graças à força social obtida através da alienação de qualquer agente. A sociedade revolucionária admitirá o poder; mas não tolerará de forma alguma o domínio. O único poder legítimo é o constituído pela soma da força social de agentes autônomos, que livremente escolheram integrar uma organização para construir um projeto. Assim deverá se constituir o poder revolucionário. Em suma, a verdadeira revolução social deve pôr fim nas relações de domínio. (López, 2001, pp. 178-179)

As relações sociais do sistema de autogestão envolvem participação ampla nos processos decisórios, proporcionalmente ao quanto se é afetado por eles, pessoal, grupal ou coletivamente. A autogestão generalizada constitui as bases de um sistema de igualdade e liberdade, que possui bases em um modelo de poder autogestionário concretizado nas três esferas, a partir da autogestão econômica e da socialização da propriedade privada, da autogestão política e do estabelecimento do autogoverno democrático, da generalização de uma cultura autogestionária.

Segundo os anarquistas, a autogestão implica necessariamente a igualdade, mas não o fim da diversidade; dentro dos parâmetros do poder autogestionário e fora da dominação, todas as posições são toleradas, discutidas e, em muitos casos, estimuladas – o que também garante que, nesta estrutura, a liberdade seja um traço marcante.

Assumir este modelo de poder autogestionário não implica reconhecer que as estruturas geradas por uma transformação social destas proporções sejam estáticas e que constituam qualquer tipo de “fim da história”. O dinamismo estrutural e sua relação com a ação humana garantem que as forças sociais continuem em jogo e, mesmo havendo o estabelecimento macro-social de um poder autogestionário, há sempre presença de outras for-

ças, adversárias ou inimigas, antigas ou novas, que se mantêm ou se constituem e se desenvolvem, interferindo na correlação social de forças. Cumpre, por isso, estabelecer os meios necessários para manter, levando em conta este dinamismo, os principais elementos da autogestão nas três esferas.

A estratégia do anarquismo

Conforme mencionado, os anarquistas não possuem uma estratégia única de atuação; ainda assim, há uma estratégia comum, que constitui parte dos princípios anarquistas.

Sujeitos revolucionários: as classes dominadas

A perspectiva classista do anarquismo fornece as bases para que se forje uma noção de sujeito revolucionário, compreendido como o agente social que, inserido no processo de luta de classes, possui capacidade de realização e interesses, mas, principalmente, consciência de classe para investir ativamente em um processo de transformação social revolucionária.

Conforme discutido anteriormente, por mais relevância que tenha a exploração na definição das relações entre as classes sociais, no anarquismo, em geral, adota-se uma noção de classe que a extrapola, como explica, em 1928, Yuzuru (*apud* Pelletier, 2004, p. 252): “ao lado da luta econômica, também há luta política. Ao lado da exploração dos capitalistas, também há tirania política.” Com as classes sociais sendo definidas a partir do conceito de dominação, e com a luta de classes extrapolando os limites da esfera econômica, o sujeito revolucionário dos anarquistas forja-se em meio às estruturas sistêmicas definidas pelas relações de dominação. Também em acordo com o que já foi exposto, a grande contradição chamada de luta de classes se dá entre os amplos conjuntos que envolvem as classes dominantes e dominadas, categorias globais e universais, formadas por classes sociais concretas existentes em cada contexto histórico específico.

Para os anarquistas, os sujeitos revolucionários não se constituem por uma completa determinação das estruturas sociais, como no caso dos modos de produção vigentes. Ainda que se reconheça a importância das estruturas nos conflitos sociais e na determinação dos rumos da história,

sustenta-se, com freqüência, que a ação humana possui condições de transformar as estruturas sociais.

Émile Pouget (1994, p. 12), anarquista francês, coloca, em 1910, de acordo com este argumento, que a vontade dos trabalhadores é um elemento central, capaz de influir sobre as estruturas econômicas; para ele, a vontade, materializada numa força social em favor das classes dominadas, pode ser “mais forte ou mais fraca”, mas é “indiscutível” que ela exista, e que ela possui capacidade de determinar as estruturas sociais. Esta vontade não pode ser estimulada senão por uma consciência de classe, que modifica a compreensão dos agentes sociais em relação a seus interesses e possui potencial de transformar sua capacidade de realização em força social efetiva, para intervir nas relações de poder.

Fica evidente a capacidade que os anarquistas atribuem aos sujeitos revolucionários, como parte das classes dominadas, no que tange à sua autodeterminação e mesmo à sua autoconstituição. Os sujeitos são revolucionários na medida em que compreendem os interesses contraditórios que são gerados pelos sistemas de dominação e seus respectivos poderes dominadores e obtêm consciência de classe.

Outra questão sobre a qual refletem os anarquistas, e que também diz respeito aos sujeitos revolucionários, é a noção de processo histórico, sobre a qual edificam suas proposições estratégicas. Não há, no anarquismo, a posição teleológica de que a história caminha por meio do “desenvolvimento das forças produtivas que constituem as bases para uma sucessão de modos de produção cada vez mais avançados, culminando no socialismo”. (Schmidt e van der Walt, 2009, p. 93) Por isso, considera-se que o capitalismo não constitui um interstício entre os modos de produção anteriores a ele e o socialismo. Conforme demonstrado historicamente – no caso da Revolução Russa, por exemplo, o operariado urbano-industrial constituía apenas 3% da população (Berthier e Vilain, 2011, p. 17) –, sociedades pré-capitalistas podem constituir palcos de lutas protagonizadas por suas classes dominadas, em especial o campesinato, rumo ao socialismo.

Decorre destas concepções acerca das classes sociais, das relações entre estrutura social e ação humana e dos processos históricos, que o anarquismo não considera, obrigatoriamente e sem avaliação de contexto, que a contradição principal da sociedade capitalista acontece nas cidades entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores (burguesia e proletariado, no sentido vulgar). Concepção esta que subsidiou, em vários casos, a

noção de que o proletariado urbano-industrial seria um sujeito revolucionário único, com maior potencial que outros.

A concepção anarquista de sujeito revolucionário tem como base as classes dominadas de modo geral e, historicamente, envolveu trabalhadores das cidades e dos campos, assalariados, precarizados, desempregados, marginalizados e pequenos proprietários (camponeses e artesãos). Isso não significa que não tenha havido esforços para priorizar, de acordo com cada contexto, as classes sociais concretas consideradas, estrategicamente, com maior potencial revolucionário. Este potencial, entretanto, tem sido levado em conta por condições históricas específicas, que não estão dadas de antemão, pela posição desses agentes no mundo do trabalho.

Em sua história, os anarquistas tiveram extensa influência nas classes dominadas, em países mais e menos desenvolvidos economicamente, buscando construir, no seio delas, estes sujeitos revolucionários. Schmidt e van der Walt assim retratam a influência do anarquismo nos movimentos populares em distintas épocas e localidades:

No período glorioso e depois, os anarquistas e sindicalistas estabeleceram ou influenciaram sindicatos em diferentes países como Argentina, Austrália, Bolívia, Brasil, Bulgária, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Egito, El Salvador, França, Alemanha, Guatemala, Irlanda, Itália, Japão, México, Holanda, Nova Zelândia, Paraguai, Peru, Polônia, Portugal, África do Sul, Espanha, Suécia, Estados Unidos, Uruguai e Venezuela. (Schmidt e van der Walt, 2009, p. 158)

Segundo sustentam, este caráter classista de bases abrangentes foi forjado tanto nos campos quanto nas cidades, envolvendo distintos agentes:

Se utilizarmos o critério um tanto limitado de influência no movimento sindical para determinar a influência da ampla tradição anarquista na classe trabalhadora, Argentina, Brasil, Chile, Cuba, França, México, Peru, Portugal e Uruguai constituem, todos, países em que o anarquismo e o sindicalismo eram [para além do caso da Espanha] uma força política dominante entre os trabalhadores organizados; a Holanda também é um caso de influência fundamental. [...] [Isso se forem excluídos os] movimentos camponeses com ampla influência anarquista [que] se desenvolveram, entre outros lugares, na Bulgária, na Manchúria, no México e na Ucrânia, assim como na Espanha. (Schmidt e van der Walt, 2009, pp. 274, 271)

A noção que permeia esses casos é que o sujeito revolucionário deve de ser criado, em um longo processo, que exige a construção/reconstrução de tecidos sociais, mobilização, lutas, derrotas e vitórias; elementos objetivos e subjetivos, racionais e emocionais. Esse sujeito não está, portanto, determinado *a priori*, mas se forja historicamente, dentro dos processos de luta das classes dominadas contra as classes dominantes.

Estratégia de luta

A estratégia revolucionária do anarquismo é formulada a partir de três elementos: a crítica do sistema de dominação, o objetivo de um sistema de autogestão e o conjunto de meios a serem utilizados, por meio de uma prática política coerente, para promover essa transformação. Na visão dos anarquistas, o sistema de dominação é o resultado de uma imposição de força por parte das classes dominantes às classes dominadas; assim, a estratégia fundamental do anarquismo deve contar com sujeitos revolucionários, criados no seio das classes dominadas, que consigam modificar a correlação de forças estabelecida e implantar um sistema de autogestão.

A força social das classes dominadas é, portanto, o que há de mais importante para esta transformação. Bakunin (2009b, p. 67) constata, em 1870, que “há no povo bastante força espontânea”, mas “a força espontânea não é uma força real”. Assume, assim, que há um potencial, uma capacidade de realização nas classes dominadas; toda a discussão estratégica do anarquismo visa encontrar os melhores meios de transformar essa “força espontânea” em “força real”, ou seja, essa capacidade de realização em força social, de maneira lograr a vitória na disputa de poder e implantar a autogestão generalizada.

Fazer das classes dominadas os sujeitos revolucionários e protagonistas da transformação é um dos traços essenciais da estratégia anarquista.

No anarquismo, há uma necessidade de coerência em termos estratégicos. Sustentam os anarquistas a congruência entre táticas, estratégias e objetivos. Tal questão foi abordada, freqüentemente, quando se discutiu a relação entre meios e fins. Malatesta contribui com essa discussão, ao sustentar, em 1903:

Não basta desejar uma coisa: se se quer obtê-la, é preciso, sem dúvida, empregar os meios adaptados à sua realização. E esses meios

não são arbitrários; derivam necessariamente dos fins a que nos propomos e das circunstâncias nas quais lutamos. Enganando-nos na escolha dos meios, não alcançamos o objetivo contemplado, ao contrário, afastamo-nos dele rumo a realidades freqüentemente opostas, e que são a consequência natural e necessária aos métodos que empregamos. (Malatesta, 2000a, p. 11)

Afirma-se, deste modo, a necessidade de subordinação dos meios aos fins, e, portanto, da tática à estratégia e da estratégia ao objetivo. Para atingir determinados fins, são necessários meios que conduzam a ele; meios equivocados levam a fins distintos daqueles inicialmente previstos. “Todo meio tende a realizar o fim que lhe é natural, inclusive fora da vontade daqueles que empregam este meio, e contra ela.” (Malatesta, 1989a, p. 6) Tais afirmações implicam outro elemento importante da estratégia anarquista: esta necessária coerência entre os meios e os fins empregados nas lutas. Para se chegar à autogestão generalizada, devem-se utilizar meios autogestionários. Conforme enfatiza o anarquista brasileiro Edgard Leuenroth (2007, p. 68), em um artigo publicado em 1963: “à liberdade só se chega seguindo o roteiro da liberdade”. Foi esta mesma coerência que motivou os anarquistas egípcios a afirmarem, em um manifesto de 1909, que os anarquistas devem

tomar parte coletiva e individualmente em toda agitação de natureza moral, econômica e social, participando ativamente das lutas entre o capital e o trabalho, e [...] manter em sua vida pública e privada aquela consistência entre o ideal e a ação que atrai a simpatia popular para os anarquistas. (*apud* Gorman, 2010, p. 12)

Estas noções, que sustentam a necessidade de coerência entre meios e fins, foram responsáveis por constituir as bases das recusas de distintas estratégias que envolvem a utilização da dominação como um meio de se chegar à autogestão: algumas mais comuns ao socialismo, como não ocupar as posições dominantes dentro de organismos econômicos capitalistas, e outras mais específicas do anarquismo, como não utilizar o Estado como meio de atuação, seja por meios revolucionários ou reformistas.

É com base nesta coerência que os anarquistas descartam a utilização do Estado como um meio de transformação; a ação direta, termo historicamente utilizado para explicitar esta posição, implica a priorização da prática política das classes dominadas fora do Estado e, em grande medida, contra ele. Conforme definiu o anarquista japonês Kôtoku Shûsui, em 1910:

Os trabalhadores, como grupo, visando atuar em seu próprio proveito, [...] devem agir por si mesmos, sem confiar nos lentos parlamentos; não a ação indireta por meio da intermediação dos parlamentares, mas a ação direta dos próprios trabalhadores, sem representantes. [...] Em vez de pedir ao parlamento para fazer leis que obriguem as fábricas a melhorar ou regular os locais de trabalho, os trabalhadores negociam diretamente com os patrões; se eles se recusam a negociar, os trabalhadores realizam uma greve geral. [...] Outro exemplo: um protesto defendendo a expropriação da comida dos ricos por razão de trabalhadores famintos que dormem na rua. [...] Assim, a expropriação é outro método de ação direta. (Shûsui, 2005, p. 369)

Os anarquistas, com base em sua defesa da ação direta, consideram que ocupar postos nas instituições das classes dominantes possui limites significativos: ou se leva a cabo a mobilidade individual, consolidada por agentes que usufruem da estrutura de classes para sua própria ascensão – tornando-se, por isso, parte das classes dominantes – ou, no máximo, se realiza uma mudança social, que não coloca em xeque o sistema em questão e nem o modelo do poder vigente.

Segundo esses pressupostos, não se podem, igualmente, construir lutas baseadas na dominação. Isso é evidente nas relações entre organização política e movimento popular, quando um partido de vanguarda domina um ou mais movimentos, ou mesmo quando há atrelamento de movimentos a partidos políticos, de modo a retirar-lhes a independência e autonomia de classe. É, similarmente, claro, nas relações entre os militantes dentro das estruturas organizativas, sejam elas políticas ou sociais, quando ocorre dominação da base pela direção, entre outros procedimentos similares.

Ao criar e participar de organizações, os anarquistas defendem um modelo orgânico – tanto de seus grupos e organizações especificamente anarquistas, quanto dos movimentos populares dos quais constituem parte – pautado na autogestão. Ele envolve relações autogestionárias entre os militantes de um grupo ou organização, assim como relações autogestionárias entre grupos, organizações e os movimentos populares, reforçando a independência e autonomia de classe e garantindo o protagonismo das classes dominadas na construção de uma prática política desenvolvida a partir das bases, de baixo para cima, sem que haja submissão a relações de dominação internas ou externas.

Os anarquistas sustentam, portanto, que para romper com o sistema de dominação e constituir um sistema de autogestão, substituindo um modelo de poder dominador por um poder autogestionário, é imprescindível utilizar meios autogestionários nas distintas estratégias e táticas empregadas, nas três esferas sociais.

Revolução social e autogestão

A estratégia do anarquismo é revolucionária e, portanto, sustenta-se na perspectiva de realizar uma revolução social, que possa ir além das mudanças políticas, conforme afirma Magón (2003c, p. 45), em 1911: “Uma revolução que não garanta ao povo o direito de viver, é uma revolta de políticos a quem devemos, nós, os deserdados, dar as costas. Nós, os pobres, necessitamos de uma revolução social, e não de uma revolução política.” Para ele, trata-se de superar as mudanças exclusivas na esfera política, as quais substituem um governo por outro, e que, além de não transformarem o modelo de poder nesta própria esfera, deixam intocada a esfera econômica, mantendo as desigualdades. É indispensável, por isso, ainda segundo Magón (2003b, p. 73), conquistar, por meio de uma revolução social, a liberdade econômica, que implica “a tomada de posse de bens materiais, tais como a terra e a dignificação e enobrecimento da classe trabalhadora por meio de melhores salários e menor jornada de trabalho”; tais medidas, sustenta, dão “ao proletariado a oportunidade de unir-se, estudar seus problemas, educar-se, emancipar-se, enfim”.

A revolução social é assim concebida como um processo de transformação social profundo, com implicações expressivas nas três esferas sociais. As classes dominadas, por meio de sua força social, impõem suas posições no jogo de forças caracterizado pela luta de classes, a fim de proporcionar as transformações sociais capazes de superar a sociedade de classes. Torna-se imprescindível, por isso, derrubar o capitalismo e o Estado, acabar com as classes sociais e com a dominação nas diferentes esferas, e estabelecer um sistema de autogestão, chamado historicamente pelos anarquistas de socialismo libertário, comunismo libertário, anarquia entre outras expressões semelhantes.

Um processo revolucionário desta magnitude não pode descartar completamente a possibilidade de utilização da violência revolucionária. Chaeho (2005, p. 376) sustenta que “a violência é a única arma para a nossa

revolução”, posição compartilhada por muitos outros anarquistas. Ainda que se tenha discutido o nível de violência necessário em um processo revolucionário – sempre dentro de uma perspectiva de autodefesa, visto que a violência maior é aquela imposta diariamente pelo sistema de dominação vigente e sua estrutura de classes –, foi constante a crença de que ela seria, muito provavelmente, necessária, e deveria ser promovida por meio de uma insurreição armada.

Malatesta (1989b, p. 70) coloca, em 1920, que a revolução, “conduzida como a concebem os anarquistas, é a menos violenta possível; ela procura interromper toda violência tão logo cesse a necessidade de opor a força material à força material do governo e da burguesia”. Assim que a vitória for garantida, enfatiza, a violência deve ser interrompida. Continua ele sobre a violência:

Os anarquistas só admitem a violência como legítima defesa; se hoje eles são a favor da violência é porque consideram que os escravos estão sempre em estado de legítima defesa. [...] Este ideal serve para frear, corrigir e destruir este espírito de violência que a revolução, como ato material, teria a tendência a desenvolver. (Malatesta, 1989b, p. 70)

Considera-se, assim, que um processo de transformação sistêmica e do próprio modelo de poder, ainda que utilize a menor violência possível, tem, muito provavelmente, de utilizá-la. É notável a preocupação de se diminuir o nível de violência revolucionária tão logo o processo esteja estabilizado, instaurando a paz assim que o funcionamento pleno do poder autogestionário estiver garantido.

Entretanto, há anarquistas que creem na possibilidade de uma revolução praticamente sem violência. Reclus (2011a, pp. 51-52) coloca que quanto maior for a consciência dos trabalhadores de sua capacidade e de sua força potencial, “mais as revoluções serão fáceis e pacíficas”, podendo toda oposição “ceder, até mesmo sem luta”. Em 1907, o anarquista chinês Chu Minyi (2005, p. 341) diz que “se a revolução for apoiada pela maioria das pessoas, ela será menos perigosa e progredirá muito rápido, pois poucas pessoas se oporão a ela”; no limite, “se a revolução for apoiada por todos, ela será pacífica e progredirá, também, muito rápido, pois não haverá mais oposição”. Em ambos os casos – assim como para um setor considerável do anarquismo, ligado, na maioria dos casos, àqueles que conferiram cen-

tralidade à educação –, os anarquistas acreditam ser possível transformar a sociedade pelo convencimento, praticamente sem violência. Ainda assim, Reclus e Minyi não são pacifistas. Reclus (2011b, p. 44) enfatiza, em 1886, que “nunca qualquer progresso, seja parcial, seja geral, realizou-se por simples evolução pacífica”; para ele, “das duas coisas uma: ou a justiça é o ideal humano e, neste caso, nós a reivindicamos para todos; ou só a força governa as sociedades e, neste caso, usaremos a força contra nossos inimigos”. Minyi (2005, p. 345) defende, como resposta à violência das forças da ordem, “matar os inimigos da humanidade e destruir governos violentos”.

A possibilidade de uma revolução não violenta é, para esses e outros anarquistas, uma probabilidade. As ações pacíficas, na imensa maioria dos casos, constituem uma questão de estratégia e não de princípio. Ainda assim, posições externas ao anarquismo, que elevam a não-violência a um princípio, tiveram alguma influência entre os anarquistas.

O processo revolucionário, de acordo com as distintas avaliações anarquistas – evidentemente muito ligadas aos contextos em que são produzidas –, é concebido por alguns como um processo lento, especialmente pela envergadura da transformação; para outros, é um processo que, inserido em uma conjuntura favorável, pode ser bastante acelerado. O resultado deste processo, que também foi objeto de preocupação entre os anarquistas, foi concebido de maneiras distintas. Setores mais otimistas, pode-se dizer, imaginavam ter condições de conter a convulsão social pouco tempo depois do processo revolucionário; outros, menos, chegaram a propor medidas intermediárias, como “períodos de transição”. Obviamente, tais períodos nunca deveriam basear-se nas estratégias de tomada do poder do Estado ou no estabelecimento de uma “ditadura do proletariado”, de acordo com a concepção marxista-leninista ortodoxa.

Enfim, o que se discute, principalmente, é o tempo necessário e o processo exigido a fim de estabelecer completamente o sistema de autogestão, acabando com as classes sociais, em particular, e a dominação, em geral.

As lutas integradas nas três esferas

Historicamente, os anarquistas estiveram envolvidos nas mais diversas lutas populares e incidiram sobre as três esferas da sociedade. A preocupação em desenvolver estratégias que pudessem combater a dominação

em todos os níveis é também um traço comum entre eles. Ainda assim, o conjunto de ações que será agora discutido não representa um consenso entre todos os anarquistas que, embora tenham concordado com a necessidade das lutas integradas nas três esferas, priorizaram algumas ações em relação a outras, relacionando-as ao contexto em que atuaram.

Na esfera econômica, houve distintas ações levadas a cabo, às vezes separadamente, às vezes articuladas com outras. Uma delas relaciona-se à criação de alternativas de produção que pudessem, de acordo com o que preconizava o mutualismo, organizar os trabalhadores em cooperativas de trabalho que, além de serem laboratórios de autogestão, poderiam, aos poucos, retirar das mãos dos proprietários parte dos meios de produção e garantir um aumento de força social dos trabalhadores. Os búlgaros da FAKB sustentavam que os anarquistas, além de estarem articulados em uma organização anarquista, participarem de lutas sindicais, camponesas e armadas, deveriam, também, fomentar as cooperativas. Segundo argumentam, os anarquistas

devem participar de todos os tipos de cooperativa, levando a elas o espírito da solidariedade e do apoio mútuo contra o espírito partidário e burocrático. As cooperativas agrícolas de produção merecem hoje uma atenção particular, pois elas serão de grande valor e terão um papel educativo decisivo na construção futura do sistema social comunista anarquista. (FAKB, 2009, p. 66)

No entanto, entre os anarquistas, as cooperativas foram também bastante criticadas; Vasco (1984, p. 123), que temia o recrutamento “de trabalhadores para a associação por meio do engodo dos socorros mútuos e da cooperativa”, tinha receio de que as cooperativas acabassem paralisando ou matando “a ação de resistência, absorvendo toda a atividade associativa e fomentando o espírito conservador”. As cooperativas foram também criticadas pela impossibilidade de, numa economia capitalista, se concorrer com as grandes empresas; deste ponto de vista, as cooperativas autogestionárias, num mercado capitalista, nunca conseguiriam sobreviver.

A tomada progressiva dos meios de trabalho foi igualmente fortalecida pelos anarquistas, envolvendo ocupações de fábricas, greves expropriadoras e outros meios de luta que tiveram por objetivo trazer, ainda que muitas vezes parcialmente, a economia para o controle dos próprios trabalhadores.

Outro processo, mais difundido que o anterior, diz respeito à participação nas lutas dos trabalhadores, por meio das organizações sindicais.

Defendendo o sindicalismo de intenção revolucionária, os anarquistas adotaram estratégias que, conforme demonstra Gaston Leval (2007, p. 19), em 1971, remontam às teorias e práticas de Bakunin e da ADS na Internacional. Leval conclui que “o verdadeiro fundador do sindicalismo revolucionário foi Bakunin”, o qual contribuiu tanto com as “construções teóricas e táticas quanto ao objetivo e às tarefas históricas do sindicalismo”. A participação anarquista nos sindicatos, que deu origem às estratégias sindicalistas de intenção revolucionária, pauta-se na luta econômica contra as classes dominantes, e, por isso, considera central a organização dos trabalhadores, em seus locais de trabalho, para a resistência contra os patrões.

O alemão Rocker (1978a, p. 124), ao tratar da proposta anarquista de ação direta sindical, sustenta, em 1938, que entre os “procedimentos imediatos de guerra contra seus opressores econômicos”, “os mais notáveis são: a greve em seus distintos níveis, desde a simples luta por melhorias, até a greve geral; o boicote; as infinitas formas de sabotagem”. Por meio da luta sindical, os anarquistas esperam poder enfrentar as classes dominantes, utilizando-se da organização pautada nas necessidades econômicas, avançando nas conquistas de curto prazo e fazendo do sindicato a estrutura em meio à qual a expropriação socialista pode ser realizada.

No entanto, a organização dos trabalhadores em sindicatos foi criticada por outros anarquistas, como o italiano Luigi Galleani (2011a, pp. 79-81) que, em 1925, apesar de concordar com a necessidade da luta econômica, falava que os sindicatos se articulam, fundamentalmente, em torno das lutas de curto prazo: “salários mais altos, menos horas de trabalho, pensões para idosos, benefícios aos desempregados, previdência social, leis que garantem as condições de trabalho das mulheres e das crianças, inspeções de fábrica, etc.” Isso faria dele um organismo conservador, “muitas vezes um perigo”; portanto, o sindicato não deveria ser utilizado como uma ferramenta de emancipação, mas somente como um espaço para o trabalho de “propaganda, educação e renovação”. Por meio deste trabalho seria possível caminhar para lutas revolucionárias, capazes de expropriar os proprietários e devolver aos trabalhadores a estrutura e o controle do seu trabalho.

Finalmente, há um processo de luta econômica que diz respeito à organização dos camponeses para a luta pela terra no campo. O histórico processo de usurpação das terras dos camponeses fez com que os anarquistas defendessem sua organização e luta no sentido de retomar estas terras e avançar na expropriação dos proprietários do campo, visando conceder aos camponeses

as terras nas quais eles produziam. Reclus (2011c, p. 91) pregava, em 1899, que os camponeses se associassem para este objetivo; “aos cem, aos mil, aos 10 mil sereis bem fortes contra o senhor e seus criados”. As tarefas das organizações camponesas, recomendava a FAKB, seriam as seguintes:

Defender os interesses dos camponeses sem-terra, com pouca ou pequenas parcelas de terra; Organizar os grupos de produção agrícola para estudar os problemas da produção agrícola; Preparar-se para a futura reconstrução social, na qual estas organizações serão as pioneiras na reorganização da produção agrícola, visando assegurar a subsistência de toda a população. (FAKB, 2009, pp. 64-65)

Nesta marcha associativa e organizativa no campo, assim como nas lutas sindicais, as lutas econômicas dos camponeses, articuladas por local de trabalho, deveriam fortalecer as reivindicações de curto e longo prazo. Ainda assim, seria fundamental uma articulação entre campo e cidade, entre as classes dominadas de maneira mais ampla – incluindo, além dos camponeses e trabalhadores assalariados do campo, os trabalhadores assalariados, precarizados e marginalizados das cidades – para uma luta revolucionária de proporções mais significativas.

A estratégia do anarquismo esteve, em grande medida, no que diz respeito à esfera econômica, focada na integração das associações do campo e da cidade e na articulação de lutas reivindicativas e de expropriação que pudessem fazer avançar o processo revolucionário em larga escala. Processos insurrecionais e revolucionários, quando puderam incidir sobre a economia, passaram aos membros das classes dominadas a propriedade dos meios de produção, assim como as decisões relativas aos sistemas de distribuição e a troca.

Na esfera política/jurídica/militar, os anarquistas vêm afirmando a necessidade de ações que envolvam a intervenção direta contra os governos, as instituições jurídicas e militares; especificamente contra estas últimas, os anarquistas têm defendido o antimilitarismo.

Nesta luta contra o Estado, a polêmica sobre as medidas de curto prazo, às quais fiz referência nas lutas econômicas, se repete. Ainda que toda a estratégia anarquista na esfera política possa ser considerada revolucionária, em sentido mais abrangente, há setores que acreditam nas reivindicações de curto prazo como caminhos para a construção de uma revolução, ao passo que outros sustentam que isso afastaria as classes dominadas de seu objetivo revolucionário.

Os setores que sustentam que as lutas por mudanças podem avançar para as lutas transformadoras defendem as reivindicações populares ao Estado, visando obter melhorias. Sustentam que as associações de trabalhadores podem retirar progressivamente o poder político do Estado e passá-lo às classes dominadas, por meio das reivindicações de serviços públicos, direitos básicos e liberdades civis, tais como educação, saúde, saneamento básico, transporte, moradia, benefícios sociais para idosos, inválidos, liberdade de expressão, de reunião, etc. Vasco (1984, p. 119) argumenta que os anarquistas, além de reformas econômicas, “também favorecem a ação direta e a pressão exterior sobre os poderes públicos, quando se trata dos interesses diretos, morais ou materiais, do povo trabalhador”. Assim como na esfera econômica, defender as lutas por reformas na esfera política, para parte dos anarquistas, não significa abrir mão de uma perspectiva revolucionária. Em relação a isso, Malatesta enfatiza:

Quando o protesto é vivo, insiste e ameaça, o governo, segundo seu humor, cede ou reprime. Mas é preciso sempre chegar à insurreição, porque, se o governo não cede, o povo acaba por se rebelar; e, se ele cede, o povo adquire confiança em si mesmo e exige cada vez mais, até que a incompatibilidade entre a liberdade e a autoridade seja evidente e desencadeie o conflito. (Malatesta, 2000a, p. 24)

Mesmo com a luta na esfera política visando o curto prazo, não se pode abrir mão do objetivo insurrecional. Para ele, a insurreição anuncia a revolução social, enfrenta o poder político com a violência e fortalece processo revolucionário. Outros anarquistas, entretanto, vêm sustentando que as medidas políticas de curto prazo são ineficazes e têm defendido as insurreições e revoluções como maneiras indispensáveis para a intervenção política anarquista.

As insurreições, sejam elas ou não fruto das mobilizações voltadas às reformas, foram sempre defendidas pelos anarquistas das distintas correntes, assim como a revolução social; ambas implicam, para os anarquistas, no que diz respeito à esfera política/jurídica/militar, a busca de um enfrentamento direto à dominação do Estado, por meio da violência, tendo por objetivo substituí-la por uma estrutura política autogestionária.

O anarquista suíço Adhémar Schwitzguebel (2002, p. 120) coloca, em 1875, que a revolução, em termos políticos, tem “por objetivo imediato, e igualmente por base de ação, a destruição de todo Estado e o agrupamento espontâneo e federativo de todas as forças revolucionárias do proletariado”. Deste modo, a luta contra o Estado é, ao mesmo tempo, o meio

revolucionário e o mais expressivo objetivo político de uma revolução social. Corroborando tal afirmação, o anarquista italiano Luigi Fabbri (2003, p. 130) enfatiza, em 1921, que “a luta contra o Estado, defensor armado do regime, é pois, a condição *sine qua non* da revolução”. Na busca constante pela revolução, os anarquistas realizaram inúmeras ações contra o Estado, que incluíram reivindicações, insurreições, revoluções, além de outros atos de violência contra representantes da dominação política, incluindo governantes, juízes, militares, patrões etc.

Na esfera cultural/ideológica foram protagonizadas lutas que envolveram questões diversas. Pode-se destacar, em primeiro lugar, a própria noção de consciência de classe, que se buscou permanentemente estimular, tanto por meio da propaganda e da educação, quanto pelas próprias mobilizações populares, com objetivo de fortalecer a criação de uma identidade coletiva forjada nos princípios éticos e valores anteriormente apontados.

Para Berkman (2003, pp. 179-180), as idéias, que constituem a base dessa esfera, “não mudam rapidamente. Elas crescem lentamente, gradualmente, como uma planta ou uma flor”. Centrais ao processo revolucionário, as idéias deveriam ser extensamente promovidas visando forjar as bases sobre as quais se fundaria a revolução social – algo que, certamente inspirado nas idéias de Reclus, ele chama de “evolução”. Para Berkman (2003, p. 182), a evolução deveria preceder a revolução, já que para que a “revolução possa ser fundamental, social e ter sucesso”, ela deve “ser a expressão de uma mudança fundamental das idéias e das opiniões”. Seria indispensável para as classes dominadas estimular sua consciência de classe, por meio do conhecimento de seus próprios interesses: “a compreensão, pelas massas, dos verdadeiros objetivos da revolução, significa sucesso. A realização de sua vontade consciente, por seus próprios esforços, garante o desenvolvimento correto da nova vida”.

A promoção desta consciência, fundamental para motivar a vontade e dar sentido à identidade de classe, deveria, para Berkman, fundamentar-se em um conjunto determinado de valores:

A revolução social significa muito mais do que apenas reorganizar as condições: ela significa o estabelecimento de novos valores humanos e relações sociais, uma atitude modificada de um homem com o outro, como a de alguém livre e independente com seu semelhante; ela significa um espírito diferente na vida individual e coletiva, e esse espírito não pode surgir de um dia para o outro. É

um espírito que deve ser cultivado, criado e construído, assim como é a mais delicada das flores, pois, na realidade, ele é a flor de uma nova e linda existência. (Berkman, 2003, p. 185)

O espírito do qual ele fala envolve a mencionada cultura autogestionária, que se buscou criar e defender durante as lutas das classes dominadas. Ainda que se reconheça a importância da estrutura social e as limitações que ela impõe à ação humana, para os anarquistas, promover este novo espírito significa incitar a vontade das classes dominadas, incentivá-la à ação e à transformação social. A vontade, por isso, constitui um elemento chave a ser desenvolvido na atuação dos anarquistas na esfera cultural/ideológica. Como afirma Pouget (1994, p. 8), o aumento da força social das classes dominadas implica, necessariamente, a “materialização da vontade”, ou seja, que elas “adquiram a capacidade e a vontade” de agir por si mesmas.

As ferramentas desenvolvidas historicamente para este estímulo da consciência, da identidade e da vontade coletiva foram diversas: a formação de centros de cultura, espaços de educação, de lazer e sociabilidade. Tais iniciativas constituíram espaços em que se buscou unir educação, lazer e sociabilidade com a propaganda anarquista, a partir de uma noção que, além da formação, eram necessários espaços de convivência em que os laços se aprofundassem e que se fortalecesse a consciência de classe, a identidade de classe e o espírito pautado na ética e nos valores libertários. Para isso, distintas ferramentas foram utilizadas: música, teatro, festivais, piqueniques, edição de periódicos, livros, projetos pedagógicos em movimentos populares, fundação de escolas, entre outros.⁴⁰

Ações que incidiram sobre as três esferas da sociedade foram criadas e/ou impulsionadas por militantes anarquistas defensores de diferentes estratégias: cooperativas de produção e consumo, movimentos de trabalhadores da cidade, do campo, associações de bairro, grupos e organizações diversas, tentativas de retomada do trabalho pelos próprios trabalhadores, ataques às classes dominantes por meio de boicotes, sabotagens e atentados, insurreições armadas, propaganda, projetos culturais e educativos,

⁴⁰ Para uma abordagem interessante acerca da ação cultural e ideológica encabeçada pelos anarquistas, no contexto do sindicalismo revolucionário no Brasil da Primeira República, ver: Gaspar (2010), cap. 4.

de lazer e sociabilidade. Estas ações podem ser consideradas caminhos por meios dos quais se investiu na busca da revolução social:

A revolução [...] é um movimento geral, através do qual um povo ou uma classe, saindo da legalidade e transformando as instituições vigentes, despedaçando o pacto leonino imposto pelos dominadores às classes dominadas, com uma série mais ou menos larga de insurreições, revoltas, motins, atentados e lutas de toda a espécie, abate definitivamente o regime político e social ao qual até então estava submetido e instaura uma nova ordem. (Fabbri, 2003, p. 129)

Ações reivindicativas, insurrecionais, revolucionárias, mais ou menos violentas e nas três esferas, constituíram a prática histórica do anarquismo buscando, constantemente, promover a revolução social.

Lutas de gênero, de raça e antiimperialistas

Em termos históricos, os anarquistas também estiveram envolvidos com outras lutas, mais específicas e policlassistas, que buscavam mais amplamente o fim da dominação e estavam para além da luta de classes. He Zhen, anarquista chinesa, coloca, no início do século XX:

O que queremos dizer com igualdade entre os sexos não é somente que os homens não irão mais oprimir as mulheres. Também queremos que os homens não sejam mais oprimidos por outros homens e que as mulheres não sejam mais oprimidas por outras mulheres... [Assim, as mulheres devem] derrubar essa ordem, forçar os homens a abandonar todos os seus próprios privilégios, tornar-se iguais às mulheres e construir um mundo em que não haja opressão das mulheres e nem dos homens. (*apud* Zarrow, 1988, p. 810)

Ela sustenta ser indispensável integrar as lutas de gênero com as lutas mais gerais contra a dominação, e dar a elas conteúdo anticapitalista e classista: “você mulher, não odeie os homens: odeie o fato de que você não tem o que comer”. (*apud* Zarrow, 1988, 801)

Esta posição adotada por ela em relação às lutas de gênero elucidada como os anarquistas se posicionam, tanto nas lutas de gênero, como nas lutas de raça e contra o imperialismo. A Zabalaza Anarchist Communist

Front (ZACF, 2010, p. 3), da África do Sul, coloca, em 2010: “nós, anarquistas, somos oponentes declarados do racismo e dos racistas”, e defendem que os anarquistas se integrem às lutas contra o racismo. A Anarcho-Syndicalist Federation (ASF, 1986) australiana sustenta, em 1986, que os anarquistas devem se “opor ao racismo, ao sexismo, ao militarismo à religião e a todas as ideologias e instituições que impedem a igualdade e o direito das pessoas, em todos os lugares, controlarem suas próprias vidas e seu ambiente”. Por este motivo, declaram seu apoio à “luta dos povos aborígenes pela autodeterminação e pelos direitos sobre a terra”. Além das lutas dos povos originários de todos os países, tais argumentos sustentam ainda a importância da intervenção anarquista em lutas de libertação nacional e antiimperialistas, conforme afirmação de Chaeho (2005, p. 375), que, juntamente com a libertação da Coreia do imperialismo japonês, defendeu uma luta contra as classes dominantes coreanas e a busca da revolução social.

Ao participar desta lutas, os anarquistas sustentaram programas próprios de ações, visando relacioná-las aos seus objetivos revolucionários e dar a elas um caráter classista e internacionalista.

Nas lutas de gênero e de raça, o objetivo dos anarquistas não foi, historicamente, inserir mulheres e negros no sistema de dominação vigente, por meio da mobilidade individual. Nas lutas antiimperialistas, de libertação nacional, o objetivo dos anarquistas não foi aliar-se à burguesia nacional e substituir a dominação estrangeira pela dominação nacional. Ao participar das lutas de gênero, de raça e antiimperialista, os anarquistas defendem o internacionalismo, compreendido como solidariedade internacional entre países e povos, e o classismo, buscando relacionar a dominação em geral com a luta de classes, na busca revolucionária pelo fim da dominação.

A classe, dessa perspectiva, estabelece as bases para a união de diversas demandas e sujeitos numa luta mais ampla pela emancipação humana de maneira geral, e as bases para identificar o papel do sistema de classes, tanto na criação de opressões que não são de classe, quanto na conformação da experiência dessas opressões. Desse ponto de vista, a opressão de gênero, de raça, nacional e imperial só pode ser fundamentalmente exterminada com uma revolução social, que crie uma sociedade que emancipe a maioria do povo. (Schmidt e van der Walt, 2009, p. 335)

Assumir o internacionalismo e o classismo nestas lutas não significa, para os anarquistas, reduzi-las a conseqüências simples das relações de classe, e nem conceber que o fim da dominação de classe implica, obrigatoriamente, a resolução das dominações não classistas. Reconhecer que a dominação está para além da dominação de classe é, portanto, fundamental, pois há necessidades de lutas específicas nesses campos. No entanto, dar a estas lutas uma perspectiva classista, de maneira a não utilizá-las simplesmente como forma de substituir uma dominação por outra, é também imprescindível.

Foi com base nestes argumentos que os anarquistas participaram de lutas setoriais e policlassistas, como as de gênero, de raça e antiimperialistas, com posições internacionalistas e classistas que, além de questionarem a dominação em geral, relacionaram dominação e dominação de classe, prevendo a necessidade de avanço rumo à transformação social.

PRINCÍPIOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS DO ANARQUISMO

Por meio da definição de anarquismo discutida neste capítulo, é possível estabelecer um conjunto de princípios político-ideológicos que sintetizam o próprio significado da ideologia anarquista.

Ética e valores

A defesa de uma concepção *ética*, capaz de subsidiar críticas e proposições racionais, pautada nos seguintes *valores*: liberdade individual e coletiva; igualdade em termos econômicos, políticos e sociais; solidariedade e apoio mútuo; estímulo permanente à felicidade, à motivação e à vontade.

Crítica da dominação

A crítica das *dominações da classe* – constituídas por exploração, coação física e dominações político-burocrática e cultural-ideológica – e de *outros tipos de dominação* (gênero, raça, imperialismo, etc.).

Transformação social do sistema e do modelo de poder

O reconhecimento de que as estruturas sistêmicas fundamentadas em distintas dominações constituem *sistemas de dominação* e a identificação, por meio de uma crítica racional, fundamentada nos valores éticos especificados, de que esse sistema tem de ser transformado em um *sistema de autogestão*. Para isso, torna-se fundamental a transformação do modelo de poder vigente, de um *poder dominador*, em um *poder autogestionário*. Nas sociedades contemporâneas, essa crítica da dominação implica uma *oposição clara ao capitalismo, ao Estado e às outras instituições* criadas e sustentadas para a *manutenção da dominação*.

Classes e luta de classes

A identificação de que, nos diversos sistemas de dominação, com suas respectivas estruturas de classes, as *dominações de classe* permitem conceber a *divisão fundamental da sociedade* em duas grandes categorias globais e universais, constituídas por classes com *interesses inconciliáveis*: as *classes dominantes* e as *classes dominadas*. O conflito social entre essas classes caracteriza a *luta de classes*. O anarquismo surge como uma ideologia das classes dominadas e tem por objetivo impulsionar essa transformação que implica, para a construção de um poder autogestionário, o *fim das classes sociais*, a ser levado a cabo em um tipo de *socialismo* ao qual se chega por meio de uma *revolução social*. *Outras dominações* devem ser *combatidas concomitantemente* às *dominações de classe*, sendo que o fim das últimas não significa, obrigatoriamente, o fim das primeiras.

Classismo e força social

A compreensão de que essa *transformação social de base classista* implica uma *prática política*, constituída a partir da *intervenção na correlação de forças* que constitui as *bases das relações de poder* vigentes. Busca-se, nesse sentido, *transformar a capacidade de realização* dos agentes sociais que são membros das *classes dominadas em força social*, aplicando-a na luta de classes e buscando *umentá-la permanentemente*. Esse aumento permanente de força social pode ser buscado por meio das práticas junto a

agentes dominados em termos de *raça, gênero, nacionalidade*, mas, nesses casos, essa luta exige uma *perspectiva classista e internacionalista*, permanente em toda a prática anarquista.

Internacionalismo

A defesa de um classismo que não se restrinja às fronteiras nacionais e que, por isso, fundamente-se no *internacionalismo*, o qual implica, no caso das práticas junto a agentes dominados por relações imperialistas, a *rejeição do nacionalismo* e, nas lutas pela transformação social, a necessidade de *ampliação da mobilização das classes dominadas para além das fronteiras nacionais*. O projeto revolucionário anarquista prevê uma necessidade de *internacionalização da revolução*, de maneira a dar condições de existência à autogestão generalizada.

Estratégia

A concepção racional, para esse projeto de transformação social, de *estratégias adequadas*, que implicam *leituras da realidade* e o *estabelecimento de caminhos* para as lutas. Ainda que o *método de análise* e as *teorias sociais* não constituam critérios para definir o anarquismo, e nem mesmo critérios para definição de suas correntes, eles sempre são elaborados racionalmente e utilizados, em distintas perspectivas, de acordo com a localidade e a época em que atuam os anarquistas, acompanhando essa perspectiva geográfica e histórica. O *objetivo, de tipo finalista*, de se chegar a um *socialismo* que se caracteriza por um *sistema de autogestão e um poder autogestionário* está sempre presente como *perspectiva e projeto dos anarquistas*. O *caminho* para essa transformação é sempre concebido em *termos estratégicos*.

Elementos estratégicos

Ainda que os anarquistas defendam estratégias distintas, alguns *elementos estratégicos* são considerados *princípios*: o estímulo à criação de *sujeitos revolucionários*, mobilizados entre os agentes que constituem parte

das classes sociais concretas de cada época e localidade, as quais dão corpo às *classes dominadas*, a partir de processos que envolvem a *consciência de classe e do estímulo à vontade de transformação*; o estímulo permanente ao *aumento de força social das classes dominadas*, de maneira a permitir um *processo revolucionário de transformação social*; a *coerência entre objetivos, estratégias e táticas* e, por isso, a coerência entre *fins e meios* e a construção, nas práticas de hoje, da sociedade que se quer amanhã; a utilização de *meios autogestionários* de luta que *não impliquem a dominação*, seja entre os próprios anarquistas ou na relação dos anarquistas com outros agentes; a defesa da *independência e da autonomia de classe*, que implica a recusa às relações de dominação estabelecidas com partidos políticos, Estado ou outras instituições ou agentes, garantindo o *protagonismo popular das classes dominadas*, o qual deve ser promovido por meio da *construção da luta pela base, de baixo para cima*, envolvendo a *ação direta*.

Revolução social e violência

A busca de uma *revolução social*, que transforme o sistema e o modelo de poder vigentes, sendo que a *violência*, como expressão de um nível mais acirrado de confronto, é *aceita, na maioria dos casos, por ser considerada inevitável*. Essa revolução implica lutas combativas e *mudanças de fundo nas três esferas* da sociedade e não se encontra dentro dos marcos do sistema de dominação presente – está além do capitalismo, do Estado, das instituições dominadoras.

Defesa da autogestão

A *defesa da autogestão* que fundamenta a prática política e a estratégia anarquistas constitui as *bases para a sociedade futura* que se deseja construir e envolve *socialização da propriedade* em termos econômicos, o *autogoverno democrático* em termos políticos e uma *cultura autogestionária*. Norteadas pelos *valores da ética anarquista*, essa sociedade é necessariamente *socialista* e garante a todos liberdade individual e coletiva; igualdade em termos econômicos, políticos e sociais; solidariedade e apoio mútuo; estímulo permanente à felicidade, à motivação e à vontade.

ANARQUISMO E ANARQUISTAS

Realizo, agora, um primeiro balanço, que envolve uma aplicação prática da definição de anarquismo e deste conjunto de princípios político-ideológicos aos pensadores que têm sido considerados parte do cânone anarquista.

Considerar o anarquismo uma corrente socialista implica, a partir da perspectiva histórica adotada, no máximo, retornar ao século XVIII, quando o Iluminismo culminou na Europa, e foram levadas a cabo a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Embora autores como G. D. H. Cole (1980, p. 18) identifiquem os precursores do socialismo com as idéias de emergiram no seio da Revolução Francesa, considerando que “no campo das idéias, 1789 é uma linha divisora”, uma leitura que utilize o método histórico e a noção de totalidade, partindo da relação interdependente entre pensamento e ação, e que leve em conta o movimento de trabalhadores que emergia naquele momento, deve considerar, conforme Cesare Pianciola (2004), que as primeiras expressões do socialismo passaram a existir entre os saint-simonianos, fourieristas e owenianos, movimentos que tomaram corpo durante a primeira metade do século XIX. Pianciola assim define o socialismo:

O socialismo tem sido historicamente definido como programa político das classes trabalhadoras, que se foram formando durante a Revolução Industrial. A base comum das múltiplas variantes do socialismo pode ser identificada na transformação substancial do ordenamento jurídico e econômico fundado na propriedade privada dos meios de produção e troca, numa organização social na qual: a) o direito de propriedade seja fortemente limitado; b) os principais recursos econômicos estejam sob o controle das classes trabalhadoras; c) a sua gestão tenha por objetivo promover a igualdade social (e não somente jurídica ou política), através da intervenção dos poderes públicos. (Pianciola, 2004, pp. 1196-1197)

Para o autor, o socialismo surgiu como uma expressão do movimento de trabalhadores, que se contrapunha ao capitalismo emergente, pautando-se na defesa de uma transformação social contrária à propriedade privada e favorável à socialização e à igualdade econômica.

Esta linha temporal, que situa o surgimento do socialismo na primeira metade do século XIX, assim como a definição de socialismo apresentada,

com as quais estou de acordo, permitem retirar do universo “anarquista” alguns dos autores anteriormente mencionados, assim como suas respectivas tradições e proposições: Lao Tsé e o taoísmo, os quais se vinculam à longínqua China Antiga; Zenão de Eléia, filósofo pré-socrático; François Rabelais e a Abadia de Thélème, os quais se relacionam à França do século XVI; os anabatistas, também do século XVI; Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e Denis Diderot (1713-1784), filósofos enciclopedistas anteriores à Revolução Francesa.

Saint-Simon (1760-1825), Robert Owen (1771-1858), e Charles Fourier (1772-1837) dificilmente poderiam ser considerados anarquistas. Saint-Simon defendeu um socialismo bastante autoritário, baseado na idéia de que o governo da sociedade deveria ser realizado pelos mais capazes, detentores da ciência e da indústria. Além disso, sua noção de classe não diferenciava trabalhadores, fabricantes, negociantes e banqueiros; sua luta era contra os chamados “ociosos”. Owen e Fourier, distintamente, defenderam propostas mais libertárias; o primeiro teve influência no movimento operário inglês e, depois, alguma influência no sindicalismo; o segundo exerceu influência considerável em Proudhon e em outros que, depois, aderiram ao anarquismo. Entretanto, ambos estiveram vinculados a uma tradição cooperativista e comunista que, como os outros socialismos, incluindo os denominados “utópicos”, difere do anarquismo.

Enquanto os socialistas utópicos (e não todos igualmente) são indiferentes à política e não fazem distinção entre os governos, os anarquistas se propõem a abolir o Estado e todo governo propriamente dito. Enquanto os primeiros são apolíticos, os segundos são antipolíticos (que é uma maneira de serem políticos). [...] É por isso que os socialistas utópicos abominam a revolução e aspiram à harmonia entre as classes, enquanto a maioria dos anarquistas é revolucionária e deseja acabar com toda a diferença de castas, de classes e de estamentos, junto com a divisão entre governantes e governados. (Cappelletti, 2006b, p. 125)

Por razão de sua abdicação da transformação revolucionária do modelo de poder, de supressão das classes e do Estado, não considero estes “socialistas utópicos” anarquistas.

Ainda de acordo com a definição e os princípios estabelecidos, sustento que Godwin, Stirner, Tolstoi, Gandhi, Warren e Tucker também não são anarquistas. São suficientes para essa argumentação três critérios utilizados para conceituar o anarquismo: o socialismo (de tipo libertário, caracterizado

pela crítica da dominação e a defesa da autogestão), o classismo e as críticas e proposições racionais de transformação social.⁴¹

William Godwin (1756-1836), filósofo radical inglês, é considerado por Berthier (1990, pp. 132, 135) um pensador pré-anarquista, ainda que leve “o racionalismo aos seus mais extremos limites, até a soberania absoluta da consciência”, defendendo “a negação de toda autoridade exterior”. Mesmo que Marshall (1986, p. 48) considere Godwin “o primeiro grande pensador anarquista”, ele mesmo apresenta argumentos que permitem afirmar o contrário.

Primeiramente, o próprio Marshall (1986, p. 10) sustenta que Godwin não teve impacto no desenvolvimento do anarquismo, tendo sido somente, em 1912, resgatado por Kropotkin. Em segundo lugar, o sistema de Godwin tem por base a idéia de que o objetivo das pessoas é conhecer a verdade e que, por meio deste conhecimento, o qual deve ser estimulado por meio da educação racional, elas poderiam resolver os problemas sociais e chegar à felicidade e ao prazer. Tais problemas teriam, para ele, sua origem em um desconhecimento da verdade, sendo esta a base de sua crítica ao governo, à propriedade privada e às decisões de maioria. Godwin considera, ainda, que não há interesses distintos ou contrapostos na sociedade, já que todas as pessoas poderiam ser convencidas desta verdade. Evidentemente, não há qualquer perspectiva classista na crítica de Godwin. Confirmando tal constatação, Marshall (1986, pp. 37-38, 45-47) enfatiza que, para Godwin, “os efeitos [...] resultantes da distribuição desigual têm sido desastrosos tanto para os ricos quanto para os pobres” e as “grandes desigualdades nos países europeus só poderiam levar a uma guerra de classes e incitar os pobres a reduzir tudo ao ‘caos universal’”. Além disso, Godwin é contrário à cooperação e acredita ser “necessário postergar a revolução”. Berthier afirma ainda:

Em nenhum momento são evocadas as fantásticas lutas sociais que se desenvolvem à época. Em nenhum momento são evocados meios de ação coletivos necessários para transformar a sociedade de opressão. [...] A problemática de Godwin não é econômica, nem militante, nem ativista. Seu domínio é ético. (Berthier, 1990, p. 145)

Ambas as leituras de Godwin evidenciam que, mesmo fundamentado em bases racionais, ele não pode ser considerado socialista, já que nunca

41 Para subsidiar esta discussão, escolhi teóricos que possuem ampla leitura dos autores em questão, conhecem toda sua obra, ou pelo menos a maior parte dela, e, na maioria dos casos, são-lhes simpáticos e/ou os consideram anarquistas.

expos propostas de sociedade futura neste sentido, e menos ainda classista, visto que a perspectiva de classe sequer aparece em seus escritos. Além disso, ele não teve relações com a trajetória histórica do anarquismo. Por esses motivos, Godwin não pode ser considerado anarquista.

Max Stirner, pseudônimo de Johann Kaspar Schmidt (1806-1856), foi um filósofo alemão que, assim como Godwin, não teve qualquer impacto no surgimento do anarquismo, no período de 1868 aos anos 1880, tendo sido resgatado, depois disso, por John Henry Mackay e, em seguida, por Émile Armand. Deve-se notar, conforme apontou de Berthier (2008, p. 204), que, num primeiro momento, aquele que teve o papel mais importante no estabelecimento desta relação entre Stirner e o anarquismo foi Engels.

Para Armand (2003, pp. 84-85), que considera *O Único e sua Propriedade* “uma árvore robusta e bem plantada, uma doutrina perfeitamente coerente”, Stirner apresenta nesta sua obra uma dura crítica, tanto do Estado, quando de outros pilares da sociedade autoritária de seu tempo. A motivação de sua crítica, ainda segundo Armand, possui como fundamento a noção de que “o indivíduo só conhece uma causa: a sua, e essa causa, ele não baseia em ‘nada’ exterior a ele. [...] Ele é egoísta no sentido absoluto da palavra. [...] É agora obrigado a buscar em si mesmo sua regra, sua lei.” Sobre o Único stirneriano, Armand coloca:

Pensai, portanto, aonde o Único chegou! Não existe sequer uma realidade fora dele. Ele não faz nada pelo amor a Deus ou aos homens, mas pelo amor a si. Não há entre seu próximo e ele senão uma relação: a da utilidade, do prazer ou do proveito. É só dele que derivam todo direito e toda justiça. (Armand, 2003, p. 86)

Pode-se dizer que a obra de Stirner elabora uma crítica; não há, conforme destacado por Berthier (2008, pp. 190-191), qualquer perspectiva construtiva ou proposta de intervenção social. O individualismo de Stirner, apoiado em sua noção utilitarista do “egoísta”, que só age por interesse próprio, busca tão-somente a liberdade individual e possui, ainda de acordo com Berthier (2008, p. 191), mais proximidade com um liberalismo radical do que com o anarquismo, visto que ele situa “o indivíduo acima das classes, acima das determinações de classe”. A problemática das classes não possui qualquer importância em sua obra. Por isso, ainda que ele realize uma crítica do Estado, e também do partido, da personalidade e da transformação da doutrina em religião, em função de sua abordagem individualista, não-so-

cialista, e sem qualquer base classista, ele não pode ser considerado anarquista. Berthier (2008, p. 193), em concordância, subsidia este argumento ao dizer que excluir “Stirner do panteão anarquista responde a uma exigência de coerência intelectual”.

Liev Tolstói (1828-1910) foi um escritor cristão russo, defensor da não-violência. Mesmo que possa ser considerado um libertário em sentido abrangente, e que tenha sido influenciado em alguma medida por Proudhon e Kropotkin, não se pode colocar, como Marshall (2010, p. 362), que ele é “um dos grandes pensadores anarquistas”. Levando em conta os três critérios acima estabelecidos, é possível realizar algumas considerações.

Os fundamentos de sua doutrina, mesmo reivindicando-se racionais (Eltzbacher, 2004, p. 222), são baseados, conforme demonstra Marshall (2010, p. 362), em uma concepção ética que deriva de “uma versão altamente heterodoxa do cristianismo”. De acordo com McKay (2008, pp. 75-76), a base de sua doutrina encontra-se nas pregações de Jesus, em particular no “Sermão da Montanha”, do qual extrai as lições da necessidade de resistir ao mal sem utilizar-se dele; a resistência não-violenta (ao Estado, à propriedade privada etc.) deriva disso. “Partindo de sua oposição à violência, Tolstói rejeita tanto o Estado como a propriedade privada e estimula táticas pacifistas para acabar com a violência na sociedade e criar uma sociedade justa.”

A elaboração de seu pensamento a partir de Cristo, a relação direta que ele estabelece entre os ensinamentos de Cristo e a Bíblia, e a leitura seletiva que realiza da Bíblia – que leva em conta alguns aspectos mais libertários e deixa de lado outros, completamente contraditórios ao anarquismo – são elementos que permitem considerar que a base da doutrina de Tolstói é metafísica e teológica, afastando-se dos fundamentos racionais do anarquismo. Tolstói só poderia ser considerado um socialista se se definisse o socialismo sem levar em conta suas bases racionais, o que me parece um equívoco.

Além disso, Tolstói reconhece a desigualdade da sociedade e toma a defesa dos pobres e excluídos, mas, em nenhum momento, defende a luta de classes e a necessidade de os oprimidos protagonizarem uma transformação social. Sua visão é solidária aos excluídos e visa reformar a sociedade promovendo uma maior igualdade; não são esses excluídos, entretanto, os principais agentes da transformação. Colocando-se, de acordo com Eltzbacher (2004, p. 261), contra sindicatos, revoluções e barricadas, os caminhos defendidos por Tolstói para a reforma social tinham como foco a mudança da opinião pública e, por isso, sustentavam o convencimento, a persuasão, a

desobediência civil (recusa ao serviço militar etc.) e as comunidades. A sociedade de classes seria, para ele, como afirma Eltzbacher (2004, pp. 259, 262), um problema de os ricos e poderosos ainda não terem aceitado a palavra de Cristo, situação que poderia ser modificada por sua boa vontade.

Por último, para além dos três critérios estabelecidos, pode-se problematizar uma última questão: as bases de seu pacifismo. De acordo com Eltzbacher (2004, p. 220), Tolstoi acreditava que o anarquismo estava diretamente relacionado com a violência, e por isso não se considerava anarquista; esta noção possui alguma coerência. Mesmo se tomados em conta os anarquistas que defendem ações não-violentas, esta posição, em geral, deriva de um raciocínio de que tais ações podem ser mais eficazes taticamente, ou mesmo de uma crença de que um convencimento generalizado é possível. Não há anarquistas que elevam, como Tolstoi, a não-violência a um princípio e ao próprio fundamento de sua doutrina.

Mahatma Gandhi (1869-1948) foi um indiano que liderou o movimento não-violento de libertação nacional da Índia. Influenciado, entre outros, por Tolstoi, sua doutrina possui alguma convergência com a do russo. Marshall (2010, p. 422), que o considera anarquista, argumenta: “seu apelo a todas as classes e grupos era baseado numa crença metafísica na unidade cósmica de todos os seres”. Nota-se aqui, como em Tolstoi, um fundamento metafísico e teológico de sua doutrina, além de uma ênfase policlassista, evidenciada historicamente nas relações íntimas que teve com as classes dominantes, no seio do Indian National Congress, na luta pela libertação nacional de seu país. Mesmo Josh Fattal (2006), que insiste no anarquismo de Gandhi, não demonstra qualquer evidência sobre o seu socialismo, envolvendo a crítica da propriedade privada, da sociedade de classes/castas e a busca de que elas fossem transformadas. Ary Guimarães (1969, p. 125) afirma, subsidiando este argumento, que “Gandhi jamais pregou a luta de classes”.

Gandhi também não se insere nos três critérios mínimos estabelecidos. Além disso, vale enfatizar que, conforme aponta Guimarães (1969, p. 126), Gandhi “se preocupou, fundamentalmente, com a independência de sua pátria, com a formação de uma nacionalidade indiana”. Distintamente dos anarquistas, que defendem o antiimperialismo e a participação nas lutas de libertação nacional com programas internacionalistas, classistas e revolucionários, Gandhi defendeu a aliança com as classes dominantes indianas, sem uma perspectiva internacionalista ou revolucionária. Por isso, ele possui muito mais similaridades com o nacionalismo do que com o anarquismo.

Josiah Warren (1798-1874) foi um individualista norte-americano que participou de experiências que constituem parte de uma tradição comunitarista dos Estados Unidos, levada a cabo, conforme Nettleau (2008, pp. 61-64), ainda no século XVIII; “um pequeno mundo vivendo afastado em comunidades cooperativas”. Benjamin Tucker (1854-1939) constitui parte desta mesma tradição, ainda que tenha tentado agregar ao referencial individualista de Warren e Stirner, idéias de Proudhon. Ao passo que Warren investiu em comunidades, buscando promover a soberania individual, e em cooperativas, nas quais os produtos eram trocados visando à equidade, Tucker e outros individualistas norte-americanos de seu tempo, “foram igualmente hostis a tudo o que poderia pretender ser feito em nome de um socialismo de Estado, ou de um socialismo anarquista”. O individualismo de Warren e Tucker dificilmente poderia ser considerado socialista e classista.

Finalmente, o caso de Proudhon é o mais complexo. Certamente um socialista libertário, pode-se discutir, a partir da totalidade de seu pensamento, sua inclusão no cânone anarquista.⁴² Considero, conforme argumentos a seguir, que Proudhon constitui uma espécie de “pai do anarquismo”, um teórico “quase-anarquista”. Não incluo ele entre os anarquistas por dois motivos: um de ordem teórica, por razão de sua afinidade com os princípios político-ideológicos do anarquismo, e outro de ordem histórica, por razão do surgimento do anarquismo ser posterior a ele. Ainda assim, dentre os teóricos não-anarquistas e/ou pré-anarquistas, ele foi, certamente, aquele que teve a maior influência entre os anarquistas e teorizou sobre questões relevantes de sua ideologia. Em distintos países, foi a radicalização do mutualismo proudhoniano que constituiu as bases do anarquismo.

Os três critérios estabelecidos para a exclusão dos outros pensadores do anarquismo são, para o caso de Proudhon, insuficientes. Ele era certamente socialista, classista e formulou racionalmente suas críticas e proposições de transformação social.

O pensamento de Proudhon, conforme discutido por Berthier (2008), foi extensivamente difundido entre os trabalhadores no século XIX, e permitiu interpretações distintas e, em certa medida, contraditórias. Em alguns casos, o pensamento proudhoniano radicalizou-se e constituiu as bases do anarquismo; em outros, forneceu as bases para posições conservadoras, moderadas e/ou reformistas. Certamente estas interpretações distintas têm

42 Para o caso de Proudhon, certamente o mais complexo, escolhi comentadores que estão entre os mais reconhecidos e que melhor conhecem sua obra.

relação com a complexidade e o tamanho da obra de Proudhon, que possui períodos mais moderados e mais radicalizados, refletindo seu caráter histórico, apoiado, em grande medida, nas conjunturas em que esteve inserido.

Em alguns casos, as posições de Proudhon aproximam-se significativamente do anarquismo. Berthier (2008, p. 55) aponta como suas teorias econômicas criticam a propriedade privada, a exploração, interpretam a sociedade de classes e o processo de luta de classes: “O ‘regime proprietário’, colocando em oposição as classes sociais, tem como fundamento a exploração do homem pelo homem”. Juntamente com sua crítica econômica, Proudhon critica o Estado e o governo, conforme argumenta Jean Bancal (1984, p. 175): “Proudhon uniu numa mesma crítica, desde suas primeiras obras, a propriedade capitalista e o estadismo governamentalista”, relacionando “o capitalismo, exploração do homem pelo homem, e o estadismo, governo do homem pelo homem”. Critica também a religião e a educação que, com o capitalismo e o Estado, tornam-se instrumentos de legitimação da dominação. Para a solução do problema social, Proudhon propõe o mutualismo na economia e o federalismo na política, como explica Bancal, citando o autor:

“Pode-se induzir disto que virá um tempo em que o trabalho estando organizado por si mesmo, segundo a lei que lhe é própria”, a sociedade trabalhadora autogerindo-se economicamente e auto-administrando-se politicamente, “a oficina fará desaparecer o governo”; o que quer dizer, de fato, no contexto mesmo desta passagem e no de toda a crítica do Estado de Proudhon, que uma organização política da sociedade conforme às leis do trabalho social que regem a oficina industrial tomará o lugar do Estado “soberano”, aparelho extra-social de tipo monárquico e feudal encarnado num governo superior de fato à sociedade que ele diz representar. (Bancal, 1984, p. 179)

A autogestão e a auto-administração das quais fala Bancal também serviriam como base para o processo de mobilização dos trabalhadores. Este mutualismo federalista de Proudhon tem por objetivo, ainda de acordo com Bancal (1984, p. 182), “que o trabalho do povo’, ‘a sociedade trabalhadora’ tornem-se a força maior que inverta as fórmulas atuais da sociedade e envolva o capital e o Estado e [...] os subjogue”. Os trabalhadores, organizados de baixo para cima em associações mútuas (agrícolas e industriais de produção, de consumo e de crédito), deveriam “simultaneamente ‘inverter as relações do capital e do trabalho e inverter as relações do governo e da sociedade’”.

O mutualismo proudhoniano, como coloca Ansart (1970, p. 109), possui como meio fundamental de ação “a associação progressiva”, que têm por objetivo “uma apropriação direta e militante das forças econômicas”.

A instauração de relações de reciprocidade entre os produtores e entre produtores e consumidores representaria o começo de um vasto movimento de subversão cujo efeito seria a destruição radical do regime social do capitalismo. [...] O meio preconizado estaria, assim, limitado rigorosamente a uma criação sócio-econômica espontânea, que evitaria sistematicamente o recurso à violência e à ação política. (Ansart, 1970, p. 109)

Estes elementos, de crítica da dominação e de defesa da autogestão, além de sua ênfase na organização autogestionária e federalista dos trabalhadores, são, basicamente, os aspectos da teoria de Proudhon ressaltados por autores que o aproximam do anarquismo, como McKay (2011) e o próprio Ansart (1970). São estes mesmos aspectos que, juntamente com outros, subsidiaram o anarquismo de Bakunin (2008b, p. 118) – o qual considerava o anarquismo “o proudhonismo amplamente desenvolvido e levado às suas últimas conseqüências” –, e também de Eugène Varlin, o maior expoente anarquista na Comuna de Paris. Foi essa radicalização do proudhonismo apontada por Bakunin que estimulou o surgimento do anarquismo, entre o fim dos anos 1860 e os anos 1880, em países como Itália, França, Espanha, México e Cuba.

No entanto, há aspectos da obra de Proudhon que se distanciam do anarquismo, se levadas em conta suas continuidades e permanências históricas no longo prazo. Há posturas ambíguas em relação ao processo revolucionário e à necessidade de violência; há momentos em que Proudhon defende abertamente a revolução e a violência revolucionária e outros em que defende um processo gradual de mudança, por meio das cooperativas, praticamente sem necessidade de violência. Tais ambigüidades foram notadas por Ansart (1970, pp. 109, 111), que enfatizou: “Ainda que Proudhon desconfie dos motins violentos e duvide de sua eficácia revolucionária, ele apela aos ódios de classe e ameaça repetidamente a burguesia com uma violência que aniquilaria sua oposição e seus interesses”. O autor aponta esse paradoxo, por meio do qual, em alguns momentos, Proudhon “exalta a grandeza de uma revolução de efeitos rápidos e violentos” e, em outros “justifica uma transição lenta e pacífica até o mutualismo”. Berthier (2008, p.

79) considera que essas últimas posições permitem caracterizar o proudhonismo como “um tipo de reformismo radical”.

Posturas ambíguas também podem ser encontradas em sua crítica do Estado. Em alguns momentos, o Estado é criticado e aponta-se a necessidade de que ele seja substituído pelas associações de trabalhadores; em outros, considera-se possível sua existência, ainda que de maneira descentralizada. Francisco Trindade (2005), confirmando esta interpretação, argumenta: “encontramos, em Proudhon, afirmações contraditórias sobre o papel do Estado”. A tese que sustenta Trindade é que Proudhon teria defendido, até o fim dos anos 1850, uma postura crítica do Estado e sua própria abolição. A partir disso, teria desenvolvido uma teoria federalista, “fazendo da autoridade estadista uma das condições necessárias à vida em sociedade”. Esta reformulação, realizada em função da mudança de sua teoria dialética, teria feito com que Proudhon passasse a aceitar o Estado.

O Estado vê-se atribuído na solução federalista um papel de moderador, visando a manter o equilíbrio entre os diferentes atores do campo social, seja a impedir os desequilíbrios que nascem do crescimento unilateral de um dentre eles. Por outro lado, que a ordem jurídica não é mais imposta do exterior (transcendente), mas repousa sobre uma livre adesão (imanente) e faz deste modo intervir a liberdade, o Estado, na solução federalista, torna-se o garante dum direito de constrangimento que convém instaurar para proteger cada um dos possíveis abusos da liberdade. Encarregado de fazer respeitar as liberdades individuais fundadas sobre o reconhecimento dos direitos do homem, o Estado está a partir daí e só a partir de agora ao serviço do interesse público. (Trindade, 2005)

Levando em conta que os escritos de Proudhon até 1850 tratam basicamente de economia política – “no domínio político, tratou apenas de generalidades”, afirma Berthier (2008, p. 84) –, se há algum período de Proudhon mais próximo do anarquismo, ele está entre 1850 e 1859. Não é estranho que a principal obra desse período, *Idée Générale de la Révolution au XIXe Siècle*, tenha sido aquela que mais influência teve sobre Bakunin.

Outras posições de Proudhon são ambíguas, e também permitem interpretações distintas. Em relação à luta pela socialização, em alguns momentos ele defende estratégias mais combativas, conforme afirma Trindade (2001, p. 62), quando “não negligenciava a necessidade, em certas condições, de tomar o poder de maneira violenta”; em outros, defendeu estraté-

gias mais moderadas. Seu projeto, segundo Berthier (2008, p. 83), era “uma conciliação, um compromisso”, que buscava “passar progressivamente a propriedade às mãos dos ‘usuários’: trabalhadores e locatários”. Casos como aqueles em que Proudhon sugere a compra das casas dos proprietários com objetivo de socialização subsidiam a posição de Berthier (2008, p. 73), de que “suas teorias sobre a propriedade” são “menos radicais que se pode entender pela fórmula provocadora ‘a propriedade é um roubo’”. Além disso, pelo menos até o fim dos anos 1850, ainda conforme Berthier (2008, pp. 85-86), Proudhon sustentou, diversas vezes, conciliações entre burguesia e proletariado. Para além destas posições, podem-se mencionar duas outras, que se distanciam, em geral, das posições anarquistas: sua exclusividade estratégica do mutualismo – já que o cooperativismo (de produção, de consumo e de crédito), quando incorporado às ações anarquistas, foi levado a cabo como parte de um conjunto mais amplo de ações – e suas posições em relação à mulher – atribuindo a ela um papel de subserviência ao homem na família.

Em suma, parece-me evidente a possibilidade de interpretações distintas da obra de Proudhon. Entretanto, não quero simplesmente apontar contradições do autor, mas ponderar que sua obra foi produzida em um intervalo de mais de duas décadas; além de estar estreitamente relacionada à conjuntura, o próprio autor modificou seu pensamento neste período. Sua obra, portanto, não constitui um todo homogêneo e o próprio Proudhon nunca se propôs a forjar as bases de uma ideologia, de uma doutrina.

Esse é o motivo de Trindade (2001, pp. 35-36) colocar que Proudhon inspirou não só “movimentos revolucionários e operários”, mas também de “uma corrente reformista” e até mesmo “uma corrente tradicionalista”. Essa conclusão também explica a influência do pensamento proudhoniano em movimentos tão distintos: “sindicalismo e socialismo reformistas ou revolucionários, federalismo e regionalismo de direita ou de esquerda, trabalhismo e adeptos da participação, anarquismo e partidários da autogestão etc.”.

Foram estas ambigüidades que permitiram interpretações tão distintas quanto as de Bakunin e Varlin, figuras de imenso destaque no anarquismo, e também posições tão ambíguas quanto às de Henri Tolain e Tucker. De acordo com Berthier (2011b, p. 17), Tolain foi um mutualista e deputado francês que, durante a Comuna de Paris, fugiu para Versalhes junto com os governantes, condenando a iniciativa insurrecional e sendo, por isso, expulso da AIT. Tucker (2012, pp. 209-213) – que se reivindicava anarquista, individualista e afirmava ser influenciado por Proudhon –, em nome de sua defesa da liberdade, aceitava o fato de policiais serem chamados para acabar

com greves, com o objetivo de garantir a liberdade dos capitalistas. Posições que não têm como ser consideradas anarquistas.

Partindo dos fundamentos do método histórico e das noções de totalidade e interdependência, creio não ser possível considerar que o anarquismo surgiu do pensamento de um autor e nem que ele se desenvolveu a partir de alguns poucos teóricos. Para mim, o anarquismo surgiu da relação entre as práticas dos trabalhadores e as produções teóricas a elas relacionadas. Ainda que um autor pareça adequar-se à definição e aos princípios político-ideológicos que definem o anarquismo, é prudente que se analise seu pensamento e sua ação, o contexto histórico em que ele se insere e as lutas e correntes políticas com as quais possui relações. As relações entre Proudhon e os movimentos de seu tempo parecem demonstrar que não havia, ainda, naquele momento, uma corrente ideológico-doutrinária, que possa ser considerada anarquista.⁴³

Tem sido cada vez mais incomum, em produções recentes sobre o anarquismo, sejam elas de base teórica ou histórica, considerar parte do universo anarquista Lao Tsé, Zenão, Rabelais, os anabatistas, Rousseau, Diderot, Saint-Simon, Owen, Fourier, Gandhi e Warren. No entanto, o mesmo não se pode dizer de Godwin, Stirner, Tolstoi e Tucker, que vêm tendo, ainda, certo espaço nestas produções. Proudhon, distintamente, é incluído em praticamente todas elas, certamente em função das relações discutidas entre sua obra e o anarquismo. Parece-me que há uma necessidade considerável de aprofundar as investigações sobre seu pensamento e, em especial, sobre as relações entre mutualismo e anarquismo.

Por um lado, minha abordagem propõe excluir do cânone anarquista Godwin, Stirner, Tolstoi, Tucker e Proudhon, posição já adotada por autores como Meltzer (1996, pp. 5-7), desde os anos 1980. Por outro, ela propõe ampliar significativamente este cânone com muitos outros anarquistas. Considerando aqueles que foram e serão utilizados neste livro, podem-se citar: Mikhail Bakunin, Lucy Parsons, Shin Chaeho, Piotr Kropotkin, Albert

43 Creio não ser possível identificar, no período da produção intelectual de Proudhon, que se inicia em 1840 e vai até o fim da vida em 1865, um conjunto de militantes ou mesmo de movimentos que poderiam ser chamados de anarquistas, como aqueles que se constituirão nas duas décadas seguintes a 1868.

Parsons, Errico Malatesta, Monty Miller, Élisée Reclus, José Oiticica, Alexandre Berkman, Kubo Yuzuru, Ricardo Flores Magón, Nestor Makhno, Piotr Arshinov, Luigi Galleani, Julio Chávez López, Ba Jin, Hatta Shûsô, Emma Goldman, He Zen, Neno Vasco, Wilfrid Harrison, James Guillaume, Mikhail Guerdzhikov, Adhémar Schwitzguebel, Isaac Puente, Domingos Passos, Osugi Sakae, Rudolf de Jong, Francisco Ferrer y Guardia, Emile Pouget, Edgard Leuenroth, Kôtoku Shûsui, Sam Dolgoff, Chu Minyi, Gaston Leval, Rudolf Rocker, Luigi Fabbri, Abraham Guillén, Shifu, Murray Bookchin, Diego Abad Santillán, Wu Zihui, Pierre Monatte, Amedée Dunois, Alessandro Cerchiai, Ravachol, Severino di Giovanni, Pierre Besnard, Volin, Thibedi, George Fontenis, Sébastien Faure, Emile Henry. Certamente muitos outros poderiam ser incluídos, inclusive autores e organizações contemporâneos.

Minha abordagem, portanto, não pode ser refutada com base no argumento que busco dar uma coerência ao anarquismo a partir de uma redução considerável dos autores analisados. As teses que elaboro são realizadas com base em um conjunto muito maior de autores do que normalmente se faz. Se por um lado proponho a retirada de alguns pensadores do cânone anarquista, por outro proponho uma inclusão ainda maior. Esta mudança no cânone anarquista subsidia um dos principais argumentos deste estudo; de que a ampliação da base de dados sobre a qual se realiza a investigação permite compreender o anarquismo de maneira mais adequada.⁴⁴

44 Para uma discussão sobre a necessidade de se reformular o cânone anarquista, em linhas similares à que aqui é sustentada, cf. van der Walt, 2013.

Capítulo 4

Debates Relevantes e Correntes do Anarquismo

O anarquismo é mais vivo, mais vasto, mais dinâmico. É um compromisso entre a idéia e o fato, entre o amanhã e o hoje.

Camilo Berneri

As posições dos anarquistas, considerando um período histórico amplo e suas continuidades e permanências no longo prazo, não constituem um todo homogêneo, e envolvem debates e divergências. Este capítulo identifica e analisa os principais debates entre os anarquistas e as correntes do anarquismo.

Dentro dos três eixos a partir dos quais propus a discussão sobre o anarquismo no capítulo anterior, pode-se dizer que, em relação ao primeiro – da crítica à dominação – não há grandes divergências entre os anarquistas. Em relação ao segundo – da defesa da autogestão –, podem-se identificar debates relevantes; em relação ao terceiro – estratégia fundamental –, colocam-se os debates mais significativos, sobre os quais proponho, em acordo com outros autores, que se estabeleçam as correntes anarquistas.

Os debates discutidos a seguir estão ilustrados no gráfico abaixo:

DEBATES RELEVANTES DO ANARQUISMO

Debates relevantes do anarquismo	
Teoria	Ideologia
Método de análise	Crítica da dominação
Teorias sociais	Sem debates relevantes
Compreensão da realidade	Defesa da autogestão
Relação entre esferas	Mercado autogestionário X Planificação democrática
Etc.	Coletivismo X Comunismo
	Política no local de moradia X Política no local de trabalho
	Cultura secundária X Prioridade cultura
	Estratégia fundamental
	Defesa organização X Contra organização
	Defesa reformas X Contra reformas
	Violência decorrente X Violência gatilho
	Organização programática X Organização flexível

(Corrêa, elaborado para este estudo)

Apresento os debates de maneira esquemática, buscando proporcionar uma compreensão adequada dos pontos de vista em questão. Em todos os debates, exponho as posições que entendo serem as mais importantes, com autores que lhes dão respaldo. Entretanto, ressalto que não se pode acreditar que estas posições sejam absolutas e que todos anarquistas se enquadrem totalmente em uma delas; certamente, em todos os casos, há posições que se encontram em níveis intermediários. Ainda assim, compreendo que colocar os debates nestes termos é a melhor maneira para que eles sejam devidamente compreendidos.

DEBATES RELEVANTES EM TORNO DA DEFESA DA AUTOGESTÃO

Em relação à defesa da autogestão econômica e a socialização da propriedade há dois debates relevantes: no primeiro, opõem-se as posições que sustentam o mercado autogestionário e as que defendem a planificação democrática; no segundo, opõem-se as posições que defendem o coletivismo e as que sustentam o comunismo, como forma de distribuição dos frutos do trabalho na sociedade futura. Em relação à defesa da autogestão política e o autogoverno democrático, há um debate importante, com as divergências entre a necessidade de articulação política pelo local de moradia ou de trabalho. Em relação à defesa da cultura autogestionária, há também um debate importante, sobre os limites e possibilidades da cultura.

Mercado autogestionário ou planificação democrática

Há anarquistas que sustentam que, em termos econômicos, a sociedade futura deve ter por base um mercado autogestionário. Defensor desta posição, Abraham Guillén assim a justifica:

Não tratamos de defender um livre mercado no sentido do “laissez faire, laissez passer”, nem a liberdade de monopólios para controlar os mercados e estabelecer preços abusivos, submetendo os consumidores à ditadura dos produtores capitalistas, os cartéis e os

“pools”, nem propomos a sociedade de consumo. Falamos de um mercado autogestionário no qual concorram, em benefício de produtores e consumidores, as empresas de propriedade social, as cooperativas, os grupos comunitários, para que a democracia econômica torne impossível a ditadura da tecnoburocracia, promovida na economia de Estado, na planificação centralizada. (Guillén, 2004, p. 100)

Para Guillén (1990), não se pode confundir o mercado com a moeda e menos ainda com exploração; ele define o mercado como um ambiente de circulação e distribuição de mercadorias que sempre existiu, mesmo antes do capitalismo. É o espaço em que circulam as informações a respeito da oferta e demanda de bens sendo a única forma de equilibrá-las. A sociedade é demasiado complexa para possibilitar uma planificação eficiente, que atenda todas as demandas sociais; somente o mercado, segundo argumenta ele, pode constituir este canal de informações imprescindíveis para a economia – sua supressão gera, necessariamente, uma planificação arbitrária e autoritária, que contraria os princípios básicos da autogestão.

Tal posição relaciona-se, em alguma medida, ao mutualismo proudhoniano, e ao coletivismo anarquista, defendido por Bakunin e outros aliancistas nos tempos da Internacional. Sustentando uma remuneração de acordo com o trabalho realizado, os coletivistas também consideravam, conforme argumentam Shannon, Nocella e Asimakopoulos (2012, p. 29), que “o produto do trabalho” “deveria ser reunido em um mercado comunal”, sendo que as pessoas receberiam como remuneração “mercadorias” ou “dinheiro”; “onde as comunidades utilizassem dinheiro, ele seria utilizado para comprar itens de um mercado coletivo”.

Outros anarquistas, no entanto, defendem um tipo de planificação democrática, com a necessária supressão do mercado e do dinheiro. Berkman (2003, p. 217) sustenta, neste sentido, que no socialismo “a troca será livre”, “sem a intermediação do dinheiro e sem lucro, tendo por base as requisições e o abastecimento à disposição”. Shûsui (2012, p. 2) também considera necessária a abolição do dinheiro, justificando: “visto que o dinheiro possui poder ilimitado no mundo, os caminhos do mundo estão condenados a ser cada vez mais degradados”. Em ambos os casos, não é o mercado que regula a oferta, a demanda e que oferece as informações, mas uma planificação não-estatal, que funciona de modo autogestionário e é amplamente democrática, realizada coletivamente.

Schmidt e van der Walt (2009, p. 68), ao analisarem esta concepção, consideram que a interação entre locais de moradia e trabalho, produtores e consumidores, permite “a planificação econômica democrática, não só participativa, mas de larga escala”. Não há “um Estado coordenando a produção de cima para baixo com um planejamento central ou uma produção ajustada pelo mercado e pelo sistema de preços”, mas uma economia socialista e autogestionária fundada em uma “federação econômica de empresas e comunidades autogeridas, com uma assembleia no topo, que balancearia oferta e demanda”, direcionando e distribuindo a produção, com base nas demandas que surgiriam de baixo para cima, desde as bases.

Distribuição: coletivismo ou comunismo

O debate entre anarquistas defensores do coletivismo e do comunismo evidenciou-se, marcadamente, em meados da década de 1870 e teve, depois disso, algum impacto entre os libertários. Até aquela época, a maioria dos anarquistas, pelo menos na Europa, defendia o coletivismo – um sistema de remuneração baseado no trabalho realizado, apoiado na máxima “a cada um segundo seu trabalho”. O coletivismo reuniu um setor importante da AIT e, a partir de 1869, destacou-se como setor hegemônico; seus principais representantes eram os militantes da ADS, dentre os quais se destacaram Bakunin e Guillaume.

Para Bakunin (2009c, p. 85), no socialismo autogestionário “cada um deverá trabalhar para viver. Cada um será livre para morrer de fome por não trabalhar, a menos que encontre uma associação ou uma comuna que consinta alimentá-lo por piedade”, excluindo, obviamente, crianças, velhos e pessoas sem condições para trabalhar.

A recompensa com base no esforço realizado constitui o fundamento do coletivismo, como proposta econômica para a sociedade futura. Ele exige, naturalmente, um sistema de salários baseado na moeda ou nas trocas de mercadorias; algum tipo de equivalente de troca e diferença de remuneração entre as pessoas.

Cada membro receberá uma remuneração por seu trabalho tanto em forma de mercadorias (alimentos, suprimentos, roupas etc.) ou em dinheiro. Em algumas comunidades, a remuneração será realizada com base nas horas trabalhadas, em outras, ela será mensurada tanto pelas horas de trabalho como pelo tipo de trabalho rea-

lizado; outros sistemas serão ainda experimentados, buscando-se verificar como eles funcionam. (Guillaume, 1998, vol. I, p. 211)

O coletivismo exige um mercado e uma estrutura de poder que, mesmo autogestionários, têm de existir para dar conta desta considerável demanda de controlar a remuneração. Entretanto, para Guillaume, o coletivismo não era questão de princípio: “tendo sido resolvido o problema da propriedade, e não havendo mais capitalistas realizando saques sobre o trabalho das massas, a questão sobre os tipos de distribuição e remuneração torna-se secundária”.

Por esse motivo, neste mesmo texto, escrito e publicado respectivamente em 1874 e 1876 – período em que Bakunin afasta-se da militância e morre –, Guillaume (1998, vol. I, p. 211) aceita a possibilidade do comunismo, ou seja, a distribuição dos frutos do trabalho de acordo com a necessidade, sustentando que a sociedade futura deveria guiar-se, o máximo possível, “pelo princípio: de cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades”.

A adoção do comunismo como maneira mais adequada de distribuição dos produtos do trabalho consolidou-se em 1880, no Congresso de La Chaux-de-Fonds da Federação Jurassiana, por influência de vários anarquistas que já o defendiam, dentre os quais se encontram Kropotkin, Reclus e Cafiero. Desde então, o comunismo tornou-se hegemônico. A defesa do comunismo realizada por Kropotkin foi a que teve maior impacto entre os anarquistas.

Não podemos admitir, como os coletivistas, que uma remuneração proporcional às horas de trabalho dedicadas por cada pessoa à produção das riquezas possa constituir um ideal, ou mesmo um passo que seja para esse ideal. [...] Parece-nos que a primeira obrigação quando a revolução tiver quebrado a força que mantém o sistema atual, será realizar imediatamente o comunismo. [...] É o comunismo anarquista, o comunismo sem governo –, o dos homens livres. (Kropotkin, 1975, pp. 46, 51)

Posições similares foram defendidas por Shifu (2005, p. 349), que coloca: “todos os produtos do trabalho – comida, roupas, moradia, e tudo mais o que for útil – estarão sob posse comum da sociedade. Todos poderão usá-los livremente, e todos usufruirão de toda a riqueza de maneira comum.”

No comunismo, cada um trabalha na medida de suas possibilidades e consome na medida de suas necessidades – um sistema que exige

um aprofundamento ético sem precedentes e a garantia de que as pessoas cooperarão em tal sentido.

Em função destas dificuldades, houve posições intermediárias, que aceitaram o coletivismo para o início do socialismo autogestionário, desde que houvesse um esforço progressivo de se chegar ao comunismo, como foi o caso de Guillaume, conforme mencionado, mas também de Malatesta (2007b, pp. 100-103) e de Vasco (1984, pp. 191-205).

Política no local de moradia ou de trabalho

Tratando do local mais adequado para a articulação das instâncias políticas da sociedade autogestionária, Wayne Price (2007, p. 74) coloca: “alguns defendem que os conselhos baseiem-se nos bairros e nas comunidades. Outros [...] defendem que eles baseiem-se nas fábricas, nas oficinas e outros locais de trabalho.” Há, principalmente, três posições neste debate: uma que defende a articulação pelo local de moradia (comunas), outra, que defende a articulação pelo local de trabalho (sindicatos), e uma terceira, que sustenta uma perspectiva híbrida.

Murray Bookchin defendeu a articulação política exclusivamente pelo local de moradia, tomando por base o município. Este, afirma ele, constitui

a base para relações sociais diretas, democracia frontal e intervenção pessoal do indivíduo, para que as freguesias, comunidades e cooperativas convirjam na formação de uma nova esfera pública. [...] A confederação destes municípios – uma comuna das comunas – é o único movimento social anarquista de ampla base que pode ser visionado hoje, aquele que poderá lançar um movimento verdadeiramente popular que produzirá a abolição do Estado. (Bookchin, 1999, pp. 33-34)

A defesa da organização comunitária como um poder popular dual, que se antagoniza com o poder estatal, marca sua crença exclusiva na mobilização em nível comunitário. Para Bookchin (1992), a organização pelo local de trabalho, que toma corpo no sindicalismo, implica, equivocadamente, uma “noção estritamente economicista” e de “interesse setorial”, que somente a organização por local de moradia poderia resolver.

Outros anarquistas, muitos dos quais sindicalistas, sustentam que a organização pelo local de trabalho é mais adequada, como Santillán (1980,

p. 87), que argumenta: “a república dos trabalhadores não se faz no parlamento nem por decreto do Estado; há que se construí-la com os trabalhadores, nos locais de trabalho, e não fora deles”. Para Vasco (1984, p. 76), neste mesmo sentido, o sindicato é “o grupo essencial, o órgão específico da luta de classes e o núcleo reorganizador da sociedade futura”. Constitui o agrupamento que “manterá a continuidade da vida social, assegurando a produção do indispensável”. Rocker, em concordância, enfatiza:

O sindicato não é, de maneira alguma, um fenômeno meramente transitório, vinculado à duração da sociedade capitalista. Ele é a semente da sociedade socialista do futuro, a escola elementar do socialismo em geral. [...] Uma ordem econômica socialista não pode ser criada por decretos e estatutos de um governo, mas apenas pela colaboração solidária entre os trabalhadores, seja com trabalho braçal ou intelectual, em cada ramo da produção; o que significa através da tomada da gestão de todas as fábricas pelos próprios produtores, de forma que os grupos separados, fábricas e ramos da indústria sejam membros independentes do organismo econômico geral e sistematicamente realizem a produção e a distribuição dos produtos de interesse da comunidade, sob bases de livres acordos mútuos. Nesse caso, as federações do trabalho tomariam o capital social existente em cada comunidade, determinariam as necessidades dos habitantes de seus distritos e organizariam o consumo local. (Rocker, 1978a, pp. 96, 102)

O poder autogestionário da sociedade é, conforme defendido por estes anarquistas, articulado pelo local de trabalho, a partir da produção e do consumo, tendo, portanto, base econômica.

Há, também, neste debate, posições híbridas, que sustentam que “grupos locais democráticos no local de trabalho e de moradia seriam o núcleo do movimento social que criaria o socialismo libertário.” (Schmidt e van der Walt, 2009, p. 68) Para os defensores desta posição, o poder da sociedade futura deve ser compartilhado entre os locais de trabalho e de moradia, conciliando as decisões econômicas (produção, distribuição e consumo) e políticas (relativas à gestão, legislativas, executivas e judiciárias, militares etc.).

Os limites e possibilidades da cultura

O debate histórico entre os anarquistas que envolve a cultura se dá em torno das distintas expectativas relativas aos seus limites e possibi-

lidades. A questão envolve, claramente, concepções teóricas diferentes em relação às esferas sociais e os limites e possibilidades da esfera cultural/ideológica em relação às esferas econômica, política/jurídica/militar. As posições variam entre dois pólos, com várias posições intermediárias.

De um lado, compreende-se que a criação de uma cultura autogestionária, com todos os atributos que ela implica (ética, valores, educação, propaganda, lazer etc.), é significativamente limitada por elementos políticos, mas, principalmente, pelos econômicos; nesta perspectiva, a cultura é secundária em relação a eles. Bakunin (2001a/b), um dos anarquistas com posições que mais se aproximam do materialismo clássico, considera que, ainda que as esferas política/jurídica/militar e cultural/ideológica tenham capacidade de determinar a esfera econômica, esta última constitui sempre uma base sobre a qual se desenvolvem as outras e é, em última instância, determinante; o mesmo valeria para a relação entre idéias e fatos. Sobre o papel da educação, por exemplo, Bakunin argumenta:

Apesar de nosso grande respeito pela importante questão da educação integral, declaramos que não é isso o mais importante para os povos. Em primeiro lugar está sua emancipação política, que engendra necessariamente sua emancipação econômica e, mais tarde, sua emancipação intelectual e moral. [...] Não há dúvida que os operários farão todo o possível para obterem tanta instrução quanto possam nas condições materiais em que atualmente se encontram. Mas, sem se deixarem dissuadir pelos cantos de sereia de burgueses e socialistas burgueses, concentrarão seus esforços, antes de mais nada, nesta importante questão de sua *emancipação econômica*, que deve ser a matriz de todas as demais emancipações. (Bakunin, 2003b, pp. 93-94)

Para ele, a educação, um elemento da cultura autogestionária, só pode ser plenamente desenvolvida sob um regime de autogestão econômica e está, em certo sentido, subordinada a ele. Ressalta, deste modo, uma posição secundária da cultura em relação à economia, e mesmo à política. De maneira semelhante, a FdCA defende que a causa principal dos fatos históricos encontra-se

na estrutura produtiva da sociedade, no desenvolvimento das relações e das forças de produção; todo evento que a história nos apresenta não é, portanto, o resultado de idéias e do conflito entre

diferentes concepções da vida, mas o resultado dos interesses econômicos em jogo – manifestações diretas e indiretas das relações que se estabelecem com a sociedade humana na produção desses bens, que são necessários para a satisfação de nossas necessidades materiais, determinadas histórica e socialmente. (FdCA, 2005, pp. 33-34)

As abordagens de Bakunin e da FdCA, ainda que se distanciem do determinismo econômico, conferem centralidade à economia e consideram que a cultura possui imensas limitações para determiná-la.

De outro lado, compreende-se que a criação desta cultura é imprescindível para a sustentação da autogestão nas esferas econômica e política/jurídica/militar e que ela possui relevância de primeira ordem. Para Rocker (1956, pp. 11, 24), um dos anarquistas que mais concedeu destaque à esfera cultural/ideológica no processo de estruturação social, a economia certamente possui influência na sociedade; todavia, ele coloca que “há na história milhares de fatos que não se deixam explicar unicamente por bases puramente econômicas”. Para ele, além da política, “a vontade de poder” é “em geral uma das forças motrizes mais significativas da história” e, portanto, a esfera cultural/ideológica possui lugar de destaque na determinação dos fatos econômicos e políticos.

Estudando o papel da cultura na determinação dos fatos sociais, Rocker (1956, pp. 31, 56) sustenta: “Talvez vá demasiado longe a teoria que pretende substituir toda e qualquer sociologia por noções psicológicas; é, entretanto, inegável o influxo da conformação psicológica do homem sobre a formação do ambiente social”. Nesta relação de causalidade múltipla entre as esferas, a esfera cultural/ideológica possui importância central, tanto pelo papel da cultura nos embates contra a dominação e da vontade na determinação das estruturas sociais, quanto pela crença de que a política emana, em grande medida, da concepção religiosa, e que a economia possui natureza cultural.

Similarmente, Wu Zihui (2005, pp. 347-348) acredita que “quando a educação é popularizada, todos abandonam os velhos hábitos e começam uma nova vida. A revolução, assim, é apenas um claro efeito dessa transformação”.

Ambas as abordagens, nos casos de Rocker e Zihui, defendem a centralidade da cultura e consideram imensas suas possibilidades.

Entre estas duas posições mais extremadas, há uma gama enorme de posições intermediárias, que não se colocam em nenhum destes extremos. Uma delas é a dos anarquistas que consideram que as ações na esfera

cultural/ideológica são necessárias e possuem potencial, ainda que reconheçam os limites estruturais e a necessidade de intervirem, ao mesmo tempo, nas esferas econômica e política/jurídica/militar.

Tendo a cultura mais ou menos importância, ela foi sempre levada em conta pelos anarquistas. As posições oscilam entre considerar a cultura um elemento de primeira ordem, como no caso de Rocker e Zhihui, ou de segunda, como no caso de Bakunin e da FdCA. As divergências dizem respeito papel, mais ou menos significativo, da cultura em relação à economia e à política, que possui implicações nas estratégias a serem adotadas. As posições que atribuem menos capacidade à esfera cultural/ideológica priorizam, em geral, estratégias de luta como o sindicalismo e as cooperativas; as posições que atribuem a esta esfera maior capacidade priorizam, na maioria das vezes, a educação e a propaganda.

Maiorias e minorias

Em relação às posições nestes debates, podem-se indicar, com base em estudos globais do anarquismo⁴⁵ e compilações amplas de escritos anarquistas⁴⁶, alguns elementos quantitativos.

No debate entre os defensores do mercado autogestionário e da planificação democrática, os primeiros são bem minoritários. No debate entre coletivistas e comunistas, os segundos são bem majoritários. No debate sobre o local mais adequado para a articulação política do poder, a posição que defende a articulação exclusiva pelo local de moradia (comunas) é minoritária; outra, um pouco mais expressiva, sustenta a articulação pelo local de trabalho (sindicatos); a posição majoritária, entretanto, adota a perspectiva híbrida.

No debate sobre os limites e as possibilidades da cultura, as posições minoritárias estão entre aqueles que vêem na cultura um papel completamente marginal; mais expressivas, no entanto, são as posições que, no outro extremo, conferem a ela absoluta centralidade. As posições majoritárias estão, novamente, entre estas duas, considerando que as ações na esfera cultural/ideológica são necessárias e têm potencial expressivo, ainda que se reconheçam os limites estruturais e a necessidade de intervir, ao mesmo tempo, nas esferas econômica e política/jurídica/militar.

45 Cf. Schmidt e van der Walt, 2009, no prelo; van der Walt e Hirsch, 2010; Schmidt, 2012.

46 Cf. Graham, 2005, 2009, 2012.

DEBATES RELEVANTES EM TORNO DA ESTRATÉGIA ANARQUISTA

Em relação às estratégias anarquistas, há quatro debates relevantes. O primeiro trata das distintas posições relacionadas à organização; ele envolve as concepções anarquistas contrárias à organização, que são contrapostas pelas concepções organizacionistas. Dentre estas últimas, há diferentes posições sobre a organização no nível de massas, incluindo organização comunitária e sindical, e as posições que visam conciliar as organizações de massas e a organização específica anarquista. O segundo aborda as concepções referentes aos ganhos de curto prazo, as reformas, e as compreensões sobre seu papel para se chegar à revolução. O terceiro trata das posições relativas ao momento e ao contexto de utilização da violência; se ela deve responder a movimentos estabelecidos e vincular-se a eles ou se ela pode funcionar como um “gatilho”, para criar estes movimentos. O quarto, de certa maneira transversal aos outros, discute as concepções de organização específica anarquista.

Antiorganizacionistas e organizacionistas

O debate sobre a organização no anarquismo envolve três posições: 1.) o *antiorganizacionismo*, dos anarquistas que são contrários à organização, tanto no nível social, de massas, quanto no nível político-ideológico, anarquista; eles defendem, em geral, a atuação individual ou em pequenas redes ou grupos informais; 2.) o *sindicalismo/comunitarismo*, dos anarquistas que sustentam que a organização dos anarquistas deve se dar somente no nível social, de massas, e que criar organizações especificamente anarquistas seria algo redundante e desnecessário, pois os movimentos populares teriam condições de levar a cabo toda a estratégia anarquista; 3.) o *dualismo organizacional*, que sustenta serem necessárias, além das organizações de massa, as organizações específicas, para promover as posições anarquistas de maneira mais eficaz. Abordarei a questão da organização anarquista posteriormente.

O antiorganizacionismo foi preconizado por Galleani, que acreditava que uma organização política, mesmo sendo anarquista – chamada de “partido anarquista” por anarquistas como Malatesta, FAU e Fontenis –, conteria obrigatoriamente a uma hierarquia de tipo governamental, violando a liberdade individual:

O partido, qualquer partido, possui seu programa, que é sua própria constituição, possui em sua assembléia de seções ou grupos delegados seu parlamento; em seu corpo diretivo ou nas seções executivas possui seu próprio governo. Portanto, é uma superposição gradual de corpos por meio dos quais uma hierarquia real e verdadeira se impõe entre os vários níveis desses grupos que estão ligados: a disciplina, as violações, as contradições que são tratadas com punições correspondentes, que podem ser tanto a censura quanto a expulsão. (Galleani, 2011b, p. 2)

Ele sustenta que os anarquistas devem se associar em redes pouco orgânicas, quase informais, pois qualquer tipo de organização conduziria à dominação. Bonanno (2012a, p. 19) adota posições semelhantes, quando defende as “organizações informais”: “os companheiros que se reconhecem como parte de uma organização informal são”, diz ele, “automaticamente, seus membros.” Este agrupamento não tem nome, não busca crescer numericamente e não possui organicidade: estruturas fixas, congressos ou programas.

Não há congressos, mas somente reuniões simples, de tempos em tempos (preferivelmente durante as próprias lutas). Não há programas, mas apenas a experiência comum das lutas insurrecionais e os métodos que a distinguem: auto-organização e conflitos e ataques permanentes. (Bonanno, 2012a, p. 9)

Tais posições são também assumidas em relação aos movimentos populares em geral. Para Galleani (2011b, pp. 3, 6), “o movimento anarquista e o movimento operário percorrem caminhos paralelos e a constituição geométrica de linhas paralelas é feita de maneira que elas nunca possam se encontrar ou coincidir”. O anarquismo e os movimentos de massas são, segundo este argumento, corpos distintos; as organizações operárias são vítimas de um “conservadorismo cego e parcial” responsável por “estabelecer um obstáculo, muitas vezes um perigo” aos objetivos anarquistas. Os anarquistas devem, para ele, atuar por meio da educação, da propaganda e da ação violenta.

Posição semelhante é defendida por Bonanno (2012c, p. 45), que considera necessário fazer uma “crítica radical dos sindicatos e estendê-la igualmente ao sindicalismo revolucionário e ao anarco-sindicalismo”. Com isso, os trabalhadores conheceriam os limites dos sindicatos, “deixando esse serviço público à sua própria sorte e preparando-se para criar pequenas or-

ganizações autônomas de base [grupos informais] dedicadas à luta radical contra as estruturas atuais de produção”.

Posições similares foram repetidamente sustentadas na história do anarquismo; com frequência, incorporaram argumentos individualistas, de origem externa ao anarquismo, em especial de autores como Stirner e Nietzsche.

O sindicalismo/comunitarismo exclusivo vincula-se à idéia de que o movimento popular possui as condições de abarcar posições libertárias, de maneira a cumprir todas as funções estratégicas necessárias a um processo revolucionário.

No campo dos anarquistas que defendem as organizações exclusivamente comunitárias, ainda que tais posições sejam escassas, podem-se destacar as de Bookchin (1992) que, contrário ao sindicalismo, defende as mobilizações de massa somente no campo comunitário, envolvendo “trabalhadores, camponeses, profissionais e técnicos”, e superando os interesses corporativos e setoriais dos sindicatos. A organização comunitária faria, segundo sustenta, com que os vizinhos, os “cidadãos de uma comunidade, se ocupassem da resolução não de interesses conflituosos, particulares e separados, mas compartilhassem preocupações humanas em geral”.

Diferente desta posição encontra-se o sindicalismo de intenção revolucionária. Esse sindicalismo abarca, essencialmente, duas estratégias, ambas anarquistas, que, ainda assim, devem ser diferenciadas: sindicalismo revolucionário e anarco-sindicalismo.

De acordo com Alex B. Bonomo (2007, pp. 254-255), “o sindicalismo revolucionário não é anarco-sindicalismo” e “o procedimento de equiparar os sindicalistas revolucionários e os anarco-sindicalistas é incorreto”. Corrêa (2011a, pp. 83, 86) defende, em acordo com o argumento de Bonomo e elaborando uma distinção, que o sindicalismo revolucionário preconiza “a neutralidade, a independência e a autonomia dos sindicatos, ou seja, sua não vinculação a qualquer corrente política e ideológica”, ainda que seja o anarquismo; o anarco-sindicalismo, diferentemente, vincula-se “explícita e conscientemente ao anarquismo”. O que diferencia as duas estratégias é esta vinculação explícita, consciente e programática entre o sindicalismo e o anarquismo, a qual, se não ocorre no sindicalismo revolucionário, é inegável no caso do anarco-sindicalismo.

A prática anarquista nos sindicatos motivou intensos debates entre defensores destas duas estratégias com foco na organização pelo local de trabalho. Ainda assim, vale ressaltar que muitas das experiências histó-

ricas sindicais abarcaram, concomitantemente, a organização comunitária dos trabalhadores.

O argumento dos anarquistas que defendem o sindicalismo revolucionário é que a neutralidade sindical – quando o sindicato não se veicula explícita e programaticamente a uma ideologia – possibilita atrair um número maior de trabalhadores. Fabbri, anarquista defensor do sindicalismo revolucionário, realiza uma crítica da Federación Obrera Regional Argentina (FORA), que havia, desde 1905, aderido ao anarco-sindicalismo, e reafirmara esta posição em 1907:

Penso que se a organização operária não quiser ser sectária, dogmática e autoritária, deve evitar toda afirmação ideológica que possa dividir a massa proletária em função de preocupações de partido, conservar o conteúdo solidário de todos os trabalhadores contra o capitalismo. Se levamos [aos sindicatos] a preocupação partidária, inclusive a anarquista, isso significa romper a solidariedade operária e fazer uma atividade antilibertária [...] Este congresso [de 1907] fracassou porque todos os nossos camaradas, aproveitando estarem em maioria, quiseram que o congresso recomendasse o comunismo anarquista, deixando assim os trabalhadores socialistas não-anarquistas em condições de inferioridade. [...] De minha parte, se eu estivesse no congresso, teria votado contra meus camaradas, justamente pelo fato de eu ser um anarquista. Esta é a atitude libertária e de defesa da solidariedade operária. (*apud* Massardo, 2008, pp. 114-115)

Tal posição, sindicalista revolucionária, considera como estratégia principal dos anarquistas o fortalecimento de um movimento sindical sem vínculo explícito e programático com o anarquismo. Muitos foram os anarquistas que sustentaram a posição de Pierre Monatte (1998, p. 206), que, no contexto do Congresso Anarquista de Amsterdã, em 1907, colocou que o sindicalismo revolucionário “se basta a si próprio”. Monatte (1998, p. 207) acreditava que o movimento popular iniciado pela Confédération Générale du Travail (CGT), na França, em 1895, havia possibilitado uma reaproximação entre os anarquistas e as massas e por isso recomendava: “que todos os anarquistas ingressem no sindicalismo”. A posição de Monatte, exclusivamente sindicalista revolucionária, preponderou no anarquismo do século XX, ao menos praticamente.

Neste mesmo congresso, que constitui um marco no debate sobre a questão organizativa no anarquismo, outros anarquistas se posicionaram

em relação ao assunto. Malatesta (1998, p. 208) concordava com a participação nos movimentos populares, mas enfatizava: “dentro dos sindicatos, é preciso que permaneçamos anarquistas, com toda a força e amplitude implícitas nessa definição”, ou seja, o anarquismo não poderia se dissolver no movimento sindical, não poderia se deixar tragar pelo movimento, deixando de constituir uma ideologia própria. Posição semelhante, porém com uma base classista mais evidente, foi defendida por Amédée Dunois, que colocou a necessidade, para além do trabalho sindical, de massas, de uma organização anarquista:

Os anarquistas sindicalistas [...] estão abandonados a si mesmos e, fora do sindicato, não possuem qualquer ligação real entre eles ou aos seus outros companheiros. Eles não possuem qualquer apoio e não recebem ajuda. Por isso, pretendemos criar essa ligação, proporcionar esse apoio constante; e eu estou pessoalmente convencido de que a união de nossas atividades só pode trazer benefícios, tanto em termos de energia, quanto de inteligência. E quanto mais fortes formos – e só seremos fortes nos organizando – mais forte será o fluxo de idéias que poderemos sustentar no movimento operário, que irá, aos poucos, ser impregnado do espírito anarquista. [...] Esse movimento especificamente anarquista surgirá espontaneamente de nossos grupos e da federação desses grupos. A força da ação conjunta, da ação combinada, irá, sem dúvida, criá-lo. [...] Seria suficiente à organização anarquista agrupar, em torno de um programa de ação prática e concreta, todos os companheiros que aceitem nossos princípios e que queiram trabalhar conosco, de acordo com nossos métodos. (Dunois, 2010)

As posições de Malatesta e Dunois referem-se ao dualismo organizacional, que se apóia na idéia de que deve haver dois níveis de organização: um social, de massas, e outro político-ideológico, anarquista. No nível social, dos sindicatos, os anarquistas organizam-se como trabalhadores; no nível político, organizam-se como anarquistas.

As posições de Malatesta (2000b, p. 56) sobre a organização política anarquista foram consideravelmente difundidas aos fins do século XIX. Ele define o “partido anarquista” como “o conjunto daqueles que querem contribuir para realizar a anarquia, e que, por consequência, precisam fixar um objetivo a alcançar e um caminho a percorrer”. Este partido é responsável pela concepção da estratégia dos anarquistas e por sua aplicação no campo popular.

Para Dunois, a organização anarquista potencializa as forças dos anarquistas inseridos no movimento sindical; fundamentada em princípios e em um programa, constitui a base de uma intervenção comum dos anarquistas no intuito de impulsionar seus objetivos.

Há um outro debate que possui alguma importância entre os defensores das estratégias comunitárias ou sindicais e divide os anarquistas, também, em dois grupos. O primeiro prioriza as atuações em movimentos sociais e sindicatos já existentes, com uma estratégia de criar espaços internos de influência, tendo por premissa a união do maior número possível de membros das classes dominadas no menor número possível de organizações (sindicais, comunitárias etc.). O segundo privilegia a criação de estruturas paralelas, diferentes das existentes, por meio de estratégias duais, visando fugir das estruturas autoritárias completamente burocratizadas que impediriam a atuação dos anarquistas.⁴⁷

As lutas de curto prazo: as reformas

Todos os anarquistas defendem uma perspectiva revolucionária de transformação social. Entretanto, há outro debate relevante entre eles, que opõe os que sustentam ser as lutas de curto prazo, as reformas, meios para se chegar à revolução, e os que são contrários a estas lutas e às próprias reformas. Pode-se chamar os primeiros de “possibilistas” e os segundos de “impossibilistas”, relacionando suas posições com as possibilidades das reformas conduzirem à revolução.

Posições impossibilistas estiveram sempre entre os anarquistas e, em alguns contextos, tiveram expressão considerável. Emile Henry (1998, p. 180), envolvido em episódios de propaganda pelo fato, ao referir-se a uma greve de mineiros, afirma: “as primeiras notícias sobre a greve me encheram de alegria. Os mineiros pareciam enfim ter abandonado as inúteis greves pacíficas”. Alessandro Cerchiai (*apud* Romani, 2002, p. 175) reivindica as greves somente na medida em que elas tenham por objetivo imediato a revolução social: “não seremos livres se, ao invés de gastar nosso esforço em abolir o governo e a propriedade privada, nos dedicarmos simplesmente a mendigar reformas”.

47 Em inglês, a expressão “bore from within” refere-se à concepção de participar de organizações de massas existentes e buscar influenciá-las, e a expressão “dual unionism” refere-se à noção de criar estruturas sindicais paralelas às existentes. Cf. Schmidt e van der Walt, 2009.

Posições similares foram sustentadas por Oreste Ristori e outros anarquistas que se agruparam em torno do periódico brasileiro *La Battaglia*. Emma Goldman (2012, p. 49) criticou os operários norte-americanos que lutavam pela jornada de oito horas de trabalho, dizendo que isso era “perda de energia e de tempo” e que constituía uma “estupidez os trabalhadores lutarem por tão pouco”.

As posições de Galleani acerca deste assunto são também centrais, e influenciaram muitos anarquistas impossibilitas. Para ele, as organizações de massas

limitam-se a reivindicar melhorias imediatas: aumentos de salários, redução de horas de trabalho, pensão aos idosos, renda para os desempregados, seguro contra acidentes, leis de proteção para mulheres e crianças, inspeção de fábricas etc. [...] Os anarquistas sabem que todas as conquistas que envolvem essas melhorias são falsas e inconsistentes. (Galleani, 2011b, p. 7)

Para ele, há uma lei econômica que, conforme essas conquistas são incorporadas, elas logo se refletem no aumento do custo de vida, sem grandes ganhos para os trabalhadores. Seria, portanto, necessário, impulsionar as lutas pela revolução social sem perder tempo com as limitadas reivindicações por reformas.

Estas posições, ainda que se assemelhem na crítica às lutas de curto prazo (greves parciais, reivindicações aos patrões, aos governos etc.), diferem em relação aos meios considerados mais adequados para a atuação anarquista. Ao passo que Henry e outros defensores da propaganda pelo fato, como o francês Ravachol, sustentavam ser indispensável a utilização da violência por meio das bombas e atentados, outros, como Galleani, defendiam outras formas insurrecionais. Além disso, há casos daqueles que, contrariando as lutas por reformas, defendiam o foco na propaganda escrita e nas iniciativas de educação popular, especialmente por meio da criação e da participação nas escolas modernas, como foi o caso da maioria dos antiorganizacionistas brasileiros.

Posições possibilitas são também bastante comuns entre os anarquistas, principalmente aqueles que realizam militância sindical e/ou comunitária. Para estes anarquistas, as lutas reivindicativas podem levar a cabo aquilo que alguns chamaram de “ginástica revolucionária” e, dependendo de como forem promovidas, podem contribuir com o objetivo revolucionário anarquista.

Malatesta (1989d, p. 146) sustenta esta posição ao colocar: “tomaremos ou conquistaremos as eventuais reformas no mesmo espírito daquele que arranca pouco a pouco do inimigo o terreno que ele ocupa, para avançar cada vez mais”. Para Ba Jin (2008), “a sociedade ideal” não surgirá de uma hora para outra, “como um milagre: isso será feito gradualmente”; “devemos caminhar para nosso ideal passo a passo”. O que implica, para ele, que anarquistas, como trabalhadores, se unam ao movimento sindical para “pensar nas preocupações de nossos companheiros e levantar novas bandeiras, como a redução nas horas de trabalho, proteções para a vida dos trabalhadores e educação”.

Tais posições ligam-se, mais diretamente, à estratégia de massas defendida por Bakunin no seio da AIT, que, segundo ele,

dará à agitação operária em todos os países um caráter *essencialmente econômico*, colocando como objetivo a diminuição da jornada de trabalho e o aumento dos salários; como meios, a associação de massas operárias e a formação de caixas de resistência. (Bakunin, 2008a, p. 68)

Sakae (2011) acredita que nas lutas por reformas os trabalhadores compreendem a própria luta de classes: “seu espírito se desperta, e torna mais forte a compreensão da posição que ocupa durante seu esforço por modificar suas condições de trabalho”. Por este motivo, grande parte dos anarquistas ressalta a necessidade de se apoiar as reivindicações parciais. Price (2008, p. 6) considera que o anarquismo revolucionário “apóia as lutas por reformas” e “por melhorias nas condições de vida do povo”, que incluem “a formação de sindicatos, maiores salários e menos horas de trabalho, leis contra a discriminação das mulheres e das pessoas de cor”, além de lutas por “saúde universal, fim de guerras imperialistas, defesa de liberdades civis [...], defesa da ecologia etc.”

No entanto, para os possibilistas, as lutas de curto prazo pelas reformas devem, obrigatoriamente, fazer avançar o objetivo revolucionário do anarquismo. Não se trata de apoiar quaisquer reformas com quaisquer lutas. Vasco (1984, p. 108) acredita que os revolucionários devem favorecer “as reformas ou melhoramentos que sejam uma vantagem verdadeira para o proletariado ou que pelo menos não contrariem e retardem o fim essencial”, pregando que as táticas tenham coerência estratégica e fortaleçam o objetivo revolucionário. Defender lutas classistas, combativas, autônomas,

construídas pela base por mecanismos autogestionários e com perspectiva revolucionária seria, deste modo, parte fundamental dessa intervenção reivindicativa de curto prazo pelas reformas.

Favorecer estas lutas não significa adotar uma postura reformista. Meltzer (1996, p. 26) explica: “um ‘reformista’ não é aquele que busca reformas [...], mas alguém que não vislumbra outras coisas além de certas melhorias parciais no sistema”; ou seja, trata-se de alguém que vê nas reformas um fim. Deste ponto de vista, as reformas podem estimular a prática revolucionária e, inclusive, fazer avançar as reformas mais do que a perspectiva reformista, como enfatiza Malatesta (1989e, p. 67): “se somos contra o reformismo, não é porque as melhorias parciais não nos interessam, mas porque acreditamos que o reformismo é um obstáculo não somente à revolução, mas até mesmo às reformas”. Trata-se, para estes anarquistas, de manter a perspectiva revolucionária e avançar nas reformas de maneira a aumentar a força social das classes dominadas.

As posições possibilitadas também sustentam a necessidade de se começar a construir a nova sociedade no seio da antiga, conforme sustentado pelo anarquista norte-americano Sam Dolgoff, certamente influenciado pelo sindicalismo revolucionário do Industrial Workers of the World (IWW):

Os teóricos anarquistas limitaram-se a sugerir a utilização de todos os organismos aproveitáveis da velha sociedade para a construção da nova. Eles previam a generalização de práticas e tendências que já estivessem em funcionamento. [...] A nova sociedade surgirá do “seio da antiga”. Os elementos da sociedade futura já foram plantados na ordem existente. (Dolgoff, 2005, pp. 34-38)

Argumenta ele que uma estratégia revolucionária, que vise à autogestão, precisa começar a ser levada a cabo ainda dentro um sistema de dominação. Chaeho (2005, p. 376), neste mesmo sentido, coloca: “antes da destruição das massas existe a construção das massas”. Em meio à própria dominação, práticas autogestionárias podem ser constituídas, de maneira a servir como sementes para um germinar autogestionário. Mesmo sendo necessário um processo revolucionário de ruptura, são essas iniciativas, já criadas no seio da sociedade, e que possuem coerência com os fins que se deseja atingir, que dão sustentação e permitem avançar em relação ao sistema de autogestão e sua respectiva estrutura de poder.

Momento e contexto de utilização da violência

Os anarquistas consideram que, muito provavelmente, a violência terá de ser utilizada, em maior ou menor grau, para promover a transformação revolucionária. Todos defendem, portanto, em alguma medida, as noções de insurreição e revolução social. O principal debate sobre o tema, entretanto, se dá em relação ao momento e ao contexto de utilização da violência.

Há basicamente duas posições. Uma, que sustenta que a violência funciona como uma ferramenta para criar movimentos revolucionários, um gatilho, uma forma propaganda que inspira membros das classes dominadas a ingressarem em processos mais radicalizados de luta; ou mesmo que a violência seja utilizada tão-somente como vingança. Outra, que defende que a violência deve ser utilizada com o respaldo de movimentos populares previamente estabelecidos, de maneira a aumentar sua força no processo de luta de classes; a violência é, neste caso, um instrumento para favorecer lutas de massas existentes e não um gatilho para criá-las ou a melhor maneira de realizar propaganda para atrair pessoas para a luta.

Sustentando a primeira posição, Bonanno (2012b, p. 7) considera que a “violência é a organização preventiva e o ataque preventivo sobre as forças burguesas”. Segundo ele, esta “busca específica do confronto” visa constituir uma iniciativa dos anarquistas, por meio da “preparação de organizações guerrilheiras”, da “formação de forças de resistência” e da “elaboração de novos programas de ataque”. Galleani (2012, pp. 23-24) argumenta, em sentido similar, que “em vez das inefetivas conquistas de curto prazo, as táticas de corrosão e de ataque contínuo devem ser priorizadas”; somente as greves gerais teriam condições de promover a revolução, a qual deveria ser buscada “por meio da inevitável utilização da força e da violência”. Para ambos os italianos, a violência é não somente elemento estratégico, mas também tático, e deve sempre pautar as ações anarquistas.

Ravachol (1981, p. 36) dizia que para que a revolução ocorresse, só faltaria “um empurrão”, que poderia ser dado por militantes encarregados de “exterminar todos os que, pela situação social ou pelos seus atos, são nocivos à anarquia”. Severino Di Giovanni (*apud* Bayer, 2006, p. 83) considerava que, à violência dos capitalistas “devemos responder com nossa violência: a vingança”. “Nossa dinamite”, dizia, “purificará os lugares que essa maldita casta [...] infestou”. Seria, para ele, a “hora de transformar em fatos tudo aquilo que prometemos milhares de vezes para essa casta de verdugos”.

Estas posições foram adotadas por consideráveis setores do anarquismo e consagradas internacionalmente no Congresso Anarquista de Londres, de 1881, que fundou a Internacional Negra, de existência efêmera. Este congresso, que contou com a participação de Kropotkin e Malatesta – os quais, ainda que por um período, defenderam esta posição –, além de uma minoria sindicalista, recomendou a propaganda pelo fato, atos de violência que, mesmo sem respaldo das massas, poderiam inspirá-las:

É estritamente necessário fazer todos os esforços possíveis para propagar por atos a idéia revolucionária e o espírito de revolta junto dessa grande fração da massa popular que não toma ainda parte ativa no movimento e que alimenta ainda ilusões sobre a moralidade e a eficácia dos meios legais. (*apud* Maitron, 1981, p. 11)

O congresso recomendava ainda a atuação ilegal dos anarquistas, e que estes fizessem uso de “ciências técnicas e químicas”, certamente para os atentados e insurreições que pretendiam realizar.

Em defesa da segunda posição, Pierre Besnard (1931, pp. 212-215) enfatiza que a violência deve dar suporte ao movimento sindical de massas durante um processo revolucionário. A revolução precisa passar por uma “greve geral expropriadora”, que “não pode ser senão obra dos sindicatos”, os quais têm de atuar “sobre o plano sindical da produção” e tomar os meios necessários para autogerir a sociedade. Uma “força armada sólida” deve, juntamente ao processo de luta de massas, ajudar a “abater o poder existente [...] e desenvolver a revolução”. A insurreição realizada sem o apoio das massas, segundo ele, chega tão-somente à “mudança superficial da forma de governo” e é “incapaz de transformar realmente a ordem social”.

A FAU (2009c, pp. 46, 56) coloca, semelhantemente, que “é impossível conceber uma insurreição sem participação das massas”, as quais devem se envolver neste mobilização violenta por meio de “uma série de ações de massas de distintos níveis”. Segundo a organização, uma das condições para o sucesso de uma insurreição é “o apoio das massas ou de setores de massas suficientemente importante para gravitar no ato insurrecional”. Para isso, é imprescindível, nas ações deste tipo, “um trabalho político prévio”, articulado pela organização anarquista em meio às massas.

A WSF critica os atos de violência descolados das mobilizações populares e reivindica seu controle pelos organismos de massas:

Quando essas manifestações [relativamente isoladas de violência] podem apenas trazer problemas à luta, nos contrapomos à utilização de táticas violentas. Nos casos em que seu uso for apropriado, sustentamos que sua utilização e sua implementação possuam o controle mais democrático possível. [...] Ataques a indivíduos e suas propriedades podem bem demonstrar uma expressão sem efetividade de um ódio legítimo, mas a função dos anarquistas é defender a ação coletiva da classe trabalhadora. [...] A defesa da revolução será organizada por meio de milícias democráticas de trabalhadores sob controle dos sindicatos e de outras estruturas autogeridas de trabalhadores e camponeses. (WSF, 1997)

A violência, neste último caso, deve ser utilizada nos momentos e contextos em que se vislumbra o fortalecimento do movimento de massas. Quando levada a cabo, sustenta-se que ela tenha um controle democrático de base. Em geral, os sindicalistas defenderam essa posição, que também foi adotada por muitos outros anarquistas, dentre eles os próprios Kropotkin e Malatesta, na maior parte de suas vidas.

A organização específica anarquista

Muitos anarquistas defenderam a necessidade das organizações anarquistas ao longo da história e vários deles fizeram parte delas. Bakunin teorizou sobre o tema e, juntamente com outros anarquistas, fundou a Aliança da Democracia Socialista (ADS), em 1868. Kropotkin (2005c, p. 212) escreveu que “o partido que mais fez agitação revolucionária, que mais manifestou vida e audácia, este partido será mais escutado no dia em que for preciso agir, em que for preciso avançar para realizar a revolução”. Malatesta (2000b, p. 55) colocou que “permanecer isolado, agindo ou querendo agir cada um por sua conta, sem se entender com os outros, sem preparar-se, sem enfeixar as fracas forças dos isolados” significa, para os anarquistas, “condenar-se à fraqueza, desperdiçar sua energia em pequenos atos ineficazes, perder rapidamente a fé no objetivo e cair na completa inação”. Para romper com esse isolamento, fundou em 1891 o Partido Socialista Revolucionário Anárquico e, em 1919 a União Anarquista Italiana.

Emma Goldman (*apud* Antonioli, 2009, p. 94) disse aceitar a organização anarquista, desde que ela tivesse por base o “respeito absoluto por

todas as iniciativas individuais”. Voltairine de Cleyre também defendeu a associação dos anarquistas, que deveria, segundo ela, encontrar sua forma organizativa a partir da experiência. Nettlau (no prelo) declarou: “que todos os anarquistas, todos os libertários e todos os seres humanos de espírito livre possam tornar-se uma força, cujos elementos, embora conservando sua autonomia, apóiem-se reciprocamente”. Oiticica (2009) reivindicou ser necessário “separar inteiramente a organização do sindicato da organização dos anarquistas”, no sentido do trabalho com dois níveis complementares de organização, anarquista e sindical, por meio do dualismo organizacional.

A Federação Anarquista Ibérica (FAI), de acordo com Bookchin (1977, p. 215), chegou a ter perto de 40 mil membros no contexto da Revolução Espanhola de 1936. Em 1938, ainda durante o contexto revolucionário, o grupo Amigos de Durruti (2005) sustentou a necessidade de criação de uma Junta Revolucionária ou Conselho Nacional de Defesa com os objetivos de dirigir a guerra, defender a ordem revolucionária, tratar de assuntos internacionais e fazer propaganda. Volin (Vsévolod M. Eichenbaum), membro da organização anarquista ucraniana NABAT (Confederação Alarme de Organizações Anarquistas), que atuou entre 1918 e 1921, e Faure colocaram, nos anos 1920, que a organização anarquista deveria se articular em bases amplas, incluindo membros de todas as correntes. Makhno, organizador do Exército Insurgente Revolucionário da Ucrânia (RIAU) – uma milícia ucraniana, que, contexto da Revolução Russa de 1917, segundo Schmidt (2012a, p. 74), chegou a 110 mil membros – juntamente com Piotr Arshinov e outros, defendeu a criação de uma União Geral dos Anarquistas, com unidade teórica, ideológica e estratégica, quando esteve exilado na França, em 1926. No México, La Social, fundada em 1868, Luz/Lucha, formada em 1912-1913 e, em um determinado momento, o Partido Liberal Mexicano (PLM), em especial sua Junta Organizadora, da qual Magón fez parte, no contexto da Revolução Mexicana iniciada em 1910, foram importantes organizações anarquistas. Na França, George Fontenis (2006) sustentou a necessidade de uma organização anarquista que tivesse por base um programa claro e se constituísse como vanguarda das massas. A Federação Anarquista (FA), fundada em 1945 na França, e que continua a existir, também compreende que os anarquistas devem se organizar especificamente. Na China, o círculo impulsionado por Shifu, a Sociedade de Companheiros Anarco-Comunistas, incentivou o sindicalismo no país; no Japão, a organização Kokuren teve práticas similares. Na Bulgária, a experiência da Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária

(FAKB), entre os anos 1920 e 1940, e a Federação Anarquista Uruguaia (FAU), a partir de 1956, a qual também continua a existir, constituem, igualmente, experiências concretas de organizações anarquistas com papel significativo em seu tempo e localidade. Houve, além disso, sindicalistas, não necessariamente anarquistas, que defenderam a necessidade de organizações políticas sindicais; a International Socialist League (ISL), da África do Sul, foi uma delas. (Cf. Schmidt e van der Walt, 2009)

Enfim, historicamente, muitos anarquistas defenderam a necessidade de organizações específicas anarquistas e vários deles as criaram e delas participaram. Ainda assim, dentre estes anarquistas, há um debate que tem como foco o modelo dessa organização, envolvendo questões como nível de afinidade teórica, ideológica e estratégica/programática, critério de ingresso e grau de autonomia dos membros. Destacam-se duas posições principais, com algumas variações entre os modelos. A primeira, de um modelo de organização flexível, insiste na necessidade de agrupar o maior número possível de anarquistas, ainda que com diferentes posições estratégicas. A segunda, de um modelo de organização programática, prioriza, entre os anarquistas, aqueles que possuam maiores afinidades políticas e estratégicas.

O debate mais rico sobre os modelos da organização anarquista ocorreu de meados dos anos 1920 ao início dos anos 1930, na Europa, tendo envolvido, além dos russos exilados na França após a repressão bolchevique – que se articularam em torno da revista *Die Ilo Truda*, por meio de um grupo conhecido pelo mesmo nome da revista, que tinha entre seus militantes Makhno e Arshinov –, vários outros anarquistas. Os termos deste debate se estabeleceram a partir das posições dos russos, formalizadas na publicação de “A Plataforma Organizacional da União Geral dos Anarquistas” e de duas respostas homônimas, chamadas de “A Síntese Anarquista”, publicadas por Volin e Faure. A polêmica, no entanto, passa por questões que vinham sendo debatidas entre os anarquistas desde o século XIX e que perduram até o presente.

“A Plataforma Organizacional da União Geral dos Anarquistas” (Die Ilo Truda, 2001), ou simplesmente “Plataforma”, reconhece que o capitalismo é uma sociedade de classes, que a luta de classes é um de seus aspectos mais importantes e que os anarquistas precisam se unir em uma organização de bases sólidas que, em meio às massas, deve impulsionar a revolução social violenta e estabelecer o comunismo libertário. A Plataforma, que constitui uma proposta de programa para os anarquistas, além de realizar a crítica

do sistema de dominação daquele momento, propõe uma série de medidas construtivas que visam impulsionar a revolução social e garantir sua vitória. Dentre essas medidas, destacam-se os princípios propostos para o modelo de organização anarquista defendido:

1. *Unidade Ideológica*. [...] Toda a atividade da União Geral Anarquista, tanto em seu conjunto como nos detalhes, deve estar em concordância perfeita e constante com os princípios ideológicos professados pela União.

2. *Unidade Tática ou o Método Coletivo de Ação*. [...] Uma linha tática comum no movimento tem uma importância decisiva para a existência da organização e de todo o movimento: ela o livra do efeito nefasto de várias táticas que se opõem umas às outras, concentra todas as forças do movimento, faz-lhes tomar uma direção comum resultando em um determinado objetivo.

3. *Responsabilidade Coletiva*. [...] Erguendo-se de maneira decisiva contra a tática do individualismo irresponsável, [a União Anarquista] introduz em suas fileiras o *princípio da responsabilidade coletiva*: a União inteira será responsável pela atividade revolucionária e política de cada membro; assim também, cada membro será responsável pela atividade revolucionária e política de toda a União.

4. *Federalismo*. [...] Concilia a independência e a iniciativa do indivíduo ou da organização com o serviço da causa comum. [...] Todos os participantes ao entendimento e à União [devem cumprir] do modo mais completo os deveres aceitos, e [conformarem-se] às decisões tomadas em comum. [...] Não pode haver direitos sem obrigações, bem como não pode haver decisões sem sua execução. [...] Encarrega cada membro de deveres organizacionais determinados, exigindo sua execução rigorosa, bem como a execução das decisões tomadas em comum. [...] (Dielo Truda, 2001, pp. 57-59)⁴⁸

Nestes princípios propostos pela Plataforma reivindica-se: 1.) a unidade em torno dos elementos constituintes da ideologia anarquista, ou seja, a necessidade de haver uma mesma compreensão do anarquismo e dos princípios da organização anarquista; 2.) a unidade em torno da ação da organização anarquista, com todos os seus membros compartilhando objetivos e estratégias comuns; 3.) a responsabilidade entre cada militante e

48 Para a citação deste trecho, por precisões terminológicas, recorri a uma nova tradução da Plataforma, que está em preparação.

a organização anarquista, que impede as atuações individuais sem relação com os objetivos e estratégias coletivamente adotados; 4.) um método organizativo que concilie o individual e o coletivo, a partir de bases libertárias, sustentado na responsabilidade e na disciplina militante.

Com tais princípios, os anarquistas do Dielo Truda esperavam converter-se em guias das massas, sem dominá-las, mas obtendo “influência teórica e política [...] sobre a marcha revolucionária dos acontecimentos políticos”. Enfatizam que “em vez de possuir uma influência intermitente, exercida por meio de ações mínimas e desconectadas”, o anarquismo deve “converter-se em um fator poderoso e constante”.

Diferentemente da proposta bolchevique, a União Geral dos Anarquistas funcionaria, segundo seus proponentes, com democracia autogestiva interna plena, por meio de mecanismos federalistas, e também possuiria uma relação complementar com as massas, sem querer fazer delas uma corrente de transmissão ou retirar-lhe o protagonismo na edificação revolucionária: “tal construção não deve ser levada a cabo senão pelo conjunto dos trabalhadores, pois essa tarefa pertence somente a ele, e qualquer tentativa de lhe despojar desse direito deve ser condenada como algo antianarquista”. Em suma, não seria a organização anarquista a ter o protagonismo da transformação social, mas as massas, este conjunto articulado das classes dominadas.

Volin acusou a Plataforma de estar reivindicando o modelo organizacional bolchevique, apontando para formas autoritárias de organização, e, tomando por base em uma determinada leitura da NABAT – a qual é questionável (Skirda, 2002, pp. 243-245) –, defendeu um tipo de organização anarquista que associasse as diversas tendências do anarquismo. Sua posição firmou-se em 1934, quando escreveu um texto chamado “Síntese Anarquista” (Volin, 2011), ou simplesmente “Síntese”, no qual defende “unificar, em certa medida, a teoria e também o movimento anarquista, num conjunto harmonioso, ordenado, acabado”. Tentando conciliar as concepções sindicalistas, comunistas e individualistas, ele propõe o seguinte: adotar o sindicalismo como método da revolução, admitir o comunismo libertário como perspectiva de sociedade futura e aceitar o individualismo como objetivo de emancipação e felicidade do indivíduo após a revolução. Volin sustenta ser desejável reunir as correntes anarquistas, terminando com as polêmicas entre os defensores das distintas posições: “Trata-se de recordar o conjunto inteiro, juntar os elementos esparsos, reencontrar, reconstruir voluntariamente a síntese abandonada.” Para ele,

a síntese do anarquismo não é apenas possível, não é apenas desejável: é indispensável. Conquanto conservando a diversidade viva de seus elementos, ainda que evitando a estagnação, aceitando o movimento – condições essenciais de sua vitalidade – o anarquismo deve buscar, ao mesmo tempo, o equilíbrio nessa diversidade e nesse próprio movimento. A diversidade e o movimento sem equilíbrio, é o caos. O equilíbrio sem diversidade nem movimento, é a estagnação, a morte. A diversidade e o movimento em equilíbrio, tal é a síntese da vida. O anarquismo deve ser variado, móvel e, ao mesmo tempo, equilibrado, sintético, unido. Caso contrário, ele não será vital. (Volin, 2011)

Volin sustenta, em suma, que, assim como a vida, que consegue estabelecer certa harmonia na diversidade, o anarquismo deveria ser capaz de encontrar um ponto de equilíbrio entre as várias posições e terminar com as cisões e rugas que, segundo acreditava, eram prejudiciais ao movimento.

Posições semelhantes haviam sido sustentadas por Faure (2009), em um documento homônimo ao de Volin, de 1928. Partindo da mesma hipótese, sobre a existência de três correntes no anarquismo (“o anarco-sindicalismo, o comunismo libertário, o anarco-individualismo”), Faure acreditava que estas seriam “correntes distintas, mas não contraditórias”, não havendo “nada que as faça irreconciliáveis, nada que as faça oporem-se substancialmente, nada que proclame sua incompatibilidade, nada que as impeça de viver entendendo-se bem, de combinarem-se para uma propaganda e uma ação comuns”. Estas diferentes posições, na realidade, segundo pensava, fortaleceriam o projeto anarquista e, se reunidas em uma organização, tenderiam a potencializar os resultados de sua ação. A fraqueza do anarquismo se devia a outro fator: a guerra de posições entre os anarquistas. As três correntes precisavam “combinarem-se e formar uma espécie de síntese anarquista”, por meio da qual seria possível a solução dos problemas entre os anarquistas.

Os redatores de *Dielo Truda* (2008) consideravam, em relação à proposta da Síntese – e o conseqüente modelo de organização anarquista, cujas bases de associação abarcam todas as tendências anarquistas e dão completa autonomia de ação a seus membros –, que “o desejo de sintetizar essas correntes é descabido e absurdo”, principalmente se levada em conta a perspectiva individualista, sustentada por alguns daqueles que se reivindicavam anarquistas. O individualismo, segundo os russos, sustenta “a negação da luta de classes, a negação do princípio de organização anarquista [...], a tagarelice vazia”. E concluem: “Toda essa filosofia nada tem a ver com a

teoria ou a prática anarquista e é improvável que um operário anarquista se sinta inclinado conforme essa ‘filosofia’.

A busca da síntese, ao tentar unir as “três grandes correntes anarquistas” estaria, para eles, baseada em uma teorização vaga, fruto da incompreensão do conceito de anarquismo e de suas correntes. A própria experiência do anarquismo a viria contrariando; uma organização que tivesse como único ponto de acordo a autodefinição dos membros como anarquistas não conseguiria avançar para além dos debates mais primários.

Não vemos nenhuma classe de vínculo entre o problema organizativo e a noção de síntese. Se quiser resolver este problema, não há necessidade de ver-se arrastado por teorizações vagas e esperar delas obter resultados. A bagagem que o anarquismo tem acumulado em seus anos de existência e de luta social é mais que suficiente. Necessitamos somente tomar a devida conta disso, aplicá-la as condições e exigências da vida, para assim construir uma organização que seja referência. (Dielo Truda, 2008)

A organização anarquista proposta pelo Dielo Truda deveria pautar-se nas referidas unidades, em termos de pensamento e ação, tornar-se referência no movimento popular sem perder seus traços antiautoritários nem sua capacidade de incidência eficaz na realidade. Unir os anarquistas das diferentes correntes, com noções desiguais, e freqüentemente contraditórias, significaria, para eles, abrir mão da unidade e retonar, sem grandes possibilidades de acordo, aos debates mais elementares. A organização necessariamente perderia sua capacidade de intervenção social.

Apesar de seus intensos esforços, os anarquistas do Dielo Truda não tiveram sucesso em seu intento organizativo e suas posições foram, na maioria dos casos, rechaçadas.

Este debate abarca a maior parte dos argumentos dos anarquistas sobre a organização específica anarquista. Há similaridades consideráveis entre a proposta da Síntese e a defesa do “anarquismo sem adjetivos”, na Espanha do século XIX – sustentado por Tárrida de Marmól e Ricardo Mella –, as posições de Emma Goldman, as interpretações de Volin sobre a NABAT e o modelo praticado pela FAI e pela FA. Há, também, semelhanças notáveis entre a Plataforma e a teoria de Bakunin e a prática da ADS, assim como as posições da FAU e da FAKB. Alguns autores, em especial Malatesta, posicionaram-se de diferentes maneiras neste debate, sendo apropriados, a depender do momento de seus escritos, por defensores de ambos os modelos.

Com essa discussão, é possível elaborar dois modelos de organização anarquista: o programático, mais próximo da Plataforma, e o flexível, mais próximo da Síntese.

- Modelo de organização programática:
 - Pressuposto: há contradições centrais entre aqueles que se consideram anarquistas.
 - Solução: criar uma organização forte, com afinidade ampla entre os membros para incidir de maneira mais adequada nas lutas de massas (antes, durante e depois da revolução).
 - Organização: federalista/autogestionária, organicidade bem definida, direitos e deveres, autodisciplina e responsabilidade, unidades ideológica, teórica e estratégica/prática (posição da maioria adotada em caso de divergência).

- Modelo de organização flexível:
 - Pressuposto: há grandes afinidades entre aqueles que se consideram anarquistas.
 - Solução: fim das rusgas entre os anarquistas e união em torno da luta pelos mesmos objetivos.
 - Organização: federalista/autogestionária, organicidade limitada com a possibilidade de participação de todos os anarquistas, alto grau de autonomia dos indivíduos e grupos organizados (não se utiliza a unidade de ação e, em casos de divergências, a minoria não tem obrigação de agir com a maioria), diversidade nas posições ideológicas, teóricas e estratégicas/práticas.

Com este marco conceitual, compreendo ser possível avaliar melhor as posições historicamente sustentadas relativas aos modelos de organização anarquista.

Maiorias e minorias

Em relação às posições nestes debates, é possível indicar, com base nas obras anteriormente citadas, alguns elementos quantitativos.

No debate sobre organização, os antiorganizacionistas foram sempre minoritários em relação aos organizacionistas que, na maioria dos casos, elegeram as organizações de massas como espaço privilegiado de atuação. Entre os últimos, os sindicalistas revolucionários foram sempre muito mais numerosos que os anarco-sindicalistas. Aqueles que defenderam o dualismo organizacional, ainda que minoritários em relação aos outros organizacionistas, foram, provavelmente, mais expressivos que os antiorganizacionistas.

No debate sobre as lutas de curto prazo, aqueles que as defenderam como caminho para a revolução constituíram a maioria, ainda que as posições contrárias tenham sido expressivas. No debate sobre a violência, aqueles que a defendem como forma de fortalecer as lutas de massas foram sempre majoritários em relação àqueles que acreditavam na violência como gatilho para a mobilização popular, ou mesmo aqueles que defendiam uma estratégia de vingança pura e simples; ainda assim, esses últimos também foram consideráveis.

No debate sobre a organização anarquista, as posições parecem estar proporcionalmente divididas. Levando em conta as produções teóricas e as experiências práticas neste sentido, defensores de modelos mais próximos do flexível e do programático são mais ou menos equivalentes.

AS CORRENTES ANARQUISTAS

Como se viu, há várias questões em relação às quais os anarquistas divergem, ainda que compartilhem os mesmos princípios político-ideológicos. Tais questões, conforme discussão anterior, constituem as bases para uma reflexão sobre as correntes anarquistas. Bonomo (2007, p. 178) sustenta, ao investigar o tema, que “as diferenciações entre as correntes anarquistas são estabelecidas de acordo com diferentes critérios pelos autores”. Uma leitura atenta dos autores que trabalharam sobre o tema demonstra que, realmente, não há consensos.

Tentativas anteriores de estabelecer as correntes

Retorno aqui aos estudos de referência que tratam deste assunto e busco outros autores que tentam definir as correntes anarquistas.

Nettlau (2008, p. 184; 2011, p. 3; no prelo) coloca que há diferentes correntes no anarquismo: *coletivismo*, *comunismo*, *individualismo* – todas definidas a partir da perspectiva de distribuição dos frutos do trabalho na sociedade futura; a primeira, de acordo com o trabalho realizado, a segunda, de acordo com as necessidades, a terceira, a partir de um isolamento relativo e de trocas equivalentes – e *sindicalismo revolucionário*, definida pela estratégia adotada pelos anarquistas para intervenção social e para organização da sociedade futura.

Woodcock (2002, vol. 1, pp. 19-22) considera haver as seguintes correntes: *anarco-individualismo* – definida pela rebeldia individual e baseada na obra de Stirner e Godwin; *mutualismo* – definida pela associação comunitária e produtiva em cooperativas econômicas, que buscam reconstruir a sociedade, e fundamentada na obra de Proudhon; *coletivismo*, *anarco-comunismo*, *anarco-sindicalismo* – as três definidas como faz Nettleau, levando em conta que, para o autor, anarco-sindicalismo e sindicalismo revolucionário são sinônimos; *anarquismo pacifista* – definida pelo repúdio à violência e baseada na obra de Tolstoi.

Guérin (1968, p. 12) fala em *anarquismo individualista* e *anarquismo societário* (anarquismo social), ainda que negue que haja contradição entre estas correntes: “o anarquista societário é também um individualista. O anarquista individualista é um societário que não ousa dizer o nome”. Marshall (2010, pp. 6-9) considera, assim como Guérin, que as maiores diferenças existem entre as correntes do *anarquismo individualista* e do *anarquismo social*; os primeiros “vêm o perigo da cooperação obrigatória e preocupam-se que uma sociedade coletivista possa conduzir à tirania do grupo”; os segundos “preocupam-se que uma sociedade de individualistas possa tornar-se atomizada e que o espírito de competição possa acabar com o apoio mútuo e a solidariedade geral”. Para ele, mesmo que as fronteiras entre as correntes não possam ser muito bem identificadas, podem-se indicar algumas: *anarquismo espiritual* – definida a partir da noção de que o ser humano é capaz de viver sem governo, e que o pacifismo é a estratégia mais adequada de atuação – Tolstoi e Gandhi seriam seus representantes; *anarquismo filosófico* – definida por pensadores que chegaram aos princípios anarquistas na busca de reflexões universais, como no caso de Godwin; *mutualismo* – definida da mesma maneira que Woodcock; *coletivismo*, *anarco-comunismo*, *anarco-sindicalismo* – definidas da mesma maneira que Nettleau e, assim como Woodcock, considerando sinônimos anarco-sindicalismo e sindicalismo revolucionário.

McKay (2008, pp. 58-77) discute de maneira bastante aprofundada os debates anarquistas e chega a algumas correntes. Para ele há, assim como para Guérin e Marshall, uma divisão central entre o *anarquismo individualista*, representado por autores como Stirner e Tucker, e o *anarquismo social*, representado por autores como Bakunin e Kropotkin. Há basicamente duas diferenças entre esses “dois tipos de anarquismo”: aquelas relativas à estratégia – com os primeiros priorizando a educação, a criação de instituições alternativas e a mudança gradual e com os segundos priorizando as intervenções econômicas e políticas na busca por uma revolução –, e aquelas relativas à economia da sociedade futura – com os primeiros defendendo um mercado anticapitalista e os segundos defendendo um socialismo sem mercado. Podem-se, segundo McKay, definir algumas correntes internas do anarquismo social: *mutualismo*, *coletivismo*, *comunismo* e *sindicalismo* – todas definidas de acordo com Nettlau e Woodcock. No entanto, o autor aponta ainda algumas outras correntes: o *anarquismo verde*, inspirado nas produções clássicas sobre ecologia de Kropotkin e Reclus e, mais recentemente, dividindo-se entre *ecologistas sociais*, apoiados nas produções de Bookchin e *primitivistas*, inspirados em John Zerzan, John Moore e David Watson; o *anarquismo pacifista*, definido da mesma maneira que Woodcock, e identificado de certa maneira com um *anarquismo religioso*; o *anarco-feminismo*, definido pela prática de mulheres feministas que atuam entre os movimentos de mulheres e os anarquistas para sustentar a bandeira da luta de gênero; o *anarquismo cultural*, que prioriza a intervenção social por meio das artes, da música, da literatura, do teatro e da educação em relação às intervenções políticas e econômicas; e o *anarquismo sem adjetivos*, definido a partir das propostas do modelo flexível de organização anarquista anteriormente discutido.

Outras tentativas de estabelecer as correntes anarquistas também podem ser destacadas.

Luizetto (1987, p. 11) leva em conta quatro correntes, utilizando definições similares às de Nettlau e Woodcock: *individualismo*, *coletivismo*, *comunismo* e *mutualismo*. De Petta e Delfini (2004, pp. 26-27) definem em três as correntes anarquistas: “a *reformista*, teorizada por Proudhon; a *terrorista*, criada por Peter Kropotkin e Mikhail Bakunin; e o *anarco-sindicalismo*, nascido das idéias coletivistas que também faziam parte dos preceitos de Bakunin”. Bookchin (2011) define as correntes em *anarquismo social*, comprometido com a transformação da sociedade, e *anarquismo de estilo de vida*,

relacionado com o individualismo, por meio do qual se buscaria tão-somente uma transformação individual, em termos de comportamento. Edgar Carone (1995) identifica seis correntes anarquistas: *individualista*, com a obra de Stirner; *mutualista*, com a obra de Proudhon; *coletivista autoritária*, com a obra de Bakunin; *comunista libertária*, com a obra de Kropotkin; *violenta*, a partir de Ravachol; *anarco-sindicalista*, com Pelloutier.

Horowitz (1977) distingue oito correntes: o *anarquismo utilitário*, determinado por uma ação dos ricos em favor dos pobres, sendo Saint-Simon seu principal representante; o *anarquismo camponês*, definido pela busca da eliminação do Estado pelo campesinato e pela criação de pequenas comunidades; o *anarco-sindicalismo*, com a defesa da luta de classes e da ação direta do proletariado, e não do campesinato, para a eliminação do Estado, estando Pelloutier entre seus membros; o *anarquismo coletivista*, que teria negado a luta de classes e se apoiado no humanismo socialista e nas associações voluntárias, estando Proudhon, Bakunin e Kropotkin entre seus representantes; o *anarquismo conspiratório*, fundamentado nos pequenos grupos e ações individuais, que tinham na utilização da violência seu principal meio de luta, dentre os quais figuram Emile Henry, Ravachol e Johan Most; o *anarco-comunismo*, que teria negado o antimarxismo de Bakunin e Kropotkin e defenderia o socialismo científico e a violência, tendo em Malatesta um de seus principais membros; o *anarquismo individualista*, baseado na obra de Stirner e considerando o ego como o lugar de tudo o que é humano e o Estado como tudo o que é opressor, tendo Josiah Warren e Benjamin Tucker como representantes; o *anarquismo pacifista*, com sua crítica à violência e defesa da ação não-violenta contra o Estado, tendo em Gandhi e Tolstoi seus principais membros.

Provavelmente, o estabelecimento das correntes utilizado por Faure (2009) em 1928, e compartilhado por autores como J.-M. Raynaud (2003), seja o mais difundido, ao considerar três as grandes correntes do anarquismo: o *anarco-sindicalismo*, baseado na defesa das lutas sindicais de massas; o *comunismo libertário* (ou *anarco-comunismo*), fundamentado na perspectiva de sociedade futura; o *anarco-individualismo*, baseado na defesa da liberdade individual.

Em conclusão, e buscando identificar os critérios utilizados pelos autores no estabelecimento das correntes anarquistas, podem-se realizar algumas afirmações. Um dos critérios mais empregados para o estabelecimento das correntes é a distribuição dos produtos do trabalho na sociedade futura, que subsidia a distinção entre coletivistas e comunistas, presente

nas obras de praticamente todos os autores discutidos. De um lado estariam aqueles que defendem a distribuição de acordo com o trabalho realizado e de outro aqueles que sustentam a distribuição de acordo com a necessidade. Outro critério freqüentemente utilizado diz respeito às estratégias de luta; o caráter das intervenções anarquistas, neste sentido, constitui as bases para o estabelecimento das correntes: intervenções individuais ou coletivas; sindicais, comunitárias ou cooperativas; violentas ou pacíficas; econômicas, políticas ou culturais etc. As posições em relação às reformas, ao modelo de organização dos anarquistas, às classes que impulsionariam o processo de mudança também foram critérios estratégicos empregados, juntamente com outros deste mesmo tipo. Finalmente, foram também utilizados critérios de ordem político-filosófica, como as posições em relação ao espiritualismo ou mesmo à religião, e critérios como a posição em relação às lutas ecológicas, de gênero e a defesa da liberdade individual.

Antes de discutir estas proposições, cumpre destacar um aspecto marcante, presente nas obras analisadas, que é o desconhecimento significativo do anarquismo e dos próprios autores analisados, em especial os clássicos. Várias das obras mencionadas contam com um planetário de erros. Entretanto, não discutirei aqui estes problemas.

As correntes anarquistas

O estabelecimento precedente das correntes foi, em grande medida, forjado por meio de uma história vista de cima e tomou em conta um conjunto restrito de pensadores, sendo que, conforme argumentei, vários deles, apesar de poderem ser considerados libertários em sentido mais amplo, sequer são anarquistas.

A definição de anarquismo previamente colocada fornece as bases para a exclusão de algumas das correntes previamente estabelecidas.

Primeiramente, algumas que possuem como base autores não-anarquistas e que colocam em xeque os próprios princípios anarquistas: *anarquismo pacifista*, *anarquismo espiritual*, *anarquismo filosófico*, *anarquismo religioso* e *anarquismo utilitário*.

Em segundo lugar, aquelas que se relacionam exclusivamente à liberdade individual e ao comportamento; o *anarquismo individualista* e o *anarquismo de estilo de vida*. Conforme coloquei, a defesa da liberdade individual

constitui um dos valores anarquistas, que é parte de um princípio ético mais amplo, ligado, ao mesmo tempo, à liberdade coletiva, à igualdade e outros valores. Por isso, a defesa exclusiva da liberdade individual não pode ser equiparada ao anarquismo e nem constituir as bases para uma de suas correntes. Além disso, a coerência entre posições pessoais e políticas, historicamente defendida pelos anarquistas, não implica que a adoção de uma postura ética, que se restrinja à conduta pessoal ou de grupo, seja necessariamente anarquista.

Em terceiro lugar, considero que o *mutualismo* é uma corrente socialista anterior ao anarquismo que, em alguma medida, forneceu as bases para seu surgimento; entretanto, mesmo depois disso, ela continuou a existir, mantendo diferenças consideráveis em relação a ele.

Além disso, há correntes estabelecidas sobre princípios do anarquismo e que são, portanto, comuns a todos os anarquistas. Elas devem ser descartadas, visto que não permitem distinguir as diferentes posições anarquistas. Quatro casos são os mais claros.

O primeiro envolve a questão da violência. Ainda que haja distintas maneiras de compreender seu caráter e sua utilização, e que ela possa ou não ser utilizada taticamente, trata-se de um elemento que constitui parte de um princípio, distinguindo o anarquismo do pacifismo. Considero, por isso, que não há sentido em falar de *anarquismo violento* e *anarquismo pacifista*.

O segundo envolve os sujeitos mobilizados, camponeses e/ou trabalhadores urbanos e industriais. Estimular e construir sujeitos revolucionários em meio às classes dominadas em geral constitui um princípio anarquista; a mobilização de camponeses ou de trabalhadores urbanos e industriais relaciona-se a uma aplicação prática deste princípio em contextos históricos determinados; não envolve debates sobre o potencial transformador inerente a estes sujeitos. Considero, assim, que *anarquismo camponês*, *sindicalismo revolucionário* e *anarco-sindicalismo* não são correntes anarquistas, se se utiliza tão-somente o critério dos sujeitos mobilizados.

O terceiro envolve a luta contra a dominação de gênero. O feminismo está relacionado à luta contra a dominação de maneira geral, que constitui um princípio anarquismo; além disso, o papel das mulheres anarquistas, historicamente, sempre foi muito maior do que defender, entre os dominados e/ou anarquistas, as questões de gênero. Considero, por isso, que não há sentido em falar de *anarco-feminismo*.

O quarto envolve a ecologia. Ainda que tenha algum lastro nos clássicos, em especial Kropotkin e Reclus, a ecologia começou a ser discutida

mais profundamente na esquerda em geral durante a segunda metade do século XX; depois disso, os anarquistas que vêm refletindo sobre o tema têm adotado, da mesma maneira, posições semelhantes, que envolvem a luta contra a crise ambiental e o estabelecimento de estratégias e projetos que estejam de acordo com princípios ecológicos. Considero, assim, que *anarquismo verde* não é uma corrente anarquista.

Todas as outras correntes apresentadas possuem relação com os debates relevantes do anarquismo discutidos anteriormente.

O *anarquismo coletivista* e o *anarquismo comunista* estão ligados, evidentemente, ao debate sobre a distribuição econômica na sociedade futura. As correntes do *sindicalismo revolucionário* e do *anarco-sindicalismo* envolvem, além da distinção mencionada entre as duas estratégias, elementos colocados nos debates sobre a estratégia anarquista: organização e lutas de curto prazo. Há outras relações marcantes entre as correntes elaboradas pelas obras avaliadas e os debates anteriormente colocados: o *anarquismo reformista* e o debate sobre as lutas de curto prazo; o *anarquismo terrorista* e o debate sobre a violência; o *anarquismo cultural* e o debate sobre limites e possibilidades da cultura; o *anarquismo sem adjetivos*, o *anarquismo conspiratório* e o debate sobre organização anarquista.

Finalmente, é importante apontar a dificuldade de se definir as correntes do anarquismo, ao mesmo tempo, a partir de critérios de distintas ordens – por exemplo, com critérios relativos à defesa da autogestão juntamente com critérios relativos à estratégia anarquista. Ao optar pela definição nestes moldes – realizada por diversos autores, por exemplo, ao separar o sindicalismo do comunismo –, se estipulam correntes que se sobrepõem e, portanto, constituem um modelo de tipificação insuficiente para explicar os debates anarquistas. No caso mencionado, de se utilizar o sindicalismo e o comunismo como critério para estabelecer as correntes, como explicar os casos de anarquistas como Makhno ou Neno Vasco, que defendiam o comunismo como perspectiva de sociedade futura e os conselhos ou sindicatos como principais meios de atuação dos anarquistas? Como explicar os casos de Galleani e Ristori, que defendiam o comunismo, mas eram contra a participação dos anarquistas nos sindicatos e em organizações estruturadas de massas? Os quatro seriam comunistas, mas apenas dois “sindicalistas”; Makhno e Neno Vasco pertenceriam às duas categorias.

Com base nestes argumentos e nas dificuldades metodológicas apontadas, considero que as correntes devem ser estabelecidas por meio

de critérios similares, que permitam, de fato, dar conta dos principais debates anarquistas.

Retomando os debates fundamentais

Partindo da discussão realizada, retomarei os debates fundamentais do anarquismo, de maneira a permitir uma elaboração mais adequada de suas correntes. Esses debates, seguindo a abordagem metodológica adotada, são avaliados a partir de suas continuidades e permanências históricas no longo prazo e de sua extensão geográfica.

Conforme aponte, o critério teórico – dos métodos de análise, das teorias sociais, utilizados para a interpretação da realidade, e, portanto, de posições mais ou menos “materialistas”, que priorizam uma das esferas sociais na compreensão da realidade social – não será utilizado para definir as correntes anarquistas. Todos os critérios que dizem respeito ao campo da teoria estão, assim, descartados; considero somente os critérios ideológicos.

Em relação à crítica da dominação, não há grandes debates e divergências que possam ser ressaltados, de maneira a fornecer as bases para uma definição das correntes anarquistas.

Em relação à defesa da autogestão, alguns comentários são necessários. Ainda que considerável, o debate entre mercado ou planificação não é central no anarquismo e não polarizou, permanente e continuamente, as posições anarquistas. As posições que defendem o mercado são pouco expressivas em termos históricos e geográficos; as posições que defendem a planificação, ainda que mais expressivas histórica e geograficamente, também não foram aprofundadas. Em suma, esse é um debate que existe, tem certa importância, mas não possui extensão e expressão para ser considerado um debate central, visto que não aparece em muitos contextos.

O mesmo poderia ser dito do debate entre coletivistas e comunistas que, em um determinado contexto – dos anos 1870 até o início do século XX na Europa – teve muita relevância. Entretanto, as posições coletivistas tornaram-se, depois disso, muito minoritárias e o comunismo foi assumido, pelo menos como o sistema ideal de funcionamento da sociedade futura, pela maioria dos anarquistas. Posições intermediárias, como as de Guillaume e Malatesta, adotadas por outros anarquistas – de considerar este um problema secundário, uma vez que a propriedade fosse coletivizada – contribuíram

para que o debate passasse para o segundo plano, ainda que questões ligadas a ele – sobre a necessidade de dinheiro na sociedade futura, por exemplo – tenham continuado a existir.

O debate entre a articulação política pelo local de moradia ou trabalho, da mesma maneira, foi importante em alguns contextos, fundamentalmente no momento que o sindicalismo de intenção revolucionária se estabelecia como estratégia hegemônica do anarquismo. As posições que defendem a exclusividade do local de moradia são completamente marginais; as que defendem a exclusividade do local de trabalho são mais numerosas. Entretanto, as posições mais comuns, tanto em teoria como em prática, é de articulação, ao mesmo tempo, pelo local de moradia e pelo local de trabalho – concepções que foram colocadas em prática pela maioria dos sindicatos revolucionários, cuja influência anarquista foi determinante, e que se tornaram, historicamente, completamente hegemônicas.

O debate sobre os limites e as possibilidades da cultura, mesmo que se relacione ao campo da teoria, possui impacto ideológico, visto que tem implicações nas noções de autogestão e nas concepções estratégicas. Conforme apontado, as posições extremas são menos expressivas e há uma hegemonia das posições intermediárias. A julgar pelas estratégias que historicamente derivaram destas concepções, pode-se dizer que as estratégias sindicais são, sem dúvidas, hegemônicas entre os anarquistas. Ainda assim, há posições, chamadas de “culturalistas” ou “educacionistas”, em sentido restrito, que sustentaram as atividades envolvendo as idéias, no campo da cultura e da educação, como forma única ou absolutamente prioritária de atuação anarquista. No entanto, as posições mais comuns são aquelas que buscam aliar a cultura e a educação com as lutas em outras esferas.

Os quatro debates apresentados, relevantes à defesa da autogestão, são consideráveis, mas não suficientes para oferecer as bases de uma elaboração das correntes anarquistas, de maneira a abarcar a ideologia, em termos de continuidades e permanências no longo prazo. A justificativa desta decisão respalda-se em dois fatos; apesar de terem sido importantes em determinados contextos, e de terem, nestes contextos, polarizado posições, na maioria do tempo e dos locais em que os anarquistas estiveram presentes, preponderaram as posições intermediárias e conciliadoras ou uma das posições se sobrepôs completamente à outra.

Em relação à estratégia anarquista, encontram-se os debates que tiveram e ainda têm a maior relevância no anarquismo e são centrais e os mais

significativos. São eles que vêm subsidiando polêmicas e dividindo os anarquistas em diversos contextos. A centralidade e a importância dos debates estratégicos indicam que é em meio a eles que se devem buscar elementos para um estabelecimento das correntes anarquistas, o que permite mapear devidamente as diferenças entre os anarquistas.

Anarquismo insurrecionalista e anarquismo de massas

Considero que as correntes anarquistas devem ser estabelecidas por meio dos critérios discutidos nos debates estratégicos.

Antes da definição, cumpre apontar que, de acordo com os fundamentos teórico-metodológicos que utilizo neste livro, não se pode considerar o processo histórico de maneira estática. Portanto, uma prática muito comum, de se colocar os autores integralmente dentro de uma ou outra corrente, não deve ser realizada. Há diversos anarquistas que, durante sua vida, inseridos em diferentes contextos, fizeram parte de mais de uma corrente. Quando mencionei as distintas posições adotadas por Kropotkin e Malatesta, busquei evidenciar que são relativamente comuns as mudanças estratégicas de posição – em especial por parte daqueles que foram anarquistas ativos por muitos anos –, as quais não podem ser julgadas, senão dentro do contexto em que se inserem.

Dos quatro debates estratégicos discutidos, o último, sobre a organização específica anarquista, é transversal a todas as correntes, já que o modelo de organização flexível busca incorporar todos os anarquistas, com distintas posições, inclusive, em relação aos outros debates colocados. Considero que uma definição adequada das correntes anarquistas deve se basear nos três outros debates estratégicos, sobre organização, reformas e violência, questões que têm dividido os anarquistas permanentemente nas mais distintas localidades.

Neste sentido, creio ser pertinente a proposta de Schmidt e van der Walt (2009, pp. 123-124), que consideram, com base da história global do anarquismo em seus 150 anos de existência, serem duas suas correntes anarquistas: o *anarquismo insurrecionalista* e o *anarquismo de massas*.⁴⁹ Ela

49 Estes nomes não devem se prestar a confusões. Os próprios autores que os criaram enfatizam que a escolha foi feita por falta de termos mais adequados. Anarquismo insurrecionalista e anarquismo de massas devem, portanto, ser analisados na perspectiva do conteúdo que lhes é imputado e que será especificado a seguir. Não são todos os anarquistas que defendem a necessidade de uma insurreição

abarca as posições historicamente adotadas em relação aos três debates estratégicos – sobre organização, reformas e violência, os quais têm – e permite dividir os anarquistas de acordo com suas distintas posições a este respeito. De acordo com os sul-africanos, na história do anarquismo, as posições relativas a estes debates estiveram em geral associadas, sendo que esta associação constitui a base mesma de sua definição das correntes anarquistas.

Eles assim definem o anarquismo insurrecionalista:

A primeira estratégia, o anarquismo insurrecionalista, afirma que as reformas são ilusórias e que os movimentos de massa organizados são incompatíveis com o anarquismo, dando ênfase à ação armada – a propaganda pelo fato – contra a classe dominante e suas instituições, como o principal meio de despertar uma revolta espontânea revolucionária. (Schmidt e van der Walt, 2009, p. 123)

Em relação aos debates discutidos, sobre a questão da organização, os anarquistas insurrecionalistas fazem parte do campo antiorganizacionista e posicionam-se, na maioria dos casos, contrariamente aos movimentos de massa organizados. O sindicalismo é, em geral, considerado um movimento que tende à burocratização e à busca exclusiva dos ganhos de curto prazo (reformas); constitui, por este motivo, um perigo ao anarquismo, que é, para esses anarquistas, essencialmente revolucionário. No que diz respeito à articulação com outros anarquistas, os insurrecionalistas preferem os grupos sem muita organicidade às organizações mais estruturadas e programáticas.

Sobre a questão das lutas de curto prazo, os insurrecionalistas consideram que as lutas reivindicativas são inúteis e, em última instância, ajudam a fortalecer o *status-quo*; é somente a revolução social que pode, segundo eles, promover a transformação social. As reformas são condenadas ou consideradas supérfluas, já que afastam as classes dominadas deste objetivo revolucionário.

No que diz respeito à questão da violência, os insurrecionalistas acreditam que o anarquismo não deve ser difundido por palavras ou escritos, mas, principalmente, por fatos, sendo estes compreendidos como atos

como caminho para uma revolução social que devem ser considerados “anarquistas insurrecionalistas”; da mesma maneira, não são obrigatoriamente todos os anarquistas que sustentam a necessidade de uma revolução com protagonismo das massas que devem ser considerados “anarquistas de massas”. O pertencimento a estas correntes se define por uma combinação de posições adotadas nos três debates estratégicos que envolvem organização, reformas e violência.

de violência contra capitalistas/burgueses e membros do Estado, tomando corpo em assassinatos, atentados à bomba e insurreições – neste último caso, sem bases populares organizadas de antemão ou mesmo vinculadas às ações. Eles consideram que os atos individuais de violência servem como vingança, mas, principalmente, que podem funcionar como um gatilho para influenciar trabalhadores e camponeses e aderir, a partir deles, a movimentos insurrecionais e revoltas populares, capazes de levar a cabo a revolução social. Vale ressaltar que esta estratégia sustenta que a violência pode ocorrer, e de fato ocorre, fora e sem respaldo ou vínculos com movimentos populares organizados, ou seja, trata-se de uma violência sem suporte popular e difundida fora do âmbito das classes dominadas organizadas.

Muito do que se chamou “individualismo anarquista” foi incentivador e/ou adepto dessa estratégia, principalmente em função de suas posições contrárias à organização. Apesar de ser historicamente minoritária, esta estratégia foi a que mais se difundiu no imaginário popular e que ficou forjada na imagem do anarquista conspirador e terrorista.

O anarquismo insurrecionalista foi defendido por anarquistas como Luigi Galleani, Emile Henry, Ravachol, Marius Jacob, Nicola Sacco, Bartolomeu Vanzetti, Clément Duval e Severino Di Giovanni. Foi abraçado, também, por agrupamentos como os franceses do Bando de Bonnot e os russos do Chernoe Znamia e do Beznachalie. Encontrou também respaldo, por algum tempo, em anarquistas como Nestor Makhno (antes de sua prisão em 1908), Kropotkin e Malatesta (em um período entre os anos 1870 e 1880) que, apesar de terem defendido na maior parte de suas vidas o anarquismo de massas, passaram por um período de defesa do insurrecionalismo.

Schmidt e van der Walt assim definem o anarquismo de massas:

A segunda estratégia – a qual nos referimos, por falta de um termo melhor, como anarquismo de massas – é muito diferente. Ela enfatiza a visão de que somente os movimentos de massa podem criar uma transformação revolucionária na sociedade, que tais movimentos são normalmente construídos por meio de lutas em torno de questões imediatas e de reformas (em torno de salários, brutalidade policial ou altos preços etc.), e que os anarquistas devem participar desses movimentos para radicalizá-los e transformá-los em alavancas da transformação revolucionária. (Schmidt e van der Walt, 2009, p. 124)

No que diz respeito aos debates discutidos, sobre a questão da organização, os anarquistas de massas constituem o setor organizacionista do

anarquismo, sendo favoráveis à organização; defendem que a transformação social só pode se dar pelo protagonismo dos movimentos populares, sejam eles construídos nos locais de trabalho (pelos sindicatos ou outras estruturas) e/ou nas comunidades.

Sobre as lutas de curto prazo, os anarquistas de massas se posicionam favoravelmente e consideram que as reformas – desde que sejam conquistadas pelos próprios movimentos populares e não vindas “de cima” como obra dos capitalistas ou dos governos – são os primeiros objetivos da luta popular de massas. Esta luta, que deve constituir-se com a mobilização social em torno das lutas reivindicativas, segundo eles, fortalece a solidariedade de classe, aumenta a consciência e melhora as condições do povo, quando há conquistas. Assim, reformas e revolução não são necessariamente contraditórias; dependendo de como forem conquistadas as primeiras, elas podem ser complementares à segunda. É na luta pelas reformas que se forjam as condições para realizar a revolução.

No que diz respeito à questão da violência, os anarquistas de massas concordam que as idéias anarquistas também devem ser difundidas pelos fatos, ainda que, por fatos, entendam as mobilizações populares de massa ou ações a elas vinculadas e não os atos isolados de violência; fatos que também devem ser conciliados com intervenções por meio das palavras e dos escritos, conciliação esta que não foi negada por parte considerável dos insurrecionalistas. A violência não deve, do ponto de vista dos anarquistas de massas, ser protagonizada exclusivamente visando criar movimentos insurrecionais, mas ser perpetrada a partir de movimentos populares amplos existentes, e, portanto, ter significativo respaldo popular; uma violência que deve ser levada a cabo pela própria classe organizada, de maneira a fortalecê-la no processo da luta de classes.

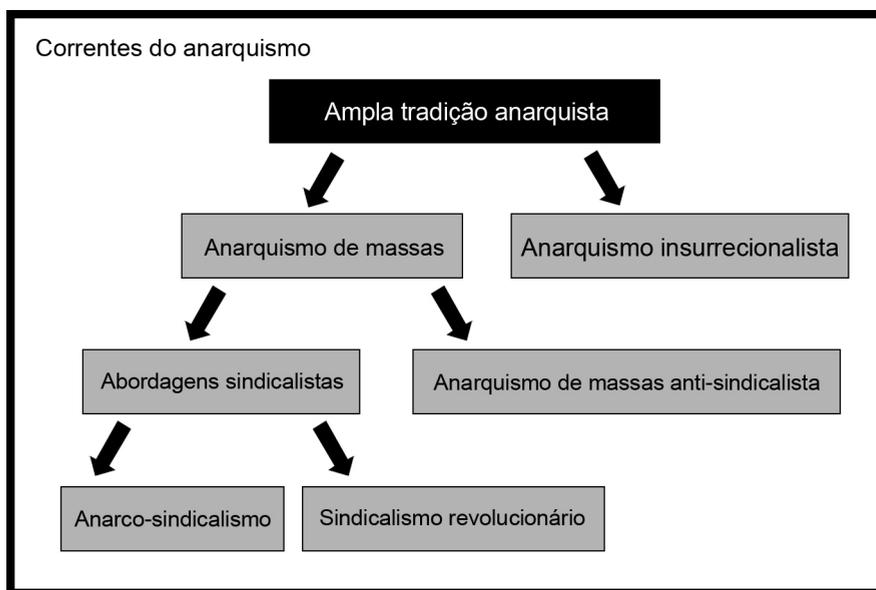
Esta corrente foi majoritária historicamente e defendida, entre outros, por militantes como Mikhail Bakunin, Fernand Pelloutier, Rudolf Rocker, Volin, Ricardo Flores Magón, Kubo Yuzuru, Mikhail Guerdzhikov, Thibedi, Ba Jin, Osugi Sakae. Na maioria do seu tempo de militância, Makhno, Kropotkin e Malatesta defenderam o anarquismo de massas.

Segundo Schmidt e van der Walt (2009, p. 171), o anarquismo de massas possui subdivisões, também de ordem estratégica. Primeiramente, em relação às abordagens sindicais e anti-sindicais de massas. Dentre as abordagens sindicais, estão as posições sindicalistas revolucionárias e anar-

co-sindicalistas; dentre as abordagens anti-sindicais de massas, estão as posições que preconizam as mobilizações de massas pelos locais de moradia ou mesmo aquelas que defendem a organização pelo local de trabalho, mas fora das organizações sindicais.

Um gráfico dos autores demonstra, de maneira esquemática, essas duas correntes do anarquismo e as subdivisões estratégicas referentes ao anarquismo de massas.

Correntes do anarquismo



(Schmidt e van der Walt, 2009, p. 171)

Portanto, as correntes anarquistas, assim concebidas, são duas: o *anarquismo insurrecionalista* e o *anarquismo de massas*, sendo esta última subdividida, com base em outras questões de ordem estratégica.

Esta definição das correntes baseia-se nas diferenças entre as posições adotadas nos debates sobre organização, reformas e violência.

Em suma, em relação ao debate sobre organização, há aqueles que a defendem e crêem que ela é imprescindível para a transformação social e

outros que acreditam que ela é desnecessária ou mesmo autoritária. Isso se aplica também às reflexões sobre os movimentos populares, havendo aqueles que consideram que eles são a única forma de organizar o povo para a luta pela revolução social e aqueles que sustentam que eles são inúteis e em nada ou pouco podem ajudar o anarquismo em sua luta revolucionária.

Em relação ao debate sobre reformas, há aqueles que defendem que, no seio de um movimento popular, é a luta pelas reformas que motiva a organização em torno das necessidades imediatas e que estas reformas melhoram as condições das classes dominadas, além de serem consideradas, dependendo da maneira que elas são conquistadas, um caminho para a revolução. Há também outros que consideram que as reformas não contribuem com os objetivos revolucionários e são insignificantes, e que, portanto, os anarquistas devem lutar somente pela revolução.

Em relação ao debate sobre violência, alguns defendem que a melhor maneira de difundir o anarquismo é em meio às organizações populares, construindo e participando dessas lutas; outros sustentam que é por meio dos atos de violência contra as classes dominantes, os quais constituem gatilhos para inspirar outras ações semelhantes, que o anarquismo deve ser disseminado. Há aqueles que consideram que a violência deve ser utilizada com respaldo de movimentos populares e estar vinculada a eles; há aqueles que sustentam que os atos de violência revolucionária são os próprios geradores dos movimentos insurrecionais e que, por isso, não há problemas se não houver respaldo popular, já que são estes atos que levarão ao necessário respaldo.

É importante reafirmar que o fato dos anarquistas estarem agrupados nestas duas correntes se justifica em função das posições em relação a cada um dos referidos debates (organização, reformas e violência) terem se manifestado, em muitos casos, vinculadas umas às outras. Em geral, defensores da organização sustentaram também que as reformas seriam um possível caminho para a revolução e que a violência deveria estar vinculada aos movimentos populares amplos; militantes contrários à organização normalmente se opuseram às reformas e preconizaram a violência como gatilho de mobilização. Entretanto, deve ser apontado que, em diversas outras circunstâncias, não tão incomuns, estes debates apareceram desvinculados uns dos outros.

O debate sobre a organização específica anarquista é transversal. Há anarquistas de massas de que defendem a organização anarquista, a partir dos modelos flexível e programático; ao mesmo tempo, há anarquistas insurreciona-

listas que defendem a organização anarquista – ainda que, quando isso ocorra, haja preferência pelo modelo flexível ou mesmo pelos grupos informais.

Variações das correntes

O estabelecimento das correntes proposto considera, como base para sua elaboração, a trajetória global do anarquismo, de 1868 ao presente. Entretanto, nas avaliações de contextos particulares, este modelo de análise pode não ser o mais adequado. Isto porque a constatação de que, em diversas circunstâncias, as posições relativas aos debates sobre organização, reformas e violência apareceram vinculadas umas às outras não foi uma constante. Houve casos em que apareceram somente alguns debates, e em outros em que eles se combinaram de maneira distinta.

No entanto, os debates e as correntes discutidos fornecem, para os casos particulares, as bases para a elaboração de modelos análogos.

Busco demonstrar, brevemente, a seguir, como este modelo pode se aplicar ao caso do Brasil da Primeira República.⁵⁰

Em relação aos quatro debates estratégicos analisados (organização, reformas, violência e organização específica anarquista), no Brasil, até os anos 1930, foram o primeiro e o segundo que tiveram maior importância. Não houve expressões consideráveis de defesa da propaganda pelo fato e, ainda que militantes como Neno Vasco e José Oiticica sustentassem a necessidade da organização específica anarquista, poucas experiências se concretizaram, como a Aliança Anarquista de 1918 e o Partido Comunista (libertário) de 1919.

Em relação aos dois primeiros debates no Brasil da Primeira República, Samis aponta que havia duas estratégias fundamentais defendidas pelos anarquistas:

Uma primeira, defendida pelo *O Amigo do Povo*, a organizacionista, buscava uma relação entre os libertários, com vistas ao estabelecimento da tese malatestiana de partido. Em conformidade com esta perspectiva viam no sindicato um excelente meio para unir trabalhadores e fazer a necessária propaganda, objetivando criar uma organização anarquista com base operária sólida. [...] Em oposição, a tendência antiorganizacionista suspeitava da aproximação excessiva entre

⁵⁰ Utilizo como base, aqui, minhas próprias reflexões, que estão mais detalhadamente expostas em Corrêa (2011a).

anarquistas e sindicalistas. Pensavam os dessa vertente que a constituição de grupos estáveis, com relações sólidas e permanentes, alheios muitas vezes à efemeridade de determinados objetivos, era um desvio da essência mesmo do anarquismo. No ano de 1905, o periódico *La Battaglia*, reduto dos antiorganizacionistas, sintetizava suas teses no grupo La Propaganda. (Samis, 2009a, p. 161)

Os organizacionistas, majoritários, defendiam a atuação anarquista nos sindicatos e os antiorganizacionistas eram contrários a esta atuação; além das posições favoráveis e contrárias à organização, o debate envolve também a questão dos ganhos de curto prazo, das reformas – ao passo que os primeiros lhes eram mais favoráveis, os segundos, em grande medida, lhes opunham.

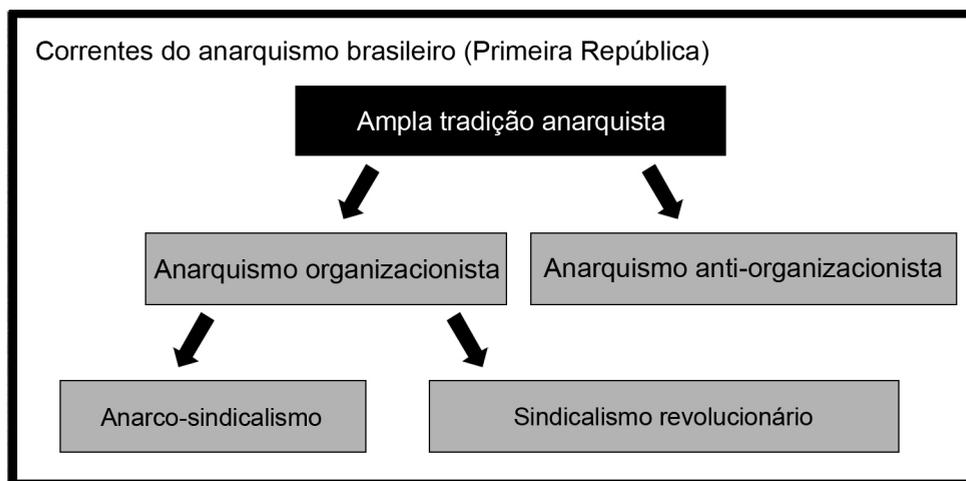
Dentre os organizacionistas brasileiros, o debate entre os defensores das abordagens sindicalistas e aquelas que sustentam a mobilização de massas, mas anti-sindicalistas, praticamente não teve expressão. O debate entre sindicalistas revolucionários e anarco-sindicalistas, distintamente, teve alguma importância, ainda que os primeiros tenham sido hegemônicos em todo o período.

No meio organizacionista, que em tese aceitava o sindicalismo como campo tático, ainda assim não havia unanimidade. Partilhavam dessa posição duas correntes: uma, a qual estava filiado Neno [Vasco], sempre fiel a Malatesta, que defendia a neutralidade dos sindicatos e a não subordinação destes ao anarquismo ou a qualquer doutrina social; e outra que, apoiada em experiências como a da FORA do V Congresso, na qual o anarquismo havia tacitamente sido recomendado como ideologia aos congressistas, via no “finalismo” uma atitude mais conseqüente. (Samis, 2009a, pp. 337-338)

A primeira posição relaciona-se ao sindicalismo revolucionário e a segunda ao anarco-sindicalismo.

Partindo dos debates estratégicos anteriormente discutidos, e concebendo um modelo para a análise do anarquismo no Brasil da Primeira República, a partir das definições anteriormente elaboradas, é possível representar graficamente as correntes anarquistas e os debates estratégicos mais relevantes no seguinte gráfico:

Correntes do anarquismo brasileiro (Primeira República)



(Corrêa, elaborado para este estudo)

A base deste modelo analítico pode ser utilizada para a compreensão do anarquismo e suas correntes em contextos particulares. O procedimento adotado neste caso parece ser também adequado para outros casos.

Partindo da definição de anarquismo, pode-se verificar qual é o conjunto completo de dados total a ser avaliado. Em seguida, mapeando os debates mais relevantes entre os anarquistas, e utilizando as chaves aqui propostas, é possível verificar quais foram as questões que mais dividiram os anarquistas. Deve-se ter cuidado para adotar critérios que não se sobreponham. Enfim, desta maneira, parece factível chegar a um modelo contextual para compreender as correntes.

Capítulo 5

Surgimento, Extensão e Impacto do Anarquismo

Quando falamos de anarquismo, e de segmentos do campo do socialismo, [...] embora o objeto de investigação encontre-se ancorado no campo ideológico, ele, além de representar uma aspiração passível de identidade temporal, necessariamente atravessa a encruzilhada entre filosofia e história. Situação que vincula o pensamento anarquista a uma longa linhagem que deve, sem a perda de sua riqueza e diversidade, ser analisada em seu tempo com todos os desdobramentos verificáveis até o presente.

Alexandre Samis

Este capítulo discute alguns elementos da historiografia do anarquismo. Analisa seu surgimento, extensão e impacto, e apresenta iniciativas com as quais os anarquistas estiveram e, em alguns casos, ainda estão envolvidos.

Elaboro as reflexões sobre o surgimento do anarquismo a partir de uma breve exposição do contexto histórico da segunda metade do século XIX e sustento que foi somente naquela circunstância que o anarquismo teve as devidas condições para conformar-se e espalhar-se pelo mundo, tendo a Primeira Internacional sido central neste processo. A trajetória anarquista usufruiu de uma estrutura criada pelo capitalismo, pelo Estado Moderno e derivou do movimento socialista, que articulava naquele momento os oprimidos em lutas contra os efeitos da modernização. Em menos de 20 anos, de 1868 a 1886, o anarquismo estava plenamente estabelecido em países das Américas, da Europa e da África, com influência considerável em movimentos populares de massas de caráter sindical e revolucionário.

No que diz respeito à extensão e o impacto do anarquismo, analiso sua presença geográfica e histórica, defendendo que ela foi global, do ponto de vista territorial, e permanente, do ponto de vista temporal. Contraponho o foco dos estudos de referência no eixo Atlântico Norte, apontando as destacadas experiências levadas a cabo na América Latina, Ásia e África, e questiono não somente as abordagens ahistóricas, mas também as restritas, indicando que a história do anarquismo pode ser estudada por meio de cinco ondas que se estendem dos anos 1860 ao presente.

Reflito sobre os grandes episódios em que os anarquistas estiveram envolvidos, antes e depois de 1939, contestando as teses sobre o fim do anarquismo neste ano e da “excepcionalidade espanhola”, e evidenciando que, em numerosas circunstâncias, o anarquismo converteu-se em extensos movimentos de massas, inclusive depois da Revolução Espanhola. Discuto,

ainda, as classes sociais mobilizadas pelos anarquistas, sustentando que foram mobilizadas todas as classes dominadas, incluindo camponeses e trabalhadores dos campos mas, principalmente, trabalhadores assalariados urbanos.

Finalmente, enumero outras iniciativas que fizeram parte da história anarquista: redes internacionais, sindicalismo, educação popular, atentados, grupos e organizações anarquistas, finalizando com algumas experiências mais recentes, ocorridas dos anos 1950 em diante.

Os fios condutores desta análise continuam a ser as obras de Schmidt e van der Walt. Para além do abundantemente citado *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism* (Schmidt e van der Walt, 2009), os livros em que me apóio são: *Cartographie de l'Anarchisme Révolutionnaire* (Schmidt, 2012a), *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940* (van der Walt e Hirsch, 2010a) e *Global Fire: 150 fighting years of international anarchism and syndicalism* (Schmidt, van der Walt, no prelo (a)), esta última, uma obra magistral que vem sendo produzida há uma década e meia e está sendo finalizada, cujos originais me foram disponibilizados pelos autores. Em alguns casos, utilizei outras referências, que também estão citadas ao longo do texto.

Retomo, neste capítulo, um esboço de “história do anarquismo” que elaborei, de modo cronológico e muito superficial, em *Surgimento e Breve Perspectiva Histórica do Anarquismo* (Corrêa, 2013a). Evidentemente, tanto este escrito quando o presente capítulo não constituem estudos historiográficos, cujas exigências seriam infinitamente maiores do que as que tomei em conta. Ambos visam tão-somente compilar e resumir produções sobre o tema e apresentar um guia de leitura, um índice de nomes de grupos, organizações e episódios com os quais o anarquismo esteve envolvido.

Certamente, considerando a abundância de dados envolvidos na análise, há muitas informações que poderão ser complementadas ou mesmo corrigidas. Ainda assim, mesmo com as imensas limitações deste tipo de produção, parece-me ser importante trabalhar neste mapeamento, de maneira que outras pesquisas, mais aprofundadas, possam ser realizadas, usufruindo dos elementos aqui colocados.

As indicações bibliográficas que aparecem entre parênteses, na maioria dos casos, mais do que subsidiar minhas afirmações, constituídas em geral com base nas obras dos sul-africanos, permitem conhecer mais profundamente os casos em questão.

CONTEXTO HISTÓRICO E SURGIMENTO

O anarquismo surgiu em um contexto histórico particular, que contou com mudanças sociais de imensa envergadura, em todas as esferas, e que culminaram no século XIX. Conforme sustenta Silva, foi aquela circunstância que proporcionou as condições para o surgimento do anarquismo.

É possível compreendermos a emergência do anarquismo, como intimamente ligada ao contexto histórico do século XIX de formação da classe trabalhadora. Neste contexto rico de lutas, os trabalhadores se organizavam e ameaçavam governos e patrões com o espectro do socialismo. O anarquismo surge desta efervescência das lutas dos trabalhadores na segunda metade do século XIX, num quadro de desenvolvimento industrial e tecnológico sem grandes precedentes, mas também como anteriormente mencionado, de formação de uma consciência de classe que envolve sistemas de referências, valores e tradições, que possuem raízes em lutas anteriores. Muito mais do que uma mera construção teórico-filosófica, o anarquismo fincou sua raiz exatamente no interior das discussões sobre quais seriam os meios de se atingir a sociedade socialista: discussões que se davam no contexto das lutas da classe trabalhadora. (Silva, 2011a, pp. 22-23)

Corroboro esta tese da emergência do anarquismo na segunda metade do século XIX, diretamente vinculada às classes dominadas e à própria trajetória do socialismo. Exponho, a seguir, com algum detalhe, alguns elementos deste contexto de surgimento do anarquismo.

Segundo van der Walt e Hirsch (2010b, p. xxxiv), durante o século XIX o capitalismo fortalecia-se e globalizava-se, a partir da integração das estruturas econômicas mundiais, dentro de marcos estabelecidos pela Revolução Industrial, “com a primeira economia global surgindo nos anos 1870”, a qual, para alguns autores, poderia, inclusive, ser considerada uma Segunda Revolução Industrial. Ao mesmo tempo, os Estados Modernos terminam de se conformar e protagonizam uma expansão imperial considerável, ligada, em grande medida, ao aumento da produção mundial e às novas tecnologias desenvolvidas. Tais processos foram acompanhados de um enorme crescimento na imigração de trabalhadores, com “aumentos sem precedentes na migração trans-oceânica e intracontinental”, e, ao mesmo tempo, de um am-

plo desenvolvimento das tecnologias em geral, em especial dos transportes e das comunicações. A promoção do racionalismo e a circulação de valores modernos, que se destacam com a Revolução Francesa, também devem ser levados em conta, assim como a reorganização das classes sociais e seu protagonismo em conflitos nas cidades e nos campos.

O fortalecimento e a globalização da economia capitalista na segunda metade do século XIX foram marcados pelo crescimento da produção e do comércio. Ainda de acordo com van der Walt e Hirsch (2010b, p. xxxiv), “de 1870 a 1914, a produção e o comércio mundiais cresceram continuamente, com os maiores poderes desenvolvendo o comércio a ponto de o Produto Interno Bruto exceder um crescimento de 35%.” Esta onda de crescimento e globalização, maior do que a ocorrida nos fins do século XX, implicou o desdobramento das mudanças trazidas no bojo da Revolução Industrial e envolveu: a precarização das condições de trabalho; a separação definitiva entre capital e trabalho; a expansão do capitalismo industrial; as inovações tecnológicas nos setores produtivos (siderurgia, química), nas fontes de energia (derivados de petróleo e eletricidade são utilizados para fins de energia motriz), nos transportes e na comunicação; a aceleração nas transações comerciais; a urbanização e o crescimento das cidades; a alta concentração de capitais e a formação de grandes monopólios; as disputas das áreas coloniais, visando matérias-primas, criação de novos mercados, mão de obra, entre outros fatores.

O século XIX também foi palco da consolidação dos Estados Modernos, que concluíam sua passagem às estruturas centralizadas, burocráticas e hierárquicas, responsabilizando-se pela administração de territórios vastos, com fronteiras bem definidas e pela constituição dos exércitos permanentes. Mesmo que este processo tenha se delineado ainda durante o Absolutismo Monárquico do período anterior, nesta fase, ensejada pelos valores modernos e burgueses, os Estados assumiram tais contornos de maneira mais evidente e estável. Os Estados Modernos impõem, particularmente pela violência da repressão, a obediência generalizada ao conjunto de governados, em uma atuação que possui como fundamento a manutenção e a promoção dos interesses das classes dominantes. Trata-se de um aprimoramento da máquina burocrático-administrativa para viabilizar o capitalismo, laicizando-se pouco e pouco e reprimindo as iniciativas em sentido contrário.

Além disso, van der Walt e Hirsch (2010b, p. xxxv) enfatizam que “os contornos do capitalismo, do Estado e das classes populares também foram

profundamente marcados pelo imperialismo.” Além do Império Britânico, que chegou a incorporar um quarto do mundo em 1900,

a próxima onda imperial inclui poderes modernos como Áustria-Hungria, Bélgica, França, Alemanha, Japão, Holanda e Estados Unidos. Impérios pré-modernos em declínio, oscilando entre a modernização e o desmembramento, completam a base da onda imperial: China, Irã, Turquia Otomana, Portugal, Rússia e Espanha. (van der Walt e Hirsch, 2010b, p. xxxiv)

Incluindo enormes territórios, com grandes arrecadações de impostos e fortes exércitos, os Estados imperialistas multiplicam as políticas externas para satisfazer os interesses das classes dominantes e dos grandes monopólios nacionais, por meio da dominação de outras nações.

Esta expansão capitalista e estatista foi acompanhada de imensos fluxos migratórios e de um alto desenvolvimento tecnológico. As imigrações foram estimuladas pela busca de melhores condições de vida, de trabalho, e também pela fuga de perseguições e discriminações políticas e religiosas. O motor a vapor – uma conquista da Revolução Industrial, largamente utilizado até o início do século XX – possibilitou um incremento notável no transporte por trens e barcos; o motor de combustão interna, dentre outras utilizações, impulsionou o transporte rodoviário. Junto a este processo, os correios progrediram, com a criação de regras para unificar a circulação internacional, dinamizando a distribuição de materiais pelo mundo. No campo das comunicações, a prensa rotativa facilitou a impressão de periódicos em alta escala.

Destacam-se, ainda, durante o século XIX, a promoção do racionalismo e de valores que contribuíram com o processo em questão. Abandonam-se, progressivamente, por estímulo prévio do Renascimento e do Iluminismo, as explicações sociais de base teológica e metafísica e estimulam-se as análises fundamentadas na racionalidade, movimento para o qual o surgimento das Ciências Sociais em muito contribuiu. Valores como a liberdade individual e a igualdade perante as leis passam a ser difundidos de maneira mais massiva, assim como a idéia de que as tecnologias poderiam auxiliar a emancipação humana; valores que contribuem também, aos poucos, com o enfraquecimento da influência religiosa. Paralelamente, um aumento na taxa de alfabetização permite maior consumo cultural, incluindo periódicos e livros.

Em termos globais, notam-se duas situações relativamente distintas. De um lado, o capitalismo moderno em processo de consolidação por

meio do crescimento industrial; seus centros encontram-se na Europa Ocidental, nos Estados Unidos e no Japão, os quais se ampliam rapidamente, juntamente com uma classe de trabalhadores assalariados e urbanos, que se envolve constantemente em conflitos trabalhistas. De outro, economias menos desenvolvidas, de base agrária, como nos países da América Latina, na China, na África, no mundo islâmico e mesmo em outras partes da Ásia e da Europa; nestas localidades, trabalhadores rurais e camponeses protagonizam conflitos em torno da propriedade da terra. Em ambas as regiões, mesmo com a ascensão progressiva do proletariado industrial, o campesinato constitui uma classe importante, em termos numéricos e também por seu envolvimento nos conflitos, em contextos freqüentemente marcados pelo crescimento do comércio de produtos agrícolas.

Os conflitos sociais nas cidades e nos campos acarretam lutas durante todo o século XIX: lutas de independência e antiimperialistas, revoltas camponesas e de escravos, conflitos de operários e artesãos nas cidades; muitas delas tiveram participação dos oprimidos, com maior ou menor protagonismo. Entre muitos outros conflitos do período, podem-se citar: a Guerra de Independência do México (1810) e a luta contra o imperialismo francês, representado por Maximiliano da Áustria (1864-1867); as insurreições dos operários da seda lioneses, em 1831 e 1834, na França; a Cabanagem (1835-1840), a Revolta dos Malês (1835) e a Balaiada (1838-1841), no Brasil; as Revoluções de 1848, na Europa; as Guerras de Independência Italiana (1848-1866); as lutas entre as forças de resistência de Abd el-Kader na Argélia contra a França; a resistência anticolonial no Senegal, realizada pelos nômades tuaregues no Saara; as várias guerras de independência nas Américas; a Greve Geral de 1842, na Inglaterra; a Rebelião Taiping (1851-1864), na China e a Revolta dos Sipaios (1857-1858), na Índia. Os conflitos sociais, em geral, contribuem com a noção de que a ação humana poderia modificar o futuro; particularmente, os conflitos de classe fortalecem a concepção de que os oprimidos, por meio de sua própria ação, poderiam transformar a sociedade em seu próprio favor.

Para van der Walt e Hirsch (2010b, p. xxxv), “a industrialização, a formação das classes e dos conflitos de classe proporcionaram as forças sociais que seriam mobilizadas por anarquistas e sindicalistas”; forças estas que seriam forjadas entre os trabalhadores assalariados e o campesinato, ainda que precarizados e marginalizados, em geral, tenham, também, tido papel marcante.

Considero que o surgimento do anarquismo está diretamente associado a este contexto histórico particular. Juntamente com o desenvolvimento de uma estrutura de dominação capitalista, estatista e pautada nos valores modernos, surgem inimigos das classes dominantes que, não se sentindo contemplados pelas ideologias políticas em voga, elaboram, a partir de uma inter-relação prática-teórica, os elementos basilares do anarquismo.

Os próprios circuitos e centros do imperialismo, do capitalismo industrial, e das formações do Estado [moderno] proporcionaram os vínculos em que esses inimigos, anarquistas e sindicalistas, surgiram. As primeiras mobilizações da globalização para o trabalho na indústria e para as guerras espalharam o radicalismo e conectaram os radicais, suas comunicações baratas por meio de navios a vapor, telégrafos, sua imprensa a preços populares provieram os meios para um contato contínuo e seus novos centros industriais ofereceram as possibilidades para os recrutamentos sindicais em massa. (van der Walt e Hirsch, 2010b, p. xxxiv-xxxv)

Segundo os autores, foi este momento do século XIX que permitiu o surgimento e o espalhamento do anarquismo.

O trabalho capitalista desumano, que implicava jornadas extenuantes e péssimas condições de trabalho, contribuiu para o fortalecimento das posições anticapitalistas. Os Estados brutais, baseados na repressão e na intervenção expansionista, colaboraram com o estabelecimento de posições antiestatistas. O racionalismo e os valores difundidos contribuíram para que se elaborassem análises críticas da realidade e objetivos de transformação revolucionários e socialistas.

Experiências históricas precedentes demonstravam, crescentemente, a necessidade de um projeto próprio das classes dominadas e de um movimento transformador que as tivesse como centro; não podiam, conforme foi sendo percebido, continuar a ser utilizadas na construção de projetos das classes dominantes. Tradições políticas anteriores, pautadas na tomada violenta do poder por minorias conscientes, demonstravam sua ineficácia na emancipação dos trabalhadores e apontavam para a necessidade de processos transformadores de bases mais amplas e democráticas, que pudessem, de fato, promover a liberdade, a igualdade e a fraternidade. A diminuição da influência da Igreja permitia que diversos espaços de lazer fossem politizados e, juntamente com alternativas no campo da educação, robustecessem uma determinada cultura de classe.

Os extensos fluxos migratórios e o aperfeiçoamento das comunicações permitiram a conexão permanente entre militantes e o fortalecimento do internacionalismo; movimento que se relaciona diretamente com o desenvolvimento dos transportes, dos correios e da comunicação. Rodovias, trens e barcos não apenas se aprimoravam, mas apareciam cada vez em maior número e com os custos mais acessíveis; as viagens tornavam-se mais constantes, assim como o deslocamento de militantes dentro e fora de seus países. O aumento de eficácia dos correios possibilitou a troca permanente de correspondências e publicações entre anarquistas de diferentes lugares do mundo. Os progressos químicos e da prensa rotativa a vapor contribuíram com o crescimento na difusão de informações, no número de publicações e com seu barateamento; a melhoria da educação permitiu que um número crescente de trabalhadores lesse essas publicações. Este avanço tecnológico possibilitou que os anarquistas entrassem em contato, se comunicassem, trocassem publicações, possibilitando a rápida difusão e o espalhamento do anarquismo.

A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)

Foram estas condições históricas que, somadas às iniciativas de um número considerável de trabalhadores, possibilitaram que, com as visitas mútuas entre operários ingleses e franceses, a partir de 1862, se preparasse a fundação da AIT, que ocorreu em 1864, ficando conhecida posteriormente como Primeira Internacional.

Fundada em Londres, por obra do proletariado francês, hegemonicamente mutualista proudhoniano, e do proletariado inglês, na maioria trade-unionista, a AIT visava criar um organismo internacional no qual a classe trabalhadora pudesse se associar para discutir projetos comuns. A AIT constituiu o espaço privilegiado, alguns anos depois de sua fundação, para o surgimento do anarquismo.

A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), ou Primeira Internacional, proporcionou todas as pré-condições para que o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária se consolidassem: importantes setores do operariado e do campesinato haviam adquirido uma consciência revolucionária, internacionalista e tinham criado uma federação internacional de suas próprias orga-

nizações, baseada fundamentalmente nos trabalhadores organizados. (Schmidt, 2012a, p. 54)

Num primeiro momento, a Internacional dedicou-se, em nível local, por meio de suas seções, às articulações de trabalhadores e, internacionalmente, ao estabelecimento de suas bases de acordo. Realizou, inicialmente, congressos anuais, a partir de 1866.

De acordo com Samis (2011, pp. 131-157), o primeiro congresso, realizado em Genebra, na Suíça, em 1866, além de aprovar os estatutos gerais da associação, deliberou pela estrutura federalista que seria adotada, incluindo uma estrutura de *bureaux* regionais que articulariam as comunicações com as seções locais e o Conselho Geral, o qual deveria, além de constituir um nó para distribuição das comunicações, funcionar como um órgão executivo da associação.

O segundo congresso, realizado em Lausane, na Suíça, em 1867, ainda marcado pelas posições hegemonicamente mutualistas, deliberou, entre outras coisas: o estímulo às cooperativas de crédito e de produção, nas quais se deveria fazer penetrar o espírito mutualista e federalista; a necessidade de redução das jornadas de trabalho, da extinção do trabalho assalariado e da repartição dos produtos entre os trabalhadores, de maneira a promover a emancipação social.

O terceiro congresso, realizado em Bruxelas, na Bélgica, em 1868, marcou um momento de radicalização da AIT que, até então, mantinha-se bastante moderada. Aprovaram-se incentivos à criação de novos sindicatos e ao ingresso das massas na AIT; a associação também recomendou o método federalista, devendo as decisões nos sindicatos ser tomadas pelas bases e com as delegações submetidas ao controle dos trabalhadores; aprovou que se deveria incentivar a luta pela redução da jornada de trabalho, por meio de greves, além do aumento de combatividade das cooperativas operárias. Aprovaram-se, ainda, como perspectivas para o movimento operário, a condenação do sistema capitalista e a necessidade de os trabalhadores expropriarem os capitalistas de seus instrumentos de produção. Os próprios movimentos populares que constituíam as bases da Internacional radicalizaram-se neste período.

Este congresso marcou uma mudança importante na correlação de forças interna da associação. A hegemonia federalista, vigente em toda a existência da Internacional, modificou-se naquele ano. O mutualismo, um

dos campos federalistas, cedeu espaço para outro, o coletivismo, conforme explica Samis:

No geral, Bruxelas representou o triunfo do coletivismo sobre o mutualismo, ainda que este tenha sobrevivido, como se viu, residualmente em algumas resoluções. Este, apesar de enfraquecido nos seus eixos centrais, foi capaz de servir de complemento ao coletivismo que, nas suas linhas gerais, [...] influenciaria sobremaneira o sindicalismo revolucionário. (Samis, 2011, p. 156)

Durante esta radicalização, antigos mutualistas passam às fileiras coletivistas e chegam outros revolucionários à Internacional, em geral com bons níveis de instrução e com um passado de lutas que incluía participação nas insurreições de 1848 e 1849. Contaram também, para essa radicalização, as próprias experiências das lutas dos trabalhadores. A eficácia das greves e mobilizações mais combativas, os limites das atuações exclusivamente por meio das cooperativas, as frustrações com as eleições entre outros fatores pareciam mostrar aos trabalhadores, por meio de sua própria atuação, os caminhos que deveriam ser tomados para promover a revolução e o socialismo.

O quarto congresso da Internacional, realizado na Basileia, na Suíça, em 1869, marcou, definitivamente, a hegemonia coletivista, e deliberou, entre outros pontos: a recomendação de que o movimento operário reivindicasse a propriedade coletiva e o fim das heranças, de maneira a concretizar a realização do socialismo, além da necessidade de fortalecimento das sociedades de resistência.

A partir de então, vieram à tona, de maneira bem evidente, os conflitos entre federalistas, dentre os quais se encontravam os anarquistas, e centralistas, que estavam, principalmente, em torno do Conselho Geral. A Comuna de Paris, com todas as implicações posteriores, e a Conferência de Londres, de 1871, que teve participação restrita, sem representação das seções, construíram o palco da cisão que se daria em 1872, no quinto congresso da associação, em Haia. Este congresso marcou a cisão do movimento operário internacional. Uma minoria, centralista, com influência nas seções da Alemanha e da Inglaterra, logo se desmobilizou e, com a decisão de transferir o Conselho Geral para Nova York, declarou morta a Internacional em 1876. Uma maioria, federalista – com influência nas seções da Espanha, da Itália, da Bélgica, da Suíça, da França e dos Estados Unidos – reuniu-se, ainda em 1872, e fundou a Internacional Antiautoritária, que deu continuidade à AIT até 1877. (Guillaume, 1985, 2009a, 2009b; Samis, 2009, 2011; Enckell, 2004)

Considero que o surgimento do anarquismo está diretamente relacionado à AIT, em especial a este momento de radicalização e da mencionada mudança na correlação de forças entre mutualismo e coletivismo. Se tivermos de apontar um ano em particular, parece ser razoável considerar que o anarquismo emerge em 1868, especialmente como um setor do coletivismo federalista da Internacional. É neste momento que creio ser possível encontrar, nomeadamente, um conjunto de militantes que podem ser chamados, de maneira adequada, de anarquistas.

A AIT criou uma estrutura orgânica, com presença em diversos países, que possibilitou a articulação permanente de trabalhadores, movimentos classistas e internacionalistas e que, em meio às suas produções teóricas e práticas, amadureceram e radicalizaram suas posições. Mobilizações locais ganharam apoio e encorajaram a solidariedade de classe; experiências positivas e negativas foram utilizadas nas reflexões críticas para a continuidade do movimento; discutiram-se questões centrais do movimento operário em geral, e do socialismo em particular. Todos esses elementos, a meu ver, foram imprescindíveis para o surgimento e a trajetória posterior do anarquismo.

A Aliança da Democracia Socialista (ADS)

A força do coletivismo na AIT, evidente em 1868, mas, estabelecida plena e hegemonicamente no congresso do ano seguinte, foi reforçada com a radicalização de muitos mutualistas proudhonianos. Samis (2011, p. 149), ao relatar esta mudança, colocou que “não se tratava apenas de uma modulação no discurso, mas de um deslocamento da raiz metodológica e dos meios através dos quais deveriam os militantes valer-se para operar a tão sonhada ruptura”; ou seja, era uma radicalização que, em meio a um contexto histórico determinado, procurava adequar as práticas políticas militantes aos objetivos revolucionários estabelecidos.

No entanto, isso não foi algo que ocorreu com todos os mutualistas. Conforme argumenta Samis (2011, p. 150), um determinado grupo, mantendo-se fiel às suas posições originais, não acompanhou esta radicalização, e terminou por sustentar concepções políticas moderadas e conservadoras frente a episódios práticos da luta dos trabalhadores, como no caso da Comuna de Paris. O acirramento das lutas neste contexto terminou separando aqueles que permaneceram no campo mutualista e os coletivistas. Ainda

que se possa falar em mutualismo e coletivismo como “formas históricas específicas de uma mesma tradição antiautoritária e federalista”, o fato é que este processo de radicalização da AIT, de passagem de parte significativa dos mutualistas para o campo coletivista, e a separação clara entre os dois campos, parece-me ter sido central para o surgimento do anarquismo.

Ao mesmo tempo, isso não significa reduzir o coletivismo ao anarquismo; o segundo, na realidade, surgiu como uma corrente, provavelmente majoritária, do primeiro, graças à conjunção de dois setores que se encontraram em 1868, e que constituíram as bases da Aliança, ou ADS, primeira organização específica anarquista da história. Estes setores tinham origens distintas e não eram homogêneos. Um deles era composto por revolucionários instruídos, de proveniência mais ou menos privilegiada, que, renunciando sua origem de classe, se aproximavam progressivamente do socialismo, depois de um passado de lutas que incluía, em alguns casos, participações armadas na Primavera dos Povos. O outro era composto por operários, menos instruídos e provenientes da classe trabalhadora, que já faziam parte da Internacional e muitos dos quais estavam envolvidos com as crescentes mobilizações sindicais do momento.

O primeiro setor havia rompido com a Liga da Paz e da Liberdade e ingressado na AIT. A ele pertenciam: Bakunin, russo, ex-participante dos levantes armados e das revoltas populares na França, em 1848, em Praga, na Boêmia e em Dresden, em 1849, e futuro participante das insurreições de Lyon, em 1870, e de Bolonha, em 1874; Reclus, francês, geógrafo e futuro *communard*; Aristide Rey, francês e futuro *communard*; Valérien Mroczkowski, polonês e futuro participante do levante de Marselha; Albert Richard, francês, jornalista e futuro participante da insurreição de Lyon; Nicolas Jukovski, russo e futuro participante do levante de Marselha; Giuseppe Fanelli, italiano, arquiteto, ex-deputado e ex-combatente garibaldino; Saverio Friscia, italiano, médico, ex-deputado e participante da insurreição siciliana de 1848; Alberto Tucci, italiano e advogado, entre outros. O segundo setor já fazia parte da Internacional e se somou ao processo. A ele pertenciam: Jean-Philippe Becker, alemão, jornalista, jardineiro, fabricante de vassouras, a depender do momento, e um dos chefes militares da insurreição de Baden, em 1849; François Brosset, suíço, serralheiro e uma das lideranças da greve dos operários da construção de março e abril de 1868; Th. Duval, suíço, marceneiro e dirigente operário; L. Guétat, suíço e sapateiro; Charles Perron, suíço, pintor e, posteriormente, cartógrafo; Zagorski, polonês. Estes internaciona-

listas compuseram o primeiro bureau central da ADS. Algum tempo depois, ingressaram na ADS três notáveis militantes: James Guillaume, professor e fundador da seção da AIT no Locle, Suíça; Adhémar Schwitzguébel, gravador, dirigente sindical e fundador da seção da AIT em Sonvillier, Suíça; Eugène Varlin, encadernador, dirigente sindical, destacado militante da AIT, o qual se tornaria, posteriormente, o principal combatente federalista da Comuna de Paris. Outros membros importantes da ADS foram: Benoit Malon, francês, tintureiro, dirigente sindical e futuro *communard*; Gaspard Sentiñon, espanhol e médico; Louis Palix, francês, alfaiate e futuro participante da insurreição de Lyon; Rafael Farga-Pellicer, espanhol, tipógrafo; Carlo Gambuzzi, italiano, advogado, ex-garibaldino e participante das batalhas de Aspromonte e Mentana; Paul Robin, francês e professor; Francisco Mora, espanhol e sapateiro; Tomás Gonzáles Morago, espanhol e gravador. (Cf. Guillaume, 1985, 2009b; Samis 2011)

Os membros da Aliança não concordavam que “a consciência política e a estratégia revolucionária eram resultados diretos, inevitáveis e imediatos da opressão”; assim, uma “ação coletiva exigia táticas e estratégias, que implicavam tanto pensamento como ‘instinto’ e motivação. A ação coletiva exigia que uma minoria militante educasse, agitasse e organizasse sem qualquer noção de controlar as massas.” (Leier, 2006, p. 198) Essa minoria era a própria ADS, organização específica anarquista que, em seus estatutos de 1868, assim declarava seu duplo objetivo:

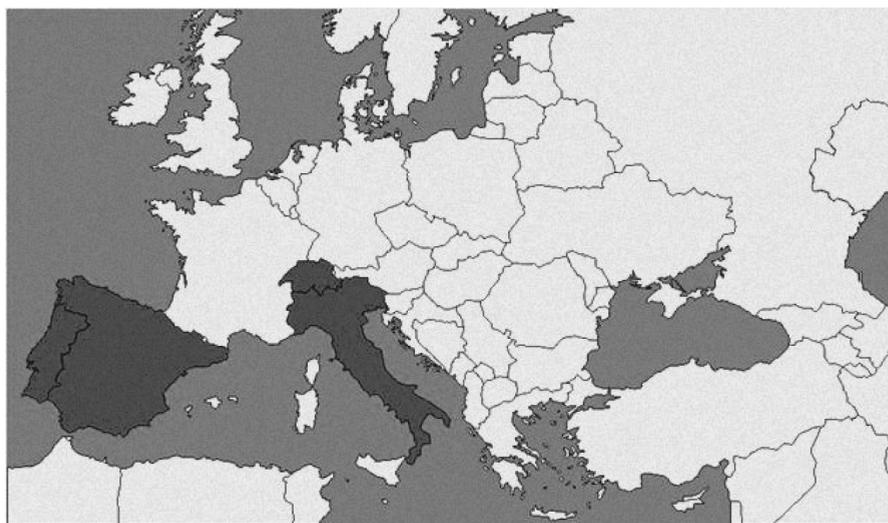
a.) Ela se esforçará propagar entre as massas populares de todos os países as verdadeiras idéias sobre a política, sobre a economia política e sobre a economia social e sobre todas as questões filosóficas. Ela fará uma ativa propaganda por meio de jornais, das brochuras e dos livros, assim como por meio da fundação de associações públicas. b.) Ela buscará filiar todos os homens inteligentes, enérgicos, discretos e de boa vontade, sinceramente devotados a nossos ideais – a fim de formar em toda a Europa e em todas as localidades possíveis, incluindo a América, uma rede invisível de revolucionários devotados e empoderados por essa própria aliança. (Bakunin, 2000c)

Esta organização anarquista, que teve existência pública e secreta, a depender da situação, concebeu sua estratégia pautada no dualismo organizacional. Ainda que ela tenha sido pouquíssimo estudada, e que haja dúvidas

expressivas sobre sua história, é possível afirmar⁵¹ que a ADS, por um lado, buscou criar e estimular organizações de massas e veículos de propaganda pública; suas posições defendidas na AIT, as quais definiram as bases do sindicalismo de intenção revolucionária, constituem o primeiro pilar deste dualismo. Por outro, a Aliança buscou articular uma organização política, um pequeno “partido”, como dizia Bakunin, que teria como objetivo fortalecer a intervenção da ADS entre as massas.

A ADS foi fundada em 1868 e, a partir de então, teve atuação determinante. No nível de massas, a atividade predominante dos militantes aliancistas foi a criação da AIT em países onde ela ainda não existia e, em outros casos, a criação de novas seções da Internacional onde ela já estava em funcionamento. Tais foram os casos da Espanha, da Itália, de Portugal e da Suíça. Eles também estimularam, aparentemente por correspondência, a fundação de uma seção da AIT no Uruguai, apesar de não terem presença de militantes na América Latina.

Presença da ADS



(Corrêa, elaborado para este estudo)

51 Tomando como base os documentos escritos por Bakunin e episódios históricos descritos por Guillaume (1985), membro da ADS, além das obras de Nettlau (2008, no prelo, 1977) e Leier (2006), principais biógrafos, um clássico e outro contemporâneo, de Bakunin.

Criando ou participando das seções da AIT, estes anarquistas promoveram programas que, entre outros pontos, sustentavam a necessidade de mobilizações amplas de trabalhadores, articulados em movimentos classistas, para a realização de lutas populares combativas, independentes e organizadas em bases federalistas, que deveriam ser capazes, ao mesmo tempo, de proporcionar conquistas imediatas aos trabalhadores, mas também, de caminhar rumo à revolução social e ao socialismo, passando necessariamente pela derrubada do capitalismo e do Estado.

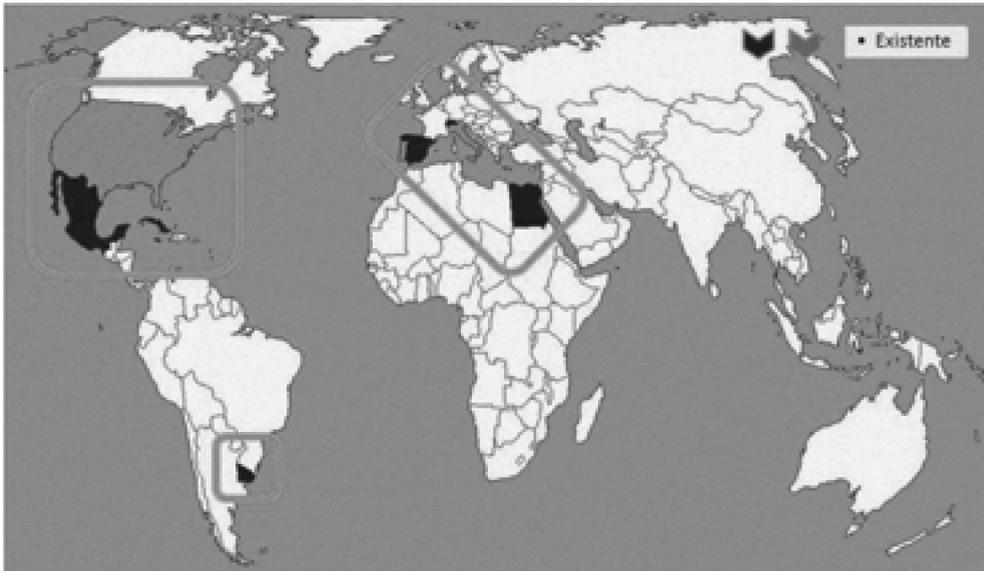
No nível político, os aliancistas investiram na criação de seções da ADS nos países, visando potencializar este programa de massas e dar maior organicidade aos militantes anarquistas; a depender dos contextos, a Aliança parece ter tido maior ou menor organicidade.

Conformação do anarquismo entre 1868 e 1886

O surgimento, o espalhamento e a conformação plena do anarquismo ocorreram no intervalo de menos de 20 anos, compreendido entre 1868 e 1886. Neste período, o anarquismo se estabeleceu não somente na Europa ocidental, mas também na América no Norte, na América Latina e no norte da África. Suas principais fortalezas estavam nos seguintes países: Cuba, Egito, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, México, Portugal, Suíça e Uruguai.

Este processo está diretamente vinculado ao sindicalismo de intenção revolucionária, fortalecido e difundido no seio da Internacional – conforme sustentei anteriormente, de acordo com Leval (2007), como resultado da teoria e prática de Bakunin e da ADS no seio da AIT – e que, em seguida, foi insistente e constantemente promovido pelos anarquistas. Parece evidente que este tipo de sindicalismo não surgiu com a CGT francesa em 1895, mas que deriva diretamente das atividades anarquistas, constituindo sua principal estratégia de ação neste período entre 1868 e 1886, e também de depois, quando ele se difunde, principalmente por obra dos anarquistas, para outras localidades no mundo. Os elementos historiográficos discutidos a seguir subsidiam o argumento anterior, de que sindicalismo revolucionário e anarco-sindicalismo são estratégias anarquistas.

Conformação do anarquismo entre 1868 e 1886



(Corrêa, elaborado para este estudo)

Enumero a seguir as iniciativas e os episódios mais expressivos deste período que contaram com protagonismo anarquista.

Em Cuba, o anarquismo consolidou-se entre 1883 e 1885, com a fundação da Junta Central de Artesanos (JCA) e do Círculo de Trabajadores de La Habana (CTH); periódicos como *El Obrero* e *El Productor*, assim como a organização específica Alianza Obrera, inspirada na ADS, são outros bastiões do anarquismo no período. (Fernández, 2000)

No Egito, o anarquismo emergiu em 1876, com imigrantes italianos que constituíram, em 1877, uma seção da Internacional e, em 1881, o Círculo Europeu de Estudos Sociais.⁵² (Schmidt e van der Walt, no prelo (b); Gorman, 2010)

Na Espanha, a Federación Regional Española (FRE) foi fundada em 1870 e, três anos depois, chegou a ter 60 mil trabalhadores da cidade e do campo federados; deu origem à Federación de Trabajadores de la Región

⁵² Na África do Sul, apesar de menos expressivo neste período, o anarquismo deu seus primeiros e ainda tímidos passos em 1886, por obra da propaganda de imigrantes ingleses. Entretanto, ele terá um ascenso mais expressivo somente alguns anos depois. (van der Walt, 2009, 2010)

Española (FTRE), criada em 1881. As Revoltas Cantonalistas de 1873, que pretendiam estabelecer por meio das armas um federalismo radical, envolvendo a autonomia das cidades e das federações de cidades (cantões), contaram com cooperação decisiva dos anarquistas em Granada, Sevilha, Málaga e Alcoi. (Madrid, 2004; Casas, 2006; Lorenzo, 1974; Nettlau, 1977)

Nos Estados Unidos, o anarquismo emergiu com o Congresso de Pittsburgh, em 1883, e com a conformação da International Working People's Association (IWPA), expressão de massas anarquista que, em 1886, chegou a ter 2500 militantes e 10 mil colaboradores. Outros marcos significativos foram: o jornal diário *Chicagoer Arbeiter Zeitung* e a fundação, em 1884, da Central Labor Union (CLU), que chegou a 28 mil trabalhadores, somente em Chicago, em 1886, mesmo ano em que encabeçou a greve pelas oito horas, envolvendo 300 mil trabalhadores nos EUA e terminando com a condenação à morte de cinco militantes anarquistas, conhecidos como Mártires de Chicago, estabelecendo o Primeiro de Maio como dia dos trabalhadores. (Danton, 2010b; Avrich, 1984; Corrêa, 2005)

Na França, militantes da ADS participaram da Comuna de Lyon e do Levante de Marselha, ambos em 1870. Além disso, foram criadas iniciativas no campo da educação, como o Orfanato de Cempuis (1880-1894). Na Comuna de Paris, em 1871, consideravelmente influenciada pela Internacional, os federalistas conseguiram ter hegemonia, apesar de blanquistas e jacobinos estarem em maior número. Os anarquistas, parte minoritária deste setor federalista, participaram de maneira relevante. (Samis, 2011)

A imensa repressão que se seguiu – a qual contou com 30 mil mortos, quase 40 mil detenções e milhares de fugitivos – arrasou o movimento operário francês, que adentrou em uma onda insurrecional, cujos atentados, levados a cabo entre os anos 1880 e 1890, repercutiram, em grande medida, o clima do Congresso de Londres de 1881, que constituiu a Internacional Negra, sem maiores desdobramentos posteriores. (Coelho, 2008; Woodcock, 2002, vol. II; Nettlau, 2008, no prelo; Marshall, 2010)

Na Itália, destacam-se algumas iniciativas: o jornal *La Campana*; a Federação Italiana, criada em 1872, que chegou a 30 mil membros em 1873; o Comitê Italiano pela Revolução Social, de 1873, sua participação nas insurreições de Bolonha, em 1874, e de Benevento, promovida pelo Bando de Matese, em 1877. (Pernicone, 2009)

No México, ainda em 1868, foi fundada La Social, organização específica anarquista; em 1869, surgiu o Círculo Proletário e, em 1870, o Centro Geral dos Trabalhadores Organizados, chamado posteriormente de Gran Cír-

culo de Obreros México (GCOM), o qual constituiu uma expressão de massas do anarquismo e chegou a 50 mil membros. Entre 1877 e 1878, o anarquismo chegou ao ápice neste primeiro período. (Hart, 1978; Cappelletti, 1990)

Em Portugal, a AIT, criada por obra de delegados da ADS no país, contava, em 1872, com 20 mil membros. (Samis, 2009a)

Na Suíça, foram conformados a Federação Jurassiana, em 1871, o Anarchistisch-Kommunistische Partei Deutscher Sprache [Partido Anarco-Comunista de Língua Alemã] (AKP), em 1877, e o jornal *Le Revolté*, em 1879. (Guillaume, 1985; Enckell, 1991)

No Uruguai, em 1872, havia já uma seção da Internacional, formada por influência dos anarquistas, que forneceu as bases para a fundação, em 1875, da Federación Regional de la Republica Oriental de Uruguai (FRROU) e, em 1885, da Federación de los Trabajadores de Uruguay, que deu continuidade à sua obra.⁵³ (Mechoso, 2011)

Trajatória posterior e prioridade nas organizações de massas

O dualismo organizacional da ADS, paradigmático no contexto de surgimento do anarquismo, contou com casos semelhantes, como no México, com a organização específica La Social, que articulou os anarquistas para o robustecimento de organismos de massas como o Círculo Proletário e o GCOM.

No entanto, historicamente, este modelo não foi hegemônico. Na imensa maioria dos casos, os anarquistas investiram mais nas estratégias de massas do que em sua articulação política. Seu esforço para a construção do sindicalismo de intenção revolucionária foi sempre muito mais expressivo que a energia empregada na criação de organizações específicas anarquistas ou mesmo outras iniciativas nomeadamente anarquistas como periódicos, escolas, redes etc.

Levando em conta a primeira onda do anarquismo (1868-1894), este foi o caso em países como Egito, Estados Unidos, França, Portugal e Uruguai. Tal tendência manteve-se hegemônica durante o século XX, e a maior parte dos anarquistas concedeu prioridade ao fortalecimento das organizações

53 Dois outros casos sulamericanos, mesmo não tão expressivos, merecem ser mencionados. Na Argentina, o anarquismo começou a aparecer em 1876, com a fundação do Centro de Propaganda Obrera e, depois, do Círculo Comunista Anárquico; visitas de anarquistas italianos possibilitaram a fundação do sindicato dos padeiros, em 1887. (Suriano, 2001) No Chile, em 1872, iniciou-se a constituição, em Valparaíso, de uma seção da AIT e o anarquismo começou a ter mais força alguns anos depois. (Cortés, 2010; Danton, 1995)

de massas. Alguns casos da segunda onda (1895-1923) e da terceira onda (1924-1949) do anarquismo evidenciam esta preferência dos anarquistas às associações massivas, na maioria dos casos de tipo sindical.

Este foi o caso da *Confédération Générale du Travail* (CGT), fundada na França, em 1895, e que, em 1906, elaborou a “Carta de Amiens”, que teve impacto significativo no mundo hispano-lusófono. Chegou a 400 mil membros em 1908 e 850 mil em 1914; criou estruturas de mobilização sindical e um aparato de educação popular sem precedentes. (Thorpe, 2010; Colson, 2004 e anexos; Berry, 2009; Maitron, 1975, 1981) Foi também o caso do *Industrial Workers of the World* (IWW), criado nos Estados Unidos em 1905, que possuía 45 mil membros em 1922, e que teve uma influência notável no mundo anglófono.⁵⁴ Estabeleceu-se em vários países: África do Sul, Alemanha, Austrália, Canadá, Chile, Cuba, Nova Zelândia, Rússia, entre outros. (Portis, 2004, 2003; IWW, 2004; Renshaw, 1999; Thorpe, 2006)

Similarmente, a *Internacional Sindicalista*, fundada em 1922, em Berlim, representava, naquele momento, em torno de 1,5 milhão de trabalhadores de sindicatos dos seguintes países: Alemanha, Argentina, Chile, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Itália, México, Noruega, Portugal, Suécia. (de Jong, 2004 e anexos) A *Asociación Continental Americana de Trabajadores* (ACAT), criada em 1929, que se constituiu como ramo latino-americano da *Internacional Sindicalista*, abarcou mais de 100 sindicatos de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Paraguai, Peru e Uruguai.

Na Europa deste período destacam-se outros empreendimentos organizativos sindicais, cuja participação anarquista foi decisiva.⁵⁵ O *National Labour Secretariat* (NAS), na Holanda, que contava com 22 mil membros em 1922; a *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT), na Espanha, que terá um programa sindicalista revolucionário até 1919, ano em que somava 715 mil membros, e a partir do qual se tornou anarco-sindicalista (Peirats, 2006); a *União Operária Nacional*, em Portugal, fundada em 1914, que chegou a 50 mil membros e deu lugar, em 1919, à *Confederação Geral dos Trabalhadores* (CGT), que alcançou 150 mil membros (Freire, 1992); a *União Sindical Italiana* (USI), criada em 1912, que chegou a 500 mil membros em 1920, e cuja influência anarquista – em geral minoritária, em relação aos socialis-

54 Além da notável influência anarquista, o IWW defendeu, em oposição à *American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations* (AFL-CIO), um sindicalismo revolucionário e combativo, que mobilizou trabalhadores de distintas raças.

55 Os casos sem referência bibliográfica referem-se a de Jong, 2004 e anexos.

tas – destacou-se na gestão de Armando Borghi (Antonioli, 2004); o Freie Arbeiter Union Deutschlands (FAUD), da Alemanha, fundado em 1919 que, em 1922, alcançou 120 mil membros; a Sveriges Arbetares Central (SAC), na Suécia, que em 1922 contava com 32 mil membros. Na França, com a crise da CGT no contexto da Primeira Guerra, foram conformadas: a União Federativa de Sindicatos Autônomos, em 1925, a Confédération Générale du Travail – Syndicaliste Révolutionnaire (CGT-SR), que chegou a 20 mil membros, a Fédération Internationale Syndicaliste Révolutionnaire (FISR) e a Confédération Nationale du Travail (CNT). (Berry, 2009)

Na América Latina, mesmo com as cisões, a FORA constituiu uma das mais destacadas experiências de massas com protagonismo anarquista. A FORA-V, anarco-sindicalista, chegou a 200 mil membros em 1922 e a FORA-IX, sindicalista revolucionária, chegou a 120 mil em 1919. Entre 1929 a 1930, a FORA possuía ainda 100 mil membros. (Colombo, 2004a; Santillán, 2005) No Brasil, a Confederação Operária Brasileira (COB), conformada em 1908 – que abarcou federações operárias locais de São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Porto Alegre –, além de fomentar uma greve geral em 1917 e uma insurreição em 1918, marcou a hegemonia anarquista no movimento operário deste período. (Lopreato, 2000; Addor, 2002; Samis, 2004; Silva, 2012) No Uruguai, foi fundada, em 1905, a Federación Obrera Regional Uruguay (FORU), que possuía 90 mil membros em 1911 (Periódico Rojo y Negro, 2010; Mechoso, 2011), e no Chile, em 1912, a Federación Obrera Regional Chilena (FORCh). (Cortés, 2010; Danton, 1995) Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela também contaram com participação anarquista notável, em geral, vinculada ao movimento operário. (OARS, 2010; García, 2010; CILEP, 2010, 2011; Pazmiño, 2010; Uceda, 2010; Hirsch, 2010) Em Cuba, o anarquismo continuou a ser a força hegemônica nos sindicatos deste período, com destaques para a criação, em 1921, da Federación Obrera de La Habana (FOH), e, em 1925, da Confederación Nacional Obrera de Cuba (CNOC) que, sob influência direta da CNT espanhola, chegou a ter 200 mil membros. (Fernández, 2000)

Na Oceania, foi o sindicalismo revolucionário do IWW – que se estabeleceu no continente, em 1911 na Austrália, e em 1912 na Nova Zelândia – que potencializou as lutas anarquistas e a elas deu visibilidade. (McGuire, 1978/79; Prebble, 2006)

Estes exemplos remetem, novamente, a um dos fundamentos teórico-metodológicos, que discuti anteriormente: a relação entre o anarquismo e seus vetores sociais. Desde seu surgimento, conforme aponte, o anarquismo esteve fortemente – e, em alguns contextos, exclusivamente – dedicado às es-

estratégias de massas, de construção do sindicalismo de intenção revolucionária entre outros movimentos populares. Compreende-se, assim, por que não há como compreender a história do anarquismo dedicando-se exclusivamente às iniciativas específicas e nomeadamente anarquistas. As organizações de massas, de tipo sindical, ou mesmo comunitárias, estudantis, etc. – como nos casos acima citados, em que o trabalho dos anarquistas foi determinante e suas posições, em muitos deles, hegemônicas – têm de ser analisadas, mesmo que contem com trabalhadores que, em sua maioria, não se identifiquem como anarquistas.

Ao tentar explicar como as idéias do anarquismo se difundiram pelo mundo, Schmidt (2012b) elaborou uma teoria segundo a qual o anarquismo teria se irradiado globalmente por meio de quatro vetores; três deles dizem respeito ao sindicalismo de intenção revolucionária. O modelo anarco-sindicalista, ao qual aderem a FRE/FTRE espanholas, ainda no contexto de surgimento do anarquismo, se fortalece com a FORA argentina depois de 1905 e consolida-se com a CNT espanhola depois de 1919, influenciando movimentos em outros países. O modelo sindicalista revolucionário ao qual adere o IWW dos Estados Unidos, espalha-se, a partir de 1905, para diversos países, como África do Sul, Austrália e Canadá. O modelo sindicalista revolucionário da CGT francesa, a partir de 1895, fortalecido em 1906, inspirou organizações como a CGT portuguesa, a COB brasileira e outras, em países como Japão, Moçambique.⁵⁶ Mesmo esta explicação da maneira que o anarquismo se espalhou pelo mundo baseia-se, em ampla medida, nas organizações sindicais de massas.

Sem dúvidas, a trajetória histórica do anarquismo esteve prioritariamente relacionada às estratégias de massas do sindicalismo de intenção revolucionária.

EXTENSÃO E IMPACTO

Analiso aqui a extensão e o impacto do anarquismo e sustento que, em termos geográficos, sua presença foi global, e em termos históricos, per-

56 O quarto vetor concerne às “diásporas anarquistas”, que forçaram, em função da repressão, anarquistas a circularem por todo o mundo: franceses foram para Nova Caledônia e Guiana Francesa; portugueses foram para Angola, Guiné-Bissau, Goa, Moçambique, Timor e Macau; espanhóis foram para Filipinas, Cuba e Ilhas Canárias; Russos e Búlgaros foram para França e Estados Unidos; italianos foram para Estados Unidos e Austrália; uruguaios foram para a Suécia, entre muitos outros casos.

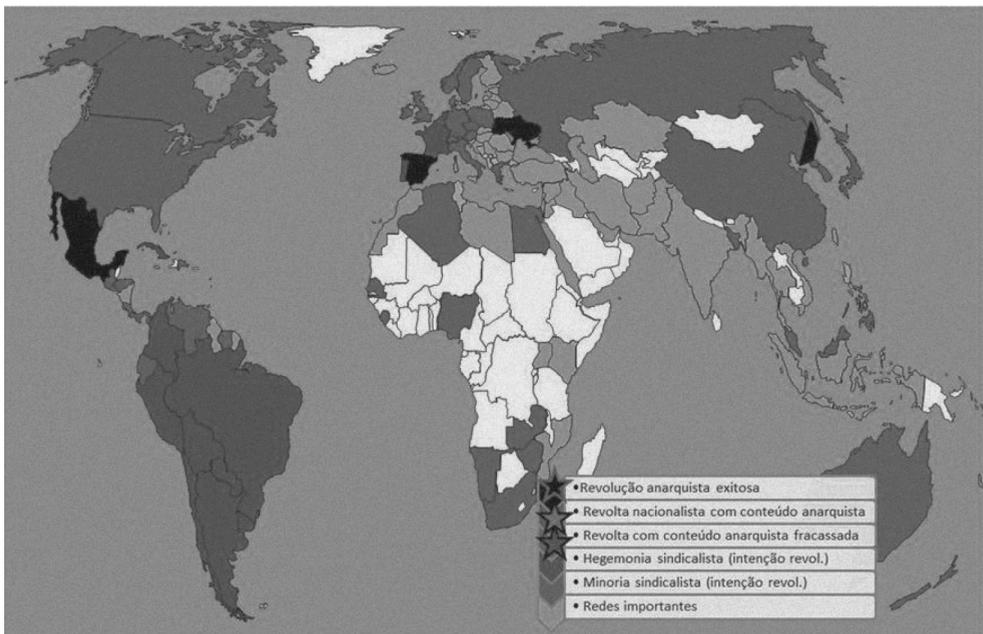
manente. Reflito também, brevemente, acerca dos grandes episódios protagonizados pelos anarquistas e as classes sociais que foram por eles mobilizadas.

Presença geográfica global

Desde uma perspectiva territorial, o anarquismo teve presença global, nos cinco continentes do mundo. A abordagem eurocêntrica, com foco no eixo Atlântico Norte, que tem caracterizado os estudos do anarquismo, não tem subsídios para se justificar. Uma análise geográfica da presença anarquista no mundo demonstra que a Europa ocidental e os Estados Unidos, apesar de serem consideráveis, definitivamente não são únicas e, a depender do critério de avaliação, nem mesmo as mais importantes em muitos casos.

Dispondo as informações sobre esta presença do anarquismo num mapa mundial, tomando em conta seus 150 anos de história, Schmidt chegou ao seguinte:

Presença geográfica do anarquismo nas cinco ondas



(Schmidt, 2012b, slide 10)

Observando as áreas escuras, que indicam presença anarquista nos países, é possível notar que o anarquismo esteve/está presente em todas as Américas, em praticamente toda a Europa, na maioria dos países da Ásia, em grande parte da Oceania e em parte significativa da África. Suas continuidades e permanências, em termos espaciais, levando em conta uma noção de longo prazo, indicam que se trata de um fenômeno global.

As cores do gráfico indicam as localidades em que ocorreram revoluções com participação anarquista determinante, onde prevaleceram as estratégias anarquistas e sindicalistas de intenção revolucionária, onde elas foram minoritárias e as regiões em que redes foram formadas, ainda que sem a presença de sindicatos.

Em preto estão os países em que os anarquistas tiveram protagonismo em processos revolucionários: Espanha, Manchúria (Coréia), México, Ucrânia. Em cinza escuro estão os países em que o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária foram hegemônicos, dentre os quais se destacam: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, França, Paraguai, Peru, Portugal e Uruguai. Em cinza médio estão os países em que houve presença considerável do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária, ainda que não tenham sido hegemônicos, dentre os quais se encontram: África do Sul, Alemanha, Argélia, Austrália, Bulgária, Canadá, China, Egito, Equador, Estados Unidos, Grécia, Inglaterra, Itália, Japão, Namíbia, Nigéria, Nova Zelândia, Rússia, Suécia, Venezuela, Zâmbia e Zimbábue. Em cinza claro, quase na cor dos oceanos, estão os países em que se estabeleceram redes importantes, dentre os quais estão: Bielo-Rússia, Camboja, Cazaquistão, Cingapura, Estônia, Finlândia, Guiana Francesa, Guiana, Índia, Islândia, Letônia, Líbia, Lituânia, Marrocos, Moçambique, Nicarágua, Quênia, Romênia, Tailândia, Tunísia, Uganda, Vietnã, além de países do Oriente Médio.

Mais do que esta análise regionalizada da influência do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária, este mapa nos oferece subsídios para argumentar sobre a presença geograficamente global do anarquismo.

Global *versus* Atlântico Norte: América Latina, África e Ásia

Hoje, é incabível, considerando os estudos historiográficos existentes, continuar a adotar a abordagem com foco exclusivo no eixo Atlântico Norte. É mesmo inadmissível permanecer ignorando a presença do anar-

quismo em certas localidades, especialmente na América Latina, na África e na Ásia.

Na América Latina, durante a segunda onda (1895-1923), os casos do México e da Argentina evidenciaram-se sobremaneira.

No México, os anarquistas destacaram-se na Revolução Mexicana, iniciada em 1910. O Partido Liberal Mexicano (PLM), fundado alguns anos antes, já em 1908 pode ser considerado uma organização específica anarquista e colocou-se à frente, no norte, da tomada da Baja Califórnia, em 1911, que se estendeu a outras cidades, recebendo apoio do IWW e proclamando, no local tomado pelos insurgentes, a República Socialista da Baixa Califórnia. No centro, evidenciaram-se o grupo anarquista Lucha e a Casa del Obrero Mundial (COM), fundada em 1912, sindicalista revolucionária, que teve hegemonia anarquista e chegou a 50 mil membros. No sul, Zapata, que atuava em Morelos, com um exército que chegou a 70 mil combatentes em 1915, teve também influência anarquista.⁵⁷ Em 1921, ex-membros da COM, militantes do IWW e comunistas fundaram a Confederación General del Trabajo (CGT), que teve apoio da Federación Comunista del Proletariado Mexicano, de orientação libertária, criada em 1920. (Hart, 1978; Zarcone, 2006; Samis, 2003; Trejo, 2005; Cappelletti, 1990)

Na Argentina, experiência mais destacada da América do Sul neste período, foi fundada, em 1904, como fruto de um processo organizativo precedente, a Federación Obrera Regional Argentina (FORA). Neste país, o anarquismo foi completamente hegemônico no movimento operário, razão que possibilitou, em 1905, a conformação de um vínculo programático entre sindicalismo e anarquismo, constituindo a primeira experiência anarco-sindicalista do continente. As cisões do movimento operário se deram dentro dos marcos anarquistas, sendo a mais importante entre a FORA-V, anarco-sindicalista, e a FORA-IX, sindicalista revolucionária. Episódios revolucionários na cidade, como a greve que culminou na Semana Trágica de 1919, e no campo, entre 1920 e 1921, na Patagônia, além do atentado que matou o coronel de política R. Falcón e das experiências levadas a cabo pelo chamado “anarquismo expropriador” marcaram a força do movimento naquele contexto. (Colombo, 2004a; Santillán, 2005; Bayer, 2002, 2004; Cappelletti, 1990)

Na África, também durante a segunda onda, o anarquismo teve presença marcante no Egito e na África do Sul.

57 No processo revolucionário, a COM protagonizou um episódio desastroso, ao unir-se aos revolucionários burgueses contra Zapata. (Aguilar, 2010)

No Egito, os marcos mais importantes foram a constituição, por anarquistas, em 1901, de uma Universidade Popular, mesmo ano em que os periódicos A Tribuna Livre e L'Idée apareceram em Alexandria e no Cairo, além da realização de um congresso anarquista em 1909 e da criação, em 1921, da Confederação Geral do Trabalho (CGT). (Gorman, 2010)

Na África do Sul deste período destacam-se: a criação da Social Democratic Federation (SDF) e do subsequente General Workers Union (GWU), nos quais o envolvimento anarquista foi considerável; a fundação, em 1910, do IWW, que chegou a 4 mil membros, praticando um sindicalismo de intenção revolucionária e mobilizando trabalhadores de todas as raças; a criação, entre 1917 e 1919, de sindicatos como o Indian Workers Industrial Union (IWIU), em Durban, e o Industrial Workers of Africa (IWA), em Johannesburg, além de periódicos como o jornal *Voice of Labour*. (van der Walt, 2006; Schmidt e van der Walt, no prelo (b); van der Walt, 2007, 2009, 2010, 2012)

Na Ásia da segunda onda, experiências na China, no Japão e na Coreia entrelaçaram-se e fortaleceram-se; viagens de estudantes para o exterior auxiliaram a militância nestes países.

Na China, os anarquistas participaram da fundação do Kuomintang e, neste período, constituíram a força hegemônica do movimento revolucionário chinês, construindo os primeiros sindicatos do país e defendendo a mobilização nas cidades e nos campos, a libertação da mulher e a educação universal. Participaram também do Movimento Quatro de Maio, de 1919, e conquistaram uma influência determinante no Cantão (Guangzhou), formando o Guangzhou Teahouse Labour Union, sindicato que chegou a 11 mil membros, e adquirindo protagonismo, em 1921, na Comuna de Guangzhou, que constituiu uma cidade libertária até 1925 no sul do país. (Demincis, 2005; Dirlik, 1991; Scalapino e Yu, 1975; Flood, 2010; Zarrow, 1988)

No Japão, o anarquismo consolidou-se nos anos 1910, como uma das três maiores forças do movimento revolucionário e, entre 1918 e 1922, foi o responsável pela criação e pelo fortalecimento de diversos sindicatos revolucionários. Destacam-se, neste período, a fundação do grupo *Rôdô Undô*, que editou um periódico homônimo, e a influência na radicalização da Yuaikai, que se tornou, em 1921, a *Sôdômei*, um tipo de central sindical com ampla influência anarquista. (Pelletier, 2004; Crump, 1996)

Na Coreia, o anarquismo também iniciou sua trajetória na década de 1910, na região da Manchúria, estabelecendo-se, em 1919, com um vínculo estreito com o movimento de libertação nacional. Naquele ano, os

anarquistas auxiliaram na construção do Movimento 3.1, que mobilizou 2 milhões de pessoas na luta pela independência do país. Em seguida, entre 1920 e 1925, a Federação Anarquista Coreana (KAF) foi fundada e desempenhou atividades relevantes no país. (Hwang, 2010; MacSimoin, 2012)

Outras experiências na Ásia que tiveram participação anarquista ocorreram na Índia, em torno do Ghadar Party, e também nas Filipinas, na Malásia e no Vietnã. (Schmidt, 2012c; Ramnath, 2011)

Durante a terceira onda (1924-1949) ocorreu uma das mais destacadas experiências anarquistas de todos os tempos: a Revolução da Manchúria, levada a cabo entre 1929 e 1931. A Federação Anarquista Coreana na Manchúria (KAF-M) e a Federação Anarquista Comunista Coreana (KACF), depois de um acordo com o Exército de Independência Coreano, transformaram a prefeitura de Shimin num organismo socialista libertário. Concretizado em um contexto de luta antiimperialista contra o Japão, este processo revolucionário foi liderado, em termos militares, por Kim Jwa-Jin, chamado de “Makhno coreano”, e resultou na Liga Geral dos Coreanos (HCH), que promoveu a autogestão em nível comunitário num território de 2 milhões de habitantes, tendo de lidar com questões como guerra, agricultura, educação, finanças, propaganda, juventude e saúde. Esta experiência durou até a entrada do Japão na região, em 1931, quando os anarquistas coreanos recuaram, deslocando-se para sul da China, onde permaneceram, até 1945, combatendo, em armas, o imperialismo japonês. Naquele contexto, formou-se, pelo braço chinês da KAF (KAF-C), a Federação da Juventude Coreana do Sul da China (KYFSC), em Xangai, em 1930, com delegados da Coreia, da Manchúria, do Japão e de toda a China. Outros fatos marcantes deste período foram, ainda, a criação da Federation of Free Society Builders (FFSB), que agregou grande parte dos anarquistas coreanos em meados dos anos 1940, e a participação de anarquistas no Governo Provisório Coreano (1940-1946). (Crisi et alli, 2013)

Ainda nesta terceira onda, experiências chinesas, japonesas e africanas tiveram destaque.

Na China, o anarquismo permaneceu uma força notável até o fim dos anos 1920: diversos livros anarquistas foram traduzidos e publicados nesta década. Em 1922, na Federação de Sindicatos de Xangai e no Congresso Nacional Operário, os anarquistas confirmaram sua hegemonia; no segundo congresso, em 1925, ainda possuíam muita força. No Cantão (Guangzhou), sua influência foi significativa, em 1927, na fundação da Federação de Trabalhadores Revo-

lucionários e do Instituto de Formação do Movimento Operário, dedicado à educação popular. (Dirlik, 1991; Scalapino e Yu, 1975; Flood, 2010)

No Japão deste período, o anarquismo foi marcado por conflitos relativos à melhor estratégia a ser adotada; de um lado, os defensores do sindicalismo (organizações de massas, ganhos de curto prazo, etc.), de outro, aqueles que eram contrários às estratégias sindicais. Em 1926, os anarquistas fundaram a Federação das Juventudes Negras “Kokuren”, com presença de 700 pessoas, 24 grupos, dos quais sete sindicatos, a maioria de impressores; participaram, também, da fundação da União Geral Livre dos Sindicatos Operários “Zenjiren”, criada em um congresso com 400 delegados e 25 sindicatos, representando mais de 8 mil trabalhadores – a central chegou a ter, no ano seguinte, 15 mil membros. Em 1929, os sindicalistas, já separados dos outros anarquistas, fundaram outro sindicato, “Jikyô”, que, em 1931, atingiu 3 mil filiados. Foram articulados, em 1930, a Federação Anarquista (Anarukisuto Renmei) e seu jornal *Bandeira Negra*, e, em 1934, o Partido Anarco-Comunista. Além do movimento urbano, os anarquistas tiveram atuação entre os camponeses e impulsionaram uma Frente Única Antifascista. Em 1945, fundaram a Federação Anarquista Japonesa (FAJ), com 200 membros, e, em seguida, a Federação de Sindicatos Livres e a Conferência dos Sindicatos. (Pelletier, 2004; Crump, 1996)

Na África, foram levadas a cabo experiências ao norte, com alguns espaços para discussão e formação política no Egito, mas, principalmente, com as conexões estabelecidas entre franceses e a Argélia, destacando-se o trabalho do anarquista argelino Saïl Mohamed, que, em 1929, foi secretário do Comité de Défense des Algériens contre les Provocations du Centenaire, um movimento de libertação nacional amplamente influenciado pelo anarquismo, assim como a CGT-SR e o periódico *Terre Libre*. No pós-guerra, os anarquistas impulsionaram o Mouvement Libertaire Nord-Africain (MLNA), criado em 1947, que contou com membros da Argélia, do Marrocos e da Tunísia, os quais estabeleceram contatos com a Comissão de Relações Internacionais Anarquistas (CRIA) e a Federação Anarquista francesa.

Outros casos poderiam ser mencionados, mas estes são mais que suficientes para subsidiar o argumento acerca do equívoco das abordagens eurocêntricas ou focadas exclusivamente no eixo Atlântico Norte. Evidentemente, estas últimas encontram explicação no olhar dos observadores, muito mais do que nos objetos em questão. É somente por meio de uma abordagem global que o anarquismo pode ser devidamente estudado e compreendido.

Presença histórica permanente: cinco ondas de 1868 ao presente

Desde uma perspectiva temporal, o anarquismo teve presença permanente, de 1868 ao presente, mesmo que entre fluxos e refluxos. Schmidt (2012a) sustenta que, neste período, a trajetória anarquista poderia ser descrita em “cinco ondas”. Tal enfoque surge para contrapor outros, focados, em grande medida, naquilo que o autor chamou de “mito dos cinco grandes momentos”, uma ênfase em cinco episódios que contaram com participação anarquista e que seriam, segundo alguns autores, os maiores destaques do anarquismo na prática. Seriam eles: o caso Haymarket, que envolveu as mobilizações do Primeiro de Maio e a morte dos Mártires de Chicago entre 1886-1887; a Confédération Générale du Travail (CGT) francesa, fundada em 1895, cuja Carta de Amiens, de 1906, influenciou determinantemente a trajetória do sindicalismo revolucionário; a Revolta de Kronstadt, no contexto da Revolução Russa, em 1921; a Revolução Espanhola de 1936-1939 e as revoltas francesas do Maio de 68.

Segundo Schmidt, os estudos que trabalham nesta perspectiva exageram ao avaliar a influência anarquista em episódios como Kronstadt e o Maio de 68 francês e, ao mesmo tempo, ignoraram episódios em que esta influência foi determinante, como nos casos da Revolução Mexicana e da Revolução da Manchúria entre outros.

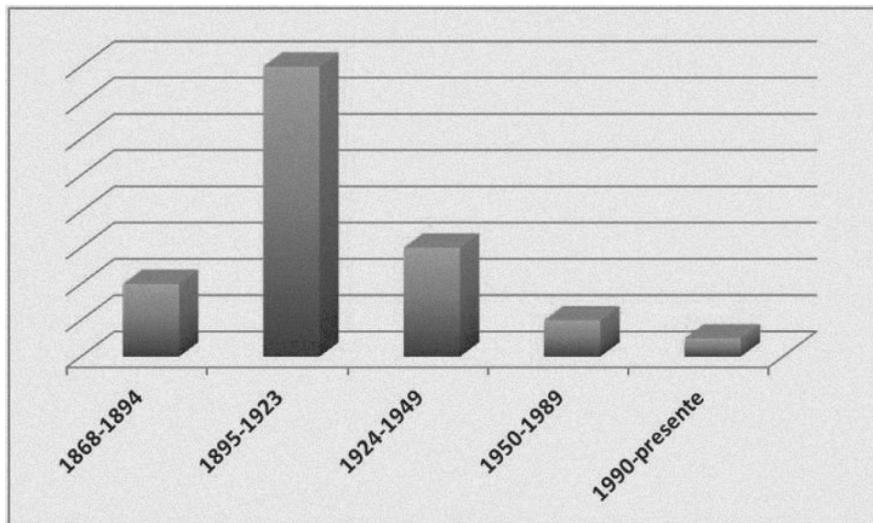
Este enfoque das cinco ondas baseia-se, conforme aponta Schmidt (2012a, p. 40-44), “na militância anarquista e anarco-sindicalista / sindicalista revolucionária, que teve fluxos e refluxos, de acordo com uma expansão e retração mais geral, ligados às condições objetivas das classes populares organizadas”. As cinco ondas – as quais constituem “um tecido complexo, que abarca as tramas das atividades e culturas da classe trabalhadora” e os “fluxos e refluxos dos movimentos globais de pessoas, capital e idéias” – respaldam uma abordagem que funciona como “um guia histórico para a compreensão dos altos e baixos do movimento, e não como uma lei de ferro do progresso e da reação”. Elas são definidas da seguinte maneira:

A primeira onda, de 1868-1894, pouco conhecida, e a segunda onda, de 1895-1923, bem mais estudada, que cobre as revoluções no México, na Rússia e na Ucrânia. [...] A terceira onda, de 1924-1949, igualmente famosa, que abarca as revoluções na Manchúria e na Espanha, e que, juntamente com a segunda onda, constitui o “período glorio-

so” do anarquismo. [...] A quarta onda, de 1950-1989, cujo ápice se deu na Revolução Cubana em 1952-1959 e, novamente, com a Nova Esquerda de 1968. [...] A quinta onda, atual, gerada em 1989 pela queda do Muro de Berlim e pelo surgimento de mobilizações “horizontalistas” contrapondo-se ao antigo e velho “comunismo” marxista (na realidade, um capitalismo de Estado autoritário), às ditaduras de direita e ao neoliberalismo, por meio de novos movimentos das classes populares globalizadas. (Schmidt, 2012a, p. 43-44)

O enfoque das cinco ondas parece oferecer um quadro de referência para o argumento da permanência histórica do anarquismo. Buscando uma representação gráfica desta presença, Schmidt assim apresentou as cinco ondas:

Presença histórica do anarquismo nas cinco ondas



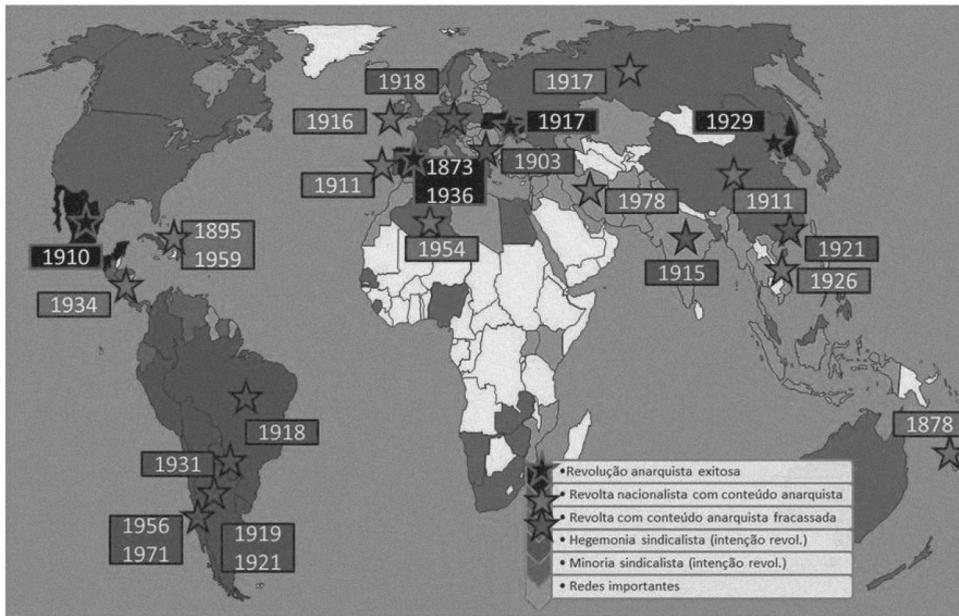
(Schmidt, 2012b, slide 16 resumido)

Tal representação, ainda que aproximada, dá uma idéia interessante sobre o impacto das ondas do anarquismo. Constata-se, conforme argumentado, que o “período glorioso” encontra-se entre a segunda e a terceira ondas; ainda assim, tanto a primeira, quanto a quarta e a quinta ondas não aparentam ser desprezíveis.

Grandes episódios antes e depois de 1939

Schmidt também elabora graficamente uma representação dos principais episódios históricos do anarquismo:

Principais episódios do anarquismo



(Schmidt, 2012b, slide 14)

Além daqueles brevemente descritos acima – a Revolução Mexicana de 1910, os levantes na cidade e no campo argentinos em 1919 e 1921, a Comunidade de Guangzhou e a Revolução da Manchúria de 1929 – este quadro expõe dois outros processos revolucionários em que os anarquistas tiveram protagonismo: a Revolução Ucraniana (1917-1921) e a Revolução Espanhola (1936-1939).

Na Ucrânia, o Exército Insurrecional Revolucionário da Ucrânia (RIAU), que chegou a 110 mil voluntários em 1918 e teve hegemonia anarquista, protagonizou lutas determinantes contra o Exército Branco, apoiando processos de expropriação de terras pelos camponeses e de autogestão em uma ampla área do país. Os Congressos de Camponeses, Operários e Insurgentes encabe-

çaram a articulação política do movimento, constituindo as instâncias de base responsáveis por suas decisões. O RIAU articulou-se com o Grupo Anarco-Comunista de Guliai Polie e com a Confederação Alarme de Organizações Anarquistas (NABAT). (Arshinov, 1976; Shubin, 2010; Volin, 1977; Schujman, 2000) No contexto mesmo da Revolução Russa, outro experimento similar ocorreu em 1918, na Sibéria, onde 140 mil combatentes revolucionários agiram sob inspiração dos anarquistas e foram chamados de “makhnovitchina siberiana”. (Mintz, s/d) Com intervenções marcadas pelo conflito entre correntes e pela ação sem coordenação, os anarquistas foram reprimidos de maneira muito dura pelos bolcheviques e praticamente desapareceram depois de 1921.

Na Espanha, o processo revolucionário, grande destaque na Europa da terceira onda, recebeu apoio de anarquistas de diversos outros países. Conformando fortalezas na Catalunha, em Aragão e Valência, os anarquistas articularam-se na Confederación Nacional del Trabajo (CNT), central anarco-sindicalista que chegou a reunir 2 milhões de trabalhadores e que aliou-se estrategicamente com a Federación Anarquista Ibérica (FAI) e a Federación Ibérica de Juventudes Libertarias (FIJL). Impulsionaram, juntas, um processo de coletivização de propriedades na cidade e no campo, estabelecendo experiências autogestionárias bastante avançadas, protagonizadas por trabalhadores e camponeses, na indústria, nos campos, em locais de trabalho e moradia que foram transformados em comunas livres e defendidos por milícias como a Columna Durruti. Nas cidades, coletivizaram fábricas, serviços públicos (transportes, energia, saúde, etc.); na Catalunha, que concentrava dois terços das indústrias do país, 70% foram socializadas pelos trabalhadores; nos campos, na região de Aragão, a Federação das Coletividades agrárias chegou a reunir meio milhão de camponeses. Criaram iniciativas de educação popular notáveis, como o Consell de l’Escola Nova Unificada (CENU), na Catalunha, e a Federação de Ateneus, ambas em 1936. Fatores como o crescimento do fascismo, a traição dos comunistas, a problemática guerra-revolução e posições equivocadas dos próprios anarquistas, como a decisão de participar do governo republicano, constituíram o pano de fundo do fim deste intento revolucionário. (Rocker, 2010; Paz, s/d; Guérin, 1968; Le Libertaire e Le Monde Libertaire, 2002; Mintz, 2002; Colombo, 2004b; Suárez, 2012; Peirats, 2006; Amorós, 2003)

No que diz respeito aos episódios anteriores à Revolução Espanhola de 1936, que constam na relação de Schmidt, é possível fazer breves comentários.⁵⁸

58 Para os casos sem referência bibliográfica, até o fim do livro, cf: Schmidt, 2012a; Schmidt, van der Walt, 2009, no prelo (a).

As Revoltas Cantonalistas de 1873, na Espanha, procuraram estabelecer, por meio das armas, um federalismo radical, que deveria se desdobrar na autonomia das cidades e nas federações de cidades (cantões); contaram com envolvimento decisivo dos anarquistas em Granada, Sevilha, Málaga e Alcoi. Na Nova Caledônia, Oceania, os anarquistas marcaram presença na Revolta de Karnak, em 1878. Em Cuba, envolveram-se na luta anticolonial separatista e na Guerra de Independência Cubana, em 1895. (Fernández, 2000) No leste europeu, os anarquistas atuaram determinadamente, em 1903, na Revolta da Macedônia, que foi marcada por dois episódios: o primeiro, em 2 de agosto, com a Revolta de Ilinden e proclamação da Comuna de Krouchevo; o segundo, em 19 de agosto, com a Insurreição de Préobrojénié e proclamação da Comuna de Strandzha, ambas libertárias. Esta última constituiu-se por meio da tomada de um território e do estabelecimento de experiências de autogestão durante um mês, naquilo que conformou a primeira tentativa local de se edificar uma nova sociedade sobre os princípios do comunismo libertário. (Balkanski, 1982a, 1982b)⁵⁹

Em 1911, em Portugal, os anarquistas integraram, especialmente junto aos marinheiros, a revolta republicana que aboliu monarquia. (Freire, 1992) Neste mesmo ano, na China, envolveram-se na Revolução Chinesa, que também colocou fim à monarquia no país. (Deminicis, 2005; Scalapino e Yu, 1975) Influenciaram, em 1915, na Índia, o motim Ghadar contra os britânicos, assim como, em 1916, a Revolta da Páscoa, na Irlanda. Os anarquistas também tiveram participação determinante na Revolução Russa de 1917, especialmente em Moscou e Petrogrado, onde se destacaram organizações como a Federação Anarco-Comunista de Petrogrado, a União de Propaganda Anarco-Sindicalista e a Federação de Grupos Anarquistas, de Moscou; em 1918, articularam as conferências sindicalistas que criam a Confederação dos Anarco-Sindicalistas de Todas as Rússias, organismo que atingiu 88 mil membros naquele ano. (Guérin, 1968; Tragtenberg, 2007; Rocker, 2007; Volin, 1977; Avrich, 2005; Skirda, 2000; Vários Autores, 1997)⁶⁰

59 Com o esmagamento da revolta e das experiências por ela constituídas, fundaram-se, na Bulgária, periódicos como *Sociedade Livre*, *Acracia*, *Probuda*, *Rabotnicheska Misl*, diversos grupos anarquistas e, em 1914, um grupo de Ruse lançou as bases de um movimento anarco-sindicalista. Depois de problemas ocasionados pela Primeira Guerra, o anarquismo búlgaro ressurgiu renovado com a criação da Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária (FAKB), em 1919, em um congresso com presença de 150 delegados. (Schmidt, 2009)

60 Os anarquistas haviam participado da Revolução de 1905, por meio de estratégias insurrecionalistas, como no caso dos grupos Chernoe Znamia e Beznachalie, e sindicalistas, como o Grupo de

Na esteira do processo da Revolução Russa, em 1918, no Brasil, a Insurreição Anarquista do Rio de Janeiro buscou criar um soviete livre no país (Addor, 2002), no mesmo ano em que os anarquistas envolveram-se decisivamente na Revolução Alemã. Em 1926, constituíram uma minoria na luta anticolonial contra os franceses em Tonkin, Annam e Cochinchina, posteriormente parte do Vietnã. No Paraguai, encabeçaram a Revolta de Encarnación, em 1931 (PV, 2012), e foram ativos na Nicarágua, quando os sandinistas constituíram a comuna Luz y Verdad, em 1934.

Tais episódios fortalecem o argumento anteriormente esposado sobre a presença geográfica do anarquismo. Além disso, também é possível fazer breves comentários dos outros episódios, que ocorreram depois do fim da Revolução Espanhola, em 1939.⁶¹

Um caso destacado, que se estende dos anos 1920 aos 1940, é o da Bulgária. Lá, a Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária (FAKB), que havia sido fundada em 1919, protagonizou experiências consideráveis envolvendo sindicalismo urbano e rural, cooperativas, guerrilha e mobilização de juventude. Seu 5º congresso, em 1923, contou com 104 delegados e 350 observadores de 89 organizações e, entre 1926 e 1927, a FAKB adotou a Plataforma do Dielo Truda. Em 1930, ela influenciava a Confederação Vlassovden, de mobilização rural, que atingiu, no ano seguinte, 130 seções, possibilitando que o anarquismo conformasse a terceira maior força política de esquerda no país. Criam-se a Confederação Nacional Anarco-Sindicalista (CNAST), com 40 grupos, e a Federação Búlgara de Sindicatos Autônomos (FBSA), seção da Internacional Sindicalista. *Rabotnicheska Misl*, periódico da FAKB, chegou, em 1945, à tiragem de 60 mil exemplares por número. Entre 1941 e 1944, uma poderosa guerrilha anarquista combateu o fascismo, aliando-se à Frente Patriótica na organização da insurreição de setembro de 1944, contra a ocupação nazista. Lutando, ao mesmo tempo, contra o nazi-fascismo e o comunismo, o fim da terceira onda no país foi marcado pela repressão estalinista, com mil militantes da FAKB sendo mandados para campos de concentração comunistas. (Schmidt, 2009)⁶²

Anarco-Sindicalistas do Sul da Rússia. Participaram da fundação dos primeiros sovietes em São Petersburgo, Moscou e fundaram a Cruz Negra Anarquista (CNA), para auxiliar presos políticos, a qual se espalhou em seguida para dezenas de países. (Avrich, 2005)

61 Aqui, também, para os casos sem referência bibliográfica, cf: Schmidt, 2012a; Schmidt, van der Walt, 2009, no prelo (a).

62 Na América Latina, neste mesmo período, foram criadas organizações de massas que contaram

Na Nova Zelândia, em 1951, a Waterfront Dispute foi levada a cabo por meio de uma greve de milhares de trabalhadores (mineiros, trabalhadores das docas, do cimento entre outros) em protesto contra as condições de trabalho e as dificuldades financeiras, na qual o New Zealand Waterside Workers' Union (NZWWU), que contava com a participação de antigos membros do IWW, teve destacado papel.

Em Cuba, os anarquistas estiveram presentes nas guerrilhas orientais e de Escambray, empreendidas contra a ditadura de Batista; sua influência na Confederación de Trabajadores de Cuba (CTC) e sua articulação na Asociación Libertaria de Cuba (ALC) permitiram que tivessem influência notável entre os trabalhadores industriais, artesãos da cidade e trabalhadores do campo. Durante a Revolução Cubana, que culminou em 1959, os anarquistas foram importantes nas lutas, por meio da ALC e, especialmente, do sindicalismo clandestino da Confederación General del Trabajo (CGT). Com o passar dos anos, o governo cubano reprimiu fortemente os anarquistas, que foram presos, torturados, mortos ou tiveram de imigrar. (Fernandez, 2000; Dolgoff, 2011)

No Uruguai, a Federação Anarquista Uruguia (FAU), fundada em 1956, defendendo o que chamou de “especificismo anarquista”, protagonizou os episódios de maior impacto no continente entre os anos 1960 e 1970. Como parte do Movimento de Libertação Nacional (MLN), criado em 1962, e, depois de uma cisão, em 1963, ocasionada pelo apoio crítico à Revolução Cubana, a FAU ajudou a fundar a Convención Nacional de Trabajadores (CNT), em 1965. Articulou-se com outras organizações da esquerda revolucionária, conformando a Organización Latinoamericana de Solidariedad (OLAS) e a Frente Izquierda de Liberación (FIDEL). Com o MLN colocado na ilegalidade, organizou, em 1970, um braço de massas, operário e estudantil, a Resistência Obrero-Estudantil (ROE), que articulou a mobilização no setor popular; em 1971, a FAU criou um braço armado, a Organización Popular Revolucionaria – 33 Orientales (OPR-33), com objetivo de apoiar as mobilizações de massa com sabotagens, expropriações e seqüestros. Sua estratégia de luta armada, crítica ao foquismo guevarista, foi influenciada pelas teorias da guerrilha urbana do anarquista Abraham Guillén, as quais tiveram impacto em todo o continente. Em 1972, antes do golpe de 1973, a FAU chegou

com participação anarquista: no Chile, a Confederación General de Trabajadores (CGT), em 1936, com auxílio do IWW e da FORCh (Danton, 1995); no México, a CNT – Delegación General (CNT-DG), em 1941; na Venezuela, a Federación Obrera Regional Venezolana (FORV), em 1944.

a aproximadamente 500 militantes, dos quais 100 eram da OPR-33; a ROE contava com 10 mil militantes, e a incidência na CNT que, naquele momento, representava 400 mil trabalhadores, estava entre as duas maiores. Este processo, de proporções consideráveis, principalmente se levada em conta o tamanho da população do país, articulou organização política, guerrilha anarquista, mobilização pelo local de trabalho, de moradia e de estudo em extensas proporções. Foi dizimado pela repressão militar, que se utilizou de prisões, torturas e mortes. (Mechoso, 2005, 2006, 2009; Rugai, 2003)

Na Coreia, os anarquistas estiveram envolvidos na Revolução de Abril, em 1960, que inaugurou a segunda república, e nas mobilizações que levaram à Comuna de Gwangju, em 1980, contra o regime do general ditador Chun Doo-Hwan. (Katsiáficas e Kahn-chaе, 2013) Durante outro levante, em 1987, veteranos da Federação Anarquista Coreana (KAF) criaram a Federação de Anarquistas Coreanos (FAK). Os anarquistas também fizeram-se presentes na luta de independência da Argélia, que se iniciou em 1954 e culminou em 1962. (Porter, 2011; AL, 2008) Houve ainda, conforme mencionado, participação nas revoltas do Maio de 68, na França, num contexto em que greves de estudantes articularam-se com ocupações de fábricas e levaram a uma greve geral que abalou o governo; os anarquistas, em sua maior parte, fortaleceram o setor mais radicalizado dos estudantes. (Solidarity, 2008; Joyeux et alli, 2008)

No Oriente Médio, o anarquismo surgiu com força entre os anos 1970 e 1980. Organizações iranianas, como The Scream of the People (CHK), e iraquianas, como Workers Liberation Group (JS, ou Shagila), articularam, juntas, quase mil militantes e participaram, com uma guerrilha, da Revolução Iraniana de 1978-1979, que contou com processos radicalizados: organização de mulheres, tomadas de terra por camponeses, mobilizações de trabalhadores, criação de conselhos de base (shoras) e de comitês de bairro armados (komitehs).

Uma iniciativa que uniu internacionalmente movimentos bastante diversos, amplamente influenciados pelo anarquismo, foi o Movimento de Resistência Global, ou “Antiglobalização”, que durou quase uma década, entre meados dos anos 1990 e 2000, e esteve articulado, em grande medida, na Ação Global dos Povos (AGP), criada em 1998. Com foco nas mobilizações contra o neoliberalismo capitalista, o movimento desdobrou-se em protestos massivos em todo o mundo contra instituições como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacio-

nal (FMI), o North American Free Trade Agreement (NAFTA), a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), além das guerras imperialistas protagonizadas pelos Estados Unidos. (Ortellado, 2002; Ryoky e Ortellado, 2004; Ludd, 2002; Epstein, 2001; van der Walt, 2002; AGP, 1998)

No México, os anarquistas estiveram presentes na Comuna de Oaxaca que, em 2006, a partir de uma greve de 70 mil professores, articulou distintos setores de oprimidos, entre trabalhadores sindicalizados, camponeses e estudantes, na luta contra o governo de Ruiz, estabelecendo a Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO), que tomou prédios públicos, conformou organizações de mulheres, como a Comisión de Mujeres de Oaxaca, tomou rádios e televisões e terminou sendo massacrada pelo governo.

O gráfico de Schmidt e os episódios elencados mostram que o argumento sobre o fim do anarquismo em 1939 está equivocado. Depois da Revolução Espanhola, permanecendo somente nos casos mais expressivos, os anarquistas tiveram presença marcante em diversos países. Para além do Movimento de Resistência Global, que constituiu uma iniciativa internacional de inquestionável expressão, são casos evidentes: Argélia, Bulgária, Coreia, Cuba, França, Grécia, Irã, México, Nova Zelândia e Uruguai. Certamente é verdade que o anarquismo se enfraqueceu depois dos anos 1930; até então, era muito comum ele constituir a ideologia hegemônica de movimentos e episódios de grande envergadura, algo que foi exceção no período posterior. Entretanto, é necessário afirmar que o anarquismo não somente continuou existindo, e por diversas vezes constituiu uma força minoritária em variados movimentos e episódios, como, em alguns casos, constituiu uma força central entre os setores mais radicalizados e combativos dos trabalhadores.

Eles também são suficientes para negar o argumento da “excepcionalidade espanhola”, que enfatiza ter sido único o caso da Revolução Espanhola, por razão de o anarquismo ter se convertido, naquela situação, em um vigoroso movimento de massas. Se mesmo o fato de a Revolução Espanhola ser o episódio mais relevante da história do anarquismo pode ser discutido – a depender do critério adotado para esta comparação, isto pode ser posto em questão (Schmidt e van der Walt, 2009, pp. 273-275) –, os incontáveis casos em que o anarquismo mobilizou milhares, em alguns casos milhões de trabalhadores, evidenciam que este argumento é desprovido de qualquer fundamento historiográfico.⁶³

63 Ferreira (2011, p. 11) afirma corretamente que “o anarquismo, enquanto teoria e movimento revolucionário, se define no interior do movimento de massas formado pela AIT”; entretanto, equivoca-se

Classes sociais mobilizadas na cidade e no campo

Em sua história, o anarquismo mobilizou as classes dominadas em geral, tanto nas cidades quanto nos campos. Suas lutas incluíram assalariados urbanos e rurais, camponeses, marginalizados e pobres de todos os tipos. Cappelletti (2006a, p. 14), neste sentido, coloca: “onde o anarquismo floresceu e conseguiu influência decisiva sobre o curso dos acontecimentos, suas bases foram majoritariamente compostas por operários e camponeses”.

Parece haver uma congruência entre a prática histórica e a concepção anarquista de sujeito revolucionário. Analisando as bases do anarquismo, Schmidt e van der Walt complementam:

Foi, acima de tudo, na classe trabalhadora urbana e entre os trabalhadores rurais que a ampla tradição anarquista encontrou seus membros, e os encontrou aos milhões. Contrariando a posição comum de que o sindicalismo de intenção revolucionária foi um movimento composto por artesãos qualificados, afirmamos que os sindicatos revolucionários foram, principalmente, formados por pessoas que eram trabalhadores temporários e sazonais, estivadores, trabalhadores rurais, operários fabris, mineiros, ferroviários e, em menor grau, funcionários administrativos e profissionais liberais, em especial professores. (Schmidt e van der Walt, 2009, p. 15)

Segundo estes autores, foram os assalariados articulados em sindicatos revolucionários os sujeitos mais frequentemente mobilizados pelos anarquistas. O primeiro aspecto que deve ser destacado é que, em repetidas situações – como o comprovam, por exemplo, os casos da Revolução Mexicana, da Revolução Ucraniana e da Revolução na Manchúria –, o anarquismo mobilizou camponeses e mostrou que eles não estão destinados a “girar para trás a roda da história”. Mesmo assim, nos campos, foi mais comum a mobilização de assalariados rurais do que o campesinato.

No entanto, na maioria dos casos, os anarquistas tiveram sua inserção nas cidades entre os trabalhadores urbanos, por meio do sindicalismo de intenção revolucionária.

ao continuar, dizendo que “num certo sentido, [o anarquismo], desaparece com esse movimento [a AIT]”. Conforme demonstrado, esta afirmação é infundada, visto que o anarquismo, a partir da Internacional, espalha-se e desenvolve-se em todos os continentes do mundo até o presente, mantendo uma base comum caracterizada por seus princípios político-ideológicos.

Em preto, estão as localidades urbanas e, em cinza, as localidades rurais, ambas as quais contaram com vasta força anarquista. Verifica-se que, mesmo impactando diretamente os camponeses e trabalhadores rurais, o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária foram, na maioria dos casos, difundidos e levados a cabo pelos trabalhadores urbanos. Neste gráfico, das 27 localidades em questão, em 19 delas (70%), as bases mobilizadas pelos anarquistas estiveram nas cidades, e, em 8 (30%), nos campos.

Estes dados contradizem afirmações, repetidas incansavelmente pelos adversários do anarquismo, de que este constituiria uma ideologia do “mundo atrasado”, que só teria se desenvolvido em países não-industrializados, mobilizando principalmente “classes em declínio”, como o campesinato e os pequenos artesãos. Cappelletti enfatiza a este respeito:

No passado, os marxistas, sem exceção, empenharam-se em apresentar o anarquismo como uma ideologia dos pequenos proprietários rurais e da pequena burguesia (artesãos etc.), ou mesmo como uma ideologia do lumpem-proletariado. (Cappelletti, 2006a, p. 13)

Os exemplos históricos são abundantes para afirmar que, em concordância com a necessidade de envolver todas as classes dominadas nas lutas pela autogestão, os anarquistas mobilizaram todo o conjunto de dominados. Se certamente mobilizaram camponeses, artesãos e marginalizados, isso ocorreu ainda mais com trabalhadores assalariados dos campos e, principalmente, com os das cidades.

Mesmo sem adotar posições teleológicas e evolucionistas da história, que declaram ser os camponeses e artesãos antigos atores em novos filmes, os anarquistas constituíram suas bases principalmente entre o proletariado urbano. Cappelletti (2006a, p. 15) corrobora este argumento: “ainda que surja, desenvolva-se e alcance sua maior força dentro da classe operária, [o anarquismo] é uma ideologia de todas as classes oprimidas e exploradas”.

O vínculo entre anarquismo e “mundo atrasado” demonstra-se equivocado quando, nos mapas de Schmidt, se nota que o anarquismo não existiu justamente nas regiões menos desenvolvidas economicamente e desindustrializadas, como em grande parte da África.

OUTRAS INICIATIVAS

Relaciono, a seguir, algumas outras iniciativas com as quais os anarquistas estiveram envolvidos. Num primeiro momento, enumero atividades relacionadas às redes internacionais, educação popular, atentados, grupos e organizações anarquistas até o fim da terceira onda, em 1949. Em segundo lugar, indico iniciativas mais recentes, relativas às quarta e quinta ondas, de 1950 ao presente.⁶⁴

Redes internacionais, educação popular e atentados

Para além das redes internacionais já mencionadas (CGT, IWW, Internacional Sindicalista etc.), cinco outros casos merecem referência.

O primeiro, o Congresso Anarquista de Amsterdã, de 1907, que reuniu 80 delegados de Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Bohemia, Bulgária, Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Japão, Polônia, Rússia, Servia e Suíça, conformando uma rede que se manteve durante alguns anos. (Danton, 2008; Antonioli, 2009) O segundo, a constituição, em 1928, da East Asian Anarchist Federation (EAAF), com organizações de China, Coreia, Formosa (Taiwan), Índia, Japão e Vietnã. O terceiro, o surgimento, em 1948, da Comissão de Relações Internacionais Anarquistas (CRIA) que, na América Latina, ficou conhecida como Comisión Continental de Relaciones Anarquistas (CCRA), durando até os anos 1960; ambas tiveram presença em Alemanha, Argélia, Argentina, Austrália, Bolívia, Brasil, Bulgária, Canadá, Chile, China, Colômbia, Coreia, Cuba, Equador, Espanha, Estados Unidos, França, Guatemala, Holanda, Índia, Inglaterra, Israel, Itália, Iugoslávia, Japão, México, Marrocos, Panamá, Peru, Portugal, Suíça, Tunísia, Uruguai e Venezuela.

O quarto, a rearticulação da Cruz Negra Anarquista no fim dos anos 1960, e o quinto, a conformação da Internacional de Federações Anarquistas (IFA), em 1968. Ainda que com bases mais consideráveis na França e na Itália, seu primeiro congresso contou com presença de grupos e organizações dos seguintes países: Argentina, Alemanha, Austrália, Bulgária, Cuba, Espanha,

64 Novamente, para os casos sem referência bibliográfica, cf: Schmidt, 2012a; Schmidt, van der Walt, 2009, no prelo (a).

Grécia, Holanda, Inglaterra, Itália, Japão, México, Noruega, Portugal, Suíça; contatos foram ainda estabelecidos com a China e o Vietnã. (IFA, s/d)

No que diz respeito às iniciativas de educação popular, além daquelas mencionadas, há outras experiências notáveis na Europa e na América Latina, as quais se destacam entre muitas outras.

Na França, no começo do século XX, havia 150 Bolsas de Trabalho, ligadas à CGT, e dedicando-se, principalmente, à educação em três eixos: técnico/profissional, cultural (matemática, idiomas, etc.) e formação política; também ligadas à CGT estavam 250 universidades populares, que funcionaram até 1914. (Chambat, 2006) Também foram criadas escolas modernas e universidades populares em diferentes países: na Espanha, a Escola Moderna de Barcelona (1901-1906) e a Universidade Popular de 1903; na Itália, a Scuola Moderna Razionalista di Civio (1909-1922), uma entre as muitas que floresceram até o fascismo; na Suíça, a Escola Ferrer (1910-1919) e as diversas iniciativas na Inglaterra entre 1907 e 1921. (Antony, 2011)

Na Argentina, em 1901, no seio do Centro Obrero de Estudios Sociales, se estabeleceu, em Rosário, a primeira escola racionalista do país, seguida por outras, como a Escuela Integral Libertaria de Bahia Blanca, de 1902. (Acri e Cáceres, 2011) No fim dos anos 1920, surgiram os Comités Pro-Escuelas Racionalistas. No Brasil, fundaram-se: a Escola Libertária Germinal, em 1902, a Universidade Popular (Lopes, 2006), em 1904, a Escola Livre Primeiro de Maio, em 1909, além de uma Comissão Pró-Escola Moderna no Rio de Janeiro, em 1910, vinculada à COB, que foi seguida por outras iniciativas. No Peru, foi formada a Universidade Popular Manuel Gonzáles Prada, em 1920; em Cuba, diversas experiências foram neste campo foram levadas a cabo entre 1922 e 1923.

Os anarquistas também lançaram mão, especialmente nos fins do século XIX na Europa, dos atentados, que visavam punir as classes dominantes e abrir caminho à revolução principalmente por meio da eliminação física de burgueses, juízes, governantes e clérigos. Foram inúmeros os episódios, em particular, na França: em 1884, Louis Chaves matou uma freira, feriu outra e atirou contra policiais; em 1886, Charles Gallo jogou ácido e realizou disparos na Bolsa de Paris; em 1892, Ravachol atentou contra dois juízes; em 1894 Emile Henry colocou uma bomba no Café Terminus. Vários outros casos poderiam ser citados. (Coelho, 2008; Maitron, 1981; Joll, 1970; Woodcock, 2002, vol. II)

Grupos e organizações anarquistas

Além das mencionadas iniciativas constituídas entre a primeira e a quarta ondas – Aliança da Democracia Socialista (ADS), Alianza Obrera cubana, La Social mexicana, Federação de Grupos Anarquistas russa, Grupo Anarco-Comunista de Guliai Polie e Confederação Alarme de Organizações Anarquistas (NABAT) ucranianos, Partido Liberal Mexicano (PLM) e a Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária (FAKB), Federação Anarquista Ibérica (FAI), Federação Anarquista Uruguaia (FAU) etc. – destacam-se outros grupos e organizações, que permitiram a associação dos anarquistas na Europa e nas Américas.

Na Europa da segunda onda, a Federação Anarquista Alemã, de 1903; as francesas Alliance Communiste Anarchiste e Fédération Anarcho-Communiste – a qual deu corpo à Fédération Communiste Révolutionnaire Anarchiste em 1913; os mais de 200 grupos anarquistas que surgiram em Portugal, entre 1915 e 1920; a União Anarquista Italiana, entre 1919 e 1920, cuja participação foi marcante nos acontecimentos do Biennio Rosso e nas ocupações de fábricas (Venza, 2004; Guérin, 1968); o grupo Freedom na Inglaterra entre outros. Durante a terceira onda, há outros destaques. Na França, as organizações anarquistas que derivaram da União Anarquista, entre 1920 e 1939, em cujo seio a Plataforma protagonizou cisões; a existência, entre 1936 e 1939, de 107 grupos anarquistas no país; a fundação da Federação Anarquista (FA) em 1945. (Berry, 2009) Na Itália, a criação, em 1944, da Federação Anarquista Comunista Italiana (FCAI), que teve alguma participação na Confederação Italiana Geral do Trabalho (CGIL) e que, em 1950, cindiu, por razão da refundação da União Sindicalista Italiana (USI), a qual também teve influência anarquista; em 1945, foi estabelecida a Federação Anarquista Italiana (FAI), organização apoiada, assim como a FA francesa, na Síntese. Grupos e organizações que atuaram neste contexto francês-italiano, como os Grupos Anarquistas de Ação Proletária (GAAP) e a Organização Pensamento-Batalha (OPB), deram corpo a uma breve Internacional Comunista Libertária (ICL), inspirada na Plataforma. Na Alemanha, surgiu a Federação de Socialistas Libertários (FFS), em 1947; na Inglaterra, a Federação Anarquista Britânica (AFB), em 1945, juntamente com a Federação Operária (SWF). Na Ucrânia, a NABAT foi reestabelecida e protagonizou um levante armado em 1943, que teve continuidades até 1945; há indícios da existência de uma organização makhnovista secreta, Kronstadt Accords (ZK), dentro do Exército Vermelho do pós-guerra.

Nas Américas, durante a terceira onda, evidenciam-se experiências no centro-sul do continente. Em Cuba, os anarquistas criaram organizações como a Federación de Grupos Anarquistas de Cuba (FGAC), a Asociación Libertaria de Cuba (ALC), com a realização de três congressos, em 1944, 1948 e 1950. (Fernández, 2000) No México, fundaram a Federação Anarquista Mexicana (FAM), em 1941. No Brasil, o Centro de Cultura Social (CCS), de São Paulo, foi reaberto em 1945; criaram-se os jornais *Remodelações* e *Ação Direta*, em 1946, e *A Plebe*, em 1947; realizou-se o Congresso Anarquista, em 1948, com presença de grupos como União Anarquista do Rio de Janeiro, Juventude Anarquista do Rio de Janeiro, União Anarquista de São Paulo, Os Ácratas, de Porto Alegre e individualidades; os grupos do Rio de Janeiro e de São Paulo atuaram, respectivamente, nos Grupos de Resistência Sindical e nos Grupos Sindicais de Ação Direta. (Bonomo, 2007; Azevedo, 2002; Silva, 2011a) No Chile surgiu, em 1933, a Federación Anarquista Chilena (FACH), e na Argentina, em 1935, a Federación Anarco-Comunista Argentina (FACA).

De 1950 em diante

Dentre os grandes episódios acima relacionados, alguns ocorreram de 1950 em diante: a Waterfront Dispute na Nova Zelândia, a Revolução Cubana, o processo encabeçado pela FAU uruguaia, a Revolução de Abril e a Comuna de Gwangju na Coreia, a Revolução Iraniana, o Movimento de Resistência Global e a Comuna de Oaxaca no México. É possível, ainda, elencar outras iniciativas ocorridas neste período.

As redes internacionais continuaram a ser articuladas. Tal foi o caso da reorganização da Internacional Sindicalista que, em seu congresso de 1951, contou com delegação de variados países. Hoje, é composta por organizações de: Alemanha, Brasil, Eslováquia, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Nigéria, Noruega, Portugal, Rússia e Sérvia. A IFA também continuou suas atividades e, atualmente, articula grupos e organizações sintetistas em: Alemanha e Suíça, Argentina, Bielo-Rússia, Bulgária, Espanha e Portugal e Eslovênia, França e Bélgica, Inglaterra, Itália, República Tcheca e Eslováquia. Além disso, em 2005, o projeto Anarkismo.net foi constituído e passou a reunir, em torno de um site, organizações anarquistas plataformistas e especificistas. Conta atualmente com 33 organizações de África do Sul, Argentina, Aus-

trália, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Dinamarca, Equador, Estados Unidos, França, Inglaterra, Irlanda, Itália, México, Noruega, Suíça, Peru e Uruguai.

Encontros sindicais, promovidos em San Francisco (1999), Paris (2000), Essen (2002), Paris (2007) – o qual teve presença de 250 delegados de todo o mundo – contribuíram para fortalecer o sindicalismo de intenção revolucionária e contaram com a presença de muitos anarquistas. Um encontro em Saint-Imier, na Suíça, com presença de milhares de pessoas, em meados de 2012, reuniu anarquistas de diferentes correntes.

Com a internet, surgiram listas de emails e fóruns de discussão, assim como projetos para divulgação de notícias, como o A-Infos. Feiras do Livro anarquistas também passam a ser realizadas em diversos países.

Vários grupos e organizações anarquistas da Europa, durante a quarta onda, tiveram entre uma dezena e algumas centenas de membros: a Federação Anarquista Alemã (I-AFd); a União Libertária Búlgara (BLU); a Anarchist Communist Federation e a Organization of Revolutionary Anarchists (ORA), ambas da Inglaterra; a Federação Anarquista da Região Portuguesa (FARP), que foi refundada neste período; a Federação Anarquista (FA) francesa e as dissidentes Fédération Communiste Libertaire (FLC) e Organisation Communiste Libertaire (OCL); a Federação Anarquista Italiana, a Organização Revolucionária Anarquista (ORA) e a Federação de Anarquistas Comunistas da Itália (FdCA); a Organisation Socialiste Libertaire, da Suíça; o Group of Concil Anarchists (OSA), da Grécia; a Oposição de Esquerda, da URSS. Muitos deles publicaram jornais e brochuras para difundir suas idéias.

Os anarquistas também integraram movimentos guerrilheiros e realizaram atentados, em especial na Espanha franquista, por meio dos grupos Defensa Interior, Grupo Primeiro de Maio, Movimiento de Liberación Ibérica – Grupos Autônomos de Combate (MLI-GAC) e Grupos de Acción Revolucionária Internacionalista (GARI). (Alberola e Gransac, 2004) Entretanto, houve ações deste tipo em outras regiões, como na Alemanha, com o Movimento 2 de Junho – o qual teve vários membros integrando a Red Army Fraction (RAF) e os Anti-Capitalist Autonomous Commandos (KAA) do País Basco; na Inglaterra, com a Angry Brigade, e na França, com o grupo Acción Directe. Anarquistas protagonizaram ainda atentados na Inglaterra contra o governo italiano, integraram-se em processos de luta armada do autonomismo italiano e atuaram na insurreição de 1973 na Grécia. O anarquismo grego ganhou força nos anos 1970 e 1980, por meio de táticas insurrecionais que aliaram manifestações combativas de rua, confrontos com a polícia e ações armadas;

destacaram-se, naquele contexto, grupos como Anarchist Attack Groups e o Grupo de Anarco-Comunistas de Nea Smyrni (OANS).

Visando a atuação no campo sindical, os anarquistas criaram e participaram de diferentes organizações de massas, muitas das quais diretamente vinculadas às práticas de educação popular: o Sindicato Operário Livre (FAU), da Alemanha; a Anarchist Workers Association (AWA), da Inglaterra; a Aliança Libertária Anarco-Sindicalista e o jornal *A Batalha* (reativado), de Portugal; a Confederación Nacional del Trabajo (CNT), da Espanha, que operou clandestina e publicamente, chegando a 300 mil membros entre 1977 e 1978 e teve diversas cisões, com a criação da Confederación General del Trabajo (CGT); a Alliance Syndicaliste, o periódico *Solidarité Ouvrier* e a própria CNT da França; a União Sindical Italiana (USI), que foi reestabelecida, os Comitês de Base (COBAS) e a Confederação Italiana de Base – Comitês de Base Unidos (CIB-UNICOBAS), da Itália; o SAC e o sindicato dos trabalhadores marítimos (MTWIU) da Suécia; o sindicato dos servidores públicos (SUD), da Suíça; a Federação Anarco-Sindicalista (ASF) da Tchecoslováquia; o Free General Workers' Union (SMOT), a Confederation of Anarcho-Syndicalists (KAS) e a Confederation of Revolutionary Anarcho-Syndicalists (KRAS), da Rússia; o Grupo de Anarco-Sindicalistas (AO), da Grécia.

Surgiram, ainda, projetos no campo da propaganda, com as editoras Freedom Press, na Inglaterra, e AK Press, na Escócia; fortalecendo o campo das investigações sobre o anarquismo, foram formados o Centre International de Recherches sur l'Anarchisme (CIRA), na Suíça, a Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo (FAL), na Espanha e a Kate Sharpley Library, na Inglaterra.

De 1990 em diante, destacam-se, no campo sindical, a Confederación General del Trabajo (CGT), da Espanha, que possui 60 mil membros e representa 2 milhões de trabalhadores; a Confederação Siberiana do Trabalho (SKT), da Rússia, com 6 mil membros; a Confédération Nationale du Travail (CNT-F), da França, com 5 mil; a Sveriges Arbetares Central (SAC), da Suécia, com 9 mil, entre outros casos de participação libertária significativa em sindicatos mais amplos e burocratizados.

No campo das organizações anarquistas, há iniciativas sintetistas e plataformistas. As primeiras, em geral, articulam-se na IFA, como a Federação Anarquista (FA) francesa – a qual edita o periódico *Le Monde Libertaire*, mantém a editora Monde Libertaire e a Radio Libertaire –, a Federação Anarquista Ibérica (FAI), a Federação Anarquista Italiana (FAI) e a Federação dos Anarquistas Búlgaros (FAB). As segundas, em geral, estão articuladas

no Anarkismo.net, como a Federação de Anarquistas Comunistas da Itália (FdCA), o Workers Solidarity Movement (WSM), da Irlanda, a Organisation Socialiste Libertaire (OSL), da Suíça e o Alternative Libertaire (AL), da França.

Entretanto, vêm crescendo iniciativas não alinhadas a estes dois campos, como a Coordination des Groupes Anarchistes (CGA), da França, e grupos insurrecionalistas de diversos países. Muitos destes últimos têm adquirido presença notável, como os anarquistas gregos que, desde os anos 1990, além de incontáveis associações informais, vêm articulando grupos; Anarchist Urban Guerrillas (AUG), Revolutionary War (RW) e Incendiaries of Conscience (IC) constituem alguns exemplos. Em 1998, estes gregos reivindicaram responsabilidade por 70 ataques violentos, e têm mantido a força de suas mobilizações, muitas das quais de caráter insurrecionalista.

Com o fim do regime soviético, surgiram e se fortaleceram organizações na Polônia, na Tchecoslováquia e na Rússia, como no caso do Autonomous Action (AD), que possui seções em 20 cidades russas, além da Armênia, Bielo-Rússia, Cazaquistão e Ucrânia.

No Oriente Médio, surgiu, nos anos 1980, no Líbano, o grupo Iniciativa Comunista Libertária (BT) e, no Irã, o Grupo Anarquista Iraniano. Na Turquia, nos anos 1990, apareceram grupos como a Anarchist Youth Federation (AGF), a Anatolian Anarchists (AA) e o Karasin Anarchist Group (KAG); o anarquismo turco adquiriu, depois disso, certa influência entre os curdos.

Nas Américas, durante a quarta onda, destaca-se, nos Estados Unidos e Canadá, a presença renovada do IWW e o envolvimento de anarquistas com movimentos inspirados pela Nova Esquerda, sustentando bandeiras ambientais, de gênero e contra as guerras. Em 1968, nos Estados Unidos, houve participação nos protestos durante a Convenção Democrática e na criação do grupo Students for a Democratic Society. No Canadá, fundou-se, no campo da propaganda, a editora Black Rose Books. Na quinta onda, o anarquismo evidenciou-se no Movimento de Resistência Global, que contou com participação do IWW e foi reforçado pelo surgimento da North-Eastern Federation of Anarcho-Communists (NEFAC), em 2000, que, posteriormente, dividiu-se em três organizações. O Institute of Anarchist Studies (IAS) foi criado no Canadá, em 1996, reforçando as iniciativas para investigação do anarquismo.

No México da quarta onda, os anarquistas seguiram articulando-se na Federación Anarquista Mexicana (FAM) e foram, em grande medida, responsáveis pela radicalização do Frente Auténtico de Trabajo (FAT), que

assumiu contornos sindicalistas revolucionários. No período posterior, realizou-se, em 1991, a primeira Convenção Nacional Anarquista e, com o levante zapatista de 1994, formaram-se grupos anarquistas de apoio a suas lutas, como a Unión Libertaria Autogestionada (ULA), o Consejo Indígena Popular de Oaxaca – Ricardo Flores Magón (CIPO-RFM) que, a partir de 2001 tornou-se uma organização anarquista, e a Alianza Magonista Zapatista (AMZ). Sindicalistas revolucionários contribuíram com o Frente Auténtico del Trabajo (FAT).

Em Cuba, recentemente, o Movimiento Libertario Cubano (MLC) – com presença clandestina em Cuba, e pública na Espanha, na França, no México e na Venezuela – contribuiu com a fundação do Grupo de Apoyo a los Libertarios y al Sindicalismo Independiente en Cuba (GALSIC), que passou a publicar o boletim *Cuba Libertaria*.

No Uruguai, depois do exílio, a FAU rearticulou-se nos anos 1980, aprofundando as bases de seu especificismo; a CNT também se reorganizou e, por meio de um processo de unificação, passou a chamar Plenario Intersindical de Trabajadores – Convención Nacional de Trabajadores (PIT-CNT), representando 120 mil trabalhadores. (Mechoso, 2005, 2006, 2009; Rugai, 2013) Na Argentina, em 1955, a FACA converteu-se em Federação Libertária Argentina (FLA); uma greve dos portuários impulsionada pela FORA, em 1956, durou seis meses, constituindo a maior greve do século XX no país. Outra experiência importante no país foi encabeçada pela organização anarquista Resistência Libertária, a qual se estabeleceu nacionalmente em 1974 e foi dizimada pela repressão da ditadura de 1976. Com aproximadamente uma centena de militantes em Buenos Aires, La Plata, Córdoba e outras localidades, esta organização destacou-se por seus trabalhos de massas nos sindicatos, bairros e grêmios estudantis, e por um braço armado, que se articulou com a OPR-33 uruguaia. (Diz e Trujillo, 2007) No Chile, os anarquistas se envolveram com atividades sindicais que contribuíram com a criação, em 1953, da Central Única de Trabajadores de Chile (CUT), na qual tiveram grande influência, ocupando posições na direção nacional. Cindindo em 1958, os anarquistas formaram a Confederación Nacional del Trabajo (CNT), em 1960, e, em 1965, ajudaram na fundação do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) e nele permaneceram por pelo menos dois anos. (Solar e Pérez, 2008)

Na Bolívia, os anarquistas foram hegemônicos na Confederación Obrera Regional Boliviana (CORB), sucessora da FOL, no seio da qual impulsionaram a Federación Obrera Femenina (FOF), associação de mulheres que encampou lutas de gênero.

No Brasil, resistiram, neste período de refluxo, com publicações como *Ação Direta*, edição de alguns livros, criação de espaços de discussão/formação e alguma atuação no Movimento de Orientação Sindical (MOS), em São Paulo. Com o fim da ditadura, ressurgiram, mais evidentemente, publicações, editoras, dentre as quais a Novos Tempos / Imaginário, e centros de cultura, como o Círculo de Estudos Libertários (CEL), do Rio de Janeiro.

No cone sul, mais recentemente, destaca-se a influência da Federação Anarquista Uruguiaia (FAU), da difusão do especificismo, auxiliando a conformação de organizações anarquistas em outros países, como no Brasil, com a Federação Anarquista Gaúcha (FAG) e a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ) – as quais se articularam no Fórum do Anarquismo Organizado (FAO) e fundaram, juntamente com outras organizações, em 2012, a Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), em um congresso com presença de organizações de 10 estados e mais de 70 delegados.

Essa tendência de organizações adeptas do campo plataformista/especificista também se desenvolveu no Chile, a partir do Congreso de Unificación Anarco-Comunista (CUAC), que fundou a Organización Comunista Libertaria (OCL), e que teve impacto posterior na articulação da Federación Comunista Libertaria (FCL). Na Argentina, o processo que culminou na fundação da Organización Socialista Libertaria (OSL) também foi relevante, a qual se envolveu nas mobilizações de 2001, que levaram milhares de trabalhadores às ruas sob o lema “Que se Vayan Todos!”, opondo-se à crise neoliberal, à classe política do país e estabelecendo importantes estruturas de base.

Estas organizações, e outras de linhagem semelhante, vêm tendo participação notável, ainda que na maioria dos casos minoritária, em movimentos populares do continente, dentre os quais se encontram sindicatos, associações comunitárias e de bairro, movimentos rurais, de estudantes, desempregados, sem-teto, sem-terra e outros.

Continuam a existir, também, outros grupos e organizações anarquistas, dentre os quais se podem mencionar a Federação Anarquista Argentina (FLA) e a Comisión de Relaciones Anarquistas (CRA), da Venezuela, além de um conjunto amplo de grupos que possui foco na educação e na formação política anarquista, como a Biblioteca Terra Livre, do Brasil, e uma tradição insurrecionalista que, embora minoritária, tem ganhado destaque em alguns episódios, em especial no Chile, com o conhecido “Caso Bombas”, de 2010, o qual investiga atentados, supostamente levados a cabo por anarquistas no país, desde 2005.

Na África, durante a quarta onda, os anarquistas, na maioria negros, reforçaram lutas de libertação nacional na Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), no Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), no Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). O sindicalismo de intenção revolucionária teve protagonismo, nos anos 1950, com o Industrial and Commercial Union in Southern Rhodesia (ICU), fundado em 1919, e, posteriormente, com a Federation of South African Trade Unions (FOSATU), criada em 1979. Em 1981, no Senegal, surgiu o Partido Anarquista pelas Liberdades Individuais na República (PALIR). (Schmidt e van der Walt, no prelo (b))

Durante a quinta onda, evidenciam-se, o protagonismo de uma seção do IWW, no início dos anos 1990, em Serra Leoa, com mais de 3 mil trabalhadores das minas de diamantes, os quais realizaram distintas lutas, assim como o processo organizativo originado nos anos 1990, e que culminou com a criação, na África do Sul, da Zabalaza Anarchist Communist Federation (ZACF), em 2003 – sendo esta experiência precedida por outras como o Anarchist Resistance Movement (ARM), a Durban Anarchist Federation (DAF) e a Workers Solidarity Federation (WSF). Também na África do Sul, destaca-se a participação de sindicalistas revolucionários no Congress of South African Trade Unions (COSATU). Surgiram, ainda, neste último período, diferentes iniciativas na Nigéria, com a Awareness League, na Zâmbia, com o Anarchist Workers' and Student's Group (ASWG) e, no Quênia, com o *Wiyathi* Collective, dentro da Anti-Capitalist Convergence of Kenya (ACCK). Pequenos círculos anarquistas são atualmente mantidos na Argélia, no Egito e em Marrocos.

Na Ásia da quarta onda, algumas experiências podem ser mencionadas. Na China, com a Revolução de 1949, em torno de 10 mil anarquistas tiveram de entrar para a clandestinidade e guerrilhas, como a Chu Cha-pei, anarquista e inspirada no RIAU ucraniano, tiveram de instalar-se na província de Yunnan para combater a nova classe dominante. No Japão, articulou-se uma federação anarquista em 1955, também chamada de Federação Anarquista Japonesa (FAJ), que foi substituída pela Black Front Society (KSS) em 1970, e, em seguida, pelo Libertarian Socialist Council (LSC). Foram conformados o Workers' Solidarity Movement (RRU), em 1983, anarco-sindicalista, e uma nova federação anarquista, em 1988. De 1990 em diante, há poucas referências. No Japão, a organização anarco-sindicalista Workers' Solidarity (RR), de 1992, constituída por uma cisão da RRU, mas que logo

abandonou o anarquismo; o surgimento do Anarchist Revolutionary Project (ARP), da Anarchist Federation (AF) e a participação na Anti-Capitalist Action (ACA), de 2002. Nas Filipinas, a Local Anarchist Network (LAN). Na China, socialistas libertários constituem, em 1993, uma corrente da Associação de Estudantes Asiáticos de Hong Kong; fala-se, ainda, em um Autonomous Beijing Group, possivelmente anarquista.

Na Oceania, destacam-se, durante a quarta onda, iniciativas sindicais e organizações anarquistas. Na Austrália, criou-se, em 1975, a Federação Australiana de Estudantes Anarquistas (FAA), num congresso com mais de 250 delegados, representando 11 grupos. Neste mesmo ano, o IWW foi reestabelecido e, em 1977, apareceu a editora Jura Books, que, posteriormente, transformou-se numa federação. Em 1986, fundou-se a Anarcho-Syndicalist Federation (ASF). Na quinta onda, a ASF teve participação considerável na mobilização dos ferroviários de Melbourne, que culminou na Melbourne Tram Dispute, na Austrália, em 1990; em 2000, a ASF foi refundada com o nome de Anarcho-Syndicalist Network (ASN). Na Nova Zelândia, nos anos 1960, articulou-se a New Zealand Federation of Anarchists (NZFA) e, no último período, houve participação no Unite Union, um sindicato local que atua no setor de serviços.

CONCLUSÃO

*Quando o trabalho não estiver mais à venda,
a sociedade produzirá homens e mulheres
que irão pensar, agir e ser livres.*

Lucy Parsons

Creio ter apresentado elementos para responder, ao menos mais adequadamente que os estudos de referência do anarquismo e outros trabalhos prévios, as duas questões que nortearam meu estudo: O que é o anarquismo? Quais são suas correntes e seus debates históricos mais relevantes? Esta conclusão expõe as três grandes teses que condensam estes elementos e que busquei sustentar ao longo deste livro. A amplitude de autores e episódios utilizados faz com que as conclusões apontadas a seguir pareçam mais generalizáveis que as de outros estudos. Em seguida, de modo bastante breve, realizo críticas a determinadas noções e alguns episódios anarquistas e finalizo com algumas perspectivas para o anarquismo hoje.

TRÊS TESES

Primeira tese: Os problemas dos estudos de referência

Estudos de referência do anarquismo possuem problemas significativos de ordem teórico-metodológica, envolvendo: a base de dados (histórica e geográfica) com a qual trabalham, a maneira que situam o anarquismo na história e a maneira que lêem a história; as definições de anarquismo elaboradas e adotadas; as conclusões extraídas de suas análises. Tais problemas dificultam as investigações e não permitem elaborar, adequadamente, definições do anarquismo, de seus debates, de suas correntes e de sua trajetória histórica.

É necessário reiterar, conforme já coloquei, que não se pode generalizar quando se fala dos “estudos de referência” do anarquismo, visto que

possuem diferenças consideráveis e foram produzidos em distintos contextos. Além disso, conforme enfatizei, eles também possuem qualidades. No entanto, não se pode negar que também apresentam sérios problemas para as análises contemporâneas deste objeto.

Expondo mais claramente estes problemas, podem-se mencionar: o conjunto restrito de autores e episódios tomados em conta nas investigações, assim como generalizações a partir dessa restrita base de dados; o foco quase exclusivo na Europa Ocidental ou no eixo do Atlântico Norte; as abordagens ahistóricas (que afirmam que anarquismo sempre existiu) e as que vinculam o anarquismo à utilização terminológica e/ou à auto-identificação dos anarquistas (que afirmam que o anarquismo surgiu no século XVIII, na primeira metade do século XIX etc.); o foco nos grandes homens, com a utilização da história vista de cima; a desconsideração dos vetores sociais do anarquismo; as definições inadequadas de anarquismo (que o conceituam como antiestatismo, oposição à dominação, antítese do marxismo etc.), que não permitem compreendê-lo adequadamente e nem diferenciá-lo de outras ideologias; as abordagens teóricas sem base histórica e vice-versa.

Destes problemas teórico-metodológicos derivam, em grande medida, conclusões equivocadas sobre o anarquismo, que afirmam que ele: constitui uma ideologia incoerente; não teve um impacto popular significativo; mobilizou bases classistas restritas, restringindo-se aos camponeses e artesãos em declínio, não conseguindo adaptar-se ao capitalismo industrial; praticamente terminou depois da derrota na Revolução Espanhola, em 1939, episódio que, inclusive, constitui uma exceção na história anarquista, por ter sido um dos poucos casos em que anarquismo converteu-se em um amplo movimento de massas; é sinônimo de antiestatismo e/ou antítese do marxismo; fundamenta-se em bases idealistas, espontaneístas, individualistas e juvenis.

Para a solução destes problemas, adotei uma abordagem teórico-metodológica bastante distinta dos estudos de referência, que conforma as bases da segunda tese.

Segunda tese: Abordagem teórico-metodológica

Uma abordagem fundamentada num método histórico e num conjunto amplo de dados, que interaja com as noções de totalidade e interde-

pendência, permite os que os problemas dos estudos de referência sejam solucionados e que se realize uma investigação adequada do anarquismo.

Visando superar o problema da amplitude dos dados analisados, aumentei notavelmente o conjunto de autores e episódios avaliados. No capítulo “Redefinindo o Anarquismo”, que conceitua o objeto, utilizei como base mais de 50 autores, das cinco ondas e dos cinco continentes. No capítulo “Surgimento, Extensão e Impacto do Anarquismo”, mencionei um conjunto amplo de episódios em que os anarquistas estiveram envolvidos, também nas cinco ondas e nos cinco continentes. Como em qualquer formulação teórica, foram necessárias generalizações. Entretanto, procurei realizá-las a partir de uma base de dados muito maior que a dos estudos de referência. O foco basicamente eurocêntrico ou no Atlântico Norte foi modificado para uma abordagem global.

Buscando resolver o problema das abordagens ahistóricas, adotei um método histórico, que possibilitou situar o anarquismo no tempo e no espaço e subsidiar a reflexão teórica, a partir de uma base historiográfica ampla. Foi possível analisar o surgimento do anarquismo durante a segunda metade do século XIX, diretamente ligado ao desenvolvimento da Internacional e da Aliança, demonstrando como, em menos de duas décadas, por razão de inúmeros fatores ligados àquele contexto, ele espalhou-se por distintas localidades e, até os fins do século XIX, havia colocado em prática e concebido teoricamente suas grandes estratégias. As noções de totalidade e interdependência possibilitaram unir teoria, prática e história do anarquismo, pensamento e ação, forma e conteúdo, o anarquismo e seus vetores sociais – em especial o sindicalismo de intenção revolucionária –, críticas e proposições anarquistas.

Também foi possível solucionar os problemas ocasionados pelas análises que tomam a forma pelo conteúdo, pautando-se nas discussões semânticas e na auto-identificação dos anarquistas. As perspectivas da “história vista de baixo” e da “nova história do trabalho” adotadas, permitiram solucionar os problemas metodológicos que envolvem as análises históricas; busquei explicar o anarquismo sem um foco exclusivo nos grandes homens, a partir de um conjunto amplo de autores e episódios.

Esta abordagem teórico-metodológica permitiu realizar uma discussão mais adequada de anarquismo, cujos argumentos constituem as bases da terceira tese.

Terceira tese: Anarquismo

Dentre os elementos fundamentais que podem ser afirmados em relação ao anarquismo, estão: sua definição como uma ideologia coerente, um tipo de socialismo revolucionário, podendo ser descrita por meio de um conjunto preciso de princípios; a elaboração racional de críticas, proposições e estratégias fundamentais, sobre as quais se estabelecem suas duas correntes: o anarquismo insurrecionalista e o anarquismo de massas; seu amplo impacto popular entre trabalhadores e camponeses, nas cidades e nos campos; sua trajetória histórica permanente e global, desde seu surgimento, na segunda metade do século XIX, até o presente.

Esses elementos contrapõem diretamente as conclusões equivocadas dos estudos de referência e de outros trabalhos.

Em termos conceituais, a definição de anarquismo realizada, fundamentada em um conjunto de categorias, conceitos e em uma padronização conceitual, permitiu a compreensão do anarquismo, fornecendo as bases para sua diferenciação de outras correntes político-ideológicas, como nos casos do marxismo, em suas versões reformistas e revolucionárias, do nacionalismo, do liberalismo, do mutualismo etc.

Com isso, demonstrei que o anarquismo não é sinônimo de individualismo, antiestatismo e nem antítese do marxismo.

Mesmo que a liberdade individual constitua um elemento central do anarquismo, ela, historicamente, se inseriu dentro de uma noção mais ampla de liberdade coletiva e da própria noção de socialismo, inviabilizando quaisquer definições do anarquismo como sinônimo de individualismo.

Em sua crítica da dominação, os anarquistas têm por foco os aspectos políticos, dentre os quais se encontram o Estado. Entretanto, eles também criticam as dominações econômicas, tais como a exploração capitalista, e as dominações ideológicas e culturais. Sobre bases classistas, procuram superar as dominações de classe, mas também de gênero, imperialistas e de raça. Além disso, o anarquismo afirma a defesa da autogestão e um conjunto de elementos estratégicos, os quais, tomados em conjunto com a crítica anarquista da dominação, demonstram a impossibilidade de o anarquismo ser conceituado como sinônimo de antiestatismo.

Essa mesma definição permite identificar similaridades e diferenças com tradições históricas do marxismo. Rugai (s/d, pp. 9-10), ao discutir a questão, afirma que “os novos conhecedores do anarquismo, especialmente

na segunda metade do século XX, o concebiam como antítese absoluta do marxismo”; para o autor, não se trata de “dizer, com isso, que o anarquismo não seja oposto ao marxismo em muitos aspectos, mas em uma série de outros aspectos existem convergências”. Há similaridades na base racional de suas críticas e proposições; nas críticas à dominação, em especial à dominação de classe e, principalmente, à exploração capitalista, assim como à dominação de gênero; na defesa da luta de classes e da perspectiva classista de luta; na busca do fim das classes sociais e de uma sociedade igualitária. No entanto, há diferenças substanciais, principalmente no que diz respeito: à estratégia de transformação, envolvendo o papel do Estado no processo revolucionário; à relação entre os meios e os fins das lutas; à maneira de conceber o poder e do próprio modelo de poder da sociedade futura; à concepção das relações entre ética e política, que envolvem as diferenciações entre adversários e inimigos. Por meio de uma análise histórica, e dependendo das correntes e do momento em questão, podem ainda ser identificadas outras diferenças, em relação: à noção de ditadura do proletariado como período intermediário para se atingir o comunismo; à concepção de sujeito revolucionário e de quem são os agentes da transformação social; à maneira de lidar com dominações nacionais e com o próprio imperialismo; à forma de relacionar as dominações classistas e não-classistas, econômicas e não-econômicas.

Da mesma maneira, demonstrei que o anarquismo baseia-se em análises racionais, métodos e teorias que não são idealistas, se levado em conta o sentido das explicações metafísicas e teológicas da realidade. Tomando por base as discussões sobre a relação entre fatos e idéias, entre ações humanas voluntárias e estruturas sociais, pode-se dizer que, entre os anarquistas, distintas teorias sociais foram desenvolvidas e utilizadas. Adotaram-se variadas posições, conforme verificado em suas concepções sobre as relações entre as esferas sociais. Assim, mesmo que se defina o idealismo como uma prioridade absoluta das idéias em relação aos fatos, e das ações humanas voluntárias em relação às estruturas sociais, o anarquismo não pode ser considerado, de maneira geral, idealista.

Ainda relacionado a este problema, deve-se considerar que as relações entre o anarquismo e o idealismo, o anarquismo e o utopismo, tomado em seu sentido pejorativo, vêm sendo realizadas por seus adversários políticos. Elas visam desqualificá-lo e/ou deslegitimá-lo, que seria, deste ponto de vista, desconectado da realidade, dos fatos materiais, da ciência e oposto

a outros socialismos conectados à realidade, materialistas e científicos. Conforme argumentei, as teorias sociais do anarquismo procuraram, sempre, conectá-lo com a realidade, por meio de distintas posições sobre o papel dos fatos materiais. Pode-se dizer que não há qualquer sentido em se falar de socialismo científico; tal iniciativa possui somente função retórica para fins de autolegitimação.

Os argumentos sustentados nas discussões sobre os debates e as correntes anarquistas permitiram que se compreendessem, de maneira mais adequada, as posições anarquistas em relação à política, à organização e às lutas de curto prazo e, dessa maneira, que se relativizassem afirmações dos estudos de referência: de que os anarquistas negam a política e a própria democracia, defendem em todos os casos uma política do tudo ou nada, sendo contra as reformas, ou mesmo de que são sempre espontaneístas ou contrários à organização. Conforme se viu, os anarquistas sempre defenderam uma concepção de política e de poder, ainda que para fundamentar este argumento este estudo tenha se dedicado a uma redefinição e a uma discussão de termos e conceitos; na maioria dos casos, defenderam os ganhos de curto prazo e a organização, ainda que tenha havido muitos anarquistas contrários às lutas por reforma e à organização.

Em geral, os anarquistas sustentam uma concepção determinada de política e de poder e buscam intervir na correlação de forças da sociedade por meio de estratégias fundamentais. Historicamente, defenderam, na maioria dos casos, as lutas por reformas, na medida em que elas fortalecessem as lutas revolucionárias, assim como a necessidade de organização dos anarquistas; na minoria dos casos, negaram essas lutas de curto prazo e a necessidade de organização.

Propus, em acordo com os argumentos em questão, reformular o cânone anarquista, sustentando, com base em estudiosos desses autores, que Godwin, Stirner, Tolstoi, Godwin e mesmo Proudhon não são anarquistas; ao mesmo tempo, coloquei a necessidade de ampliação deste cânone, com a inclusão de diversos outros anarquistas.

Sobre a extensão e o impacto do anarquismo, ambos foram amplos e significativos; em termos históricos, estendem-se de 1868 ao presente, e geográficos, abarcam todo o globo; o anarquismo mobilizou distintas classes dominadas, inclusive, e principalmente, ao proletariado urbano industrial, mas também aos trabalhadores do campo, camponeses, precarizados, marginalizados e pobres em geral. Estes elementos contrapõem as conclusões

dos estudos de referência do anarquismo sobre: a restrição de seu impacto e sua extensão; suas bases exclusivas nos camponeses e artesãos; seu término em 1939; a excepcionalidade espanhola; sua relação restrita com os jovens e sua própria caracterização como um fenômeno juvenil.

Em relação ao argumento da incoerência, a presente investigação procurou demonstrar que, ainda que haja debates e diferenças relevantes entre os anarquistas – os quais constituem, em grande medida, as bases para o estabelecimento de suas correntes –, há uma coerência significativa, demonstrada na definição de anarquismo elaborada e discutida, sumarizada nos princípios político-ideológicos apresentados.

Meltzer (1996, p. 9), em acordo com esta afirmação, colocou que o anarquismo, historicamente, é “coerente” e constitui um “conjunto”, podendo ser caracterizado por um “dado corpo de escritos de um número de teóricos, tais como P. Kropotkin”. Certamente, dentre os maiores anarquistas, juntamente com ele, deve-se incluir M. Bakunin. Conforme argumentei, esta coerência pode ser constatada, inclusive, a partir de um cânone bem mais amplo que aquele utilizado por diversos estudos de referência.

Concordo, por isso, com a afirmação de Schmidt e van der Walt que, contrapondo os argumentos de Joll e Marshall, enfatizam:

Contra a visão de que o anarquismo “não foi um movimento filosófico ou político coerente”, e esteve cheio de “contradições e inconsistências”, sem um “corpo doutrinal fixo, baseado em uma visão particular de mundo”, nós enfatizamos a coerência de suas idéias. (Schmidt e van der Walt, 2009, p. 15)

Entretanto, a demonstração desta coerência teve de ser realizada a partir de uma nova abordagem teórico-metodológica, que implicou mudanças consideráveis na maneira de se analisar o objeto.

CRÍTICAS NECESSÁRIAS

Conforme já coloquei, não foi meu objetivo, neste livro, realizar uma defesa ideológica do anarquismo. Procurei, com todas as dificuldades que isso implica, realizar uma produção teórica, científica. Concordo com

Rugai (2003, p. 9) que há, no anarquismo, e dentre os anarquistas, uma dificuldade de se realizar autocrítica: “como numa bola de neve, a ausência da autocrítica anarquista foi matando o próprio anarquismo e este, quanto menos vivo, tornou-se mais incapaz de realizar esta necessária autocrítica”.

Ainda assim, cumpre ressaltar que não tive o intuito de promover uma reflexão crítica e, ao mesmo tempo, autocrítica, das posições dos anarquistas, de seus princípios, estratégias e trajetória histórica. As reflexões que apresentei tinham, antes de tudo, o objetivo de responder as duas questões colocadas. Os próprios exemplos históricos, completamente breves e sintéticos, foram mencionados somente para subsidiar os argumentos teóricos em questão.

Conforme coloquei no início, mesmo que buscando certa objetividade, minhas posições estão longe de serem neutras. Sou anarquista e insiro-me na tradição do anarquismo de massas, defendendo seus posicionamentos básicos: a necessidade de organização de massas, populares; a conciliação entre as lutas de curto prazo (reformas) e o objetivo revolucionário; a utilização da violência, na medida em que ela fortaleça mobilizações populares. No debate organizativo de massas, coloco-me no campo do sindicalismo revolucionário, sustentando que as lutas populares não tenham vínculo programático com o anarquismo; posição que me distancia do anarco-sindicalismo. No debate sobre a organização específica anarquista, defendo, não somente sua necessidade, mas também sua articulação por meio do modelo programático. São estas as posições que, a meu ver, permitem que eu seja considerado partidário do *especificismo* anarquista.

Minhas concepções de anarquismo e posições estratégicas fornecem bases para a realização de críticas a distintos aspectos discutidos anteriormente, que envolvem pensamento e ação anarquistas.

Em primeiro lugar, posições que, adotadas por alguns anarquistas, chegaram a colocar em xeque os próprios princípios anarquistas, dentre as quais se poderiam citar: as influências individualistas, como ocorrido em Alemanha, Estados Unidos, França, Inglaterra e Rússia; as ameaças de abandono do classismo, por meio de análises do século XX que afirmaram que outras questões haviam se tornado mais importantes – fenômenos, em grande medida, ligados à ascensão da Nova Esquerda e dos “novos movimentos sociais” em vários países do mundo; as vezes em que a oposição ao Estado e o internacionalismo foram colocados em xeque quando, por exemplo, anarquistas apoiaram os Aliados na Primeira Guerra Mundial; a elevação da

não-violência da condição de tática à um princípio do anarquismo, contrapondo-se completamente às ações violentas e sucumbindo a uma disputa puramente moral com os sistemas de dominação. Deve-se pontuar, ainda assim, que tais casos não constituem continuidades e permanências no longo prazo da ideologia anarquista.

Em segundo lugar, posicionamentos estrategicamente equivocados, com conseqüências desastrosas: a realização e o apoio de atentados individuais, como os da França nos anos 1880 e 1890, assim como às insurreições sem base popular, como as realizadas na Itália nos anos 1870, que, além de apresentarem certo elitismo, ocasionaram repressões brutais; a defesa de posições antiorganizacionistas, como nos casos da Rússia e da Itália, desde o próprio surgimento do anarquismo, e do Japão, principalmente durante a terceira onda, assim como as posições impossibilitadas sustentadas por anarquistas nestes mesmos países.

Em terceiro lugar, ações táticas condenáveis, como: a aliança com Carranza contra Zapata, protagonizada pela COM mexicana; a participação muito pouco crítica, e em alguns casos acrítica, no Kuomintang chinês, no Governo Provisório coreano e no governo republicano no contexto da Revolução Espanhola.

Em quarto lugar, a escolha de articular os anarquistas tão-somente nas organizações de massas, sem organizações anarquistas que pudessem fortalecer sua intervenção, como nos casos da Confederação Operária Brasileira (COB), no Brasil, e do General Workers Union (GWU), na África do Sul; as experiências do Industrial Workers of the World (IWW), ainda que em alguns países tenham sido fortalecidas por organizações políticas sindicais, também não articularam a presença anarquista em organizações específicas no Canadá, nos Estados Unidos, na Austrália e na Nova Zelândia. Em diversos casos, como no Brasil e na África do Sul, crises do sindicalismo terminaram implicando crises do próprio anarquismo que, sem organizações políticas sólidas, muitas vezes sucumbiram frente à conjuntura.

Em quinto lugar, a articulação de organizações anarquistas de acordo com o modelo flexível e sem envergadura considerável, como nos casos da NABAT, da Ucrânia que, conforme a crítica do Dielo Truda, não conseguiu articular-se de maneira a garantir a influência anarquista no processo revolucionário ucraniano, assim como o caso do anarquismo na China, aos fins da segunda onda, quando quase uma centena de grupos anarquistas fragmentados não articulados entre si e sem programas comuns não puderam ser majoritariamente determinantes.

Em sexto lugar, as análises sociais equivocadas que conduziram a ações, da mesma maneira, errôneas, como no caso das concepções evolucionistas, muitas das quais acreditavam haver uma evolução natural rumo ao anarquismo, e, por isso, relegaram as preocupações dos anarquistas com organização, programa, intervenção social etc. ao segundo plano; determinismos mecanicistas de base econômica ou cultural, que implicaram estratégias exclusivamente econômicas, por meio de cooperativas e/ou ações sindicais, com foco exclusivo nos trabalhadores urbanos e industriais, ou estratégias exclusivamente culturais, por meio de ações exclusivas de propaganda e/ou de educação.

Muitos outros fatos poderiam ser mencionados. Mesmo assim, estes aqui mencionados demonstram que, apesar dos argumentos sustentados, dentre eles o da coerência do anarquismo, há muitas questões que podem ser discutidas criticamente. Do ponto de vista político, realizar esse processo de crítica e autocrítica constitui uma obrigação para os anarquistas.

ANARQUISMO HOJE

Ao refletir sobre o anarquismo hoje, tanto no campo científico quanto político-ideológico, gostaria de finalizar com algumas palavras.

Em relação ao campo científico, as investigações sobre o anarquismo, tanto teóricas quanto históricas, envolvendo as distintas disciplinas, precisam ter continuidade e avançar. Não podemos continuar simplesmente a reproduzir os estudos de referência, pois, se por um lado eles contribuíram determinantemente para as pesquisas, por outro, conforme argumentei, eles apresentam sérias limitações. É necessário, ao mesmo tempo, descartar abertamente estudos que se pautam em criações completamente ideológicas e que têm por objetivo apenas desqualificar o anarquismo, assim como os estudos realizados por pesquisadores absolutamente desinformados.

Sobre as produções teóricas, não há muitos estudos sendo desenvolvidos e torna-se necessário um investimento mais sério neste sentido. Em relação às produções históricas, muitos dos episódios que contaram com participação anarquista não foram estudados aprofundadamente – isso constitui, portanto, outra necessidade de primeira ordem para os estudos

que ainda têm de ser realizados; tanto em relação aos próprios episódios, quanto às investigações sobre o papel dos anarquistas nestes episódios.

Em relação ao campo político-ideológico, pode-se dizer, conforme Schmidt (2012a, p. 45), que é evidente a “universalidade da mensagem anarquista”, que “se manteve e se mantém, em grande medida, coerente e intacta, em termos de espaço e tempo, sendo relevante para os povos oprimidos de toda parte”. Trata-se, em suma, de uma alternativa viável, que possui não somente uma vasta experiência histórica, mas também elementos que parecem ser adaptáveis aos mais diferentes contextos e que podem contribuir com as lutas dos movimentos populares do século XXI.

BIBLIOGRAFIA

ACRI, Martín; CÁCEREZ, Maria. *La Educación Libertaria en la Argentina y en México (1861-1945)*. Buenos Aires: Anarres, 2011.

ADDOR, Carlos A. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

AGP (Ação Global dos Povos). "Manifesto da Ação Global dos Povos", 1998. [<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/agp/02manifestoagp.htm>]

AGUILAR, Brenda. "El 1º de Mayo em México, la Triunfal Derrota del Proletariado". In: *Los Orígenes Libertarios del Primero de Mayo: de Chicago a América Latina (1886-1930)*. Santiago: Quimantú, 2010.

AIT-IWA (Associação Internacional dos Trabalhadores – Internacional Sindicalista, 1922/1923). "Declaração de Princípios". In: COLOMBO, Eduardo (org.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

AL (Alternative Libertaire). *1954-1962. L'Insurrection Algérienne et les communistes libertaires*. Paris: AL, 2008.

ALBEROLA, Octavio; GRANSAC, Ariane. *El Anarquismo Español y la Acción Revolucionária (1961-1974)*. Barcelona: Vírus, 2004. [<http://www.viruseditorial.net/pdf/El%20anarquismo%20espa%F10l%20y%20la%20acci%F3n%20rev.pdf>]

ALBERT, Michael. *PARECON: life after capitalism*. Londres: Verso, 2003.

_____. "Buscando a Autogestão". In: *Autogestão Hoje: teorias e práticas contemporâneas*. São Paulo: Faísca, 2004.

AMIGOS DE DURRUTI. "Hacia una Nueva Revolución". In: *Anarkismo.net*, 2005. [http://www.anarkismo.net/newswire.php?story_id=1446]

AMORÓS, Miquel. *La Revolución Traicionada: la verdadera historia de Balius y Los Amigos de Durruti*. Barcelona: Vírus, 2003. [http://www.viruseditorial.net/pdf/Revoluci%F3n%20traicionada_Revoluci%F3n%20traicionada.qxd.pdf]

ANSART, Pierre. *El Nacimiento del Anarquismo*. Buenos Aires: Amorrortu, 1970.

ANTONIOLI, Maurizio. "A USI: o sindicalismo revolucionário italiano." In: COLOMBO, Eduardo (org.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

_____. (org.) *The International Anarchist Congress. Amsterdam (1907)*. Edmonton: Black Cat, 2009.

ANTONY, Michel. *Os Microcosmos: experiências utópicas libertárias sobretudo pedagógicas, "utopedagógicas"*. São Paulo: Imaginário, 2011.

APPOLINÁRIO, Fabio. "Teoria". In: *Dicionário de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2004.

ARMAND, Émile. "Prefácio de *O Único e sua Propriedade*". In: ARMAND, Émile et alli. *Max Stirner e o Anarquismo Individualista*. São Paulo: Imaginário, 2003.

ARSHINOV, Piotr. *História do Movimento Macknovista: a insurreição dos camponeses na Ucrânia*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1976. [O livro em espanhol pode ser encontrado aqui: <http://www.nodo50.org/bpji/Libros/Historia%20del%20movimiento%20Makhnovista%20definitivo.pdf>]

_____. "O Velho e o Novo no Anarquismo". In: MAKHNO, Nestor. *Anarquia e Organização*. São Paulo: Luta Libertária, 2001.

ASF (Anarcho-Syndicalist Federation). "Aims, Principles and Statutes", 1986. [<http://asfiwa.org.au/aims/>]

AVRICH, Paul. *The Haymarket Tragedy*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1984.

_____. *The Russian Anarchists*. Oakland: AK Press, 2005. [<http://libcom.org/history/russian-anarchists-paul-avrich>]

AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência Anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.

BA JIN. "El Anarquismo y la Cuestión de la Práctica". In: *Tres Artículos de Ba Jin (Li Pei Kan) sobre los Problemas del Anarquismo y la Revolución en China (1921-1927)*. *Anarkismo.net*, 2008. [<http://www.anarkismo.net/article/9394>]

BAKUNIN, Mikhail. "The Program of the Alliance". In: DOLGOFF, Sam (org.). *Bakunin on Anarchy*. Nova York: Vintage, 1972.

_____. *Federalismo, Socialismo, Antiteologismo*. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. *Deus e o Estado*. São Paulo: Imaginário, 2000a.

_____. "Statuts Secrets de l'Alliance: programme de l'Alliance Internationale de la Démocratie Socialiste". In: CD-ROM Bakounine: Ouvres Completes, IHS de Amsterdã, 2000b.

_____. "Statuts Secrets de l'Alliance. Variante.". In: CD-ROM Bakounine: Ouvres Completes, IHS de Amsterdã, 2000c.

_____. "Statuts Secrets de l'Alliance. Programme de l'Alliance Internationale de la Démocratie Socialiste.". In: CD-ROM Bakounine: Ouvres Completes, IHS de Amsterdã, 2000d.

_____. "Carta a Morago de 21 de maio de 1872". In: CD-ROM Bakounine: Ouvres Completes, IHS de Amsterdã, 2000d.

_____. "Carta ao Jornal *La Liberté* de Bruxelas". In: *Escritos Contra Marx*. São Paulo: Imaginário, 2001a.

_____. "Escrito Contra Marx". In: *Escritos Contra Marx*. São Paulo: Imaginário, 2001b.

_____. *Estatismo e Anarquia*. São Paulo: Imaginário/Ícone, 2003a.

_____. *A Instrução Integral*. São Paulo: Imaginário, 2003b.

_____. *O Sistema Capitalista*. São Paulo: Faísca, 2007.

_____. "A Política da Internacional". In: *Os Enganadores / A Política da Internacional / Aonde ir e o que Fazer?* São Paulo: Imaginário/Faísca, 2008a.

_____. "A Comuna de Paris e a Noção de Estado". In: *O Princípio do Estado e Outros Ensaio*s. São Paulo: Hedra, 2008b.

_____. *Essência da Religião / O Patriotismo*. São Paulo: Imaginário, 2009a.

_____. *A Ciência e a Questão Vital da Revolução*. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2009b.

_____. "Programa da Sociedade da Revolução Internacional". In: *Catecismo Revolucionário / Programa da Sociedade da Revolução Internacional*. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2009c.

BALKANSKY, Gr. *Histoire du Movement Libertaire en Bulgarie*. Antony: Groupe Fresnes-Antony (Federation Anarchiste), 1982a.

_____. *Liberation Nationale et Revolution Sociale: a l'exemple de la Revolution Macedonienne*. Antony: Groupe Fresnes-Antony (Federation Anarchiste), 1982b.

BANCAL, Jean. *Proudhon: pluralismo e autogestão*. Vol. I. Brasília: Novos Tempos, 1984.

BAYER, Oswaldo. *La Patagonia Rebelde*. Buenos Aires, Planeta, 2002. [http://www.fondation-besnard.org/IMG/pdf/Bayer_Oswaldo_La_Patagonia_Rebelde.pdf]

_____. *Os Anarquistas Expropriadores*. São Paulo: Luta Libertária, 2004.

_____. *Severino Di Giovanni: el idealista de la violencia*. Buenos Aires: Booket, 2006.

- BEKKEN, Jon. *Anarchist Economics*. Johannesburgo: Zabalaza, 2011. [http://zabalazabooks.fi-les.wordpress.com/2011/08/anarchist_economics_bekken.pdf]
- BERKMAN, Alexander. *What is Anarchism?* Oakland: AK Press, 2003.
- BERNERI, Camilo. *Pensamento e Batalha*. Porto Alegre: Combate, 2009.
- BERRY, David. *A History of the French Anarchist Movement (1917-1945)*. Oakland: AK Press, 2009.
- BERTHIER, René. "1789. Révolution et Contre-Révolution en Angleterre: Godwin et Burke". In: MANFREDONIA et alli. *Les Anarchistes et la Révolution Française*. Paris: Monde Libertaire, 1990.
- _____. *Philosophie Politique de l'Anarchisme. Essai sur les fondements théoriques de l'anarchisme*. Vol. I. Paris: Monde Nouveau, 2008.
- _____. *Poder, Classe Operária e "Ditadura do Proletariado"*. São Paulo: Imaginário/Faixa, 2010.
- _____. *Do Federalismo*. São Paulo: Imaginário, 2011a.
- _____. "Prefácio". In: SAMIS, Alexandre. *Negras Tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo: Hedra, 2011b.
- _____. *Théorie Politique et Méthode d'Analyse dans la Pensée de Bakounine: une interview réalisée par Felipe Corrêa*. In: Monde Nouveau, 2012.
- BERTHIER, René; VILAIN, Eric. *Marxismo e Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2011.
- BERTOLO, Amedeu. "Poder, Autoridad, Dominio: una propuesta de definición". In: FERRER, Christian. *El Lenguaje Libertario*. Buenos Aires: Anarres, 2005.
- BESNARD, Pierre. *Os Sindicatos Operários e a Revolução Social*. Lisboa: Argonauta, 1931.
- BEVINGTON, Douglas; DIXON, Chris. "Movement-Relevant Theory: rethinking social movement scholarship and activism". In: *Social Movements Studies*. Vol. 4, num. 3, 2005.
- BOBBIO, Norberto et alli. *Dicionário de Política*. 2 vols. Brasília: Editora UNB, 2004.
- BONANATE, Luigi. "Estratégia e Política dos Armamentos". In: BOBBIO, Norberto et alli. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 2004.
- BONANNO, Alfredo. *The Insurrectional Project*. Anarchist Library, 2011. [http://theanarchistlibrary.org/pdfs/a4/Alfredo_M._Bonanno__The_Insurrectional_Project_a4.pdf]

- _____. *Insurreccionalist Anarchism: part one*. Anarchist Library, 2012a. [<http://theanarchistlibrary.org/library/alfredo-m-bonanno-insurreccionalist-anarchism-part-one.pdf>]
- _____. *Revolution, Violence, Antiauthoritarianism: a few notes*. Anarchist Library, 2012b. [<http://theanarchistlibrary.org/library/alfredo-m-bonanno-revolution-violence-anti-authoritarianism-a-few-notes.pdf>]
- _____. *A Critique of Syndicalist Methods*. Anarchist Library, 2012c. [<http://theanarchistlibrary.org/library/alfredo-m-bonanno-a-critique-of-syndicalist-methods.pdf>]
- BONOMO, Alex Buzeli. *O Anarquismo em São Paulo: as razões do declínio (1920-1935)*. São Paulo: PUC (mestrado em História), 2007. [http://www.ccssp.org/ccs/index.php?option=com_content&view=article&id=254:alex-buzeli-bonomo-o-anarquismo-em-sao-paulo-as-razoes-do-declinio&catid=82:padrao&Itemid=74]
- BOOKCHIN, Murray. *The Spanish Anarchists: the heroic years. 1868-1936*. Nova York: Harper Colophon, 1977.
- _____. "The Ghost of Anarcho-Syndicalism". In: *Anarchy Archives*, 1992. [http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/bookchin/ghost2.html]
- _____. "Para um Novo Municipalismo". In: *Municipalismo Libertário*. São Paulo: Imaginário, 1999.
- _____. *Anarquismo: crítica e autocrítica*. São Paulo: Hedra, 2011.
- CAFIERO, Carlo. *O Capital: uma leitura popular*. São Paulo: Polis, 1990.
- CAPPELLETTI, Angel. "Anarquismo Latinoamericano". In: RAMA, Carlos (org.) *El Anarquismo en America Latina*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1990. [<http://es.scribd.com/doc/47414705/Cappelletti-Angel-El-anarquismo-en-America-Latina>]
- _____. *La Ideologia Anarquista*. Buenos Aires: Araucária, 2006a. [<http://www.kclibertaria.comyr.com/lpdf/lo69.pdf>]
- _____. *Prehistoria del Anarquismo*. Buenos Aires: Araucária, 2006b.
- CARONE, Edgar. "Anarquismo e Literatura: Jean Grave e *Temps Nouveaux*". In: *Socialismo e Anarquismo no Início do Século*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CASAS, Juan Gómez. *Historia del Anarcosindicalismo Español*. Madri: La Malatesta, 2006.
- CHAEHO, Shin. "Declaration of the Korean Revolution". In: GRAHAM, Robert (org.). *Anarchism: a documentary history of libertarian ideas*. Vol. I. Montreal: Black Rose, 2005.
- CHAMBAT, Grégory. *Instruir para Revoltar: Fernand Pelloutier e a educação, rumo a uma pedagogia de ação direta*. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2006.

CHOMSKY, Noam. *Notas sobre o Anarquismo*. São Paulo: Imaginário/Sedição, 2004 e Hedra, 2011.

_____. "A Responsabilidade dos Intelectuais". In: *O Poder Americano e os Novos Mandarins*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

CILEP [Centro de Investigación Libertaria y Educación Popular]. *Pasado y Presente del Anarquismo y del Anarcosindicalismo en Colombia*. Buenos Aires: Anarres, 2011. [http://www.fondation-besnard.org/IMG/pdf/Pasado_y_presente_del_anarquismo_en_Colombia.pdf]

_____. "Los Orígenes del Primero de Mayo en Colombia y la Influencia del Anarcosindicalismo". In: DANTON, José Antonio Gutiérrez. *Los Orígenes Libertarios del Primero de Mayo: de Chicago a América Latina (1886-1930)*. Santiago: Quimantú, 2010. [Cf. Danton, 2010a]

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

COELHO, Plínio A. (org). *História do Anarquismo*. São Paulo: Imaginário / Faísca, 2008.

COLE, G.D.H. *Historia del Pensamiento Socialista*. Vol. I. Los precursores: 1789-1850. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

COLOMBO, Eduardo. *Análise do Estado / O Estado como Paradigma de Poder*. São Paulo: Imaginário, 2001.

_____. "A FORA: o finalismo revolucionário." In: COLOMBO, Eduardo (org.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004a.

_____. "Post-Scriptum Concernindo à Espanha Revolucionária". In: COLOMBO, Eduardo (org.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004b.

_____. *Democracia e Poder: a escamoteação da vontade*. São Paulo: Imaginário, 2011.

COLSON, Daniel. "A Crise do Sindicalismo Revolucionário na França e a Emergência do Fenômeno Comunista"; "Anexo 1: Carta de Lyon"; "Anexo 2: O Ano Sindical de 1924 (Pierre Besnard)"; "Anexo 3: O Meeting de La Grange-Aux-Belles, 1924"; "Anexo 4: O Movimento Anarquista Francês nos Anos 1930 (Le Monde Libertaire)". In: COLOMBO, Eduardo (org.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

CORRÊA, Felipe. "Primeiro de Maio: anarquismo, o massacre de Haymarket e os Mártires de Chicago". In: *Protesta*, ano 1, num. 0, 2005. [http://www.fondation-besnard.org/article.php?id_article=388]

_____. "Política, Classe e Transição". In: BERTHIER, René. *Poder, Classe Operária e Ditadura do Proletariado*. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2010.

_____. *Ideologia e Estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular*. São Paulo, Faísca, 2011a.

_____. "Para uma Teoria Libertária do Poder I: Ibáñez e o poder político libertário". In: *Estratégia e Análise*, 2011b.

_____. "Para uma Teoria Libertária do Poder II: Bertolo e o poder como função social de regulação". In: *Estratégia e Análise*, 2011c.

_____. "Para uma Teoria Libertária do Poder III: Foucault e o poder nos diversos níveis e esferas". In: *Estratégia e Análise*, 2011d.

_____. "Para uma Teoria Libertária do Poder IV: Errandonea, dominação e classes sociais". In: *Estratégia e Análise*, 2011e.

_____. "Para uma Teoria Libertária do Poder V: López e a distinção entre poder e domínio". In: *Estratégia e Análise*, 2011f.

_____. "Crear um Pueblo Fuerte". In: *Anarquismo y Poder Popular: teoría y práctica suramericana*. Bogotá: Gato Negro, 2011g.

_____. "Poder, Dominação e Autogestão". In: *Anarkismo.net*, 2011h. [<http://www.anarkismo.net/article/21065>]

_____. "Elementos Teóricos para uma Reflexão Libertária sobre o Estado". In: *Estratégia e Análise*, 2011i.

_____. *Rediscutindo o Anarquismo: uma abordagem teórica*. São Paulo, USP (mestrado em Mudança Social e Participação Política), 2012.

_____. *Surgimento e Breve Perspectiva Histórica do Anarquismo*. Instituto de Teoria e História Anarquista, 2013a. [<http://ithanarquista.wordpress.com/2013/11/22/felipe-correa-distincao-entre-as-categorias/>]

_____. *A Distinção Entre as Categorias Ciência e Doutrina/Ideologia na Obra de Errico Malatesta*. Instituto de Teoria e História Anarquista, 2013b. [<http://ithanarquista.wordpress.com/2013/11/22/felipe-correa-distincao-entre-as-categorias/>]

_____. *Epistemologia, Método de Análise e Teoria Social em Malatesta*. Instituto de Teoria e História Anarquista, 2014a. [<http://ithanarquista.wordpress.com/2014/04/08/felipe-correa-epistemologia-metodo-de-analise-e-teoria-social-em-malatesta/>]

_____. *A Lógica do Estado em Bakunin*. Instituto de Teoria e História Anarquista, 2014b. [ithanarquista.wordpress.com/2014/05/23/felipe-correa-a-logica-do-estado-em-bakunin/]

CORRÊA, Felipe; SILVA, Rafael V. *Anarquismo, Teoria e História*. Instituto de Teoria e História Anarquista, 2013. [ithanarquista.wordpress.com/2013/09/22/correa-silva-anarquismoteoriaehistoria/]

CORTÉS, Victor Muñoz. "1º de Mayo de 1899: los anarquistas y el origen del 'día del trabajador' en la región chilena". In: DANTON, José Antonio Gutiérrez. *Los Orígenes Libertarios del Primero de Mayo: de Chicago a América Latina (1886-1930)*. Santiago: Quimantú, 2010. [Cf. Danton, 2010a]

COSTA, Caio T. *O que é Anarquismo*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CRISI, Emilio et alli. *Revolución Anarquista en Corea: la Comuna de Shinmin (1929-1932) y otros textos sobre el anarquismo coreano*. ITHA, 2013. [<http://ithanarquista.wordpress.com/2013/02/08/compilacao-de-textos-sobre-o-anarquismo-na-coreia-e-a-comuna-de-shimin-1929-1932/>]

CRUMP, John. *The Anarchist Movement in Japan (1906-1996)*. Pirate Press, 1996. [<http://theanarchistlibrary.org/library/john-crump-the-anarchist-movement-in-japan-1906-1996>]

DAHRENDORF, Ralf. "Ciência Social e Juízos de Valor". In: *Sociedade e Liberdade*. Brasília: UNB, 1981.

DANTON, José Antonio Gutiérrez. "1872-1995: Anarchism in Chile". In: *Solidaridad Obrera*, 1995. [<http://libcom.org/history/articles/anarchism-in-chile>]

_____. "Cien Años del Congreso de Ámsterdam (24-31 de agosto de 1907)". In: *Anarkismo.net*, 2008. [<http://www.anarkismo.net/article/9394>]

_____. *Los Orígenes Libertarios del Primero de Mayo: de Chicago a América Latina (1886-1930)*. Santiago: Quimantú, 2010a. [<http://resistenciaobrerafat.files.wordpress.com/2012/06/origenesprimeromayoa.pdf>]

_____. "Los Mártires de Chicago: historia de un crimen de clase en la tierra de la 'democracia y la libertad'". In: *Los Orígenes Libertarios del Primero de Mayo: de Chicago a América Latina (1886-1930)*. Santiago: Quimantú, 2010b. [Cf. Danton, 2010a]

_____. *Problemas e Possibilidades do Anarquismo*. São Paulo: Faisca, 2011.

DE BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; DE SCHOUTHEETE, Marc. *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

DE JONG, Rudolf. "A AIT de Berlim: de 1922 à Revolução Espanhola."; "Anexo 1: Alguns Dados sobre a AIT de Berlim"; "Anexo 2: Congresso Constitutivo da AIT em Berlim." In: COLOMBO, Eduardo (org.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

_____. *A Concepção Libertária da Transformação Social Revolucionária*. São Paulo: Faisca, 2008.

DE PETTA, Nicolina; DELFINI, Luciano. *Para Entender o Anarquismo*. São Paulo: Moderna, 2004.

DEMNICIS, Rafael. *A Bandeira Negra sobre a China: a história dos intelectuais e movimentos anarquistas na China moderna*. Niteroi, UFF (monografia em História), 2005. [<http://ithanarquista.wordpress.com/2012/09/12/rafael-demnicis-a-bandeira-negra-sobre-a-china/>]

DEMO, Pedro. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 2011.

DIELO TRUDA. [MAKHNO, Nestor; ARSHINOV, Piotr; METT, Ida; VALEVSKY; LINSKY]. "A Plataforma Organizacional". In: MAKHNO, Nestor. *Anarquia e Organização*. São Paulo: Luta Libertária, 2001.

_____. *Suplemento a la Plataforma: preguntas y respuestas*. In: Nestor Makhno Archive, 1926. [<http://www.nestormakhno.info/spanish/supportorg.htm>]

_____. "O Problema da Organização e a Noção de Síntese". In: *Anarkismo.net*, 2008. [<http://www.anarkismo.net/article/10907>]

DIRLIK, Arif. *Anarchism in the Chinese Revolution*. Los Angeles: University of California, 1991. [<https://libcom.org/library/anarchism-chinese-revolution>]

DIZ, Verônica; TRUJILLO, Fernando L. *Resistencia Libertaria*. Buenos Aires: Madreselva, 2007. [http://www.editorialmadreselva.com.ar/Resistencia_libertaria.pdf]

DOLGOFF, Sam. *A Relevância do Anarquismo para a Sociedade Moderna*. São Paulo: Faisca, 2005.

_____. "The Cuban Revolution: a critical perspective." In: *Libcom*, 2011. [<http://libcom.org/history/cuban-revolution-critical-perspective-sam-dolgoff>]

DUNOIS, Amédée. "Anarquismo e Organização". In: *Anarkismo.net*, 2010. [<http://www.anarkismo.net/article/16943>]

EDICIONESGATONEGRO (org.). *Anarquismo y Poder Popular: teoría y práctica suramericana*. Bogotá: Gato Negro, 2011.

ELTZBACHER, Paul. *The Great Anarchists: ideas and teachings of seven major thinkers*. Nova York: Dover, 2004.

ENCKELL, Marianne. *La Fédération Jurassienne: les origines de l'anarchisme en Suisse*. Saint-Imier: Canevas, 1991.

_____. "A AIT: a aprendizagem do sindicalismo e da política." In: COLOMBO, Eduardo (org.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

ENGELS, Friedrich. "Letter to J. Bloch". In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Selected Correspondence*. Moscou: Progress Publishers 1965.

_____. *Los Bakuninistas en Acción*. Barcelona: De Barris, s/d.

EPSTEIN, Barbara. "Anarchism and the Anti-Globalization Movement". In: *Montly Review*. Vol. 53, nº 4, 2001. [<http://monthlyreview.org/2001/09/01/anarchism-and-the-anti-globalization-movement>]

ERRANDONEA, Alfredo. *Dominación y Explotación*. Montevideu, Editorial Acción Directa, 1972.

_____. "Fuerzas Sociales y Grupos Políticos: un esquema teórico para el análisis". Seminário Internacional de Incasur. Buenos Aires, 1984.

_____. "Apuntes para una Teoría de la Participación Social". In: *Comunidad* nº 50. Estocolmo, 1985.

_____. *Sociología de la Dominación*. Montevideu/Buenos Aires: Nordan/Tupac, 1989.

_____. "Anarquismo para el Siglo XXI". In: *Revista de Ciencias Sociales* num. 21. Montevideu: Facultad de Ciencias Sociales, 2003.

FABBRI, Luigi. *Dictadura y Revolución*. Buenos Aires: Proyección, 1967.

_____. "O Conceito Anarquista de Revolução". In: MALATESTA, Errico / FABBRI, Luigi. *Anarco-Comunismo Italiano*. São Paulo: Luta Libertária, 2003.

FAKB (Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária). "Plataforma da Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária". In: SCHMIDT, Michael. *Anarquismo Búlgaro em Armas*. São Paulo: Faísca, 2009.

FATTAL, Josh. "Was Gandhi an Anarchist?". In: *Peace Power*, 2006. [http://www.calpeacepower.org/0201/gandhi_anarchist.htm]

FAU (Federação Anarquista Uruguiaia). *Huerta Grande: a importância da teoria*. São Paulo: Biblioteca Virtual Faísca, 2009a.

_____. *O que é Ideologia?* São Paulo: Biblioteca Virtual Faísca, 2009b.

_____. *El Copey*. Porto Alegre: Combate, 2009c.

FAU (Federação Anarquista Uruguiaia) / FAG (Federação Anarquista Gaúcha). *Wellington Gallarza e Malvina Tavares: material de trabalho para a formação teórica conjunta*.

- Montevidéu / Rio Grande do Sul, 2007. [<http://www.red-libertaria.net/pdfs/estructuras0507.pdf>]
- FAURE, Sébastien. "Anarquismo". In: WOODCOCK, George. *Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre, LP&M, 1998.
- _____. "A Síntese Anarquista". In: *Anarkismo.net*, 2009. [<http://www.anarkis-mo.net/article/12392>]
- FARJ (Federação Anarquista do Rio de Janeiro). *Anarquismo Social e Organização*. São Paulo/Rio de Janeiro: Faisca/FARJ, 2009.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o Método*. São Paulo: UNESP, 2003.
- FERNÁNDEZ, Frank. *El Anarquismo en Cuba*. Madri: Fundación Anselmo Lorenzo, 2000.
- FERREIRA, Andrey C. "O Anarquismo como Fenômeno da Primeira Internacional: origens políticas e teóricas da divisão do movimento operário." In: *Arquivo Bakunin*, 2011. [http://arquivobakunin.blogspot.com.br/2011/01/o-anarquismo-como-fenomeno-da-primeira_13.html]
- FERRER Y GUARDIA, Francisco. "A Renovação da Escola". In: *Educação Libertária*, nº 1. São Paulo: Imaginário, 2006.
- FDCA (Federazione dei Comunisti Anarchici). *Anarchist Communists: a question of class*, 2005. [http://www.fdca.it/fdcaen/press/pamphlets/CA_CLASS_en.pdf]
- FLOOD, Andrew. *Towards an Anarchist History of the Chinese Revolution*. The Anarchist Library, 2010. [<http://theanarchistlibrary.org/library/andrew-flood-towards-an-anarchist-history-of-the-chinese-revolution>]
- FONTENIS, George. *Manifeste du Communisme Libertaire*. NEFAC, 2006. [<http://nefac.net/node/2023>]
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2005.
- _____. *Estratégia Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FREIRE, João. *Anarquistas e Operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Afrontamento, 1992.
- GALLEANI, Luigi. *The End of Anarchism?* Anarchist Library, 2011a. [http://theanarchistlibrary.org/pdfs/a4/Luigi_Galleani__The_End_of_Anarchism__a4.pdf]
- _____. *The Principal of Organization to the Light of Anarchism*. Anarchist Library, 2011b. [http://theanarchistlibrary.org/pdfs/a4/Luigi_Galleani_The_Principal_of_Organization_to_the_Light_of_Anarchism_a4.pdf]

GARCÍA, Huascar Rodriguez. *La Choledad Antiestatal: el anarco-sindicalismo en el movimiento obrero boliviano (1912-1965)*. Buenos Aires: Anarres, 2010. [http://www.rojoynegro.info/sites/default/files/LA_CHOLEDAD_ANTIESTATAL.pdf]

GOLDMAN, Emma. "The Tragedy of Woman's Emancipation". In: *Anarchism and Other Essays*. Nova York: Dover, 1969.

_____. *Living my Life*. Anarchist Library, 2012. [<http://theanarchistlibrary.org/library/emma-goldman-living-my-life.pdf>]

GONZÁLES, A. Serrano. "Para una Historia del Anarquismo en Venezuela". In: *Contra desinformación*, 2009. [<http://contradesinformacion.acervo.org/?p=69>]

GORMAN, Anthony. "'Diverse in Race, Religion and Nationality... but United in Aspirations of Civil Progress': the anarchist movement in Egypt 1860-1940". In: HIRSCH, Steven; VAN DER WALT, Lucien (orgs.). *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940*. Leiden: Koninklijke NV, 2010. [http://www.imes.ed.ac.uk/index-pages/staff_pages/documents/SGSH6_Gorman.pdf]

GRAHAM, Robert (org.). *Anarchism: a documentary history of libertarian ideas*. Vols. I, II e III. Montreal: Black Rose, 2005, 2009, 2012.

GUÉRIN, Daniel. *O Anarquismo: da doutrina à ação*. Rio de Janeiro: Germinal, 1968.

GUILLAUME, James. *L'Internationale: documents et souvenirs*. 2 vols. Paris: Gérard Lebovici, 1985.

_____. "Ideas on Social Organization". In: GUÉRIN, Daniel. *No Gods, No Masters*. Vol. I. Oakland: AK Press, 1998.

_____. *A Internacional: documentos e recordações*. Vol. I. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2009a.

_____. "A Internacional dos Trabalhadores: de sua fundação até o Congresso da Basiléia". In: *Anarkismo.net*, 2009b. [<http://www.anarkismo.net/article/14790>]

GUILLEN, Abraham. *Economia Libertaria*. Móstoles: Madre Tierra, 1990.

_____. "Socialismo Libertário". In: *Autogestão Hoje: teorias e práticas contemporâneas*. São Paulo: Faísca, 2004.

GUIMARÃES, Ary. "O Pensamento Político de Gandhi". In: *Afro-Ásia*, nº 8-9. Salvador: UFBA, 1969.

HARPER, Clifford. *Anarchy: a graphic guide*. Londres, Camdem, 1987.

HARRISON, Wilfrid H. *Memoirs of a Socialist in South Africa, 1903-1947*, 1947. [<http://www.sahistory.org.za/archive/wilfrid-h-harrison-memoirs-socialist-south-africa-1903-1947>]

HART, John. *Anarchism and the Mexican Working Class (1860-1931)*. Austin: University Of Texas Press, 1978.

HENRY, Emile. "A Defesa de um Terrorista". In: *Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre, LP&M, 1998.

HIRSCH, Steven. "Peruvian Anarcho-Syndicalism: adapting transnational influences and forging counterhegemonic practices, 1905-1930". In: HIRSCH, Steven; VAN DER WALT, Lucien (orgs.). *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940*. Leiden: Koninklijke NV, 2010. [http://dwardmac.pitzer.edu/anarchist_archives/worldwidemovements/peru/peruASHirsch.pdf]

HIRSCH, Steven; VAN DER WALT, Lucien (orgs.). *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940*. Leiden: Koninklijke NV, 2010.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HOROWITZ, Irving. *Los Anarquistas. Vol. I. La teoria*. Madri: Alianza, 1982.

HWANG, Dongyoun. "Korean Anarchism Before 1945: a regional and transnational approach". In: HIRSCH, Steven; VAN DER WALT, Lucien (orgs.). *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940*. Leiden: Koninklijke NV, 2010.

IBÁÑEZ, Tomás. *Poder y Libertad*. Barcelona: Hora, 1982.

_____. "Por un Poder Político Libertario". In: *Actualidad del Anarquismo*. Buenos Aires: Anarres, 2007a.

_____. "Es Actual el Anarquismo?". In: *Actualidad del Anarquismo*. Buenos Aires: Anarres, 2007b.

IFA [Internationale des Fédérations Anarchistes]. *Histoire de l'Internationale des Fédérations Anarchistes*. 3 vols. Federation Anarchiste, s/d.

IWW [Industrial Workers of the World]. "A Posição Internacional dos Industrial Workers of the World (IWW)". In: COLOMBO, Eduardo (org.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

JACKER, Corinne. *The Black Flag of Anarchy: antistatism in the United States*. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1968.

JOLL, James. *Anarquistas e Anarquismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1970.

- JOYEUX, Maurice et alli. Maio de 68: os anarquistas e a revolta da juventude. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2008.
- KATSIAFICAS, Georgy; KAHN-CHAE, Na (org). *South Korean Democracy: legacy of Gwangju Uprising*. Abingdon: Routledge, 2013.
- KEDWARD, Roderick. *The Anarchists: the men who shocked an era*. Londres: Library of the Twentieth Century, 1971.
- KOLPINSKY, N. Y. "Epílogo". In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LÊNIN, Vladimir. *Acerca del Anarquismo y el Anarcosindicalismo*. Moscou: Progreso, 1976.
- KROPOTKIN, Piotr. *A Conquista do Pão*. Lisboa: Guimarães, 1975.
- _____. "Anarquismo". In: TRAGTENBERG, Maurício (org). *Kropotkin: textos escolhidos*. Porto Alegre, LP&M, 1987.
- _____. "A Lei e a Autoridade". In: *Palavras de um Revoltado*. São Paulo: Imaginário, 2005a.
- _____. "A Decomposição dos Estados". In: *Palavras de um Revoltado*. São Paulo: Imaginário, 2005b.
- _____. "O Espírito de Revolta". In: *Palavras de um Revoltado*. São Paulo: Imaginário, 2005c.
- _____. "Anarchist Communism: its basis and principles". In: *Kropotkin's Revolutionary Pamphlets*. Whitefish: Kessinger, 2005d.
- _____. "Fatalidade da Revolução". In: *O Princípio Anarquista e Outros Ensaios*. São Paulo: Hedra, 2007.
- _____. *Sindicalismo e Anarquismo*. Piracicaba: Ateneu Diego Gimenez, 2010.
- LE BON, Gustave. *A Psychologia Política*. Rio de Janeiro: Garnier, 1921.
- LE LIBERTAIRE; LE MONDE LIBERTAIRE. (org.) *Espanha Libertária: a revolução contra o fascismo*. São Paulo: Imaginário, 2002.
- LEIER, Mark. *Bakunin: the creative passion*. Nova York: St. Martin's Press, 2006.
- LÊNIN, Vladimir. "O Materialismo Dialético e o Anarquismo". In: *Primeira Linha*, 2003. [<http://primeiralinha.org/home/?p=155>]
- LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo: roteiro da libertação social*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

- LEVAL, Gaston. *Bakunin, Fundador do Sindicalismo Revolucionário*. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2007.
- LOCKE, John. *Dois Tratados sobre o Governo*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- LOMBROSO, Cesare. *Los Anarquistas*. Barcelona: Jucar, 1977.
- LOPES, Milton. "A Universidade Popular: experiência educacional anarquista no Rio de Janeiro". In: DEMINICIS, Rafael; REIS, Daniel Aarão. *História do Anarquismo no Brasil*. Vol. I. Niterói: Mauad, 2006.
- LÓPEZ, Fabio López. *Poder e Domínio: uma visão anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001.
- LÓPEZ, Julio Chávez. "Manifiesto a Todos los Oprimidos y Pobres de México y del Universo". In: *Atzcapo Vive*, 2012. [<http://www.pueblosbarriosycoloniasendefensade-atzcapotzalco.org/?p=88>]
- LOPREATO, Christina R. *O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.
- LORENZO, Anselmo. *El Proletariado Militante*. Madri: Alianza, 1974. [Volume 1: http://www.enxarxa.com/biblioteca/LORENZO%20El_proletariado_militante%201.pdf; Volume 2: http://www.enxarxa.com/biblioteca/LORENZO%20El_proletariado_militante%202.pdf]
- LUDD, Ned. *Urgência das Ruas: Black Bloc, Reclaim the Streets e os dias de ação global*. São Paulo: Conrad, 2002. [<https://we.riseup.net/assets/70965/Urgencia-Das-Ruas-Coletivo-Baderna.pdf>]
- LUIZETTO, Flávio. *A Presença do Anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional*. São Paulo, USP (doutorado em História), 1984.
- _____. *Utopias Anarquistas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MACSIMOIN, Alan. *The Korean Anarchist Movement*. The Anarchist Library, 2012. [<http://theanarchistlibrary.org/library/alan-macsimoin-the-korean-anarchist-movement>]
- MADRID, Francisco. "Anarquismo e Organização na Espanha: *Solidaridad Obrera* e as origens da CNT." In: COLOMBO, Eduardo (org.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.
- MAGÓN, Ricardo Flores. "Liberdade, Igualdade, Fraternidade". In: *A Revolução Mexicana*. São Paulo: Imaginário, 2003a.
- _____. "Liberdade Política". In: *A Revolução Mexicana*. São Paulo: Imaginário, 2003b.

- _____. "A Guerra Social". In: *A Revolução Mexicana*. São Paulo: Imaginário, 2003c.
- MAITRON, Jean. *Ravachol e os Anarquistas*. Lisboa: Antígona, 1981.
- _____. *Le Mouvement Anarchiste en France*. 2 vols. Paris: Gallimard, 1975.
- MAKHNO, Nestor. "Anarquismo e Nossos Tempos". In: Nestor Makhno Archive, 1925. [http://www.nestormakhno.info/portuguese/nos_tempos.htm]
- _____. "Nossa Organização". In: *Anarquia e Organização*. São Paulo: Luta Libertária, 2001a.
- _____. "Sobre a Disciplina Revolucionária". In: *Anarquia e Organização*. São Paulo: Luta Libertária, 2001b.
- MALATESTA, Errico. "Socialismo e Anarquia". In: *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Cortez, 1989a.
- _____. "Uma vez mais sobre Anarquismo e Comunismo". In: *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Cortez, 1989b.
- _____. "Idealismo e Materialismo". In: *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Cortez, 1989c.
- _____. "Anarquismo e Reforma". In: *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Cortez, 1989d.
- _____. "Quanto Pior Estiver, Melhor Será". In: *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Cortez, 1989e.
- _____. "Sindicalismo: a crítica de um anarquista". In: *Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre: LP&M, 1998.
- _____. "Programa Anarquista". In: *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Imaginário: 2000a.
- _____. "A Organização II". In: *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Imaginário, 2000b.
- _____. *A Anarquia*. São Paulo: Imaginário, 2001.
- _____. "Anarquismo y Ciencia". In: RICHARDS, Vernon (org.). *Malatesta: pensamiento y acción revolucionarios*. Buenos Aires: Tupac, 2007a.
- _____. "La Prosperidad". In: RICHARDS, Vernon (org.). *Malatesta: pensamiento y acción revolucionarios*. Buenos Aires: Tupac, 2007b.

MASSARDO, Jaime. *La Formación del Imaginário Político de Luis Emilio Recabarren*. Santiago: LOM, 2008.

MARSHALL, Peter. "Introduction". In: *The Anarchist Writings of William Godwin*. Londres: Freedom Press, 1986.

_____. *Demanding the Impossible: a history of anarchism*. Oakland: PM Press, 2010.

MARX, Karl. "Review: le socialisme et l'impot, par Emile de Girardin". In: *Neue Rheinische Zeitung*. Núm. 4., 1850. [<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1850/04/girardin.htm>]

_____. *O Capital*. 5 vols. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

_____. "O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte". In: *A Revolução Antes da Revolução*. Vol. II. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Selected Correspondence*. Moscou: Progress Publishers, 1965.

_____. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LAFARGUE, Paul. "La Alianza de la Democracia Socialista y la Asociación Internacional de Trabajadores". In: RIBEILL, Georges (org.). *Marx / Bakunin. Socialismo Autoritario, Socialismo Libertario*. Barcelona: Madrágora, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LÊNIN, Vladimir. *Acerca del Anarquismo y el Anarcosindicalismo*. Moscou: Progresso, 1976.

MAXIMOFF, G. P. *Constructive Anarchism*. Sidney: Monty Miller, 1988.

MCGUIRE, Mark. "The IWW in Australia". In: *Red and Black* nº 8, 1978/79. [<http://www.takver.com/history/iwwinoz.htm>]

MCKAY, Iain. *An Anarchist FAQ*. Vol. I. Oakland: AK Press, 2008.

_____. "Introduction: general idea of the revolution in the 21st century". In: PROUDHON, Pierre-Joseph. *Property is Theft: a Pierre Joseph Proudhon anthology*. Oakland: AK Press, 2011.

MCNAB, Nestor (org.) *La Piataforma Organizzativa dei Comunisti Anarchici: origine, dibattito e significato*. Milão: FdCA, 2007.

MECHOSO, Juan C. "La Estrategia del Especificismo". In: *Anarkismo.net*, 2010. [<http://www.anarkismo.net/article/18368>]

_____. *Acción Directa Anarquista: una história de FAU*. Tomos I, II, III e IV. Montevideo: Recortes, 2011, 2005, 2006, 2009.

MELTZER, Albert. *Anarchism: arguments for and against*. Oakland: AK Press, 1996.

MELTZER, Albert; CHRISTIE, Stuart. *Anarquismo y Lucha de Clases*. Buenos Aires: Proyección, 1970.

MERLINO, Saverio; MALATESTA, Errico. *Democracia ou Anarquismo?* Faro: Sotavento, 2001.

MILLER, David. *Anarchism*. Londres: Dent and Sons, 1984.

MILLER, Monty. "Politics and Parliament". In: *Radical Tradition*, 2001. [<http://www.takver.com/history/elections/monty1913.htm>]

MINTZ, Frank. *La Autogestión en la España Revolucionaria*. Madri: La Piqueta, 1977.

_____. *Anarquismo Social*. São Paulo: Faísca, 2006.

_____. "Una Makhnovschina Siberiana?" In: *Nestor Makhno Archive*, s/d [<http://www.nestormakhno.info/spanish/siberia.htm>]

MINTZ, Frank et alli. *Autogestão e Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2002.

MINYI, Chu. "Universal Revolution". In: GRAHAM, Robert (org.). *Anarchism: a documentary history of libertarian ideas*. Vol. I. Montreal: Black Rose, 2005.

MONATTE, Pierre. "Em Defesa do Sindicalismo". In: *Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre: LP&M, 1998.

NETTLAU, Max. *Miguel Bakunin, la Internacional y la Alianza en España. 1868-1873*. Madri: Piqueta, 1977. [<http://www.kclibertaria.comyr.com/lhtml/l190.html>]

_____. *História da Anarquia*. 2 vols. São Paulo: Hedra, 2008/no prelo.

_____. *Anarchism: communist or individualist? Both*. Anarchist Library, 2011. [http://theanarchistlibrary.org/pdfs/a4/Max_Nettlau__Anarchism__Communist_or_Individualist__Both_a4.pdf]

OARS [Organización Anarquista por la Revolución Social]. "Aporte Histórico del Sindicalismo Anarquista en la Historia del Movimiento Obrero en Bolivia". In: DANTON, José Antonio Gutierrez. *Los Orígenes Libertarios del Primero de Mayo: de Chicago a América Latina (1886-1930)*. Santiago: Quimantú, 2010. [Cf. Danton, 2010a]

- OITICICA, José. *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2006.
- _____. "Críticas e Proposições Organizacionistas". In: *Anarkismo.net*, 2009. [http://www.anarkismo.net/article/12141]
- ORTELLADO, Pablo. "Aproximações ao Movimento Antiglobalização". In: Centro de Mídia Independente, 2002. [http://prod.midiaindependente.org/pt/blue//2002/01/14525.shtml]
- _____. *Castoriadis e a Questão da Praxis: da crítica das relações de produção capitalistas à elucidação do social-histórico*. São Paulo, USP (doutorado em Filosofia), 2003.
- PARSONS, Albert. "Parsons' Plea for Anarchy". In: *Anarchism: its philosophy and scientific basis*. Chicago: Lucy Parsons, 1887. [http://dwardmac.pitzer.edu/anarchist_archives/bright/a-parsons/parsonsanarchismtoc.html]
- PARSONS, Lucy. *Freedom, Equality & Solidarity: writings and speeches, 1878-1937*. Chicago: Charles H. Kerr, 2004.
- PASMIÑO, Carlos. "El Anarquismo y el 1º de Mayo em Ecuador". In: DANTON, José Antonio Gutierrez. *Los Orígenes Libertarios del Primero de Mayo: de Chicago a América Latina (1886-1930)*. Santiago: Quimantú, 2010. [Cf. Danton, 2010a]
- PASSOS, Domingos. "Federalismo e Centralismo". In: *A Plebe* 257, 1927. [http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/passos/06federalismo.htm]
- PAZ, Abel. *O Povo em Armas*. 2 vols. Lisboa: Assírio e Alvim, s/d.
- PEIRATS, José. *Los Anarquistas en la Crisis Política Española (1869-1939)*. Buenos Aires, Anarres, 2006. [http://www.nodo50.org/bpji/Libros/Anarquistas%20en%20la%20crisis.pdf]
- PELLETIER, Philippe. "Um Esquecido do Consenso: o anarco-sindicalismo no Japão de 1911 a 1934". In: COLOMBO, Eduardo (org.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.
- PELLOUTIER, Fernand. "Anarchism and the Workers Union". In: GUÉRIN, Daniel. *No Gods, No Masters*. Vol. II. Oakland: AK Press, 1998.
- _____. *O Anarquismo e os Sindicatos Operários*. São Paulo: Imaginário, 2013.
- PERIÓDICO ROJOY NEGRO. "El 1º de Mayo y la Lucha por las Ocho Horas em Uruguay". In: DANTON, José Antonio Gutierrez. *Los Orígenes Libertarios del Primero de Mayo: de Chicago a América Latina (1886-1930)*. Santiago: Quimantú, 2010. [Cf. Danton, 2010a]
- PERNICONE, Nunzio. *Italian Anarchism, 1864-1892*. Oakland: AK Press, 2009.

- PIANCIOLA, Cesare. "Socialismo". In: Norberto Bobbio et alli. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2004.
- PORTER, David. *Eyes to the South: French anarchists and Algeria*. Oakland: AK Press, 2011.
- PORTIS, Larry. "Os IWW e o Internacionalismo". In: COLOMBO, Eduardo (org.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.
- _____. *IWW: le syndicalisme révolutionnaire aux États-Unis*. Paris: Spartacus, 2003.
- PREBBLE, Frank. "The IWW in New Zealand". In: *Anarcho-Syndicalist Review* nº 42/43, 2006.
- POUGET, Émile. *L'Action Directe*. Antony: Groupe Fresnes-Antony (Federation Anarchiste), 1994.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- PRICE, Wayne. *The Abolition of the State: anarchist and marxist perspectives*. Bloomington: Author House, 2007.
- _____. *Revolutionary Class-Struggle Anarchism*. Fordsburg: Zabalaza Books, 2008.
- _____. *Anarchism & Socialism: reformism or revolution?* Edmonton: Black Cat Press, 2010.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. *Capacidad Política de la Clase Obrera*. Buenos Aires: Americalee, 1943.
- _____. *O que é a Propriedade?* São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- _____. *Do Princípio Federativo*. São Paulo: Imaginário 2001.
- _____. "General Idea of the Revolution in the 19th Century". In: *Property is Theft: a Pierre Joseph Proudhon anthology*. Oakland: AK Press, 2011.
- PUENTE, Isaac. *Libertarian Communism*. Tucson: See Sharp Press, 2001.
- PV (Pensamiento y Voluntad) org. *La Comuna de Encarnación en Paraguay, 1931*. Rosário: Pensamiento y Voluntad, 2012. [<http://praxislibertaria.files.wordpress.com/2012/07/la-comuna-de-encarnacion3b3n-de-paraguay-1931.pdf>]
- RAMNATH, Maia. *Decolonizing Anarchism*. Oakland: AK Press, 2011.
- RAYNAUD, Jean-Marc. *Apelo à Unidade do Movimento Libertário*. São Paulo: Imaginário, 2003.

RAVACHOL. "Memórias de Ravachol". In: MAITRON, Jean. *Ravachol e os Anarquistas*. Lisboa: Antígona, 1981.

RECLUS, Élisée. *A Evolução, a Revolução e o Ideal Anarquista*. São Paulo: Imaginário, 2002.

_____. "A Revolução". In: *Anarquia pela Educação*. São Paulo: Hedra, 2011a.

_____. "Por que Somos Anarquistas". In: *Anarquia pela Educação*. São Paulo: Hedra, 2011b.

_____. "Ao meu Irmão Camponês". In: *Anarquia pela Educação*. São Paulo: Hedra, 2011c.

_____. *Why Anarchists Don't Vote*. Anarchist Library, 2011d.

RENSHAW, Patrick. *The Wobblies: the story of the IWW and syndicalism in United States*. Chicago: Ivan R. Dee, 1999.

ROCHA, Bruno Lima. *A Interdependência Estrutural das Três Esferas: uma análise libertária da Organização Política para o processo de radicalização democrática*. Porto Alegre, UFRGS (doutorado em Ciência Política), 2009a.

_____. "Abordando o Conceito de Dominação". In: *Estratégia e Análise*, 2009b.

_____. "Categorias Fundamentais para a Análise e Incidência a partir da Organização Política Proposta 1, 2 e 3". In: *Estratégia e Análise*, 2010.

ROCKER, Rudolf. *A Insuficiência do Materialismo Histórico / Religião e Política*. Rio de Janeiro: Simões, 1956.

_____. *Porque sou Anarquista*. Lisboa: A Batalha, 1975.

_____. *Anarcosindicalismo: teoria y práctica*. Barcelona: Picazo, 1978a.

_____. *Nationalism and Culture*. Minnesota: Michael E. Coughlin, 1978b.

_____. *A Ideologia do Anarquismo*. São Paulo: Faísca, 2005.

_____. *A Tragédia na Espanha*. Curitiba: L-Doppa, 2010. [http://ldopa.com.br/wp-content/uploads/2010/11/rocker_split.pdf]

_____. *Os Sovietes Traídos pelos Bolcheviques*. São Paulo: Hedra, 2007. [http://bpi.socialismolibertario.com.br/biblioteca/rocker,_rudolf_-_os_soviets_traidos_pelos_bolcheviques_-_bpi.pdf]

ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. *Do Contrato Social*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

RUBEL, Maximilien; JANOVER, Louis. *Marx Anarquista*. Buenos Aires: Madreselva, 2010.

RUGAI, Ricardo R. *O Anarquismo Organizado: as concepções práticas da Federação Anarquista Uruguaia (1952-1976)*. Campinas, UNICAMP (mestrado em História), 2003. [<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000273801>]

_____. "A Formação do Anarquismo Uruguaio (1905-1952)". In: ITHA, 2013. [<http://ithanarquista.wordpress.com/2013/01/11/ricardo-r-rugai-a-formacao-do-anarquismo-uruguaio-1905-1952/>]

_____. *O Anarquismo e o Poder na Revolução Espanhola*. Rio Grande do Sul: FAG, s/d.

RYOKI, André; ORTELLADO, Pablo. *Estamos Vencendo: resistência global no Brasil*. São Paulo: Conrad, 2004.

SAKAE, Ôsugi. "Del Ideal Social". In: *Anarkismo.net*, 2011. [<http://www.anarkismo.net/article/19331>]

SANTILLÁN, Diego Abad de. *Organismo Econômico da Revolução: a autogestão na Revolução Espanhola*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. *La FORA: ideología y trayectoria del movimiento obrero revolucionario en la Argentina*. Buenos Aires, Anarres, 2005. [<http://www.nodo50.org/bpji/Libros/FORA.pdf>]

SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo / Rio de Janeiro: Imaginário / Achiamé, 2002.

_____. "Os Matizes do Sentido". In: *Verve 2*. São Paulo: NU-SOL, 2002.

_____. "Apresentação". In: MAGON, Ricardo Flores. *A Revolução Mexicana*. São Paulo: Imaginário, 2003.

_____. "Pavilhão Negro sobre Pátria Oliva". In: COLOMBO, Eduardo (org.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004. [Uma versão aprimorada desse texto pode ser lida em <http://ithanarquista.wordpress.com/2013/01/14/alexandre-samis-sindicalismo-e-anarquismo-no-brasil-1903-1934/>]

_____. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009a.

_____. "Introdução". In: MALATESTA, Errico. *Entre Camponeses*. São Paulo: Hedra, 2009b. Publicado posteriormente como "Polêmicas no Interior da Internacional". In: *Anarkismo.net*. [<http://www.anarkismo.net/article/14772>]

_____. "O Anarquismo de Proudhon a Malatesta". In: *Passa Palavra*, 2009c. [<http://passapalavra.info/?p=13207>]

_____. "Introdução". In: KROPOTKIN, Piotr. *O Princípio Anarquista e Outros Ensaios*. São Paulo: Hedra, 2010.

_____. *Negras Tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo: Hedra, 2011.

_____. "Introdução". In: NETTLAU, Max. *História da Anarquia*. Vol. II. São Paulo: Hedra, no prelo.

SCALAPINO, Robert; YU, George. *El Movimiento Anarquista en China*. Barcelona: Tusquets, 1975. [O livro em inglês pode ser encontrado aqui: <http://theanarchistlibrary.org/library/robert-scalapino-and-george-t-yu-the-chinese-anarchist-movement>]

SCHMIDT, Michael. *Brève Histoire de L'Anarchisme*. Quebec: Lux, 2012a.

_____. *Critical Mass: anarchist revolutionary models in the global south*. Apresentação elaborada para o Encontro Anarquista Internacional de Saint-Imier, Suíça, 2012b. [Apresentação fornecida pelo autor]

_____. *Anarquismo Búlgaro em Armas: a linha de massas anarco-comunista*. Vol. I. São Paulo: Faísca, 2009. [O texto em inglês pode ser encontrado aqui: <http://www.anarkismo.net/article/9678>]

_____. "South Asian Anarchism: paths to praxis". In: Anarkismo.net, 2012c. [<http://www.anarkismo.net/article/23404>]

SCHMIDT, Michael; VAN DER WALT, Lucien. *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*. Oakland: AK Press, 2009.

_____. *Global Fire: 150 fighting years of international anarchism and syndicalism*. Oakland: AK Press, no prelo.

_____. "Roots and Adaptations of Anarchism and Revolutionary Syndicalism in Africa: 1870s to the present". Inédito. A ser traduzido e publicado em: DANTON, José Antonio Gutierrez. *Las Vertientes de la Anarquia*. Buenos Aires: Anarres, no prelo(b).

SCHUJMAN, Héctor. *La Revolución Desconocida: Ucrania 1917-1921, la gesta makhnovista*. Mostoles: Nossa y Jara, 2000.

SCHWITZGUEBEL, Adhémar. "La Question des Services Publiques". In: *Quelques Ecrits*. Antony: Tops/H.Trinquier, 2002.

SHALOM, Stephen. "ParPolity: political vision for a good society". *ZNet*, 2005. [<http://www.zcommunications.org/parpolity-political-vision-for-a-good-society-by-stephen1-shalom>]

SHANNON, Deric; NOCELLA, Anthony; ASIMAKOPOULOS, John. "Anarchist Economics: a holistic view". In: *The Accumulation of Freedom: writings on anarchist economics*. Oakland: AK Press, 2012.

SHIFU (Liu Sifu). "Goals and Methods of the Anarchist-Communist Party". In: GRAHAM, Robert (org.). *Anarchism: a documentary history of libertarian ideas*. Vol. I. Montreal: Black Rose, 2005.

SHUBIN, Aleksandr. "The Makhnovist Movement and the National Question in Ukraine, 1917-1921". In: HIRSCH, Steven; VAN DER WALT, Lucien (orgs.). *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940*. Leiden: Koninklijke NV, 2010.

SHÛSÔ, HATTA. "On Syndicalism". In: GRAHAM, Robert (org.). *Anarchism: a documentary history of libertarian ideas*. Vol. I. Montreal: Black Rose, 2005.

SHÛSUI, Kôtoku. "Letter From Prison". In: GRAHAM, Robert (org.). *Anarchism: a documentary history of libertarian ideas*. Vol. I. Montreal: Black Rose, 2005.

_____. *Abolish Money!* Anarchist Library, 2012. [<http://theanarchistlibrary.org/library/shusui-kotoku-abolish-money.pdf>]

SILVA, Jorge. *Anarquismo Hoje: uma reflexão sobre as alternativas libertárias*. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d.

_____. "O Nascimento da Organização Sindical no Brasil e as Primeiras Lutas Operárias". In: ITHA, 2012. [<http://ithanarquista.wordpress.com/2012/09/08/jorge-e-silva-o-nascimento-da-organizacao-sindical-no-brasil-e-as-primeiras-lutas-operarias/>]

SILVA, Rafael Viana da. *Indelévels Refratários: as estratégias políticas anarquistas e o sindicalismo revolucionário no Rio de Janeiro em tempos de redemocratização (1946-1954)*. Rio de Janeiro: UFRJ (monografia em História), 2011a.

_____. "Anarquismo Contra o Anarquismo". In: *Anarkismo.net*, 2011b. [<http://www.anarkismo.net/article/20240>]

_____. *Os Revolucionários Ineficazes de Hobsbawm: reflexões críticas de sua abordagem do anarquismo*. Instituto de Teoria e História Anarquista, 2013. [<http://ithanarquista.wordpress.com/2013/02/20/rafael-v-da-silva-os-revolucionarios-ineficazes-de-hobsbawm/>]

_____. *Elementos Inflamáveis: organizações e militância anarquista no Rio de Janeiro e em São Paulo (1945-1964)*. Rio de Janeiro: UFRJ (mestrado em História), 2014.

SILVA, Rodrigo R. *Imprimindo a Resistência: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945)*. Campinas: UNICAMP (mestrado em História), 2005.

SKIRDA, Alexandre. *Facing the Enemy: a history of anarchist organization from Proudhon to May 1968*. Oakland: AK Press, 2002.

_____. *Les Anarchistes Russes, les Sovietes et la Révolution de 1917*. Paris: Éditions de Paris, 2000.

SOLAR, Felipe del; PÉREZ, Andrés. "Acción Directa Armada". In: *Anarquistas: presencia libertaria en Chile*. Santiago: RIL, 2008. ["El Anarquismo en los Orígenes del MIR y las Brigadas del Pueblo", <http://www.cedema.org/ver.php?id=4772>]

SOLIDARITY. *Paris: Maio de 68*. São Paulo: Conrad, 2008. [<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/maio68.pdf>]

SOLOMONOFF, Jorge. "Introducción: El Liberalismo de Avanzada". In: GODWIN, Willian; NETTLAU, Max; TUCKER, Benjamin; ROCKER, Rudolf; READ, Herbert. *El Liberalismo de Avanzada*. Buenos Aires: Proyección, 1973.

SPARROW, Rob. *Política Anarquista e Ação Direta*. São Paulo: Biblioteca Virtual Faísca, 2009.

STEIN, Jeff. "The Colletivist Tradition". In: *Libertarian Labour Review* 13, 1992.

STOPPINO, Mario. "Ideologia". In: Norberto Bobbio et alli. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2004a.

_____. "Poder". In: Norberto Bobbio et alli. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2004b.

SUÁREZ, Michel. *Considerações Críticas sobre a Revolução Espanhola (1936-1939)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.

SURIANO, Juan. *Anarquistas: cultura e política libertária em Buenos Aires, 1890-1910*. Buenos Aires: Manantial SRL, 2001.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. "A História Vista de Baixo". In: *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: UNICAMP, 2009.

THORPE, Wayne. "Uneasy Family: revolutionary syndicalism in Europe from the Charte de Amiens to World War I." In: BERRY, David; BANTMAN, Constance. *New Perspectives on Anarchism, Labour and Syndicalism: The Individual, the National and the Transnational*. Newcastle: Cambridge, 2010.

_____. "The IWW and the Search for International Policy (1905-1935)". In: *Anarcho-Syndicalist Review* nº 42/43, 2006.

TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

TRAGTENBERG, Mauricio. *A Revolução Russa*. São Paulo: Faísca, 2007.

TREJO, Rubén. *Magonismo: utopia y revolución, 1910-1913*. Cidade do México: Cultura Libre, 2005.

TRINDADE, Francisco. *O Essencial Proudhon*. São Paulo: Imaginário, 2001.

_____. "O Federalismo de Proudhon: morte do Estado?". In: *Anovis Anophelis*, 2005. [http://franciscotrindade.blogspot.com.br/2005/11/o-federalismo-de-proudhon-morte-do.html]

TUCKER, Benjamin. *Individual Liberty*, Anarchist Library, 2012. [http://theanarchistlibrary.org/library/benjamin-tucker-individual-liberty.pdf]

UCEDA, Franz García. "El 1º de Mayo y los Anarquistas en el Perú". In: DANTON, José Antonio Gutiérrez. *Los Orígenes Libertarios del Primero de Mayo: de Chicago a América Latina (1886-1930)*. Santiago: Quimantú, 2010. [Cf. Danton, 2010a]

VAN DER LINDEN, Marcel. *Transnational Labour History: explorations*. Londres: Ashgate, 2003.

_____. "História do Trabalho: o velho, o novo e o global". In: *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 1, nº 1, 2009.

_____. *Trabalhadores do Mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: UNICAMP, 2013.

VAN DER WALT, Lucien. "Towards a History of Anarchist Anti-Imperialism". In: *Against the War and Terrorism*. Dublin: 2001. [http://struggle.ws/pdfs/warpam.pdf]

_____. "Revolutionary Anarchism and the Anti-Globalization Movement". In: *NEFAC*, 2002. [http://nefac.net/node/55]

_____. "The Influence of the IWW in Southern Africa". In: *Anarcho-Syndicalist Review* nº 42/43, 2006. [http://www.academia.edu/2053548/The_Influence_of_the_IWW_in_Southern_Africa]

_____. *Anarchism and Syndicalism in South Africa, 1904-1921: rethinking the history of labour and the left*. Johannesburg: Universidade de Witwatersrand (doutorado em Filosofia), 2007. [http://wiredspace.wits.ac.za/handle/10539/4506]

_____. "Anarchism and Syndicalism, Southern Africa". In: NESS, Immanuel (org.). *International Encyclopedia of Revolution and Protest*. Blackwell, 2009. [<http://es.scribd.com/doc/108820857/Van-Der-Walt-Anarchism-and-Syndicalism-Southern-Africa>]

_____. "Revolutionary Syndicalism, Communism and the National Question in South African Socialism, 1886-1928" In: *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940*. Leiden: Koninklijke NV, 2010. [http://www.academia.edu/2053546/Revolutionary_Syndicalism_Communism_and_the_National_Question_in_South_Africa_1886-1928]

_____. *Debating Power and Revolution in Anarchism, Black Flame and Historical Marxism*. Johannesburgo, 2011. [<http://lucienvanderwalt.blogspot.com/2011/02/anarchism-black-flame-marxism-and-ist.html>]

_____. "Negro e Vermelho: anarquismo, sindicalismo revolucionário e pessoas de cor na África Meridional nas décadas de 1880-1920". In: ITHA, 2012. [<http://ithanarquista.wordpress.com/2012/08/29/lucien-van-der-walt-negro-e-vermelho/>]

_____. *(Re)Construindo um Cânone Anarquista e Sindicalista Global*. Instituto de Teoria e História Anarquista, 2013. [<http://ithanarquista.wordpress.com/2013/10/03/lucien-van-der-walt-reconstruindo-um-canone-anarquista-e-sindicalista-global/>]

_____. *Back to the Future: the relevance of an anarchist / syndicalist approach to the 21st century left (and today's South Africa)*. Manuscrito inédito fornecido pelo autor, s/d.

VAN DER WALT, Lucien; HIRSCH, Steven (orgs.). *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940*. Leiden: Koninklijke NV, 2010a.

VAN DER WALT, Lucien; HIRSCH, Steven. "Rethinking Anarchism and Syndicalism: the colonial and postcolonial experience, 1870-1940." In: *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940*. Leiden: Koninklijke NV, 2010b. [http://www.icm.arts.cornell.edu/conference_2012/readings/Anarchism%20and%20Syndicalism%20in%20the%20Colonial%20and%20Postcolonial%20World.pdf]

_____. "Final Reflections: the vicissitudes of anarchist and syndicalist trajectories, 1940 to the present." In: *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940*. Leiden: Koninklijke NV, 2010c. [<http://es.scribd.com/doc/108820724/Hirsch-Van-Der-Walt-Final-Reflections-The-Vicissitudes-of-Anarchist-and-Syndicalist-Trajectories-1940>]

VASCO, Neno. *Concepção Anarquista do Sindicalismo*. Porto: Afrontamento, 1984.

VÁRIOS AUTORES. *Revista Libertárias, nº 1: 80 anos de Revolução Russa*. São Paulo, 1997.

VENZA, Claudio. "O Anarco-Sindicalismo Italiano durante o 'Biennio Rosso' (1919-1920)." In: COLOMBO, Eduardo (org.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

VOLIN. *La Revolución Desconocida*. Buenos Aires: Proyección, 1977. [<http://es.scribd.com/doc/462865/Volin-La-revolucion-desconocida>]

_____. "A Síntese Anarquista". In: *Anarkismo.net*, 2011. [<http://www.anarkismo.net/arti-cle/20027>]

WALTER, Nicolas. *Do Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2000.

WEBER, Max. "A Objectividade do Conhecimento nas Ciências e na Política Sociais". In: *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1974.

_____. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2011.

WOODCOCK, George. "Anarquismo: introdução histórica". In: *Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre, LP&M, 1998. [files.gacii.webnode.com.br/200000130-dgfd7daf73/Anarquismo-introducao-historica.pdf]

_____. *História das Idéias e Movimentos Anarquistas*. 2 vols. Porto Alegre: LP&M, 2002. [Volume 1: <http://cob-ait.net/pdf/Historia%20das%20ideias%20e%20movimentos%20anarquistas%20-%20Vol.%201.pdf>. Volume 2: <http://anarkio.net/Pdf/historiaanarquismovol2.pdf>]

WSF (Workers Solidarity Federation). "Class Struggle, Capitalism and the State", 1996. [<http://flag.blackened.net/revolt/africa/wsfpp/state2.html>]

_____. "The Violence Question", 1997. [<http://flag.blackened.net/revolt/africa/wsfpp/violence.html>]

YUSURU, Kubo. "On Class Struggle and the Daily Struggle". In: GRAHAM, Robert (org.). *Anarchism: a documentary history of libertarian ideas*. Vol. I. Montreal: Black Rose, 2005.

ZACF (Zabalaza Anarchist Communist Front). *Fighting and Defeating Racism*. Johannesburg: ZACF, 2010. [http://zabnew.files.wordpress.com/2010/11/fighting_and_defeating_racism_za-cf.pdf]

ZARCONI, Pier Francesco. *Os Anarquistas na Revolução Mexicana*. São Paulo: Faísca, 2006. [O texto quase completo encontra-se aqui: <http://www.fdca.it/fdca/imprensa/cadernos/mexico/mexico.htm>]

ZARROW, Peter. "He Zhen and Anarcho-Feminism in China". In: *The Journal of Asian Studies* 47, nº 4, 1988. [<http://libcom.org/history/he-zhen-anarcha-feminism-china>]

ZHEN, He. "Women's Liberation". In: GRAHAM, Robert (org.). *Anarchism: a documentary history of libertarian ideas*. Vol. I. Montreal: Black Rose, 2005.

ZHIHUI, Wu. "Education as Revolution". In: GRAHAM, Robert (org.). *Anarchism: a documentary history of libertarian ideas*. Vol. I. Montreal: Black Rose, 2005.